



Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola 2015

- Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Luanda e Namibe



From Experience to Intelligence

FICHA TÉCNICA

Título

Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola - Actualização 2015

Data

Março 2015

Promotor

Associação Industrial Portuguesa - Feiras, Congressos e Eventos

Autoria

CESO Development Consultants

Coordenação Técnica

Rui Miguel Santos (com a colaboração de Susana Sarmento)



ÍNDICE

01	O País	9
1.1	O Censo	10
1.1.1	Um Momento Histórico	10
1.1.2	População por Províncias	12
1.1.3	Densidade Demográfica	14
1.2	O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017	16
1.2.1	Enquadramento Estratégico de Longo-Prazo	16
1.2.2	Objectivos Nacionais de Médio-Prazo	17
1.3	A Re-industrialização de Angola	20
1.4	O Desafio da Formação de Quadros	24
1.4.1	Objectivos	24
1.4.2	Programas de Acção	26
1.4.3	Resultados e Metas a Alcançar	28
1.4.4	Mecanismos de Resposta às Necessidades	29
1.4.5	Parcerias	30
1.5	A Nova Pauta Aduaneira: Proteção da Produção Nacional	31
1.5.1	Capítulos Agravados	32
1.5.2	Capítulos Desagravados	33
1.5.3	A Eliminação da Obrigatoriedade da Inspeção Pré-Embarque	34
1.5.4	Impacto nas Principais Exportações Portuguesas	34
1.6	Aspectos Regulamentares de Acesso ao Mercado	40
1.6.1	Comércio	40
1.6.2	Investimento	43
1.7	Uma Nova Era que se Anuncia	49
1.7.1	A Crise do Petróleo	49
1.7.2	Evolução Recente da Economia Angolana	50
1.7.3	Medidas Contenção Despesa	56

02	Luanda	59
2.1	A Província de Luanda em 2015	60
2.1.1	Geografia	61
2.1.2	Clima	62
2.1.3	Demografia	63
2.2	A Província de Luanda e o Futuro	80
2.2.1	Objectivos de Desenvolvimento da Província	80
2.2.2	Medidas de Política	84
2.2.3	Programa de Investimentos Públicos	88
03	Benguela	91
3.1	A Província de Benguela em 2015	92
3.1.1	Geografia	92
3.1.2	Clima	94
3.1.3	Demografia	95
3.1.4	Principais Sectores de Actividade Económica	100
3.2	A Província de Benguela e o Futuro	110
3.2.1	Opções Estratégicas	110
3.2.2	Eixos de Desenvolvimento	117
3.2.3	Programas de Investimento Público	119
04	Cabinda	129
4.1	A Província de Cabinda em 2015	130
4.1.1	Geografia	130
4.1.2	Clima	132
4.1.3	Demografia	133
4.1.4	Principais Sectores de Actividade Económica	136
4.2	A Província de Cabinda e o Futuro	144
4.2.1	Opções Estratégicas	144
4.2.2	Medidas e Metas	144
4.2.3	Programa de Investimentos	152

05	Huíla	159
5.1	A Província da Huíla em 2015	160
5.1.1	Geografia	160
5.1.2	Clima	161
5.1.3	Demografia	162
5.1.4	Principais Sectores de Actividade Económica	166
5.2	A Província da Huíla e o Futuro	184
5.2.1	Opções Estratégicas	184
5.2.2	Programas Operacionais	186
5.2.3	Programa de Investimentos Públicos	188
	Huambo	193
06	6.1 A Província do Huambo em 2015	194
6.1.1	Geografia	194
6.1.2	Clima	195
6.1.3	Demografia	196
6.1.4	Principais Sectores de Actividade Económica	200
6.2	A Província do Huambo e o Futuro	207
6.2.1	Opções Estratégicas 2013-1017	207
6.2.2	Eixos de Desenvolvimento	208
6.2.3	Programas de Investimento Público	214
6.2.4	Projectos Estruturantes	216
07	Namibe	219
7.1	A Província do Namibe em 2015	220
7.1.1	Geografia	220
7.1.2	Clima	221
7.1.3	Demografia	222
7.1.4	Principais Sectores de Actividade Económica	225
7.2	A Província do Namibe e o Futuro	236
7.2.1	Opções Estratégicas	236
7.2.2	Eixos Estratégicos	238
7.2.3	Programa de Investimentos Públicos	241

INTRODUÇÃO

Em 2010, a AIP publicava os estudos de mercado sobre as províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Huambo e Huíla. Há cinco anos atrás viviam-se os anos de euforia económica em Angola, com as empresas Portuguesas a dinamizarem fortemente o investimento e comércio. Em Portugal, os operadores económicos preparavam-se para o agravamento de uma crise financeira anunciada e que viria a tomar proporções, à época, improváveis. Passados dois anos, teríamos o resgate da troika, anos de sucessiva contração da economia nacional. Muitas das empresas que, em 2010, apostavam em Angola como solução para a crescente atrofia do mercado nacional, viriam a desaparecer nos anos seguintes.

Passados cinco anos, a economia portuguesa procura levantar-se, lentamente, após anos sucessivos de austeridade. Uma parte da massa crítica das PME's nacionais desapareceu, provavelmente, para sempre. Novas empresas surgem, em que a internacionalização já não faz parte de uma estratégia de crescimento mas está cravada no ADN da viabilização da própria empresa.

Mais a sul, uma alteração estrutural da matriz energética mundial, empurra o preço do barril de petróleo para valores inferiores a USD 50 e, com ele, uma boa parte das receitas arrecadadas pelo Estado Angolano. Estamos no início de uma nova era na economia Angolana, com alguns riscos, mas sempre e certamente, com novas oportunidades.

O contexto, em Portugal e Angola, alterou-se sensivelmente nos últimos 5 anos. Por si só, estas mudanças políticas e económicas justificavam a actualização dos estudos publicados em 2010. Mas outras mudanças justificam um olhar renovado sobre Angola e, em particular, sobre o seu interior.

Desde logo, a realização de um CENSO em Angola, algo que não acontecia desde 1970. Os resultados permitem a construção de uma imagem nova do país e da distribuição dos Angolanos ao longo do território. A renovação da base infra-estrutural do país passou de promessa em 2010, a realidade em 2015.

A quantidade e qualidade de informação produzida sobre Angola aumentou de forma admirável. O país produziu um Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e todas as províncias desenvolveram planos provinciais de desenvolvimento com o mesmo horizonte temporal. Impõe-se, deste modo, visitar o trabalho realizado em 2010, alargá-lo do ponto de vista territorial (ao Namibe) e acrescentar o valor que Angola, do ponto de vista documental e informativo, produziu em meia década.

Esta actualização inicia-se com uma descrição dos principais eixos de mudança que marcaram esta meia década em Angola. Desde a publicação dos dados preliminares do CENSO, passando pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, a Estratégia de Industrialização do País e culminando na nova era de contenção orçamental que marca a actualidade em Angola.

Na segunda parte deste trabalho, analisamos as dinâmicas de mudança nas diferentes províncias-alvo, recorrendo, naturalmente, à informação disponibilizada, em particular, nos planos desenvolvidos pelos respectivos Governos Provinciais.

A ambição deste trabalho é oferecer, de forma simples e objectiva, a melhor informação disponível sobre Angola e algumas das suas províncias, condensando, numa única publicação dados que apoiem os processos de tomada de decisão de empresários e investidores.



01

O PAÍS

O CENSO

1.1.1 Um Momento Histórico

Um dos maiores obstáculos com os quais se tem confrontado o estudo sobre a realidade social e económica do país tem sido a ausência de informação fiável, desde logo, sobre a dimensão da população e sua distribuição ao longo do território.

Os estudos sobre províncias Angolanas publicados em 2010 confrontaram-se com esta dificuldade.

A realização do primeiro Censo após a independência constituiu, assim, um momento importante na história de Angola, proporcionando a criação de uma base empírica sobre a demografia de Angola que permite aos agentes económicos processos de tomada de decisão melhor fundamentados.

O último censo realizado em Angola, datava de 1970 e tinha apurado como população residente em Angola 5.646.166.

O Censo teve lugar segunda quinzena de Maio pelo que, no momento em que procedemos à actualização deste estudo, encontram-se disponíveis, somente, resultados preliminares mas que, contudo, permitem constituir uma base de dados sociodemográficos actualizados, da maior importância para decisores políticos e económicos.

Os Resultados Preliminares do Censo 2014 mostram que a população residente em Angola em 16 de Maio de 2014 (momento censitário) era de 24, 3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Angola, é um País com um número de mulheres mais elevado do que homens. O índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é de 94. Isto significa que existem 94 homens por cada 100 mulheres. Esta tendência é comum em todas as províncias, excepto para a província da Lunda Norte. Nesta província, o índice de masculinidade é de 106, isto é, existem 106 homens por cada 100 mulheres.

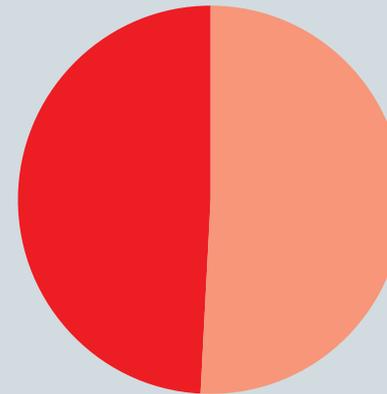
ISTO SIGNIFICA QUE EXISTEM

94 HOMENS POR CADA 100 MULHERES.

A província com o índice de masculinidade mais baixo é a do Cunene, onde existem 88 homens por cada 100 mulheres. A província de Luanda é a que apresenta o maior número de habitantes, com 6,5 milhões de residentes. A província do Bengo com 274.053 é a província onde residem menos pessoas.

Angola é um país vasto com uma superfície de 1 246 700 quilómetros quadrados, porém com uma densidade populacional de 19 habitantes por quilómetros quadrados.

ANGOLA
**DISTRIBUIÇÃO
DA POPULAÇÃO
POR GÉNERO (MILHÕES)**



51% MULHERES

49% HOMENS

1.1.2 População por Províncias

Em 16 de Maio residiam em Angola exactamente 24.383.301 pessoas, sendo 11.803.488 do sexo masculino e 12.579.813 do sexo feminino.

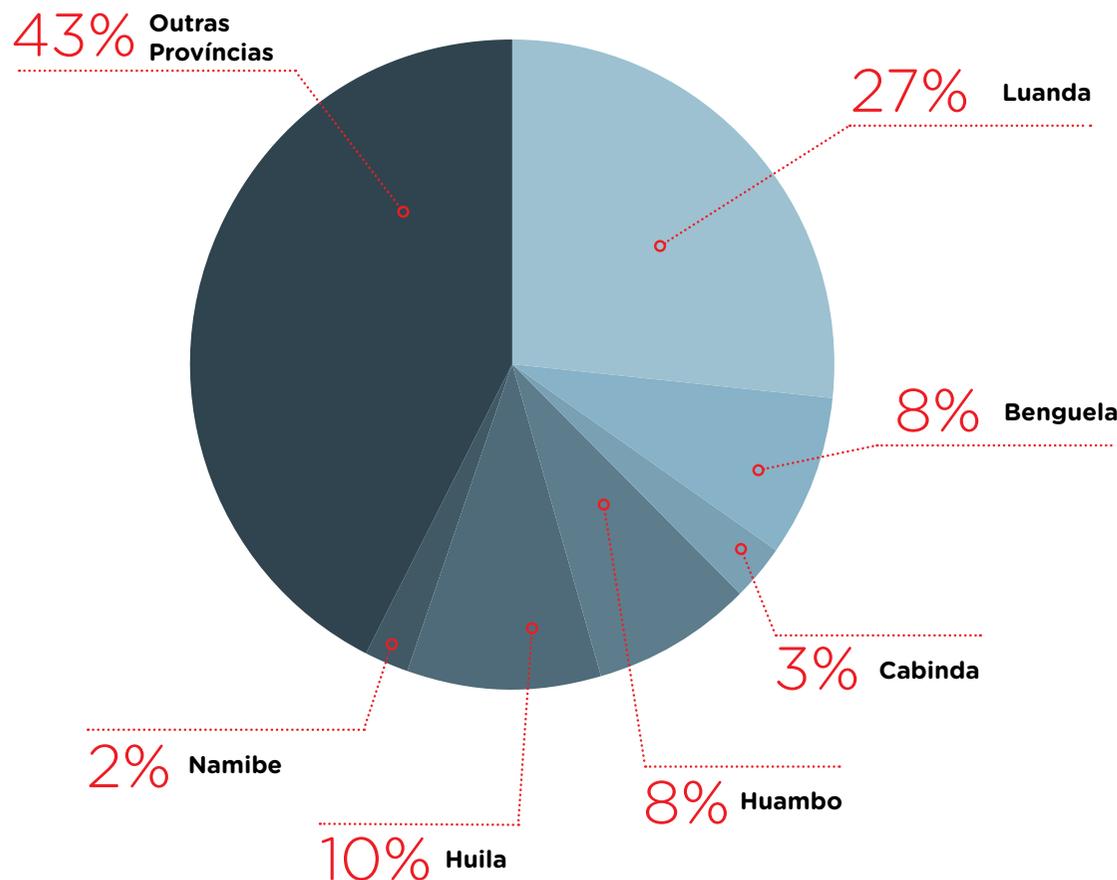
	Total		Homens		Mulheres		Índice Masculinidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Angola	24 383 301	100,0	11 803 488	100,0	12 579 813	100,0	93,8
Urbana	15 182 898	62,3	7 373 503	62,5	7 809 395	62,1	94,4
Rural	9 200 403	37,7	4 429 985	37,5	4 770 418	37,9	92,9
Províncias-Alvo							
Luanda	6 542 944	26,9	3 205 346	27,2	3 337 598	26,6	96,0
Benguela	2 036 662	8,4	961 484	8,2	1 075 178	8,6	89,4
Cabinda	688 285	2,8	337 068	2,9	351 217	2,8	96,0
Huambo	1 896 147	7,8	899 690	7,6	996 457	7,9	90,3
Huíla	2 354 398	9,7	1 117 342	9,5	1 237 056	9,9	90,3
Namibe	471 613	1,9	227 653	1,9	243 960	1,9	93,3
Sub-Total Províncias-Alvo	13 990 049	57%	6 748 583	57%	7 241 466	58%	
Outras Províncias							
Zaire	567 225	2,1	281 892	2,1	285 333	2,0	98,8
Uíge	1 426 354	5,9	698 958	5,9	727 396	5,8	96,1
Cuanza Norte	427 971	1,8	208 933	1,8	219 038	1,7	95,4
Cuanza Sul	1 793 787	7,4	865 021	7,3	928 766	7,4	93,1
Malanje	968 135	4,0	471 788	4,0	496 347	4,0	95,1
Lunda Norte	799 950	3,3	411 030	3,5	388 920	3,1	105,7
Bié	1 338 923	5,5	636 370	5,4	702 553	5,6	90,6
Moxico	727 594	3,0	353 986	3,0	373 608	3,0	94,7
Cuando-Cubango	510 369	2,1	247 983	2,1	262 386	2,1	94,5
Cunene	965 288	4,0	450 814	3,8	514 474	4,1	87,6
Lunda Sul	516 077	2,1	253 768	2,2	262 309	2,1	96,7
Bengo	351 579	1,4	174 362	1,5	177 217	1,4	98,4
Sub-Total Outras Províncias	10 393 252	43%	5 054 905	43%	5 338 347	42%	

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
DE ANGOLA POR PROVÍNCIA (2014)

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

A LUNDA NORTE É A PROVÍNCIA COM O MAIOR ÍNDICE
DE MASCULINIDADE CERCA DE 106 HOMENS
PARA CADA 100 MULHERES

Distribuição População por Províncias-Alvo e Outras Províncias (%)
Gráfico 1



As províncias-alvo do estudo representam uma população total de 13.990.049 habitantes, 57% do total do país, sendo que as províncias de Luanda, Huíla, Benguela e Huambo são as quatro mais populosas do país.

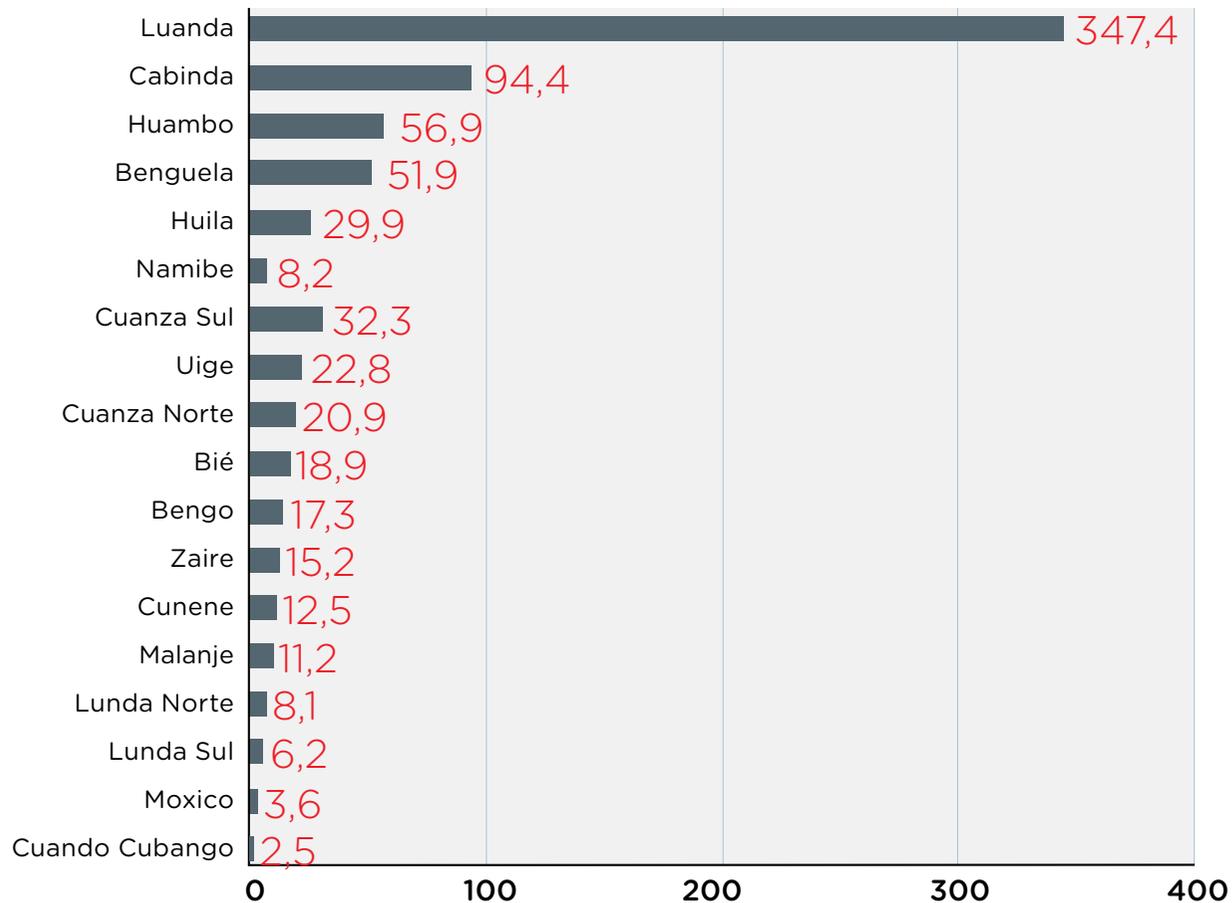
A província do Bengo registou o menor número de residentes com 1% da população do país. Seguem-se outras cinco províncias com uma população inferior a 3% da população nacional, nomeadamente, Cuanza Norte, Namibe, Zaire, Cuando Cubango e Lunda Sul. Estas seis províncias concentram apenas 11% da população nacional.

1.1.3. Densidade Demográfica

Para cada quilómetro quadrado do país residem 19 pessoas. As quatro províncias com maior densidade demográfica encontra-se entre as províncias-alvo deste estudo, conforme já referido.



Densidade Demográfica por Província, 2014
Gráfico 2



No extremo oposto encontram-se 2 províncias do Leste do país, nomeadamente, a província do Cuando Cubango com cerca de 3 habitantes por quilómetro quadrado, seguida pela província do Moxico com 4 habitantes por quilómetro quadrado.

Comparando os gráficos 1 e 2, verifica-se que as 3 províncias que têm o maior número de habitantes não são as que apresentam maior densidade populacional, excepto Luanda.

As províncias da Huíla e Benguela em termos de distribuição populacional estão em segundo e terceiro lugar, contudo em termos de densidade populacional são superadas por Cabinda e Huambo.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2013-2017

1.2.1 Enquadramento Estratégico de Longo-Prazo

A adopção do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND) introduziu uma importante alteração de contexto, face aos estudos publicados em 2010.

Com efeito, o PND vem definir o rumo de médio-prazo do país, no horizonte de uma legislatura. Os eixos de actuação do Governo, os grandes projectos de investimento público, geradores de oportunidades, encontram-se, claramente, definidos no documento.

Com propriedade, podemos afirmar que, no futuro, o PND será considerado como o documento-charneira do processo de diversificação da economia nacional, sendo, neste sentido, de leitura obrigatória por parte dos agentes económicos.

O Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017) tem o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido pela Estratégia Nacional “Angola 2025”, que fixa as Grandes Orientações para o Desenvolvimento de Angola, de que se destacam:

- Garantir a Unidade e a Coesão Nacional;
- Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil;
- Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema;
- Promover o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o Futuro às Gerações Vindouras;
- Promover o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado;
- Desenvolver de Forma Harmoniosa o Território Nacional;
- Promover a Inserção Competitiva da Economia Angolana no Contexto Mundial e Regional.

1.2.2 Objectivos Nacionais de Médio-Prazo

O Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo 2013-2017 pautar-se-á, em consonância com o seu enquadramento estratégico, pelos seguintes Grandes Objectivos Nacionais:

- Preservação da unidade e coesão nacional.
- Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento.
- Melhoria da qualidade de vida.
- Inserção da juventude na vida activa.
- Desenvolvimento do sector privado.
- Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

**GARANTIA DOS PRESSUPOSTOS BÁSICOS
NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO.**

Estes objectivos suportam-se em políticas nacionais que sintetizamos nas tabelas seguintes:



Objectivos Plano	Políticas Nacionais	Objectivos Políticas Nacionais
Preservação da Unidade e Coesão Nacional	População	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a incidência da pobreza e as desigualdades sociais; • Melhorar substancialmente o nível de vida das famílias, promovendo um adequado equilíbrio entre a redução da fecundidade e a queda da mortalidade; • Reduzir significativamente as mortalidades materna, mortalidade infantil e infanto-juvenil; • Reequilibrar a distribuição da população pelo território, criando incentivos à mobilidade das populações; • Aumentar o grau de escolarização dos jovens e diminuir o número de analfabetos adultos, em particular da população rural, de forma a elevar o nível de conhecimento e qualificação da população; • Promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica; • Elevar o nível de bem-estar e a independência económica da população idosa; • Promover a dignidade, a autonomia e a auto-suficiência económica dos indivíduos portadores de deficiência; • Promover, com o apoio da sociedade civil, a igualdade de direitos, obrigações e oportunidades entre homens e mulheres; • Respeitar e valorizar a identidade e singularidade dos grupos etno- linguísticos; • Melhorar o nível de informação e conhecimento das variáveis que caracterizam a população e sua evolução, seja através do Censo Nacional de População e Habitação, a realizar em 2014, seja das estatísticas e inquéritos regulares.
	Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e Modernizar o Sistema de Defesa Nacional; • Melhorar e Modernizar o Sistema de Segurança Nacional.
	Apoio à Reintegração Sócio-Económica de Ex-Militares	<ul style="list-style-type: none"> • Promover acções de reintegração económica e social de ex-militares de forma específica, através da formação e capacitação profissional; • Criar mecanismos adicionais de apoio às famílias dos ex-Militares, de modo a garantir-lhes os meios necessários à manutenção das condições básicas de vida.
	Reforma Tributária e das Finanças Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar as fontes de receita e aumentar a estabilidade financeira nacional, através da implementação de medidas que aumentem a receita tributária não petrolífera e garantam um efectivo combate à evasão e fraude fiscais; • Garantir a estruturação do sistema de gestão das finanças públicas, fazendo acompanhar a desconcentração e descentralização da administração pela desconcentração e descentralização financeira, nomeadamente revendo as competências da Administração Tributária, a nível central e local.
	Promoção do Desenvol. Equilibrado do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o desenvolvimento equilibrado e equitativo do território, valorizando o potencial de cada área, para o reforço da economia e o desenvolvimento nacional.

Objectivos Plano	Políticas Nacionais	Objectivos Políticas Nacionais
Preservação da Unidade e Coesão Nacional	Modernização da Administração e Gestão Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a elevação contínua da qualidade dos órgãos e serviços da Administração Pública ao nível da prestação de serviço público ao cidadão e em benefício da Economia; • Melhorar a relação entre a administração e os agentes económicos e consolidar o exercício dos direitos e deveres de cidadania consagrados na Constituição e demais legislação; • Reforçar o sentido de missão e o comprometimento do servidor público para com a prestação de serviços de melhor qualidade para o cliente, utente e consumidores; • Melhorar a eficiência do sistema nacional de planeamento e da administração financeira, para que o planeamento seja um verdadeiro instrumento de gestão orientado para os resultados, com a consequente criação das condições de melhoria do funcionamento do Estado; • Melhorar a informação estatística oficial, com base na qual o Estado possa fundamentar as suas políticas e “monitorizar” a respectiva execução, bem como determinar o seu grau de eficácia; • Aproximar os órgãos de decisão das populações e das situações a atender, criando as autarquias locais e dotando-as de maior capacidade para exercerem com eficiência e eficácia um serviço público de maior qualidade e oportunidade; • Utilizar novos instrumentos de financiamento de investimentos públicos, com destaque para as Parcerias Público Privadas
	Estabilidade e Regulação Macroeconómica	<ul style="list-style-type: none"> • Situar a inflação acumulada anual abaixo dos dois dígitos; • Garantir a provisão de bens e serviços públicos e semi-públicos, sem colocar em risco a sustentabilidade das contas públicas; • Assegurar a manutenção de um nível adequado de Reservas Internacionais Líquidas (RIL), para a garantia da solvabilidade externa do País e a protecção da economia nacional contra eventuais choques externos.
	Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvol.	Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica: <ul style="list-style-type: none"> • Promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego; • Valorizar os recursos naturais, possibilitando o alongamento das cadeias de valor e a construção de clusters e fileiras com base nos recursos endógenos; • Aumentar a auto-suficiência do País, através da gradual substituição selectiva/competitiva das importações; • Ampliar a diversificação da economia através do fomento empresarial privado. • Promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego; • Valorizar os recursos naturais, possibilitando o alongamento das cadeias de valor e a construção de clusters e fileiras com base nos recursos endógenos; • Aumentar a auto-suficiência do País, através da gradual substituição selectiva/competitiva das importações; • Ampliar a diversificação da economia através do fomento empresarial privado.

Objectivos Plano	Políticas Nacionais	Objectivos Políticas Nacionais
Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolv.	Promoção do Emprego e Capacitação e Valorização dos Recursos Humanos Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma política de prioridade ao emprego e à valorização dos recursos humanos nacionais; • Promover a inserção e reinserção na vida activa; • Apoiar a Formação Profissional ao Longo da Vida; • Modernizar a Organização do trabalho.
	Apoio às Exportações	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o valor acrescentado das exportações petrolíferas; • Aumentar e diversificar as exportações não petrolíferas, promovendo os sectores com vantagens comparativas de custos nos mercados internacionais.
Apoio ao Empresariado Nacional	Promoção do Empreendedorismo e do Desenvolvimento do Sector Privado Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de uma classe empresarial preparada para dinamizar a actividade económica; • Promover o surgimento de novas empresas, nomeadamente de base nacional; • Apoiar as empresas de capitais maioritariamente angolanos a ultrapassar o desnível competitivo que as separa das empresas de referência internacionais; • Diminuir os custos de transacção inerentes à actividade económica no País; • Combater todas as formas de concorrência desleal e de actos lesivos ao sã funcionamento dos mercados.
Melhoria da Qualidade de Vida	Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Protecção Social	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a desenvolver e consolidar as acções que visam uma melhor repartição do rendimento nacional; • Melhorar a implementação, de forma integrada, dos programas de rendimento mínimo e outras formas de protecção social.
Inserção da Juventude na Vida Activa	Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Promover soluções para os principais problemas da juventude e alcançar os grandes objectivos de democracia participativa e de desenvolvimento social; • Promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica.
Inserção Competitiva de Angola no Contexto Internacio- nal	Reforço do Posicionament o de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na União Africana e na SADC	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições favoráveis para a modernização do País e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais globalizado e incerto; • Participar e influenciar o processo regional de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo, procurando soluções colectivas para os problemas do continente e para os problemas internacionais na base do direito internacional e reconhecendo um papel central à União Africana e à ONU; • Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, nomeadamente nas regiões circunvizinhas; • Proteger os interesses do País no exterior e promover a imagem de Estado democrático e de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente.

CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA
A MODERNIZAÇÃO DO PAÍS E PARA A MELHORIA
DA COMPETITIVIDADE DE ANGOLA NUM MUNDO
CADA VEZ MAIS GLOBALIZADO E INCERTO.

TABELA 2
POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (PND 13-17)

A RE-INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANGOLA

Um dos objectivos centrais do PND 2013-2017 é a diversificação da economia nacional, geradora de crescimento independente do ciclo (perigoso) da indústria petrolífera.

Com efeito, promover o desenvolvimento da indústria transformadora, nomeadamente no contexto do cluster da alimentação e da diversificação da economia nacional, em bases sustentáveis, contribuindo para a geração de emprego, o aproveitamento das matérias-primas agrícolas e minerais, o equilíbrio da balança comercial e a economia de divisas são objectivos claramente definidos no PND 13-17.

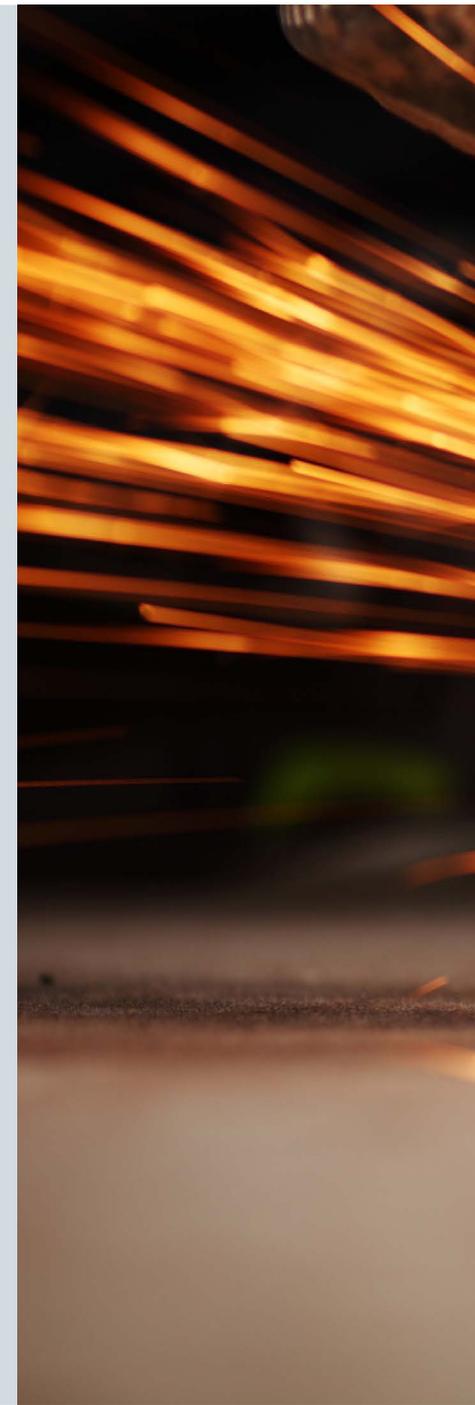
O Programa de Industrialização de Angola 2013-2017, já elaborado mas ainda não aprovado, constituirá a materialização dos grandes objectivos de desenvolvimento do sector da indústria transformadora, assentando em 7 sectores prioritários:

- Indústrias alimentares e de bebidas;
- Indústrias têxtil de vestuário e de calçado;
- Indústrias da madeira, do mobiliário de madeira e da pasta, papel e cartão;

- Indústrias química e farmacêutica;
- Indústrias dos minerais e dos materiais de construção não metálicos;
- Indústrias metalúrgicas de base, dos produtos metálicos, das máquinas e material de transporte;
- Reciclagem.

De momento, a informação sobre o conteúdo do Programa de Industrialização é ainda escassa, na exacta medida em que o mesmo ainda aguarda aprovação. Contudo, existem componentes do programa já aprovadas e em fase de lançamento. De entre estas, salientamos o PROFIR - Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural, que tem como objectivos globais, a promoção, a nível local, do:

- crescimento económico,
- aumento do emprego,
- diversificação da economia,
- promoção do empreendedorismo
- desenvolvimento do sector privado.





Os objectivos específicos do programa apontam para:

- apoiar as pequenas e médias empresas industriais como vista à criação de um ambiente global favorável às actividades dos agentes económicos e à orientação prioritária dessas actividades para cadeias produtivas e indústrias seleccionadas com base na dotação de recursos do país e nos contributos potenciais que podem dar para atingir os grandes objectivos nacionais de desenvolvimento.

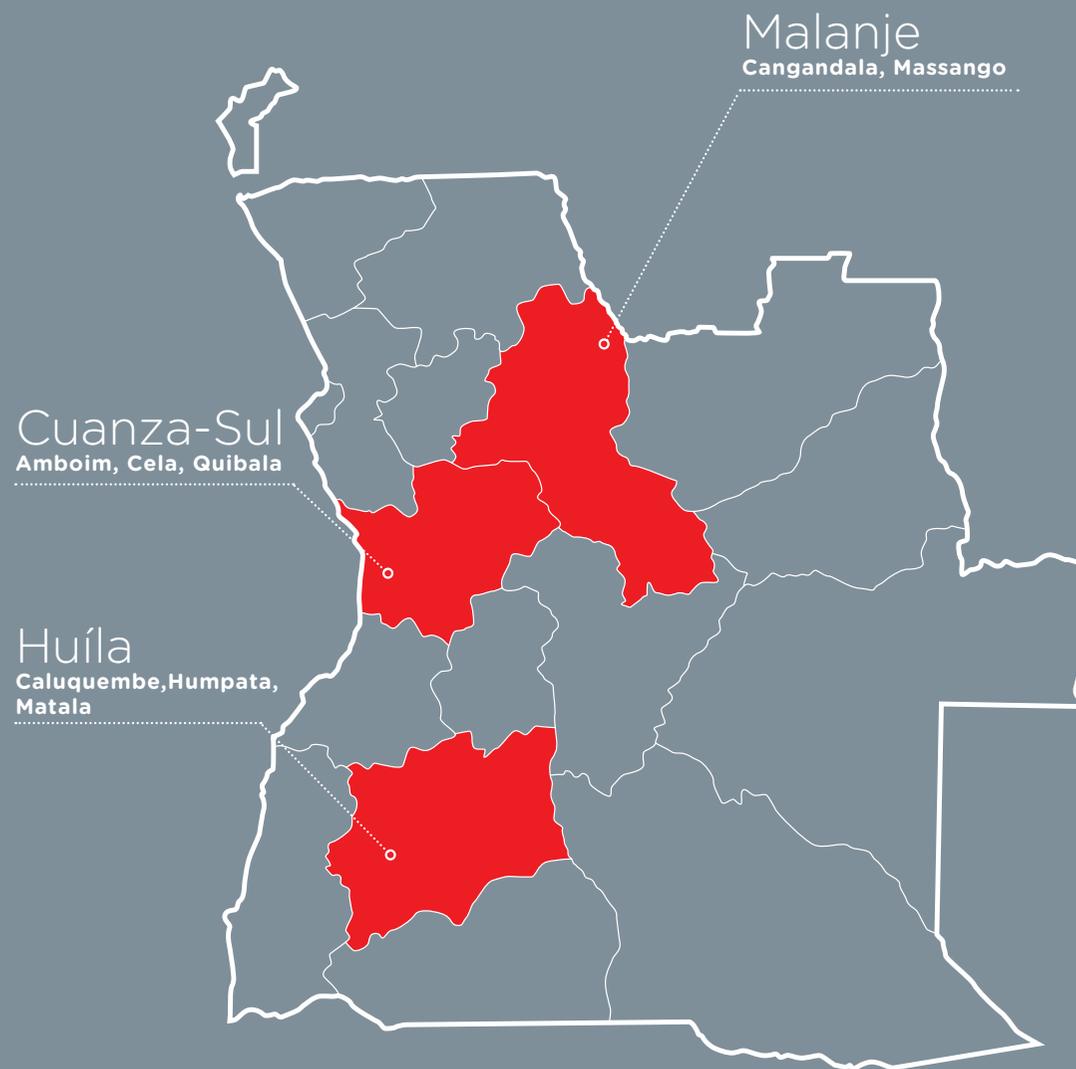
O PROFIR deverá contribuir para a diminuição das assimetrias regionais, da pobreza e da migração da população, sobretudo jovem, ao proporcionar oportunidades de emprego e a melhoria da qualidade de vida nos municípios. O PROFIR deverá, por outro lado, dinamizar a diversificação da produção local e surgimento de uma marca da pequena indústria rural com expressão nacional. Do ponto de vista sectorial, existem condições de desenvolvimento de micro e pequenas actividades industriais e de prestação de serviços nas fileiras da agroindústria, indústria alimentar, indústria de materiais de construção, indústria da madeira e unidades de prestação de serviços (oficinas).

PROFIR - Cobertura Territorial (1ª Fase) Mapa 1

Do ponto de vista territorial, foram seleccionadas para intervenção, numa primeira fase, as províncias e municípios identificados no Mapa 1:

Nestas zonas, o diagnóstico levado a cabo pelo Ministério da Indústria concluiu pela existência de matéria-prima a transformar, de recursos para o desenvolvimento da indústria rural e de sinais de empreendedorismo real e / ou potencial.

No que respeita ao modelo de intervenção, o PROFIR disponibilizará meios, incentivos, conhecimentos e assistência técnica profissional aos pequenos promotores que se organizem em micro-empresas e cooperativas de modo a aceder, de forma organizada e disciplinada e com base em critérios previamente definidos e divulgados, aos serviços previstos. Estruturas de coordenação e de implementação colocadas no terreno aconselharão os pequenos promotores sobre as condições de acesso aos serviços a dispensar pelo programa e aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos seus negócios. Em causa está a mobilização e valorização das capacidades empreendedoras que as comunidades rurais nas comunas, municípios e províncias detêm, bem como a promoção do empreendedorismo e a geração de rendimentos através do fomento de microempresas industriais familiares.



O programa contempla um conjunto de metas ambiciosas:

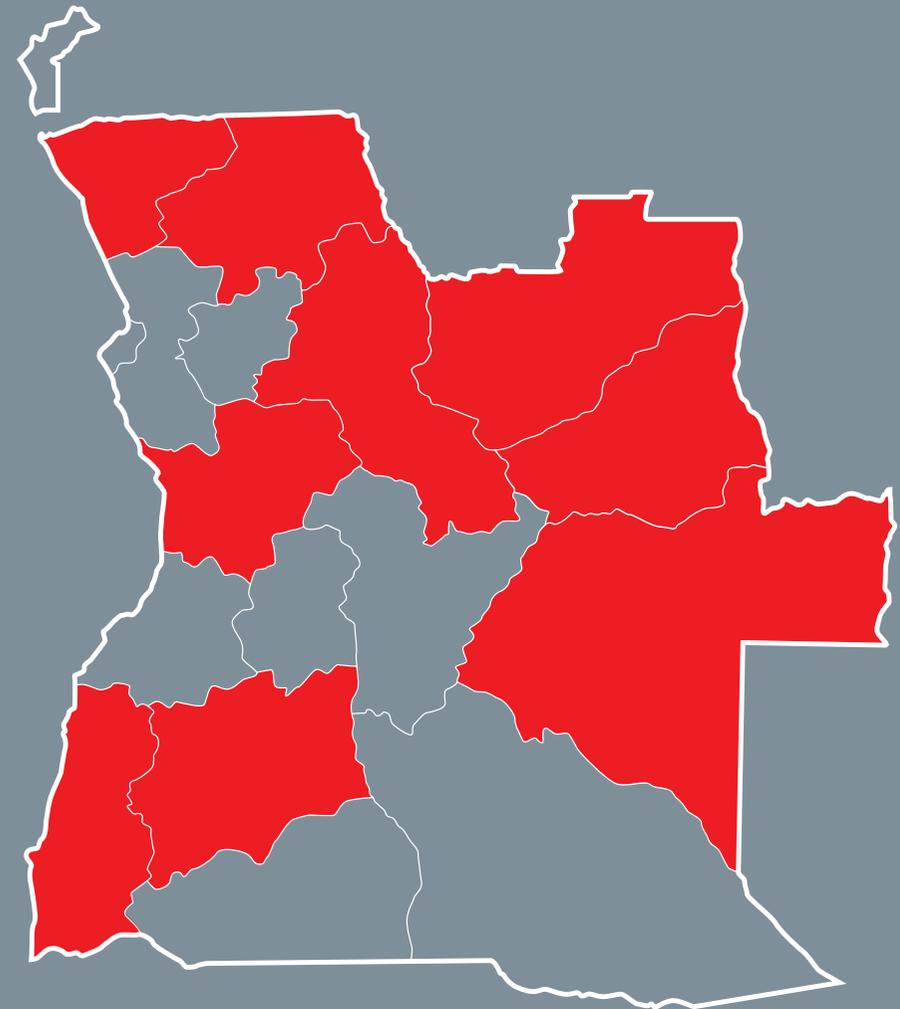
Em 2015

- Cobrir 9 províncias e 27 municípios atingindo as províncias de Malanje, Lunda- Norte, Lunda-Sul, Cuanza-Sul, Huíla, Moxico, Zaire, Uíge e Namibe;
- Promover a criação de 223 unidades industriais e de 47 unidades de prestação de serviços no conjunto das 9 províncias;
- Criar 573 empregos nas 9 províncias;
- Desenvolver, nas 9 províncias, 204 acções de formação em gestão do pequeno negócio, melhoria dos processos de fabrico e igualdade de género, beneficiando, pelo menos, 222 unidades;
- Contemplar pelo menos 270 unidades de prestação de serviços com financiamento e distribuir cartões de industrial local aos respectivos promotores;
- Munir, pelo menos 243 unidades com a marca PROFIR, certificar 350 produtos locais e organizar, pelo menos, uma feira da pequena indústria em cada município.

A partir de 2016

- Crescimento e expansão para outras províncias, sendo que a abrangência à totalidade do espaço nacional é a principal meta a alcançar em 2017;
- Expandir o programa a todas as províncias e a, pelo menos, 3 municípios por província;
- Promover a criação de 1.500 unidades industriais e de prestação de serviços no conjunto das 9 províncias;
- Criar cerca de 7.000 postos de trabalho nas províncias abrangidas;
- Desenvolver cerca de 1.00 acções de formação em gestão de pequeno negócio, melhoria de processos de fabrico e igualdade de género, beneficiando, pelo menos, 690 unidades;
- Contemplar, nas 9 províncias, pelo menos 1.500 unidades industriais e de prestação de serviços com financiamento e distribuir cartões de industrial local aos respectivos promotores;
- Munir, pelo menos, 1.300 unidades com a marcar PROFIR, certificar pelo menos 1.700 produtos locais e organizar, pelo menos, uma feira de pequena indústria em cada município.

PROFIR - Cobertura Territorial (2ª Fase) Mapa 2



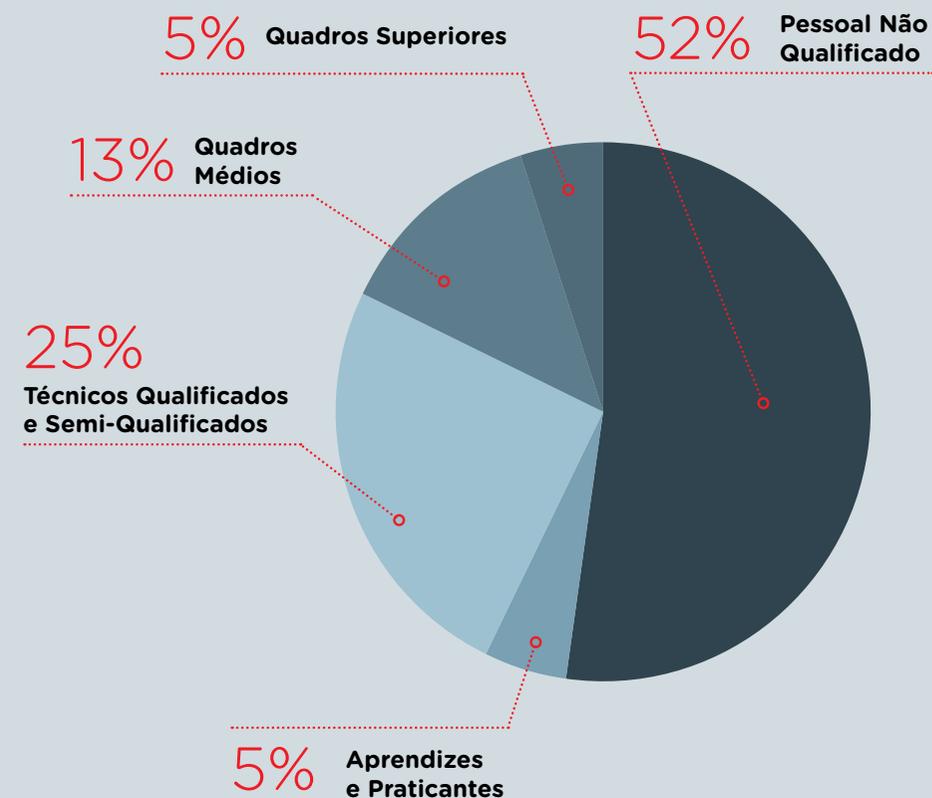
O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE QUADROS

1.4.1 Objectivos

A criação de emprego é um dos desafios centrais do PND 13-17. Actuar o lado da procura, através da diversificação da economia em sectores mais intensivos em mão-de-obra, é parte da equação. A outra parte remete para a qualificação da oferta e, nesta matéria, muito está por fazer.

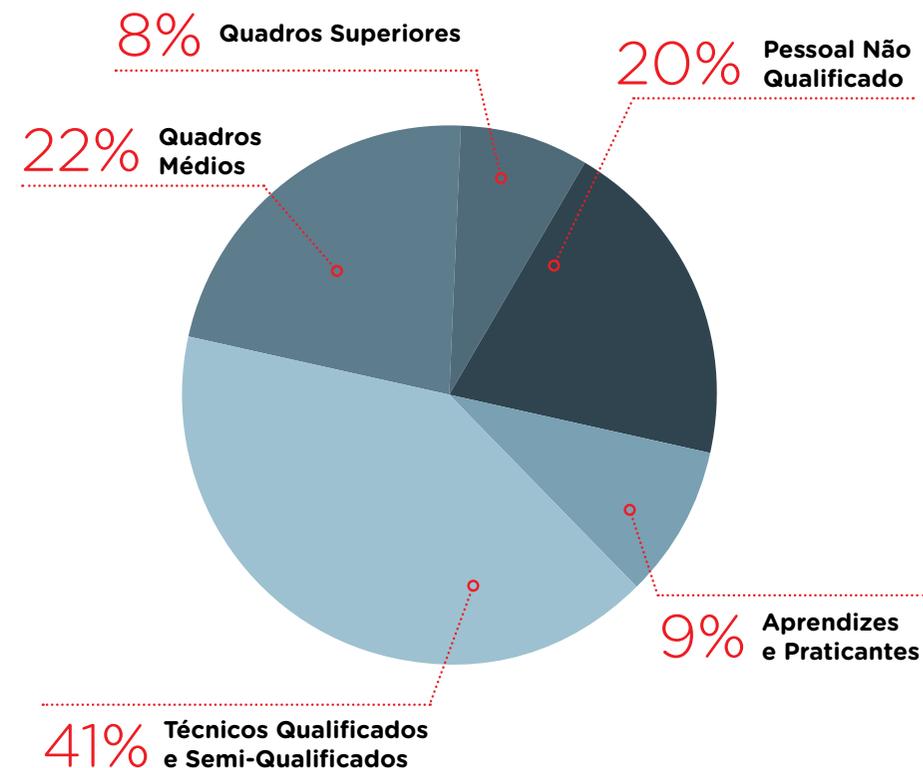
Com a questão do emprego na ordem do dia, o Governo decidiu avançar com a elaboração do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ). Trata-se da operacionalização da Estratégia Nacional de Formação de Quadros e visa disponibilizar as competências necessárias ao desenvolvimento da economia e da sociedade angolanas, contribuindo para uma alteração profunda das características e estrutura dos recursos humanos do país. O PNFQ reflecte, simultaneamente, o reconhecimento pelo Executivo da importância atribuída à valorização dos recursos humanos e da necessidade de ajustar o sistema nacional de ensino e formação às exigências do mercado de trabalho.

Estrutura Actual dos Recursos Humanos
Gráfico 3



A CONCRETIZAÇÃO DESTE OBJECTIVO TERÁ DE ALICERÇAR-SE NA CRIAÇÃO DE UMA FILEIRA DO ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA QUE ARTICULE ENSINO MÉDIO TÉCNICO E ENSINO PROFISSIONAL.

Estrutura Prospectiva dos Recursos Humanos (2020) Gráfico 4



Este ajustamento será feito e terá em linha de conta as competências técnicas e profissionais, numa perspectiva de desenvolvimento económico, social e institucional, durável e sustentável.

O PNFQ pretende contribuir para o desenvolvimento do potencial humano de Angola, através da formação de quadros nacionais em domínios profissionais estratégicos, tendo em vista um maior e melhor desempenho das instituições, nomeadamente, da Administração Pública, Central e Local, das Empresas e das Organizações da Sociedade Civil.

A concretização deste objectivo terá de alicerçar-se na criação de uma fileira do ensino e formação técnica e tecnológica que articule ensino médio técnico e ensino profissional. Esta articulação deverá ser feita numa lógica de acumulação, reconhecimento e transferência das formações e competências individuais, com base em sistemas de qualificação transparentes, bem articulados e centrados nos resultados.

1.4.2. Programas de Acção

O PNFQ está estruturado em programas de acção que têm como princípio orientador a formação para o emprego, destacando-se os seguintes:

- Formação de Quadros Superiores;
- Formação de Quadros Médios;
- Formação e Capacitação de Professores e Investigadores para o Ensino Superior e o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Formação de Quadros Docentes e de Especialistas e Investigadores em Educação;
- Formação de Quadros para a Administração Pública;
- Formação de Quadros para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial;
- Apoio à Procura de Formação Superior: Política Pública de Bolsas de Estudo;
- Emprego e Formação Profissional.

Os programas de acção incluem cursos em diferentes áreas científicas, nas quais será concentrado o esforço de ajustamento da oferta de ensino médio e superior, e de formação profissional.

As áreas científicas prioritárias são aquelas em que Angola revela escassez de quadros médios, com oferta abaixo das necessidades do país, ou mesmo, nalguns casos, ausência de oferta de profissionais:

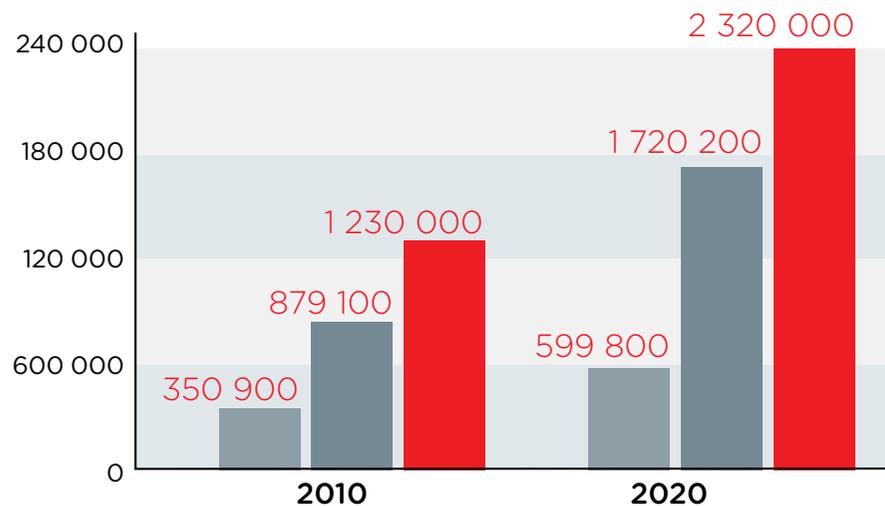
- Audiovisual e Media;
- Biotecnologia Agrária e Alimentar
- Ciências Biológicas;
- Química;
- Ciências Farmacêuticas;
- Ciências Veterinárias;
- Medicina e outras ciências da saúde;
- Ciências Agrárias e da Terra;
- Design e Moda;
- Enfermagem;
- Construção Civil;
- Indústria Agro-Alimentar;
- Ambiente;
- Electrotecnia e Electrónica;
- Gestão Florestal e de Recursos Naturais;
- Informática (redes);
- Mecânica;
- Geologia e Minas;
- Ciências do Mar;
- Petróleos;
- Indústria Têxtil;
- Telecomunicações;
- Transportes e Logística;
- Gestão e Administração;
- Gestão Hoteleira e do Turismo;
- Ciências Sociais;
- Ciências da Comunicação.

OS PROGRAMAS DE ACÇÃO INCLUEM CURSOS EM DIFERENTES
ÁREAS CIENTÍFICAS, NAS QUAS SERÁ CONCENTRADO
O ESFORÇO DE AJUSTAMENTO DA OFERTA DE ENSINO MÉDIO
E SUPERIOR, E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

1.4.3 Resultados e Metas a Alcançar

O PNFQ estabelece como meta a formação e qualificação, até 2020, de , pelo menos, 1 milhão de quadros técnicos e empreendedores angolanos, sobretudo nas áreas onde Angola tem maiores carências, como sejam as áreas agrícola, técnicas e tecnológicas.

Evolução do Stock Nacional de Quadros (2010-2020) Gráfico 5



Fonte: AICEP

As metas do PNFQ estão definidas em função dos objectivos nacionais e deverão ser protegidas pelo Executivo da turbulência orçamental decorrente da queda do preço do petróleo. No entanto, os ajustamentos a realizar na oferta interna terão de ter, necessariamente, em conta as diferenças, as necessidades e sobretudo as potencialidades das diferentes províncias e sectores.

Estas metas são aferidas sempre que necessário, adaptando-se às dinâmicas do desenvolvimento de Angola que, num caso ou noutro, pode considerar mais conveniente a aposta num determinado sector em detrimento de outro.

Os resultados e metas a alcançar contemplam a qualidade do ensino e formação como prioridade, sendo esta uma componente fundamental para inserção dos jovens num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e para o seu contributo efectivo para o desenvolvimento das instituições.

As orientações emanadas do PNFQ reconhecem a importância da diversificação de percursos escolares de carácter qualificante, nomeadamente o ensino técnico- profissional e a formação profissional e a sua articulação com os restantes sistemas de ensino, para satisfação das necessidades de desenvolvimento e crescimento do país e prossecução de uma política de emprego.



1.4.4 Mecanismos de Resposta às Necessidades

Para concretizar estas metas, o PNFQ contempla um conjunto de instrumentos de resposta às necessidades:

- **OFERTA INTERNA**

medidas que visam o ajustamento da oferta formativa disponibilizada pelas estruturas nacionais de educação-formação, nos níveis superior, graduado e avançado, médio e profissional;

- **OFERTA EXTERNA**

estruturas externas de educação e formação que possa ministrar em Angola alternativas à formação, no estrangeiro, de quadros nacionais;

- **POLÍTICA NACIONAL DE BOLSAS**

incentivo de natureza financeira à educação / formação com vista à frequência de cursos em função das prioridades do PNFQ;

- **CAPTAÇÃO NA DIÁSPORA**

inclui medidas que visam chamar para Angola quadros angolanos com formação adquirida em áreas críticas e necessários ao desenvolvimento do país;

- **QUADROS ESTRANGEIROS**

a contratação de quadros estrangeiros por tempo limitado, admite-se apenas para responder aos desafios da criação de capacidade interna em áreas estratégicas e urgentes para o desenvolvimento de Angola.

1.4.5 Parcerias

O sucesso na implementação do PNFQ dependerá do estabelecimento de parcerias, do lado da procura e do lado da oferta, bem como a criação de sinergias de colaboração e articulação entre essas entidades.

ENSINO MÉDIO TÉCNICO

- Instituições de Ensino Médio Técnico

ENSINO SUPERIOR

- Universidades
- Academias
- Institutos Superiores Técnicos e Politécnicos
- Escolas Superiores Técnicas e Politécnicas

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

- Instituições, públicas e privadas, de formação de professores de nível médio e superior

INVESTIGAÇÃO

- Unidades de investigação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Centros de Formação Profissional (públicos e privados)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Órgãos da Administração Pública Central, Provincial

SECTOR EMPRESARIAL

- Empresas públicas e privadas

SOCIEDADE CIVIL

- Associações e Organizações Profissionais

A NOVA PAUTA ADUANEIRA: PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Conforme já referido, Estabilidade, Crescimento e Emprego é a ideia-força do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Por detrás desta ideia-força revela-se uma nova ideia de Angola:

ESTABILIDADE

a estabilidade política e social constitui o mais importante e extraordinário feito da primeira década de paz em Angola. Foi a estabilidade política e social que permitiu a reposição da base infraestrutural do país. Estradas, pontes, caminhos-de-ferro, redes de distribuição de energia eléctrica, água e saneamento, tudo isto foi sistematicamente destruído ao longo de décadas de guerra. A reposição de uma base infraestrutural mínima cria as condições para o lançamento de uma nova etapa do processo de desenvolvimento.

CRESCIMENTO

o sector petrolífero alavancou o crescimento da economia angolana ao longo da primeira década de paz. Permitiu a reconstrução do país, criando condições para a diversificação da economia. A próxima será a década do crescimento na diversidade. A agricultura, a indústria e o comércio deverão ser os motores do crescimento na segunda década de paz em Angola.

EMPREGO

o sector petrolífero, bem como o sector financeiro (outro dos grandes dinamizadores do crescimento económico), não são particularmente intensivos em mão-de-obra. A agricultura, a indústria e o comércio são sectores fundamentais para a criação de postos de trabalho que permitam reduzir sensivelmente os níveis (muito elevados) de desemprego e sub-emprego em Angola.

E chegando à variável emprego, regressamos à variável estabilidade. Sem emprego, é a estabilidade social que estará em causa. E Angola não pode perder aquilo que tanto lhe custou a conquistar.

A pauta aduaneira recentemente adoptada por Angola tem de ser entendida à luz destas prioridades políticas. É uma medida de política, lógica e consequente, que visa apoiar a produção nacional existente, protegendo os postos de trabalho que cria, e incentivar a produção nacional emergente, geradora de mais e melhor emprego.

É importante que dirigentes políticos e económicos em Portugal desenhem uma estratégia que posicione Portugal como parceiro económico relevante nesta nova etapa de desenvolvimento de Angola. E para isso é fundamental conhecer e agir em função dos principais documentos enquadradores da estratégia de desenvolvimento de Angola:

- **Angola 2025, Estratégia de Desenvolvimento a Longo-Prazo;**
- **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.**

1.5.1 Capítulos Agravados

Neste sentido, a nova pauta aduaneira enquadra-se numa política de diversificação da economia nacional, assente na protecção da produção nacional emergente. Por esta razão existe um conjunto de produtos cujas taxas foram agravadas:

DE FORMA A PROTEGER A PRODUÇÃO NACIONAL

- águas de mesa e águas gaseificadas;
- bebidas alcoólicas e bebidas à base de sumos de fruta (sumos);
- todos os produtos hortícolas e tubérculos;
- livros escolares até 9ª classe;
- peixe (bagre e tilápia, caucusso);
- ovos (para alimentação);
- mel;
- fruta;
- café (sob todas as formas);
- cereais (excepto os destinados ao sector agrícola);
- conservas e preparações de carne;
- Produtos de pastelaria;
- pães;
- todas as preparações de produtos hortícolas, de fruta ou de outras partes de plantas;
- tintas e vernizes ;
- tubos, juntas, cotovelos, uniões, etc, de plásticos;
- artigos de embalagens e transporte, de plástico, para uso doméstico.

DE FORMA A INCENTIVAR A PRODUÇÃO NACIONAL

- animais vivos (primatas e aves de rapina);

- carnes de espécie bovina, caprina, suína (carcaças, meias-carcaças), gansos e patos, frescas, refrigeradas ou congeladas;
- mármore, pedras e gesso, em bruto;
- garrafas de vidro, de peso superior a 145 g mas a inferior a 950 g;
- materiais de construção (telhas, tijolos e ladrilhos de cimento);
- obras de marcenaria ou de carpintaria para construção, cozinha e sala;
- peixes (carapau e chicharro).

POR MOTIVOS AMBIENTAIS (PROTOCOLO DE MONTREAL)

- substâncias químicas regulamentadas (proibidas ou condicionadas pelo protocolo de Montreal)

POR MOTIVOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE SAÚDE, SEGURANÇA RODOVIÁRIA E OUTROS

- veículos automóveis (ligeiros e pesados) com mais de 3 e 5 anos, respectivamente (proibidas e condicionadas);
- motores de veículos usados, pneumáticos usados e recauchutados;
- cigarros, cigarrilhas, charutos e produtos de tabaco;
- produtos de beleza ou de maquilhagem (excepto para bebés);
- cabelos e perucas e artefactos semelhantes;
- artefactos de joalharia e suas partes;
- alguns veículos, sobretudo os vulgarmente conhecidos por “topo de gama” ou de luxo.

Claramente estas serão produções favoráveis ao investimento, denunciando estes agravamentos uma orientação política no sentido do proteccionismo da produção nacional.

1.5.2 Capítulos Desagravados

De forma complementar, a nova pauta aduaneira desagrava a importação de um conjunto de produtos que constituem inputs para a produção nacional emergente:

APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL

- máquinas e suas partes e acessórios, novos;
- aparelhos e instrumentos, suas partes e acessórios, novos;
- produtos químicos;
- matérias-primas;
- veículos para o transporte de mercadorias;
- tractores;
- alfaias agrícolas e charruas;
- adubos e / ou fertilizantes;
- ferramentas e instrumentos diversos.

POR RAZÕES SOCIAIS, DE MEDICINA E DE SAÚDE PÚBLICA

- produtos da cesta básica (arroz, feijão, açúcar, farinha de milho, óleo alimentar e sabão em barra, de peso superior a 1,5 kgs)
- medicamentos, incluindo vacinas;
- produtos farmacêuticos;
- veículos para o transporte de passageiros com capacidade para 18 passageiros ou mais, incluindo o condutor;
- veículos para os serviços de bombeiros e protecção civil;
- veículos para os serviços funerários;
- preservativos;
- mercadorias para pessoas com deficiência (segundo a respectiva legislação);
- mercadorias importadas para antigos combatentes e veteranos da pátria.



1.5.3 Impacto nas Principais Exportações Portuguesas

De forma a evitar cair no erro de formatar as relações com Angola independentemente do rumo estratégico adoptado pelo País, o qual tem consequências inevitáveis nas oportunidades de negócio e investimento, impõe-se um estudo mais aprofundado das tendências de desenvolvimento prosseguidas por Angola e seu impacto na actividade das empresas Portuguesas.

O mesmo se passa relativamente às relações comerciais entre Portugal e Angola. Analisemos as 50 maiores exportações de Portugal para Angola entre 2010 e 2013 à luz da nova pauta aduaneira:

- 19 produtos, representando cerca de 695 milhões de USD de exportações anuais (51% do total das 50), viram as suas taxas agravadas, sendo que, de entre estes, somente 3 (cervejas, águas adicionadas de açúcar e misturas de sumos sem adição de álcool) passaram a ser abrangidos pela taxa super agravada (50%);
- 26 produtos, representando cerca de 520 milhões de USD de exportações anuais (39% do total) mantêm as taxas em vigor no anterior ordenamento pautal;
- 5 produtos, representando cerca de 137 milhões de USD de exportações anuais (10% do total) viram as suas taxas desagravadas.

Ou seja, somente, metade do valor exportado por Portugal é negativamente afectado pelo aumento dos direitos aduaneiros aplicáveis.

1.5.4 A Eliminação da Obrigatoriedade da Inspeção Pré-Embarque

Uma das mais importantes alterações regulamentares ocorridas nos últimos no domínio do comércio com Angola foi a eliminação obrigatoriedade da inspeção pré-embarque.

Com efeito, desde 11 de Junho de 2013 que a inspeção pré-embarque (IPE) deixou de ser obrigatória para todas as mercadorias que tenham como destino Angola. O Decreto-Presidencial 63/13 revogou os artigos 10º, 11º e 12º do Decreto nº 41/06 de 17 de Junho que regulamenta a IPE. Esta medida visa facilitar o comércio e a redução dos custos com o processo de importação e, simultaneamente, reconhece a capacidade técnica e humana do Serviço Nacional de Alfândegas para proceder a uma adequada e segura verificação e controlo das mercadorias importadas.

Com a implementação de um vasto programa de expansão e modernização das alfândegas foram criadas, gradualmente, condições que permitem à Autoridade Aduaneira de Angola executar com segurança os serviços prestados no âmbito da IPE, com vista, por um lado, a identificar e prevenir fraudes e evasões fiscais na importação de mercadorias e, por outro, a facilitar o comércio com o exterior.

Contudo, a legislação nacional continua a prever a realização de IPE facultativa. Esta inspecção seguirá os mesmos trâmites que se aplicavam à IPE obrigatória, culminando na emissão de um atestado de verificação. Em 2006, o Governo de Angola licenciou três empresas para realização do IPE:

- BIVAC;
- COTECNA Serviços Angola;
- SGS Angola (que entretanto deixou de prestar este serviço).

SOMENTE, METADE DO VALOR EXPORTADO

POR PORTUGAL É NEGATIVAMENTE

AFECTADO PELO AUMENTO DOS DIREITOS

ADUANEIROS APLICÁVEIS.

Capítulos Agravados	Exp. Portugal - Angola	Quota de Mercado (%)	Direitos Importação 2008	Direitos Importação 2014
Cerveja de malte	165 968 130,50	61,8	30	50
Enchidos carne/miudezas/sangue; prep alimentic base estes prod	77 213 385,00	81,6	15	30
Outras construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	65 215 560,00	25,7	20	30
Outras águas adicionadas de açúcar	52 978 753,25	60,7	30	50
Óleo de soja, excepto em bruto	59 579 904,00	66,1	2	10
Barras ferro/aço dentadas, c/ nervuras, sulcos/relevos, a quente	47 328 993,25	9,5	2	30
Outros condutores elétricos, para tensão não > 1.000 V, não equipados com conectores	33 259 956,75	7,2	5	30
Ladrilhos, cubos, p/ pavimento, vidrados/esmaltados, >= 7cm2	26 118 705,50	10,8	15	30
Torres e pórticos, de ferro/aço	14 771 274,25	16,0	5	30
Misturas de sumos sem adição de álcool	12 230 023,50	74,7	15	50
Móveis de metal, excepto para escritório	20 000 056,75	48,0	15	20
Outras obras ferro/aço (tabaqueiras/cigarreiras/escadas/paletes/etc)	19 888 774,25	10,3	5	10
Barras e perfis de ligas de alumínio, excepto perfis ocos	19 358 725,75	16,8	2	10
Móveis de madeira, para quarto de dormir	18 785 748,75	15,5	15	20
Outros produtos de padaria	11 961 523,00	10,3	5	30
Móveis de metal, para escritório	15 189 471,25	30,4	5	20
Outros condutores elétricos, para tensão não > 1.000 V, equipado com conectores	10 753 846,00	10,9	5	30
Outros queijos, excepto frescos/ralados/pó/fundidos/pasta azul	14 289 726,75	32,7	10	20
Outras embalagens, incluídas as capas para discos	10 732 528,50	93,3	15	30
	695 625 087,00			

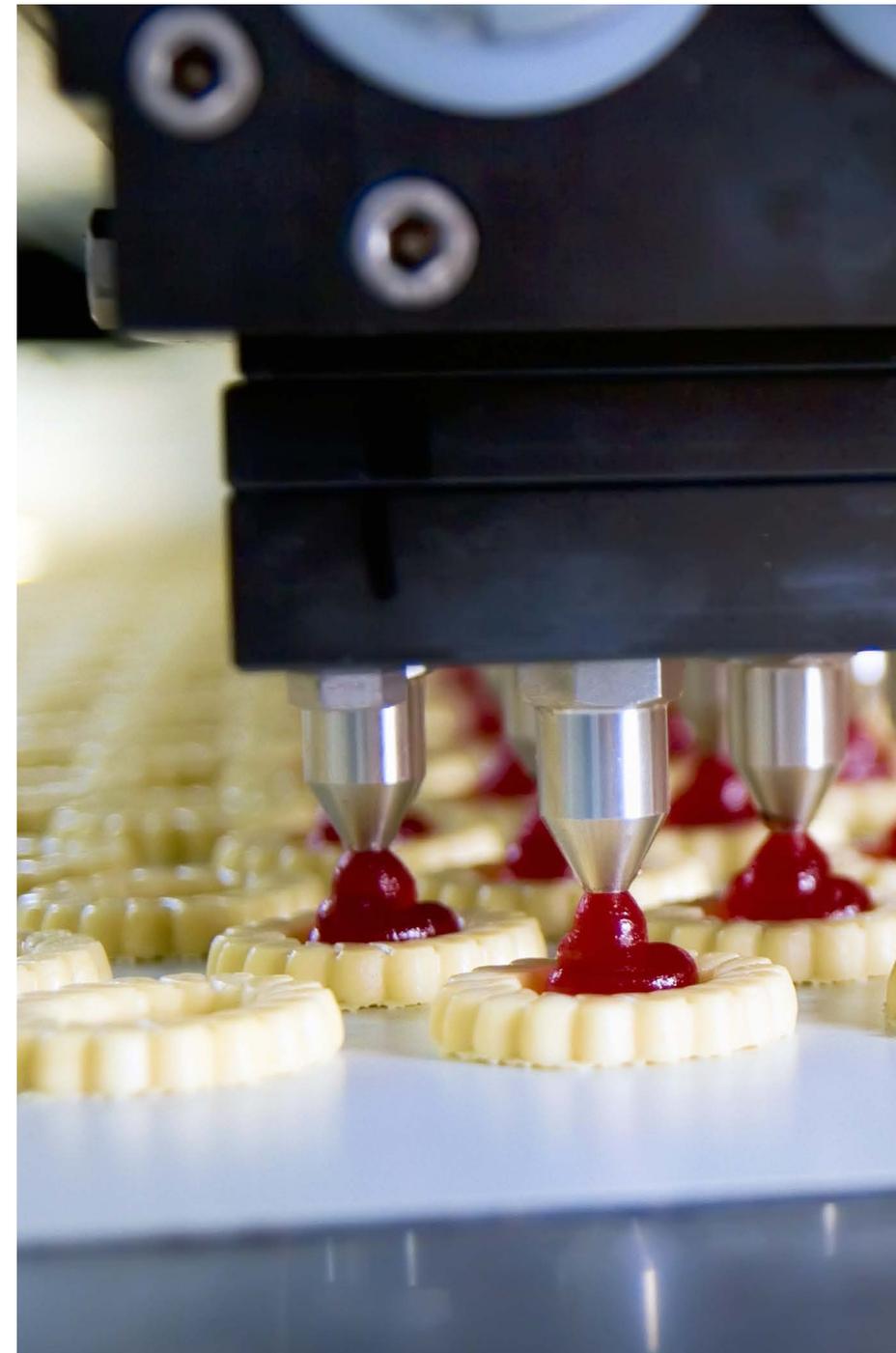
	Capitulos Agravados	Exp. Portugal - Angola	Quota de Mercado (%)	Direitos Importação 2008	Direitos Importação 2014
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; substâncias betuminosas; ceras minerais / / Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, excepto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas, contendo, em peso, 70		40 688 770,00	1,0	2	2
Móveis de madeira, excepto para escritório/cozinha/quarto		38 717 755,50	10,9	20	20
Quadros/cabinas/armários p/comando/distribuição energia até 1 KV		38 449 594,25	22,3	2	2
Outras peças não especificadas, para veículos automóveis		29 312 545,75	2,5	2	2
Veículos comerciais, a gasóleo, PB mais de 20 tons		22 844 470,00	48,9	2	2
Quadros/cabinas/armários p/comando/distribuição energia > 1 KV		18 884 972,50	13,7	2	2
Instrumentos medicina diversos (endoscopia/rim artif/diatermia/etc)		17 136 497,75	13,7	2	2
Aparelhos de recepção, conversão e transmissão / regeneração de voz, imagens / outros dados, incl. comutação e roteamento aparelho		16 891 057,25	27,6	2	2
Aparelh eléctr derivação/ligação circuitos/caixas junção, até 1 KV		15 816 104,75	24,7	2	2
Outras obras de plástico		13 791 535,75	5,5	2	2
Recipientes em ferro/aço para gases comprimidos ou liquefeitos		13 461 829,25	16,0	2	2
Preparações p/alimentação de crianças, embaladas venda retalho		13 154 801,50	23,4	2	2
Outros aparelhos eléctricos de iluminação		12 953 168,75	41,1	10	10
Grupos electrogéneos a diesel > 375 KVA		12 455 280,50	67,7	2	2
Outros vinhos em recipientes até 2 litros		71 282 831,50	8,9	30	30
Aparelhos de ar condicionado c/dispositivo de refrigeração		11 981 464,25	73,2	2	2
Outros vinhos, excepto em recipientes até 2 litros		24 735 461,25	31,8	30	30
Outras partes de suíno, congeladas		11 860 832,00	26,6	10	10
Papel e cartão, não contendo fibras obtidas por um processo mecânico / químico- mecânico / de que não> 10%, em peso, do conteúdo total de fibras é constituído por tais fibras, pesando> 40 g / m², mas não> 150 g / m², em rolos		11 619 095,50	0,9	2	2
Outras partes de guindastes/bulldozers/niveladoras/etc		11 594 270,50	30,0	2	2
Azeite de oliveira, excepto virgem		11 443 153,00	12,8	10	10
Torneiras e válvulas sanitárias/misturad/termostátic/regulação/etc		10 850 042,00	4,0	2	2
Garrações, garrafas,frascos e artigos semelhantes, de plástico		17 360 251,75	26,9	30	30
Construções pré-fabricadas		12 606 767,25	23,5	30	30
Aparelhos de ar condicionado para parede/janela (corpo único)		10 450 519,75	70,3	2	2
Partes máq trabalhar terra/pedra/minério/comb sólíd/cimento/etc.		10 423 716,00	24,2	2	2
		520 766 788,25			

Capítulos Agravados	Exp. Portugal - Angola	Quota de Mercado (%)	Direitos Importação 2008	Direitos Importação 2014
Outros medicamentos acondicionados para venda a retalho	72 064 439,00	11,5	5	2
Outros livros/brochuras/semelh, except dicionários/enciclopéd	22 826 383,75	39,0	15	10
Material para andaimes/cofragens/escoramentos, de ferro/aço	18 394 386,00	32,7	5	2
Assentos, com armação de madeira, estofados	12 360 555,25	21,0	15	10
Preparações tensoactivas, para lavagem e preparações p/limpeza	11 193 516,25	15,4	15	10
Barras ferro/aço dentadas, c/ nervuras, sulcos/relevos, a quente	47 328 993,25	9,5	2	30
	136 839 280,25			

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

TABELA 3
50 PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS: TAXAS APLICÁVEIS

MAS O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA
OFERECE MÚLTIPLAS OPORTUNIDADES PARA EMPRESAS
EXPORTADORAS NACIONAIS.



MAS O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA OFERECE MÚLTIPLAS OPORTUNIDADES PARA EMPRESAS EXPORTADORAS NACIONAIS.

Para os sectores exportadores mais fortemente penalizados pela designada “Taxa Super Agravada” (50%) talvez tenha chegado o momento de passar do comércio ao investimento e localizar a produção anteriormente exportada, criando emprego em Angola e aproveitando as oportunidades oferecidas pelo mercado SADC, em particular nos mercados localizados a Norte (Congos).

Mas o processo de diversificação da economia oferece múltiplas oportunidades para empresas exportadoras nacionais. E é do lado das oportunidades que, também, nos deveremos posicionar:

- Identificando produtos necessários à estratégia de diversificação da economia e em que a oferta nacional (angolana) é insuficiente face à procura, pois estes serão os produtos com taxas aduaneiras mais reduzidas;
- De entre estes, seleccionar aqueles em que a produção nacional (portuguesa) apresenta vantagens comparativas reveladas;
- Finalmente, centrarmos os nossos esforços nos produtos em que a quota de mercado portuguesa ainda é relativamente reduzida, evidenciando, portanto, potencial de crescimento.

Nas declarações de intenção, nas formulações teóricas, sem análise da informação disponível. A CESO procura trabalhar, em Angola e nos mercados em que actua, de outra forma. Por isso, decidimos realizar uma breve análise empírica e extrair conclusões objectivas e, esperamos, úteis. Não se trata de um exercício definitivo sobre uma matéria tão vasta. Todavia, seguimos uma breve mas rigorosa metodologia:

- Focalizámos a análise nas trocas comerciais entre 2010 e 2013;
- Identificamos a produção nacional com vantagens comparativas reveladas;
- Seleccionámos os produtos em que a produção angolana apresenta desvantagens comparativas reveladas;
- Definimos uma dimensão crítica mínima de análise do perfil das importações angolanas, excluindo os produtos que representaram, em média, menos de 10 milhões de USD de importação total / ano;
- Excluimos os produtos em que Portugal dispõe de uma quota de mercado superior a 40%;
- Centrámos a análise em produtos com taxas aduaneiras iguais ou inferiores a 20%.

A aplicação destes critérios permite:

- Identificar 17 produtos em que Portugal dispõe de vantagem comparativa revelada na produção;
- Que representaram, em média e nos últimos 4 anos, um volume de importação a partir de Angola da ordem dos USD 673 milhões;
- Dos quais, somente, 90 milhões de USD eram originários de Portugal.

Capítulos	Exp. Portugal-Mundo	Imp. Angola-Mundo (mirror)	Imp. Angola-Portugal (mirror)	Quota de Mercado (%)	Direitos Importação 2014
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos // Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de heading03.04 peixe. // - Herrings (harengus, Clupea pallasii), sardinha (. Sardinia pilchardus, Sardinops spp),sardinella (. Sardinella spp), espadilhas (Sprattus sprattus), cavala (Scomber scombrus, Scomber australasicus, Scomberjaponicus), jack e carapau (Trachurus spp.), cobia (Rachycentron canadum) e espadarte (Xiphias gladius), ovas e sêmen:/ - Swordfish (Xiphias gladius)	61731042,3	45727080	2067155,5	4,52	20
Tripas, bexigas e estômagos, excepto de peixes	64518221	16251889,25	112832,25	0,69	10
Preparações e conservas de sardinhas, sardinelas e espadilhas	92890567,5	26016964,75	4250056,75	16,34	20
Preparações e conservas de atuns, bonitos-listados e bonitos	49584758	27536101	9067173	32,93	20
Açúcar de cana ou de beterraba e sacarose, não em bruto	190651965	157763871,3	2934070,75	1,86	20
Biscoitos doces, waffles e wafers / biscoitos doces; waffles e wafers	62984620,3	47277635,25	6557568,25	13,87	20
Cimentos não pulverizados, denominados "clinkers"	63476307,3	31186291,5	8408825,75	26,96	2
Adubos contendo azoto (nitrogénio), fósforo e potássio	77794740,3	18012850,5	3752393,25	20,83	2
Desodorizantes corporais e antiperspirantes	42492713,3	13520855	2348975,5	17,37	2
Preparações tensoactivas, para lavagem e preparações p/limpeza	72796558,3	51346549,25	11193516,25	21,80	20
Velas, pavios, círios e artigos semelhantes	22312535,8	19330468,25	531468,5	2,75	10
Tubos e perfis ocos de ferro/aço, soldados, secção circular	46978713,3	18514511,25	1862922,75	10,06	20
Perfis ocos / tubos, de ferro / aço, não circular, soldados Outros de secção /, soldados, não circular	75494689	34646215	1055702	3,05	20
Cordas e cabos de ferro/aço, não isolados p/ usos eléctricos	84223778,5	17075882,75	1074979,25	6,30	2
Outras obras ferro/aço (tabaqueiras/cigarreiras/escadas/paletes/etc)	193027957	98858939,75	19888774,25	20,12	10
Exaustores, excepto com dimensão horizontal máxima até 120 cm	78046112,3	23348592,25	5352106	22,92	2
Congeladores (freezers) horizontais, até 800 litros	46836775,8	27190074	9115283,5	33,52	10
		673 604 771,00	89 573 803,50		

Fonte: COMTRADE, Cálculos CESO

Este não é, naturalmente, um exercício exaustivo. Existem importações Angolanas inferiores a 10 milhões de USD / ano em segmentos interessantes para a produção Portuguesa. Existirão produtos portugueses taxados a 30% e que, todavia, se mantêm competitivos no mercado Angolano. É somente um exemplo do tipo de análise que decisores políticos e empresariais devem realizar quando confrontados com um dado novo, como é o caso da pauta aduaneira recentemente adoptada por Angola.

TABELA 4 EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS COM VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS: QUOTAS DE MERCADO E DIREITOS DE IMPORTAÇÃO

Se alinharmos a nossa estratégia comercial com os objectivos de desenvolvimento de Angola não deixarão, certamente, de surgir oportunidades para os produtos portugueses.

ASPECTOS REGULAMENTARES DE ACESSO AO MERCADO

1.6.1 Comércio

Nos últimos anos, as autoridades angolanas têm vindo a implementar medidas que visaram a liberalização das trocas comerciais de bens e serviços (simplificando, facilitando e desburocratizando procedimentos), a promoção da iniciativa privada (cabendo ao Estado o papel de regulador/orientador do desenvolvimento do comércio externo, criando um ambiente atrativo à competitividade) e a eliminação de obstáculos nas transações internacionais.

Nestes sentido, foram simplificadas as formalidades administrativas na importação, exportação e reexportação de mercadorias (assim como regulada a atividade comercial), tendo o Governo lançado em junho de 2012 o Sistema de Informação Integrado do Ministério do Comércio (SIMINCO), de base informática, que é composto por 4 Subsistemas/Módulos: SICOEX – Sistema Integrado do Comércio Externo; SILAC – Sistema Integrado de Licenciamento da Atividade Comercial; RELATÓRIOS – módulo transversal que disponibiliza as ferramentas de pesquisa das bases de dados tanto do SICOEX como do SILAC; e ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA – também de natureza transversal. Mais informação pode ser consultada no Site do Ministério do Comércio, nas seguintes páginas: O Ministro de Estado Inaugura Sistema Integrado do Ministério do Comércio / Perguntas e Respostas – o que é o SIMINCO.

Ainda no âmbito do processo de simplificação e modernização dos procedimentos na área do comércio externo, importa referir que Angola aprovou, em 2013, legislação (Decreto Presidencial n.º 63/2013, de 11 de junho) que altera o Regime de Inspeção Pré- Embarque (IPE), que já assentava (desde 2006) na regra geral da sua dispensa, embora com exceções para alguns produtos, passando o referido regime de inspeção a ser facultativo para todas as mercadorias importadas, desde 12 de junho de 2013 (revogada a Inspeção Pré-embarque obrigatória). Os importadores e os exportadores podem, caso assim o desejem, continuar a contratar serviços de IPE através das agências credenciadas para o efeito, após a abertura do setor privado ao exercício da IPE (Bureau Veritas, Cotecna e SGS Group). As autoridades aduaneiras continuarão a fazer inspeções de produtos importados (e domésticos) que sejam potencialmente perigosos para a saúde pública.

Apesar da natureza voluntária da IPE, é vantajoso para os agentes económicos recorrerem à sua utilização:

- Facilita a libertação de capitais (através da IPE é emitido o ADV – Atestado de Verificação / CFR – Clean Report of Findings, documento que serve de prova da saída das mercadorias e que atesta o respetivo controlo físico e documental, facilitando, assim, a libertação de capitais por parte da banca angolana/BNA;

**TORNA MAIS CÉLERE O DESALFANDEGAMENTO
DAS MERCADORIAS (OS PROCESSOS APRESENTADOS
COM ADV/CFR BENEFICIAM DE UM DESPACHO MAIS RÁPIDO
- CANAL VERDE -, TENDO PRIORIDADE RELATIVAMENTE
A OUTROS).**

- Imprime segurança e confiança às transações (a inspeção física dos bens, realizada através da IPE, confere maior garantia aos intervenientes de que os mesmos estão em conformidade com as regras do mercado; a selagem dos contentores reduz a probabilidade das mercadorias serem alteradas e tanto os relatórios de inspeção, como os registos fotográficos, podem ser utilizados como prova em eventuais litígios entre as partes; por outro lado, a verificação na origem dos rótulos, datas de validade, certificados de qualidade, entre outros aspetos, pode impedir uma situação de não cumprimento no destino);
- Assegura uma correta classificação pautal dos produtos (evitando a aplicação de taxas alfandegárias diferentes das esperadas e eventuais multas);
- Torna mais célere o desalfandegamento das mercadorias (os processos apresentados com ADV/CFR beneficiam de um despacho mais rápido - canal verde -, tendo prioridade relativamente a outros).

No que respeita ao procedimento a seguir para a realização do Pedido de Inspeção Pré- embarque (PIP), depois do envio da fatura proforma do exportador ao importador, cabe a este último desencadear todo o processo: obtenção do Documento Único (DU) provisório através do despachante; validação da fatura no Ministério do Comércio; apresentação do PIP junto da empresa de Inspeção Pré-Embarque em Angola.

Não obstante as reformas implementadas referidas, por forma a simplificar as formalidades relacionadas com as operações de comércio externo, tem-se vindo a registar, em paralelo, uma inversão de tendência na definição da política comercial angolana, num sentido protecionista, através da tomada de várias medidas suscetíveis de se traduzirem em obstáculos de natureza tarifária e não tarifária. Para as autoridades governamentais o desenvolvimento do setor produtivo nacional e a diversificação da economia impõem a adoção de medidas que incentivem, fomentem e protejam a produção interna no curto prazo.

No âmbito dos constrangimentos não pautais, é importante mencionar os novos procedimentos de controlo das importações que obrigam a um segundo processo de recolha de amostras de produtos alimentares e bebidas para análise laboratorial / testes físico-químicos e microbiológicos (numa primeira fase com aplicação limitada aos bens importados), complementar ao já existente e levado a cabo pelo Ministério da Agricultura (e que incide sobre a análise da composição dos produtos).

A sua implementação gerou grande polémica dado que os testes eram realizados apenas por uma empresa privada, a Bromangol, com custos muito elevados e formalidades bastante complexas, o que originou atrasos no desalfandegamento dos produtos, rotura de stocks e prejuízos consideráveis para as empresas exportadoras. Com vista a normalizar a situação foi terminado o monopólio da Bromangol e decidido abrir o setor das análises aos produtos importados à concorrência de outros laboratórios.

Do ponto de vista de uma reflexão prospetiva e confirmando a tendência que se tem vindo a verificar no sentido do agravamento das restrições no acesso ao mercado angolano, acaba de ser aprovada (Decreto Presidencial n.º 105/2014, de 16 de maio de 2014) a Nova Política Comercial de Angola que visa promover a estabilidade, o crescimento económico e a criação de emprego, sendo que para alcançar estes objetivos o quadro macroeconómico do país para o período 2013-2017 procurará, entre outras medidas, proteger a produção nacional, tendo como base a substituição gradual das importações.

No que se refere a este último aspeto, assume particular relevância o aprovisionamento do mercado em matérias-primas e equipamentos de modo a impulsionar a produção de bens para o consumo e exportação, o que pressupõe a definição de quotas máximas e mínimas para os importadores, numa defesa da produção interna; as quotas mínimas visam permitir a continuidade apenas dos importadores mais eficientes e a importação de produtos para aqueles bens, cuja produção nacional satisfaça o consumo interno.

Assim, o Governo prevê adotar, entre outras, as seguintes medidas: dispor de uma estrutura de quotas máximas e quotas mínimas por importador;

e alargar a prática de plafond global da importação a todos os bens com produção interna, como incentivo a esta, numa perspetiva de substituição de importações, através da utilização dos seguintes instrumentos:

- Sobretaxas às importações, sempre que necessário, para que os preços estejam a um nível que favoreça a produção interna;
- Medidas antidumping para proteção da produção nacional contra os produtos que entrem em território nacional;
- Restrições quantitativas às importações, sempre que estas constituam ameaça real ao desenvolvimento da produção nacional, recorrendo a sistema de quotas;
- Medidas de salvaguarda (quando necessário e para restringir temporariamente as importações cujo aumento ameace a produção nacional: limitar, progressivamente, a importação de produtos pré-embalados, em benefício da importação de produtos a granel; estabelecer e zelar pela observância de normas técnicas sobre as importações, no que respeita à qualidade e saúde pública; consolidar e aperfeiçoar os mecanismos de Inspeção Pré-embarque das mercadorias).

Finalmente, mencionar que existe controlo cambial de algumas operações correntes de comércio internacional, nomeadamente as destinadas ao pagamento de importações que pode traduzir-se, dependendo das situações, em limitações/restrições ou necessidade de obtenção de autorizações por parte do Banco Nacional de Angola (BNA). O Site do BNA disponibiliza informação útil sobre a matéria: Pagamentos de Importação de Mercadorias em Angola / Transações em Moeda Estrangeira - Questões Frequentes / Entrada e Saída de Moeda Nacional e Estrangeira. Os limites cambiais são considerados medidas de proteção macroeconómica que visam apoiar a estabilidade, o crescimento e o emprego, pelo que vão sendo ajustados em função das circunstâncias de desenvolvimento do país.

1.6.2 Investimento

De acordo com a análise da AICEP, o clima de negócios em Angola tem vindo a beneficiar de um conjunto diversificado de reformas legislativas que visam, entre outros objetivos, simplificar procedimentos e práticas administrativas, fomentar e promover o papel do setor empresarial no desenvolvimento do país e melhorar as condições de realização das operações de investimento privado.

Neste contexto destacam-se, nomeadamente: o novo pacote legislativo tributário (que inclui, o Código Geral Tributário, o Código de Processo Tributário, o Código das Execuções Fiscais, o Código do Imposto Industrial e o Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho); a nova Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME); a Lei das Parcerias Público-Privadas; o quadro legal que regula a situação dos estrangeiros; e a nova Lei do Investimento Privado.

Quanto a esta última, e mais de uma década passada sobre a Lei n.º 13/2003, de 13 de maio, que estabelecia as bases legais do investimento privado em Angola, o Governo procedeu à revisão da mesma procurando adequar o respetivo quadro jurídico à nova realidade política, económica e financeira do país. Entre os principais



objetivos que presidiram à aprovação da Lei n.º 20/2011, de 20 de maio referem-se: inserir o investimento privado nos objetivos da política económica do Governo; atrair o capital externo para complementar a poupança interna; promover o desenvolvimento económico e o emprego; descentralizar o investimento (acabar com as assimetrias e desequilíbrios regionais e contribuir para o desenvolvimento e modernização do país no seu todo); incentivar a criação de parcerias entre investidores estrangeiros e empresários angolanos; desburocratizar o processo de legalização dos projetos; promover as exportações; oferecer maior segurança aos promotores; introduzir o princípio da graduação dos incentivos a conceder aos investidores em função do impacto concreto dos seus projetos na economia (ao contrário da legislação anterior que estabelecia uma concessão automática dos benefícios).

No que respeita ao âmbito da lei, esta aplica-se ao investimento privado a realizar em Angola, mas apenas a uma parte – o objetivo é regular o investimento mais relevante/ estruturante; assim, na delimitação do campo de aplicação o legislador recorreu a um critério monetário/ financeiro – apenas os investimentos (externos e internos) de valor igual ou superior a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos EUA) estão abrangidos. Os projetos de montante abaixo do referido, embora viáveis, não estão sujeitos à Lei n.º 20/2011, não podendo, portanto, aceder aos benefícios aí previstos. Os regimes de investimento privado em domínios das atividades de exploração petrolífera, diamantífera, das instituições financeiras e, ainda, de outros setores que a lei determine estão sujeitos a legislação específica.

O novo quadro jurídico define os atos/contratos considerados operações de investimento interno e externo, nomeadamente: criação de novas empresas; ampliação de empresas ou de outras formas de representação social de empresas; aquisição de tecnologia e know how; aquisição

de máquinas e equipamentos; participações sociais sobre sociedades e empresas de direito angolano, domiciliadas em território nacional; celebração e alteração de contratos de consórcio; e aquisição de bens imóveis situados em território nacional.

Relativamente às garantias e aos direitos do investidor privado a lei assegura, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo às sociedades e empresas constituídas e aos bens patrimoniais, conferindo-lhes proteção, segurança e acesso aos meios e instâncias judiciais. Desde que cumprida a legislação fiscal e cambial é garantido, igualmente, ao investidor o direito de transferir para o exterior os dividendos ou os lucros distribuídos, o produto da liquidação dos investimentos realizados (incluindo as mais-valias), royalties ou outros rendimentos de remunerações de investimentos indiretos, associados à cedência de transferências de tecnologia.

No que concerne a ajudas e facilidades é permitido o acesso a incentivos às operações de investimento que preencham determinados requisitos de interesse económico:

**PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
E O EMPREGO; DESCENTRALIZAR O INVESTIMENTO
(ACABAR COM AS ASSIMETRIAS E DESEQUILÍBRIOS
REGIONAIS E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO
E MODERNIZAÇÃO DO PAÍS NO SEU TODO)**



- Realizar o investimento nos seguintes setores de atividades: agricultura e pecuária; indústria transformadora; infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, portuárias e aeroportuárias; telecomunicações e tecnologias de informação; indústria de pesca e derivados; energia e águas; habitação social; saúde e educação; e hotelaria e turismo;
- Realizar investimentos nos pólos de desenvolvimento e nas demais Zonas Económicas Especiais de investimento;
- Realizar investimentos nas zonas francas a criar.

Estão previstos benefícios fiscais e aduaneiros, cuja atribuição assume um caráter excepcional – ao contrário da lei anterior, não constituem a regra, nem são de concessão automática ou indiscriminada, nem ilimitados no tempo, dependendo do impacto dos projetos de acordo com critérios e objetivos definidos na lei, como por exemplo: induzir a criação de postos de trabalho; promover as regiões mais desfavorecidas (sobretudo o interior do país); aumentar as exportações; incentivar o crescimento económico; etc.

A Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) é o organismo encarregue de executar a política nacional em matéria de investimentos privados qualificados, nos termos da Lei n.º 20/2011, bem como de promover, coordenar, orientar e supervisionar os investimentos privados; cabe-lhe, também, o papel de coordenador do processo de negociação dos incentivos aplicáveis aos projetos de investimento, quer estes se enquadrem em legislação especial ou no regime geral.

Para efeitos da atribuição de incentivos fiscais (isenções ou reduções de Imposto Industrial, Imposto sobre Aplicação de Capitais e Imposto de Selo) o país é organizado nas seguintes zonas de desenvolvimento:

- Zona (A) – Província de Luanda, os Municípios-sede das Províncias de Benguela, Cabinda, Huíla e o Município do Lobito;
- Zona (B) – Restantes Municípios das Províncias de Benguela, Cabinda e Huíla, e Províncias do Bengo, Cuanza-Norte, Kuanza-Sul, Malanje, Namibe e Uíge;

- Zona (C) – Províncias do Bié, Cunene, Huambo, Cuando-Cubango, Luanda-Norte, Luanda-Sul, Moxico e Zaire.

Na concessão dos benefícios a lei é mais generosa se o projeto for localizado na Zona C, B (menos desenvolvidas) e, em último lugar, na Zona A. O Site da ANIP disponibiliza informação sobre incentivos fiscais.

Em termos processuais o legislador definiu apenas um Regime Único de aprovação dos projetos – Regime Contratual – que implica uma negociação entre o candidato a investidor e as autoridades competentes a nível governamental, sob os termos específicos do investimento, nomeadamente incentivos e benefícios a atribuir. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa, tendo como partes o Estado angolano representado pela ANIP e o investidor privado.

As várias fases processuais estão previstas e definidas na lei, nomeadamente: apresentação da proposta (à ANIP); aceitação; apreciação pela ANIP (prazo máximo de 45 dias) em negociação com o investidor e com o apoio da Comissão de Negociações de Facilidades de Incentivos; aprovação final (pela ANIP quando está em causa a concessão de benefícios para projetos até ao montante equivalente a USD 10.000.000,00 / dez milhões de dólares dos EUA; pelo titular do poder executivo, após apreciação do Conselho de Ministros, no caso da atribuição de incentivos para projetos de investimento de montante superior a USD 10.000.000,00); assinatura do contrato; registo e emissão do Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP); licença de importação de capitais pelo Banco Nacional de Angola (BNA). A execução do projeto de investimento deve ter início dentro do prazo fixado no CRIP.

Ainda no que respeita à tramitação dos projetos de investimento, foi publicado o Decreto Presidencial n.º 84/2012, de 14 de maio, que estabelece o procedimento a adotar pela ANIP quando lhe sejam apresentadas propostas de investimento superiores a USD 10.000.000,00 e o regime aplicável a todas as demais propostas de investimento privado cuja competência para aprovação venha a ser exercida pelo titular do poder executivo.

Em matéria de incentivos, e para além dos previstos no âmbito da Lei n.º 20/2011 e da Lei n.º 17/2003 (regula benefícios fiscais e aduaneiros e permanece em vigor em tudo o que não contrarie a nova Lei do Investimento Privado) importa, ainda, destacar:

- A Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME – (disponibiliza incentivos fiscais e programas de financiamento das mesmas; não são consideradas MPME as sucursais

ou filiais em Angola de uma empresa com sede no estrangeiro – Lei n.º 30/2011, de 13 de setembro); na sequência da mesma foi aprovado o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, no valor global de Kz. 21.340.000.000,00. Mencionar, também, o Fundo Ativo de Capital de Risco (FACRA) e o Mecanismo de Garantias Públicas para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares;

- A Lei do Fomento do Empresariado Privado Angolano (prevê formas de apoio promocional das empresas privadas nacionais em todos os setores de atividade económica, particularmente o agropecuário, o industrial extrativo e transformador, o comercial, o financeiro, o das pescas, o agroindustrial, o das obras públicas e construção civil, dos transportes e dos serviços – Lei n.º 14/2003, de 18 de julho).

Entende-se por empresa angolana “toda a empresa em nome individual ou sob forma societária, ..., com sede em território nacional que seja inteiramente propriedade de cidadãos angolanos ... ou pelo menos 51% do capital social seja propriedade de cidadãos angolanos ou empresas angolanas, exclusiva ou conjuntamente” (artigo 19.º); Criação de Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) que dispõem de estatuto de extra territorialidade em matéria fiscal e financeira, para além de disponibilizarem infraestruturas básicas às empresas que aí se instalarem;

- No âmbito da nova Pauta importa referir que estão previstos benefícios e incentivos fiscais (Imposto sobre o Consumo) e aduaneiros (isenções

totais ou parciais) sobre as mercadorias importadas ao abrigo de determinados projetos de investimento (públicos ou privados) e um regime aduaneiro especial aplicável aos produtos importados por empresas com sede localizada na Província de Cabinda. Este instrumento vem dificultar (como já foi referido) as exportações na medida em visa a proteção da produção nacional, mas, por outro lado, incentiva os investimentos realizados ou a realizar no país (no caso português, destaque para os setores dos sumos e refrigerantes, produção agrícola e materiais de construção e, a mais longo prazo, da indústria de cerveja).

O CONTRATO DE INVESTIMENTO TEM NATUREZA ADMINISTRATIVA, TENDO COMO PARTES O ESTADO ANGOLANO REPRESENTADO PELA ANIP E O INVESTIDOR PRIVADO.

Não obstante as reformas em curso, importa lembrar que o ambiente de negócios é influenciado pela existência de riscos de mercado e de investimento que os promotores devem conhecer, nomeadamente: instabilidade macroeconómica; elevados custos operacionais; infraestruturas deficientes; sistema legal complexo e em constante alteração; nível considerável de burocracia; restrições cambiais (ex.: saída de divisas); dificuldades no acesso ao crédito local; escassez de recursos humanos qualificados.

No âmbito do relacionamento bilateral, e de modo a promover o desenvolvimento das respetivas relações de investimento foi assinado, em 2008, entre os dois países, o Acordo Sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, que ainda não entrou em vigor. A este propósito, importa referir que Angola aprovou, através do Decreto Presidencial n.º 122/2014, de 4 de junho, o Paradigma deste tipo de acordos, fixando as disposições a que os mesmos estarão sujeitos, com o objetivo de aumentar e intensificar oportunidades e atividade de negócio entre as partes contratantes, nomeadamente: regras sobre proteção, admissão e tratamento de investimento de investigação; compensação por perdas ou danos; transferências; medidas de salvaguarda; medidas preventivas; medidas de saúde, segurança, ambiente e padrões nacionais do trabalho; direito de propriedade intelectual; e resolução de diferendos.

O diploma aplica-se aos investimentos de qualquer uma das partes efetivamente realizados no território da outra parte após a entrada em vigor deste instrumento, nos termos da legislação vigente sobre esta matéria em cada uma das partes.

Para além do Acordo mencionado foram, também, assinados entre as partes:

- Protocolo Bilateral entre Portugal e Angola sobre Facilitação de Vistos (em vigor a 15.09.2011); Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (em vigor a 26.03.2008);
- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (em vigor a 12.12.2007);
- Convenção sobre Segurança Social (aguarda entrada em vigor após ratificação).

UMA NOVA ERA QUE SE ANUNCIA

1.7.1 A Crise do Petróleo

A primeira década de paz foi de forte investimento, financiado exclusivamente pela economia petrolífera, na reposição da base infraestrutural do país, destruída ao longo de uma vaga de conflitos que assolou Angola durante quase meio século.

A segunda década deverá ser a década de investimento no homem, na capacitação e formação dos Angolanos. Mas, à abundância de recursos disponíveis na década passada, sucede uma época de austeridade anunciada. O Senhor Ministro das Finanças anunciou, com clareza, o início de uma nova era, marcada pela contenção e acentuada racionalidade de todos os agentes económicos.

E quais as origens da nova era que se anuncia? a queda do preço do petróleo, origem da quase totalidade das receitas que o país consegue angariar. As origens deste movimento

descendente do preço do petróleo resultam de uma combinação de factores de natureza económica e geo-estratégica:

- Aumento sensível das reservas de petróleo nos EUA em virtude da introdução de inovações tecnológicas na indústria, nomeadamente no que toca ao aproveitamento do xisto betuminoso;
- Reagindo à inovação tecnológica que ameaça os grandes países produtores de petróleo, nomeadamente os localizados no Golfo Pérsico, estes “empurram” o preço do barril para valores que possam inviabilizar economicamente o aproveitamento do xisto betuminoso (cuja extração é mais cara e com elevado impacto ambiental);
- Paralelamente, as grandes economias emergentes, com a China e Brasil à cabeça, desaceleram, antecipando-se uma queda na procura do petróleo;

- Acresce que os custos de produção no off-shore Angolano são particularmente elevados, inviabilizando alguns investimentos que tinham como pressuposto valores do barril de petróleo acima dos USD 70.

O cenário não é meramente conjuntural. Desenham-se alterações estruturais na matriz energética mundial e as mesmas têm forte repercussão em Angola.

Angola irá, conseqüentemente, mudar. Se a primeira versão deste estudo de mercado foi publicada em plena época de euforia económica em Angola, esta actualização surge marcada por uma época de austeridade orçamental e de profunda mutação do contexto económico, social e político. Os primeiros sinais são já visíveis na evolução recente da economia Angolana.

1.7.2 Evolução Recente da Economia Angolana

1.7.2.1 Sector Real

As mais recentes projecções, para 2014, indicam que a taxa de crescimento do PIB será de 4,4%, ou seja, 3,6 pontos percentuais abaixo do previsto no PND 2013-17, com o sector não petrolífero a crescer 8,2% e o petrolífero a decrescer 3,5%.

Na base do fraco desempenho do sector petrolífero estão factores ligados a restrições de produção nos blocos 0, 14, 15 e 17, por fecho de poços devido a trabalhos de reparação e manutenção, problemas eléctricos e outros mecânico-operacionais.

O sector da agricultura deverá crescer a uma taxa de 11,9%, contra os 11,6 previstos no OGE 2014. Isto deve-se ao facto de, na 1ª época da campanha agrícola de 2014, se ter registado um fraco desempenho do sector, devido ao comportamento irregular das chuvas, entre Setembro de 2013 e Janeiro de 2014. Todavia, os resultados da 2ª época da campanha agrícola de 2014

revelam ter ocorrido melhoria em todas as fileiras, devido, em parte, à retoma normal das cargas pluviométricas, que permitiram a recuperação das culturas afectadas pela estiagem, na 1ª época da campanha agrícola 2013/2014.

O sector diamantífero deverá crescer a uma taxa de 1%, muito abaixo dos 11,9%, previstos no OGE, devido essencialmente à paralisação de minas e outras em reabilitação, insuficiência de investimento em prospecção e para expansão da produção e redução de produção da mina da Sociedade Mineira do Catoca, responsável por 87% da produção.

O sector das pescas foi igualmente revisto em baixa, de 8,5%, previstos no OGE 2014, para 5,3%, devido a um crescimento menos acentuado do volume de capturas da pesca industrial e semi-industrial.

O sector da indústria transformadora deverá atingir uma taxa de crescimento de 8,6%, resultante do aumento de produção industrial por via da instalação de várias novas unidades fabris, nomeadamente de têxteis, fiação de algodão, moageiras, cimenteiras, siderurgias, de produtos farmacêuticos, de bens de equipamento e ferramentas de trabalho para a agricultura, de açúcar e etanol e de fertilizantes e correctivos do solo.

As projecções para o sector da construção apontam para uma taxa de crescimento de 8,0%, como resultado do desenvolvimento de importantes projectos levados a cabo pelo Estado, nomeadamente o programa de investimentos em infraestruturas integradas, a construção de infra-estruturas nas novas centralidades e a construção de equipamentos para actividades cultural e desportiva, bem como os inúmeros projectos de iniciativa privada de construção de imóveis residenciais, de escritórios e para fins industriais, comerciais e de serviços. A realização de grandes obras de engenharia, tais como barragens, desassoreamento dos leitos dos rios, combate à erosão, contenção de ravinas e protecção costeira, contribuirá igualmente para o alcance das taxas estimadas.

Em relação aos sectores da energia e dos serviços mercantis, as taxas de crescimento foram revistas em baixa para 17,3% e 8%, contra os 32,1% e 10%, prevista no PND 2013-2017, respectivamente. A tabela a seguir apresenta a actualização das projecções para o crescimento do PIB, em 2014.



TABELA 5
PROJECCÃO DO PIB REAL

TAXAS DE CRESCIMENTO						
	Ano de Base 2012	2013		2014		
		Meta	Execução	Meta PND	OGE	Projeção Revista
PIB	5,2	7,1	6,8	8	8,8	4,4
PIB não Petrolífero	5,6	7,3	10,9	9,7	9,9	8,2
PIB Petrolífero Sector Primário	4,3	6,6	-0,9	4,5	6,5	-3,5
Produção Petrolífera Anual (milhões de Barris)	631,9	673,6	626,3	701	655	301,1
Produção Média Diária de Petróleo (milhões de Barris)	1,731	1,815	1,716	1,929	1,79	1,656
Preço Médio de Exportação (USD/bbls)	111,6	96	107,7	93,4	98	101

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

A TABELA 6 APRESENTA O COMPORTAMENTO DO PIB POR SECTORES DE ACTIVIDADES, COMPARANDO-O COM AS PREVISÕES DO PND 2013-2017 E OGE 2014.

TABELA 6
PROJECCÃO DO PIB 2014, A PREÇOS 2002 (%)

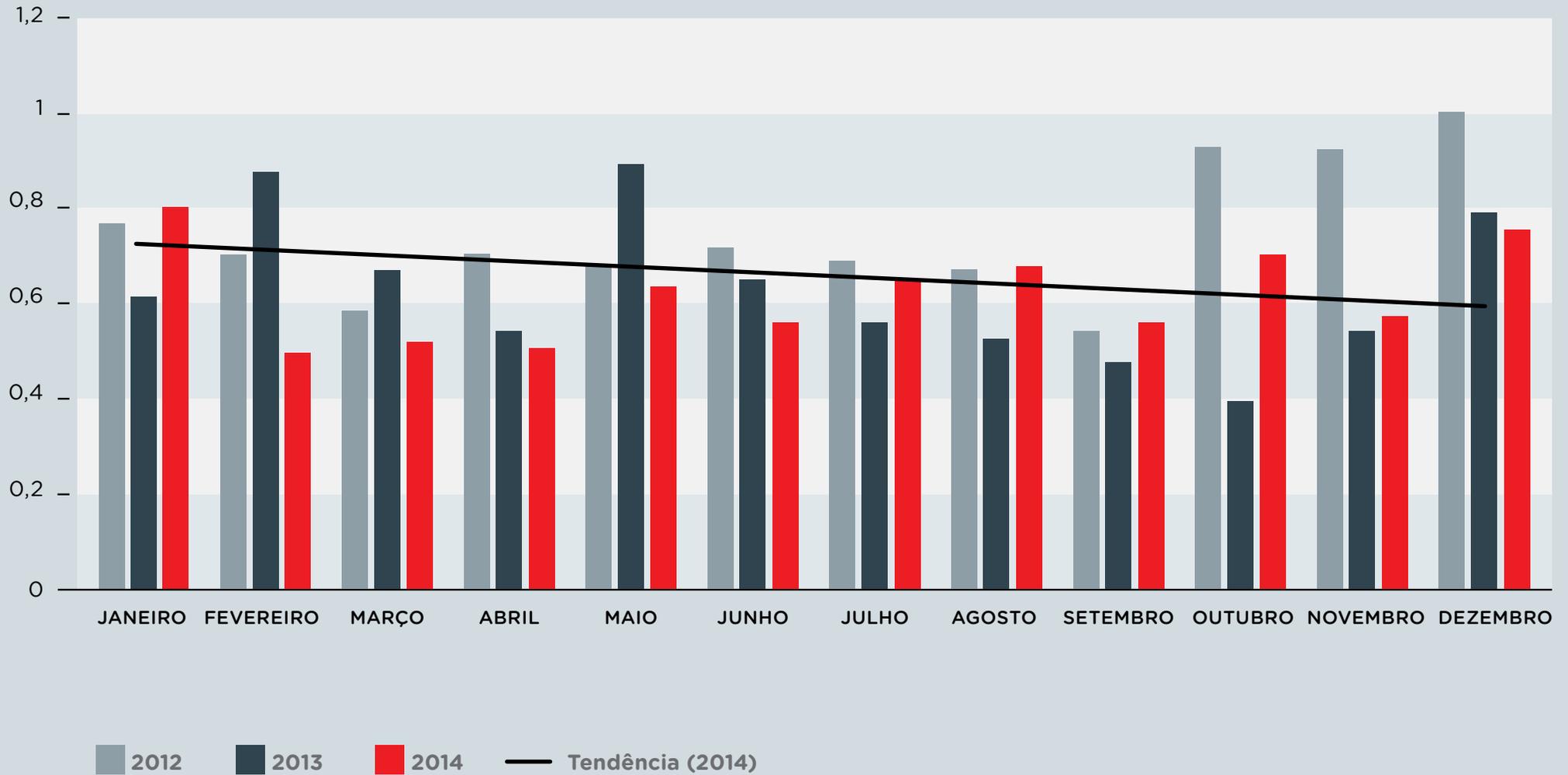
TAXAS DE CRESCIMENTO						
	Ano de Base 2012	2013		2014		
		Meta	Execução	Meta PND	OGE	Projeção Revista
Agricultura	22,5	3,1	12,3	11,6	11,6	11,9
Pescas e Derivados	9,7	7,2	2,4	8,5	8,5	5,3
Diamantes Sector Primário	0,3	4,6	3,3	4,9	11,9	1
Petróleo	4,3	6,6	-0,9	4,5	6,5	-3,5
Indústria Transformadora	14	8	8,6	13,2	13,2	8,1
Construção	11,7	7,6	8,1	8	8	8
Energia	10,4	23,9	34,4	32,1	32,1	17,3
Serviços Mercantis	13,4	10	7	10	10	8
Outros	8,3	5	0,7	6	6	6
PIB a preço de mercado	5,2	7,1	6,8	8	8,8	4,4
PIB não petrolífero	5,6	7,3	10,9	9,7	9,9	8,2

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

O comportamento da inflação, em 2014, continuou com a trajectória descendente, iniciada em Novembro de 2010, ao atingir, uma variação homóloga de 7,48%, o que, comparado aos 7,69% registados em igual período de 2013, traduzindo uma redução de 0,21 pontos percentuais.

Contudo, quando observada a evolução da inflação durante o ano 2014, verifica-se que a tendência de redução da inflação foi interrompida no mês de Junho do ano 2014, registando-se a partir daí uma tendência de crescimento da inflação que no segundo semestre do ano 2014 aumentou 0,4 pontos percentuais (gráfico 6).

Varição mensal do IPC
Gráfico 6



1.7.2.2. Sector Fiscal

A política orçamental em 2014 manteve o curso expansionista de 2013 devido, principalmente, aos compromissos de desenvolvimento socioeconómico estabelecidos, no PND 2013-2017

As contas fiscais de 2014 foram amplamente influenciadas pela queda expressiva do preço do petróleo iniciada em Junho de 2014. As estimativas mais recentes apontam para uma Receita Total no valor de Kz 4.296,6 mil milhões, 11,4% abaixo do registado em 2013. As receitas petrolíferas atingiram um total de Kz 2.935,8 mil milhões, igualmente abaixo do registado no ano anterior. As receitas não petrolíferas, por seu lado, aumentaram para os Kz 1.128,2 mil milhões.

Por outro lado, estima-se uma redução da despesa fiscal, em 2014, em comparação ao ano de 2013, cifrando-se em Kz 4.475,2 mil milhões.

O défice fiscal deverá situar-se na ordem dos Kz 178,6 mil milhões (1,4% do PIB), na óptica de compromisso, e de Kz 569,3 mil milhões na óptica de caixa.

O rácio do Stock da Dívida Governamental em relação ao PIB deverá situar-se em torno de 29,2%, com as Dívidas Interna e Externa a representarem 11,6% e 17,5% do PIB, respectivamente.

1.7.2.3 Sector Monetário e Externo

A política monetária tem sido um instrumento usado com o objectivo de controlar o nível geral de preços e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

No ano de 2014, as variações da base monetária e dos meios de pagamento estiveram alinhados com os objectivos do emprego e controlo da inflação. Assim, no período em análise, os agregados monetários M3, M2 e M1 registaram uma expansão de 18,45%, 13,49% e 15,01%, em relação ao período homólogo de 2013.

A Base Monetária Ampla e em Moeda Nacional, em 2014, prevê-se que tenham expandido 6,1% e 13,72%, respectivamente.

TABELA 7
SECTOR MONETÁRIO

	INDICADORES			
	Taxas de Variação (em%)			
	2012	2013	2014	
Meta			Preliminar	
IPC (Homóloga)	9,2	7,69	7,5	7,48
M3	9,37	14,33	13,9	18,45
M2	14,13	15,26	12,8	13,49
M1	10,22	16,21	16,7	15,01
Base Monetária Ampla	4,36	15,24	11,9	6,1
Base Monetária MN	1,73	16,94	18,1	13,72

Fonte: Banco Nacional de Angola

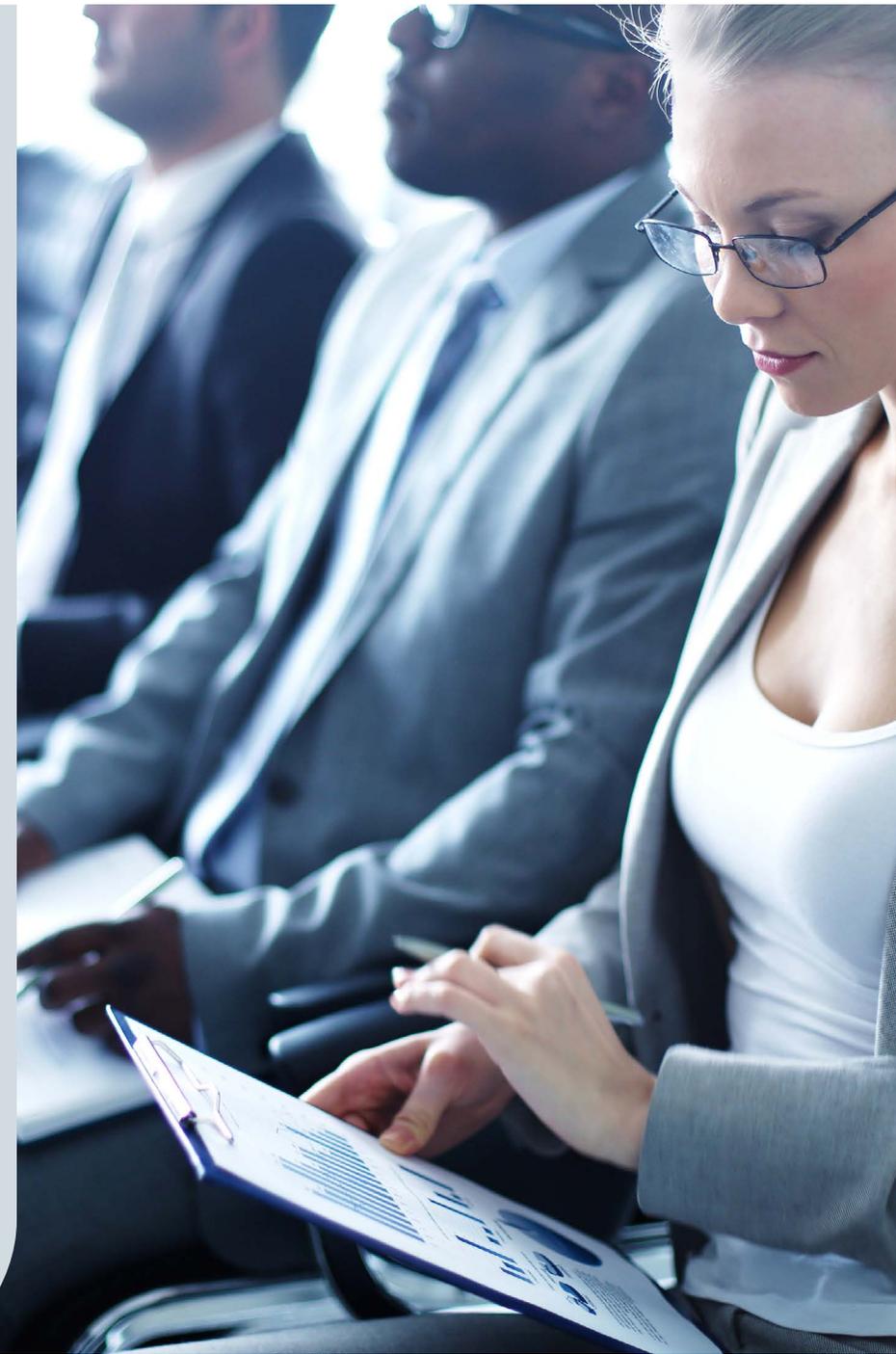
No mercado cambial, a taxa de referência registou uma ligeira depreciação, em 2014, sendo que no mercado primário, o Kwanza registou uma depreciação de 5,37 pontos percentuais, ao passar de KZ/USD 97,6, em 2013, para KZ/USD 102,8, em 2014.

TABELA 8
MERCADO CAMBIAL

INDICADORES	2012	2013	2014	
			Meta	Preliminar
Taxa de Câmbio (USD/Kz)				
Mercado Primário	95,8	97,6	97,8	102,82
Mercado Informal	104,8	104,7	ND	ND
Mercado Secundário	97,7	99,2	ND	ND
Diferencial Cambial (Primário-Informal) (%)	9,39%	7,27	ND	ND
Diferencial Cambial (Secundário-Informal) (%)	7,27%	5,54	ND	ND
Vendas de Divisas pelo BNA (milhões de USD)	18 201,02	19 281,8	ND	ND

Fonte: Banco Nacional de Angola

POR OUTRO LADO, ESTIMA-SE UMA REDUÇÃO DA DESPESA FISCAL, EM 2014, EM COMPARAÇÃO AO ANO DE 2013, CIFRANDO-SE EM KZ 4.475,2 MIL MILHÕES.



O volume das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) constitui um dos principais alicerces de suporte à estabilidade macroeconómica de Angola. De acordo com os dados e as informações disponíveis, as RIL registaram uma contracção, ao passarem de USD 29,57 mil milhões, no II Trimestre, para USD 27,03 mil milhões, no III Trimestre de 2014, representando uma diminuição de cerca de 8,6%.

O quadro a seguir apresenta a evolução das Reservas Internacionais Líquidas e dos Saldos da Balança de Pagamentos.

TABELA 9
SECTOR EXTERNO

INDICADORES DO SECTOR EXTERNO				
	2012	2013	2014	
			Meta	Preliminar
Saldo Global	4 643,2	84,21	-522,79	-4 542,28
Mercado Informal	47 376,34	41 902,56	43 400,08	36 039,41
Mercado Secundário	-8 883,84	-8 209,32	-8.131,84	-7 981,87
Diferencial Cambial (Primário-Informal) (%)	30,63	30,95	28,76	26,9
Diferencial Cambial (Secundário-Informal) (%)	8	8,03	≥6	6,8

Fonte: Banco Nacional de Angola

Em 2014, o Saldo Global da Balança de Pagamentos apresentou um deficit, justificado pelo resultado menos favorável da Conta Corrente, cujo saldo apresenta-se insuficiente para cobrir da Conta Financeira, o que resultou numa perda de reservas brutas de USD 4.038,2 milhões.

As Reservas Internacionais Líquidas, no final de 2014, fixaram-se cerca de USD 26.422, correspondendo a uma contracção de 14,62% comparativamente ao ano anterior que foram de USD 30.945 milhões.

TABELA 10
EVOLUÇÃO DAS RESERVAS

	DEZEMBRO 2014	DEZEMBRO 2013	VARIAÇÃO ANUAL (%)
Reservas Brutas	28 083,39	33 125,27	-15,22
Contas BNA	13 751,65	16 419,69	-16,25
Contas Tesouro	11 349,55	13 530,88	-16,12
Reservas Obrigatórias ME	2 982,19	3 174,71	-6,06
Obrigações de Curto Prazo	1 661,48	2 179,98	-23,78
Reservas Líquidas	26 421,91	30 945,29	-14,62
Reservas por Meses de Importação	6,69	7,82	-1,13

No mesmo período, a receita petrolífera, registada na Conta única do Tesouro, recuou 16%, para USD 10.242 milhões. A queda da receita da concessionária junto da CUT foi mais expressiva, cerca de 58%, registando-se no final do ano num total acumulado de USD 4.297 contra USD 10.183 em 2013. O volume de venda de cambiais pelo BNA ao mercado recuou 1%, comparativamente ao ano anterior, para um total de USD 19.175 milhões.

1.7.3 Medidas Contenção Despesa

A revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano implica o corte de um terço do total da despesa pública, com a redução da previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 6,6%.

Esta revisão é consequência da quebra das receitas petrolíferas e nele se confirma ainda um défice estimado para 2015 de 6,2% do PIB, contra os 7,6% do OGE ainda em vigor.

A cotação de referência para a exportação do barril de petróleo cai para metade no novo documento, numa clara demonstração de gestão prudencial do orçamento.

Esta revisão deve-se essencialmente à baixa da receita petrolífera, em cerca de 59%, fruto da assunção de uma nova referência do preço do petróleo, estando a ser considerado o barril de petróleo a 40 dólares, contra a estimativa inicial de 81 dólares.

O OGE revisto prevê a redução do total das receitas do Estado - envolvendo receitas fiscais, patrimoniais e de endividamento - de 7,2 biliões (61,8 mil milhões de euros) para 5,4 biliões de kwanzas (46,4 mil milhões de euros), com despesas fixadas em igual valor.

Neste cenário, e através de um orçamento que vai garantir, segundo o ministro das Finanças, o “funcionamento mínimo” das instituições do Estado, a compensação pelas quebras nas receitas petrolíferas é feita pelo corte a fundo na despesa, com exceção dos salários da Função Pública.

Em consequência do ajustamento na receita procedeu, naturalmente, a um ajustamento na despesa. A despesa sofre uma desaceleração de um terço, sendo que se manteve constante a despesa com pessoal

Entre vencimentos e contribuições sociais dos trabalhadores do Estado, o OGE de 2015 previa uma verba total de 1.565 mil milhões de kwanzas (13,2 mil milhões de euros), que se manterá inalterada.

A revisão do documento prevê cortes, não quantificados, na aquisição de bens e serviços, bem como a suspensão de projetos cujo financiamento já estava cativado no orçamento anterior. De acordo com a informação disponível, os contratos com aquisição de serviços, a título de exemplo, serão objecto de uma revisão em baixa da ordem dos 30%.

Entre outros indicadores, a revisão do OGE mantém a perspetiva de produção diária de 1,835 milhões de barris de petróleo e o crescimento deste setor 9%, enquanto o setor não petrolífero deverá crescer 5,3% em 2015.

O crescimento real do PIB passa de uma previsão de 9,7 para 6,6%.

Estando a quebra da receita petrolífera fundada numa alteração estrutural da matriz energética global, o seu impacto na economia Angolana será profundo e duradouro.

Conclui-se um ciclo de euforia económica, inicia-se um ciclo de austeridade, num país que, contudo, não deixará de ser um dos mais ricos do continente e com enorme potencial de crescimento.

Duas tendências se avizinham:

- A diversificação da economia será imposta pelo choque petrolífero e dela emergirão novos agentes económicos e consolidarão a sua presença os grupos e empresas que têm uma aposta de longo-prazo em Angola, menos dependente dos negócios ocasionais e de lucro rápido;
- Angola integrar-se-à, progressivamente, nos mercados globais da dívida, multilateral e bilateral diversificando as suas parcerias, o que terá como consequência alterações no modelo de governação, cada vez mais exposto ao escrutínio externo.

Neste sentido, a próxima década de negócios em Angola será, certamente, diferente, mas não necessariamente menos interessante para os investidores, de facto, interessados numa aposta de longo-prazo no país.



02

LUANDA

LUANDA

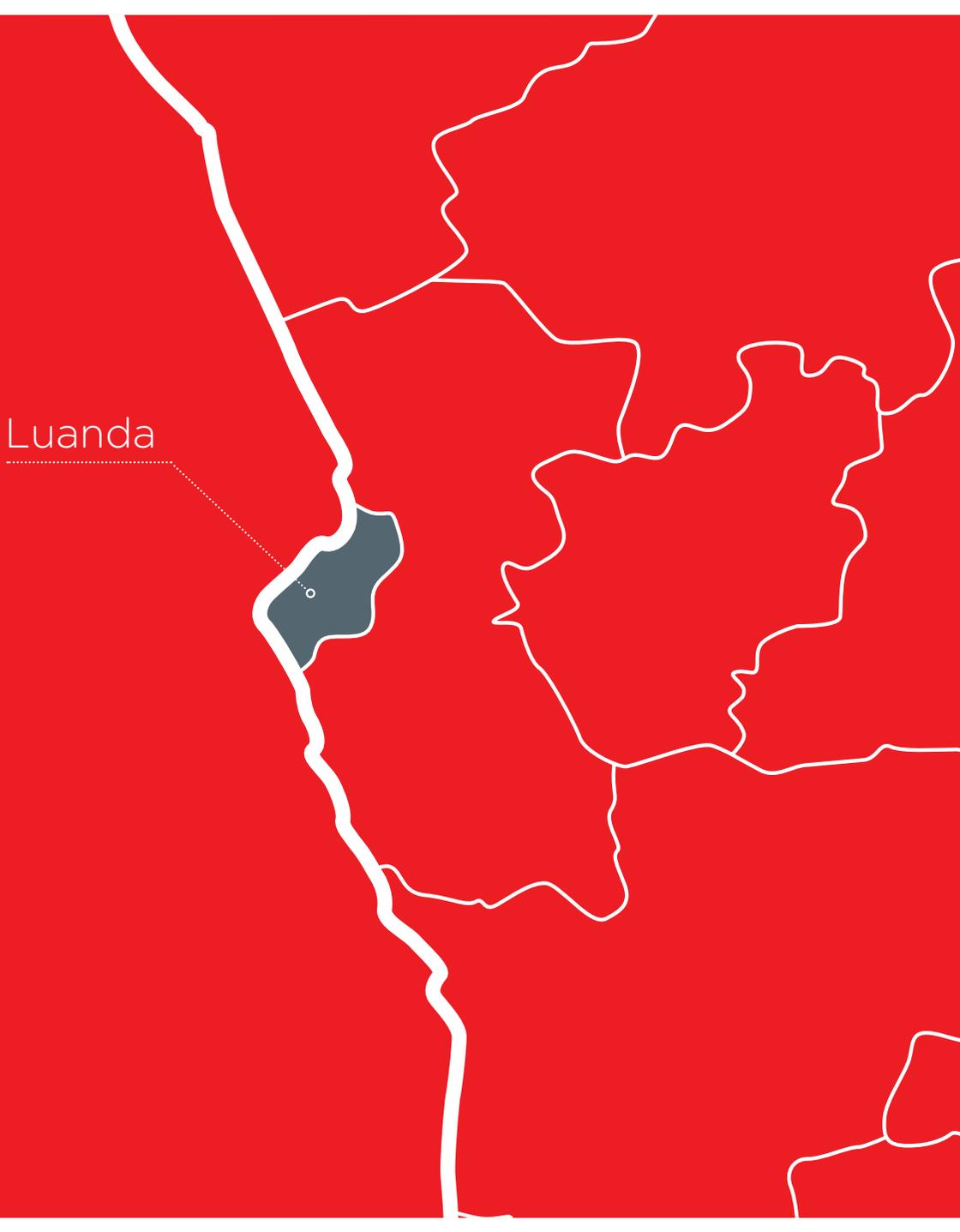
2.1 A Província de Luanda em 2015

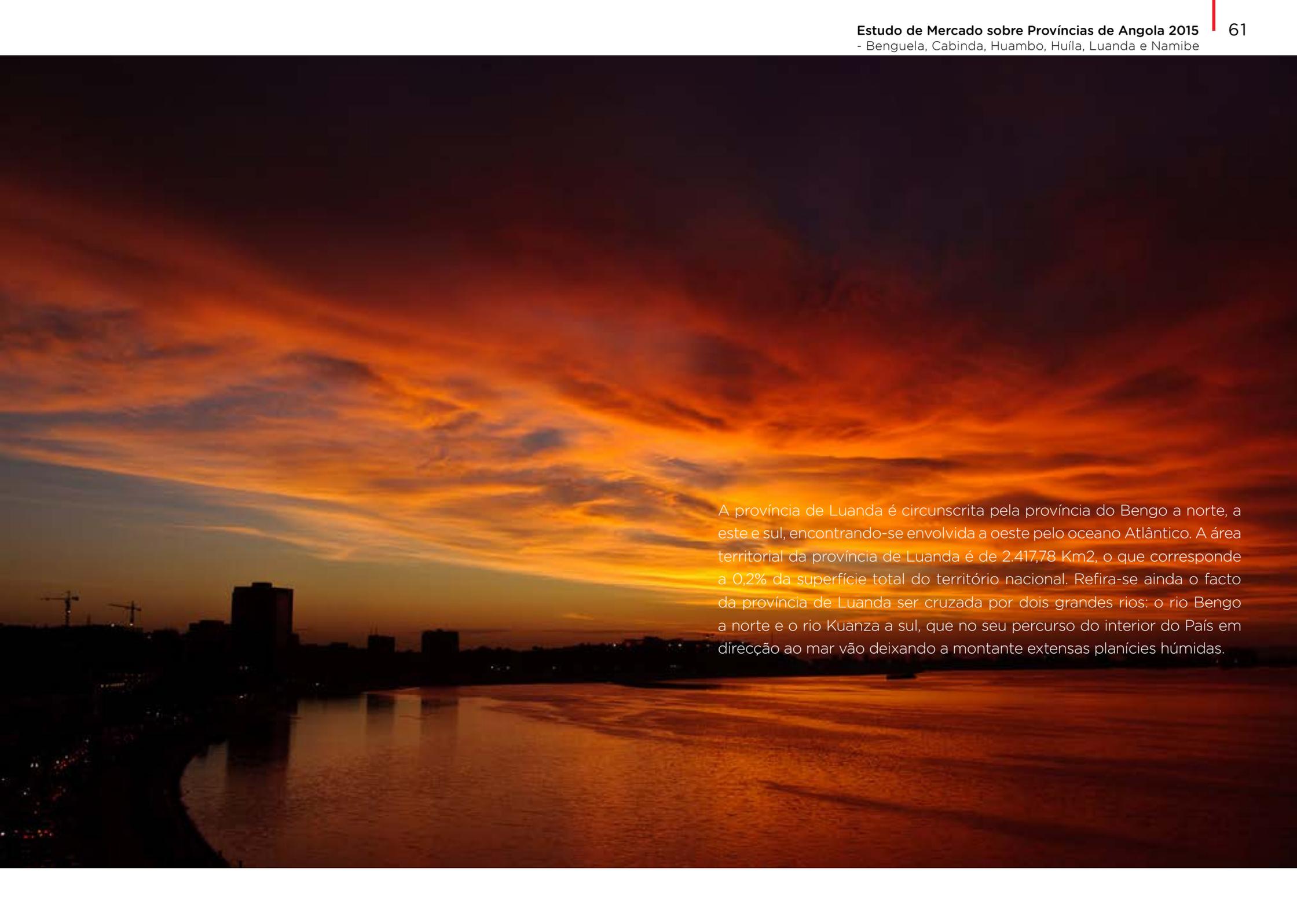
2.1.1 Geografia

A província de Luanda situa-se na parte setentrional e ocidental do país e a sua localização geográfica, de acordo com os seus pontos extremos, são dados pelas seguintes coordenadas:

- Extremo setentrional está situado no ponto Casucata (58,58) entre o município do Cacuaco e a província do Bengo, a 08 g 37" 30" de latitude sul e 13 g 24' 06" de longitude este;
- Extremo meridional está situado na embocadura do rio Kuanza, entre o município de Viana e a província do Bengo, a 09 g 20' 44", de latitude sul e 13 g 09' 21" de longitude este;
- Extremo oriental está situado no limite entre a província do Bengo e o município do Cacuaco, a 08 50'55"de latitude sul e 13 g 37' 58" de longitude este;
- Extremo ocidental encontra-se situado no município da Samba, bairro do Mussulo, a 09 g 04' 33" de latitude sul e 12 g 59' 42" de longitude este.

Luanda





A província de Luanda é circunscrita pela província do Bengo a norte, a este e sul, encontrando-se envolvida a oeste pelo oceano Atlântico. A área territorial da província de Luanda é de 2.417,78 Km², o que corresponde a 0,2% da superfície total do território nacional. Refira-se ainda o facto da província de Luanda ser cruzada por dois grandes rios: o rio Bengo a norte e o rio Kuanza a sul, que no seu percurso do interior do País em direcção ao mar vão deixando a montante extensas planícies húmidas.

2.1.2 Clima

O clima é geralmente quente e seco; no entanto, a província de Luanda atravessa uma estação chuvosa de cinco a seis meses e de escassos quantitativos de precipitação (compreendidos entre 350 a 400 mm), agravada por uma distribuição muito irregular e oscilações acentuadas de ano para ano. A estação seca ou de cacimbo é bastante prolongada, correspondendo ao período fresco do ano, nos meses de Junho a Agosto. A temperatura média anual varia entre os 25° e os 26°, com um máximo de 30°, coincidente com a altura em que se atingem os máximos pluviométricos.





2.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014, indicam que em 16 de Maio residiam na província de Luanda, 6.542.944 pessoas, sendo 3.205.346 do sexo masculino e 3.337.598 do sexo feminino.

TABELA 11
POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO
E ÁREA DE RESIDÊNCIA EM LUANDA, SEGUNDO O SEXO, 2014

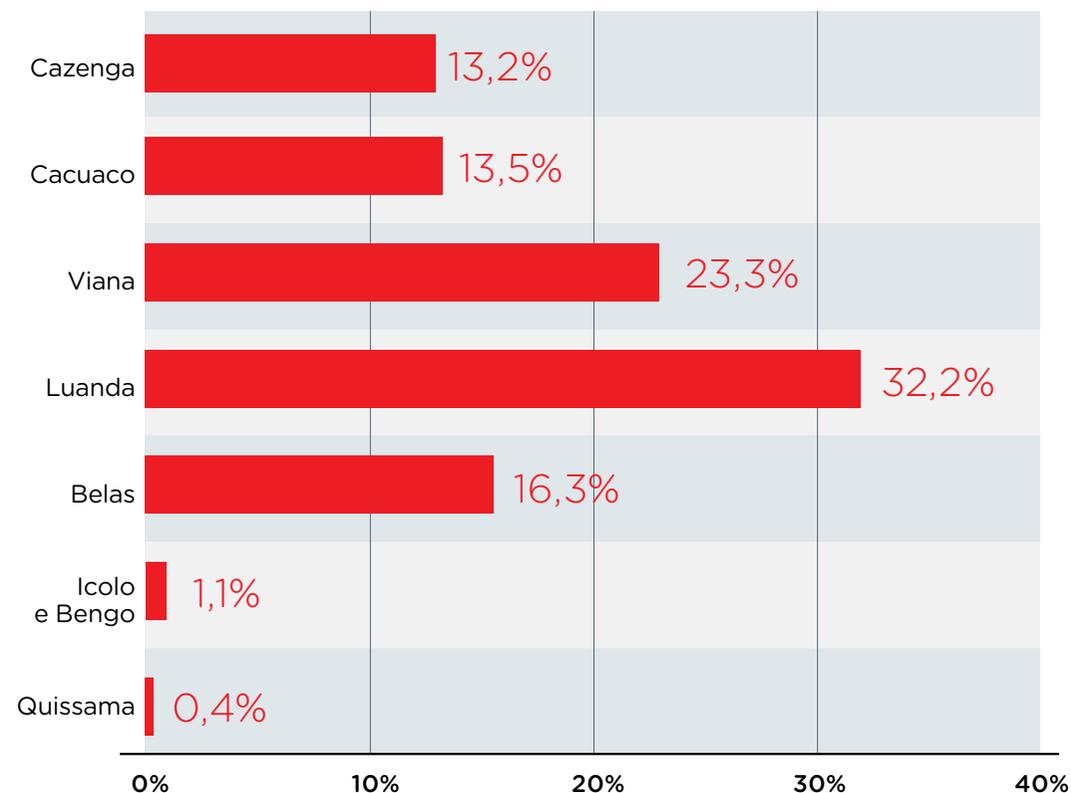
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	nº	%	nº	%	nº	%
Luanda	6 542 944	100	3 205 346	100	3 337 598	100
Urbana	6 377 246	97,5	3 121 563	97,4	3 255 683	97,5
Rural	165 698	2,5	83 783	2,6	81 915	2,5
Municípios						
Cazenga	862 351	13,2	423 909	13,2	438 442	13,1
Cacuaco	882 398	13,5	431 046	13,4	451 352	13,5
Viana	1 525 711	23,3	747 359	23,3	778 352	23,3
Luanda	2 107 648	32,2	1 030 224	32,1	1 077 424	32,3
Belas	1 065 106	16,3	521 733	16,3	543 373	16,3
Icolo e Bengo	74 644	1,1	37 922	1,2	36 722	1,1
Quissama	25 086	0,4	13 153	0,4	11 933	0,4

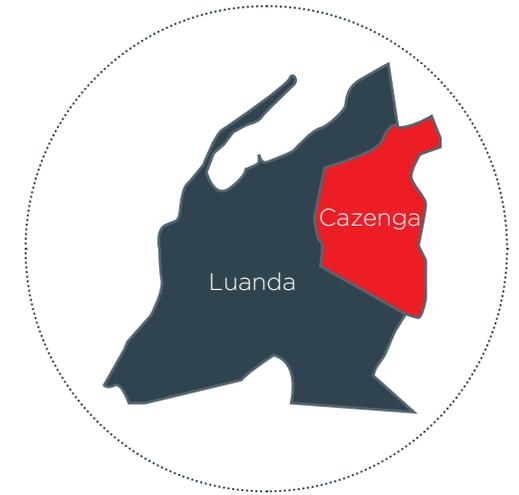
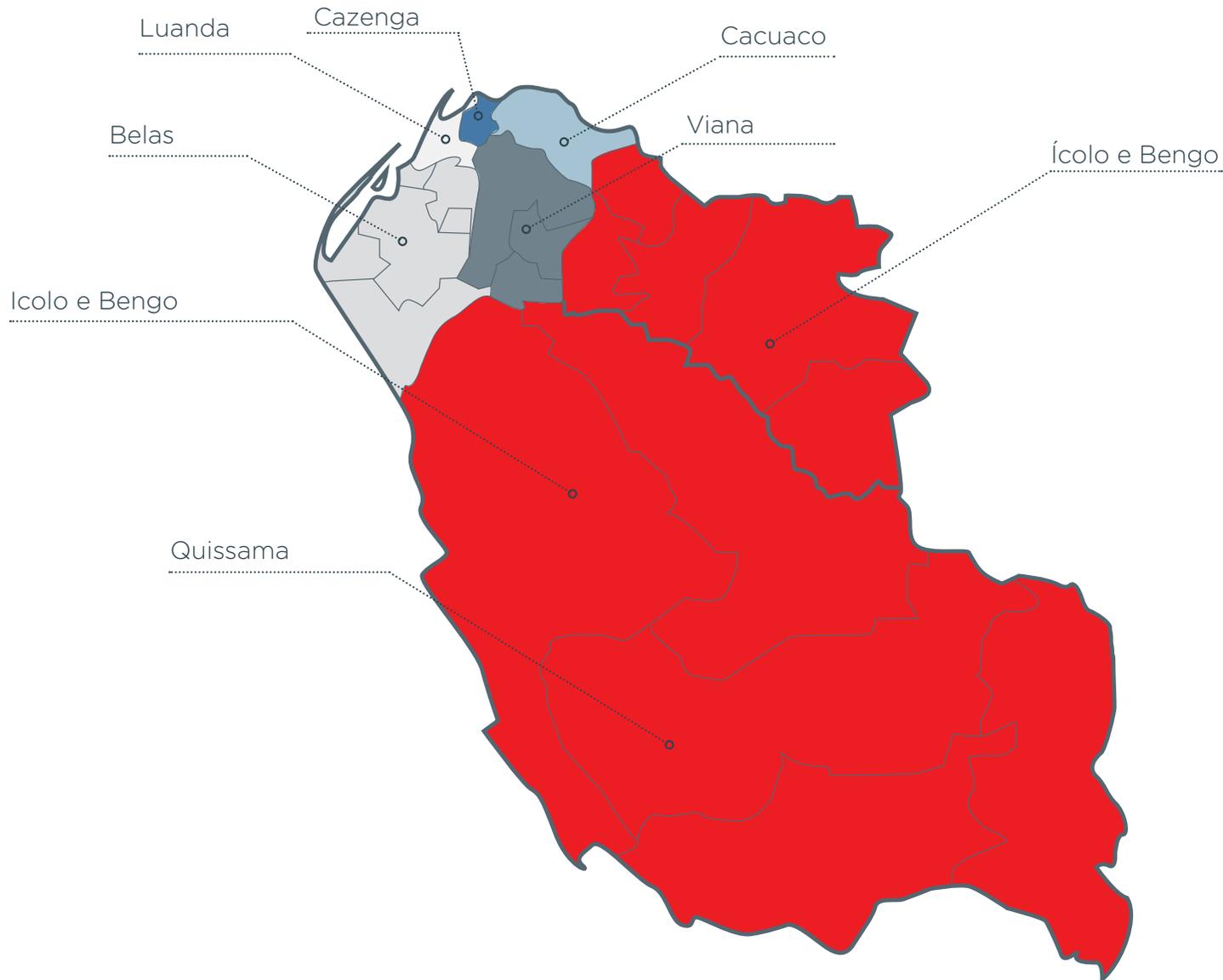
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

O gráfico seguinte mostra que o município de Luanda é o mais populoso, concentrando cerca de 32% da população residente da província, seguem-se, os municípios de Viana 23% e Belas 16%. Estes 3 municípios concentram cerca de 72% do total da população residente na província.

Os municípios de Icolo e Bengo e da Quissama apresentam os menores números de residentes com 1,1% e 0,4% da população da província, respectivamente.

Distribuição da População Residente em Luanda
por Município 2014
Gráfico 7

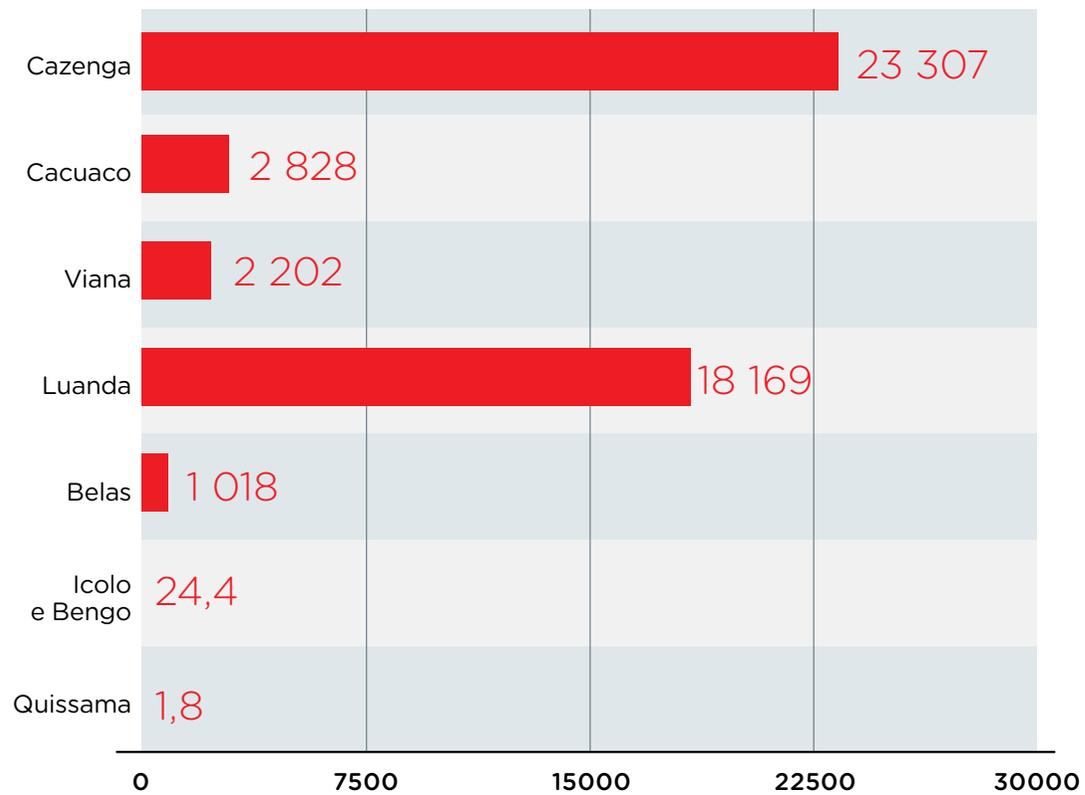




Distribuição da População
por Município em Luanda, 2014
Mapa 3

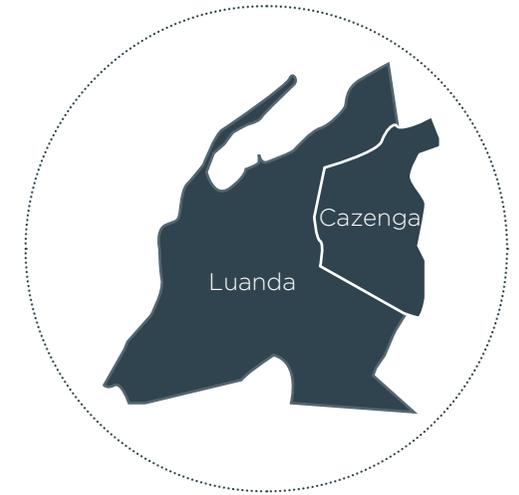
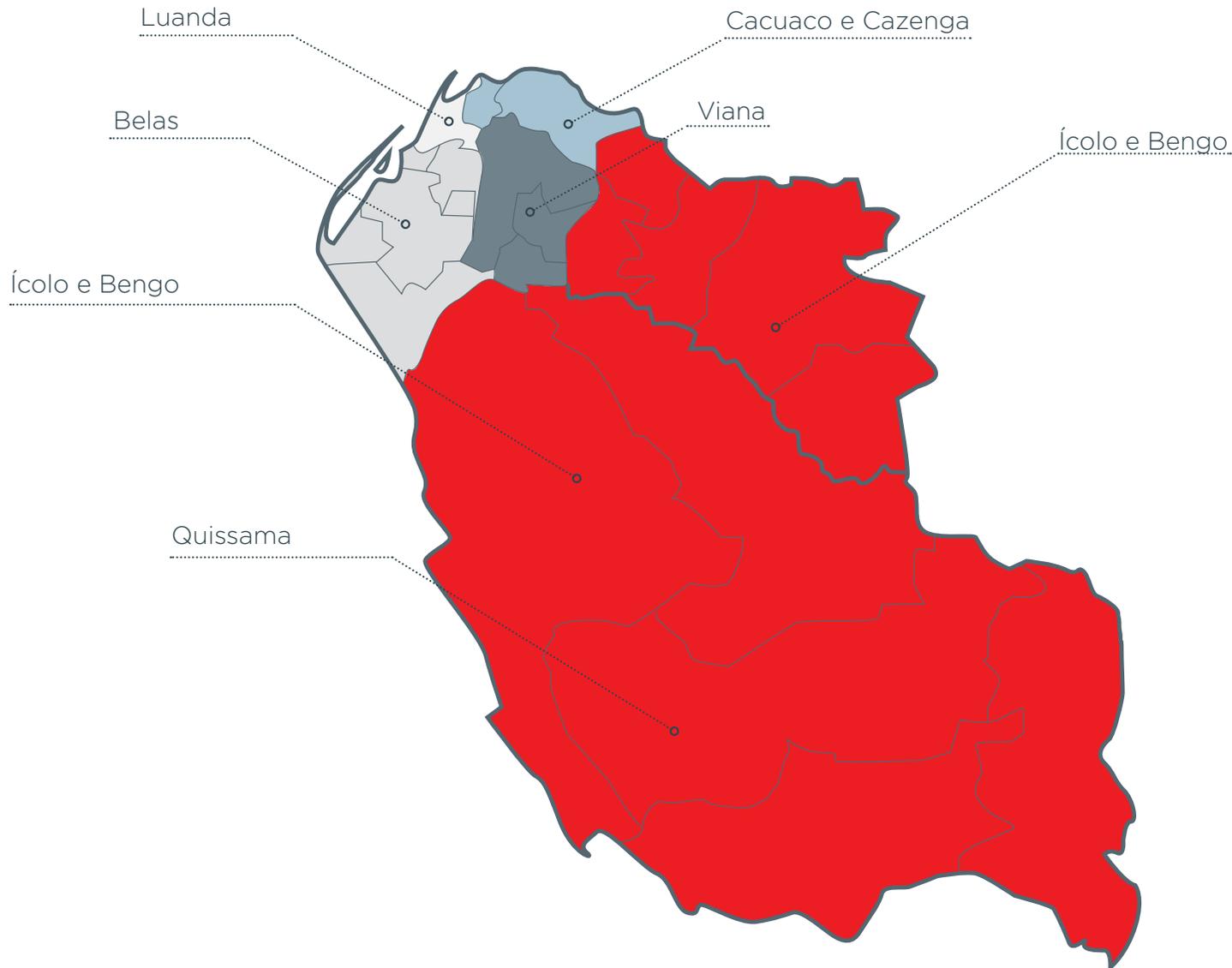


Densidade Demográfica por Município,
em Luanda 2014
Gráfico 8



No que diz respeito à densidade demográfica, para cada quilómetro quadrado da província de Luanda, residem 347 pessoas. A densidade populacional é visivelmente acentuada nos municípios do Cazenga e Luanda com 23.306 e 18.169 habitantes por quilómetro quadrado, respectivamente.

A província de Luanda apresenta enormes assimetrias geográficas, em termos de densidade demográfica. Contrariamente aos municípios de Luanda e Cazenga, observa-se no extremo oposto os municípios da Quissama com 2 habitantes por quilómetro quadrado e o município de Icolo e Bengo com 24 habitante.



Densidade Demográfica
por Município em Luanda, 2014
Mapa 3

2.1.4 Principais Sectores de Actividade Económica

2.1.4.1 Agricultura, Pecuária e Silvicultura

Atendendo às suas condições climatéricas, de solos e geografia, a Província de Luanda tem condições favoráveis para um vasto leque de culturas, existindo naturalmente uma variação dos recursos agrários de uma parte da Província para outra em função dessas mesmas condições e das respectivas densidades populacionais.

Assim, a coexistência de áreas iminentemente urbanas com áreas rurais, leva a que se verifique uma enorme diversidade dentro da Província.

A produção agrícola nos municípios de Luanda e do Cazenga é perfeitamente residual. Já nos municípios de Icolo e Bengo, Quiçama, Cacucaco, Belas e Viana, com vocação agro-pecuária, temos um forte contributo para a produção agrícola da Província.

Luanda beneficia do facto de ter dentro da própria Província um mercado de consumidores finais de produtos agrícolas com uma dimensão muito significativa e com bons canais de escoamento para os mesmos. Além dos consumidores finais, também o mercado de indústrias potencialmente consumidoras de produtos agro-pecuários em Luanda é significativo, o que é um importante factor potenciador do seu desenvolvimento.

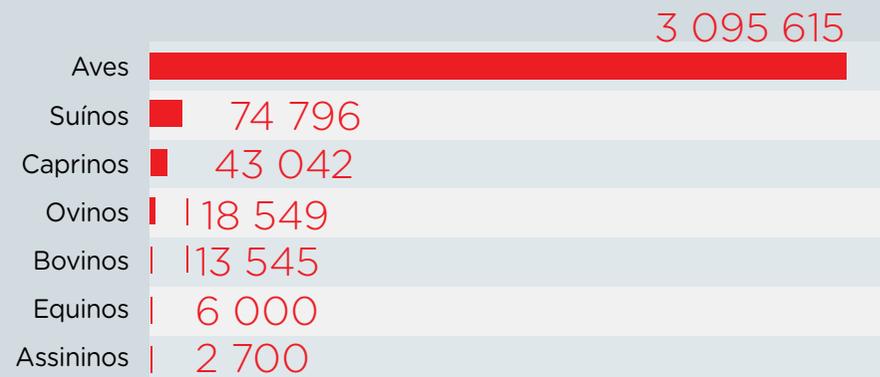
Refira-se ainda que os recursos hídricos existentes na região são um factor favorável determinante para este sector.

Merece destaque a implementação de novos empreendimentos agro-pecuários, já em curso, como o Projecto Quiminha, bem como aumento gradual do interesse dos investidores privados pela área agrícola, que deverão a prazo contribuir para o desenvolvimento deste sector numa Província com um cariz urbano muito acentuado.

A actividade pecuária tem condições favoráveis em toda a extensão rural da Província, nomeadamente para a criação de bovinos, caprinos, suínos, ovinos e aves. Contudo, a produção tem vindo a diminuir substancialmente nos últimos anos, fruto da expansão da zona residencial urbana em detrimento das áreas reservadas aos aviários e à criação de animais de pastoreio.

No que respeita à silvicultura, a Província apresenta condições favoráveis a algumas actividades nesta área, não podendo contudo ser considerada de elevado potencial. Nestas actividades incluem-se a exploração e

Censo da População Animal por Espécies, Luanda, (1º Semestre 2013) Gráfico 9



comercialização de combustível vegetal (carvão e lenha), a exploração de madeira em toro e o processamento de mel.

A actividade empresarial é diminuta e não há grande registo estatístico relativo à mesma.

Também aqui a localização geográfica da Província e o enorme mercado que constitui Luanda são factores favoráveis ao desenvolvimento das actividades silvícolas.

TABELA 12
INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DOS SECTORES DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Produção de Cereais (Ton)	12 941	12 751	14 409	15 858
Produção de Leguminosas (Ton)	72	136	151	178
Produção de Raízes e Tubérculos (Ton)	76 921	69 127	76 040	83 645
Produção de Frangos (Ton)	6 482	6 663	1 338	138
Produção de Carne Bovina (Ton)	2 973	3 853	337	732
Produção de Ovos	54 947 400	44 370 000	55 021 830	42 625 200
Emprego				
Agricultura	32 550	39 100	44 250	76 120
Floresta	421	450	482	627
Pecuária	5 212	5 431	5 890	10 789

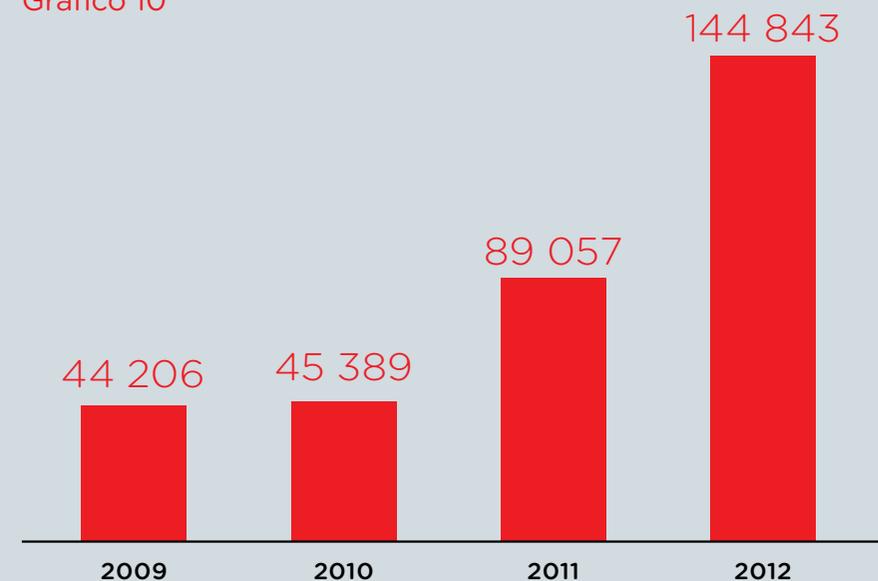
Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.2 Pescas

Não tendo uma grande representatividade no cômputo do volume de pesca nacional, ainda assim há uma franja da população que se dedica à actividade piscatória, tanto marítima, como continental. De resto, a Província apresenta excelentes condições para tal prática.

As embarcações existentes estão, em geral, mal apetrechadas, o que, conjuntamente com a falta de formação, o desconhecimento e a não utilização dos equipamentos a bordo, contribui para o insuficiente nível de produtividade alcançado. Outra importante limitação encontra-se ao nível da rede de frio existente para apoiar a distribuição do pescado.

Volume Capturas Pescas Industrial, na Província de Luanda (2009-2012) Gráfico 10



Os níveis de procura de pescado têm vindo a aumentar e é expectável que, por via do aumento demográfico e por via de mudanças na dieta alimentar dos angolanos, os níveis de procura venham a aumentar substancialmente, o que abre óptimas perspectivas para o sector.

Volume de Pesca Semi-industrial e Artesanal 2009-2012 (Ton)

Gráfico 11

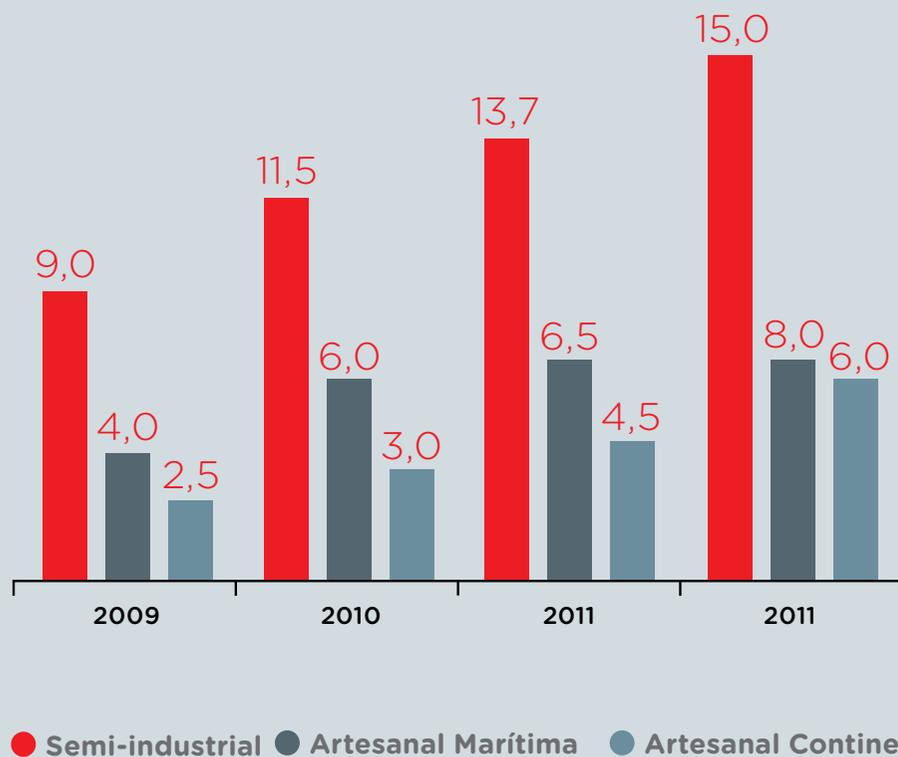


TABELA 13

INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR DA PESCA NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Cooperativas de Pesca Marítima	8	10	18	40
Cooperativas de Pesca Continental	17	18	41	60
Volume Pesca Industrial (Ton)	44 206,0	45 389,0	89 057,0	144 843,0
Volume Pesca Semi-Industrial (Ton)	9,0	11,5	13,7	15,0
Volume Pesca Artesanal - Marítima (Ton)	4,0	6,0	6,5	8,0
Volume Pesca Artesanal - Continental (Ton)	2,5	3,0	4,5	6,0
Produção Aquicultura (Ton)	0,3	0,5	1,0	n.d.
Emprego				
Pescadores Marítimos	6 895	7 208	8 022	8 100
Pescadores Continentais	1 456	1 670	1 820	1 956
Outros Trabalhadores no Sector	3 452	3 621	4 013	5 048

Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.3 Geologia e Minas

A Província de Luanda dispõe de recursos minerais em abundância, merecendo destaque a exploração de calcário, burgau, solo vermelho, areia, argila e areia siliciosa.

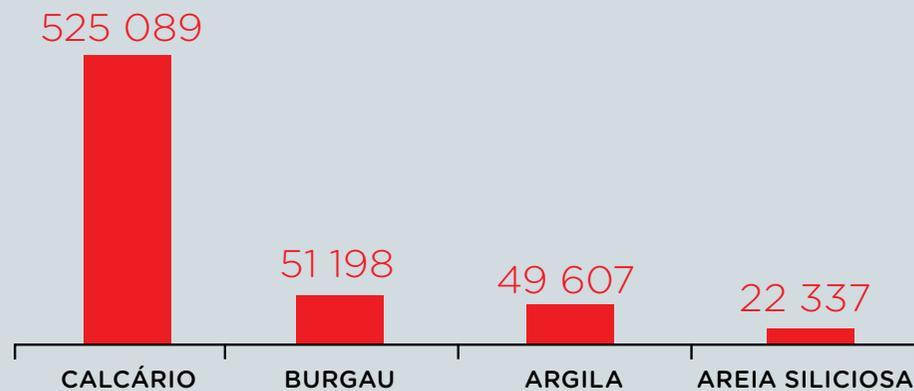
O município onde ocorre maior produção com base nestes recursos naturais é o Cacucaco, com excepção da produção de areia siliciosa que ocorre exclusivamente no município de Viana.

Importa destacar o peso da produção de calcário no município da Quiçama nos anos mais recentes.

Este conjunto de riquezas beneficia do elevado know-how existente no País, consolidado com décadas de experiência. Na Província o sector beneficia também das vias de comunicação e instalações portuárias adequadas.

Produção do Sector Mineiro na Província de Luanda (2012-m³)

Gráfico 12



Atendendo a que progressivamente se fará uma aplicação cada vez mais rigorosa do código mineiro, será de algum modo expectável o encerramento de algumas zonas de extracção de inertes, por falta dos requisitos impostos legalmente ou pelo exercício ilegal da actividade de extracção, se venham a reflectir nos volumes de produção dos anos vindouros mais próximos.

Por outro lado, a exploração de areia siliciosa começou a ser mais intensiva em 2013 numa jazida localizada em terrenos que foram afectos ao novo Aeroporto Internacional de Luanda, pelo que se prevê que, para os anos vindouros, esse incremento não se faça sentir de modo tão significativo.

TABELA 14

INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR MINEIRO NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Produção Calcário (m ³)	626 829	132 510	122 049	525 089
Produção Burgau (m ³)	491 918	213 430	167 898	51 198
Produção Solo Vermelho (m ³)	24 796	41 868	59 740	n.d.
Produção Areia (m ³)	501 780	127 378	136 209	n.d.
Produção Argila (m ³)	37 191	16 707	2 466	49 607
Produção Areia Siliciosa (m ³)	0	0	0	22 337
Emprego				
Nacionais	91	85	238	n.d.
Expatriados	31	22	n.d.	n.d.

Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.4 Indústria Transformadora

Luanda constitui o maior parque industrial nacional, contando com importantes indústrias dos mais diversificados produtos e apresentando um significativo potencial de crescimento.

As boas vias de comunicação para o escoamento dos produtos, quer destinados ao mercado interno, como ao mercado externo, fazem de Luanda a mais importante plataforma logística do País, situação altamente potenciadora do sector na Província. O facto de na própria Província se encontrar um enorme mercado de consumo e de ser expectável que o consumo interno acompanhe o crescimento do rendimento da população são aspectos igualmente favoráveis ao sector.

A industrialização do país tem de ser alavanca para o renascimento de uma cintura industrial em Luanda. Todavia o sector debate-se com problemas sérios na província:

- Elevados custos de produção causados pelos elevados custos de energia
- Mão-de-obra pouco qualificada;
- Falhas no abastecimento regular de energia e água;
- Custos de transporte e fluxo de trabalhadores pouco propício à actividade económica;
- Insuficientes estruturas para incubação de empresas;
- Apesar dos esforços levados a cabo, os cursos básicos de empreendedorismo são ainda insuficientes;
- Parco apoio às micro e pequenas empresas;
- Dificuldades no acesso ao micro crédito.

Todavia, existem a província oferece oportunidades interessantes para o investidor no sector industrial:

- Proximidade geográfica de um enorme mercado de consumo;
- Boas vias de comunicação para escoamento dos produtos, tanto para o mercado interno, como externo, constituindo a mais importante plataforma logística do País;
- Abundância de matérias-primas;
- Forte incentivo central ao desenvolvimento da actividade industrial;
- Base e estrutura empresarial de apoio já existente;
- Espírito empreendedor da população.

TABELA 15
INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DA INDÚSTRIA
TRANSFORMADORA NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Óleo Alimentar (Klt)	5 151	3 408	16 186	21 165
Leite Pasteurizado (Klt)	3 513	3 035	3 141	4 201
Leite em Pó (Ton)	3 021	3 684	4 383	4 338
logurtes (similares Milh. copos)	3 624	2 741	2 474	2 562
Rações para Animais (Ton)	9 424	15 594	4 065	4 026
Cerveja (Hlt)	4 756 433	4 916 472	5 791 424	5 757 066
Água de Mesa (Hlt)	391 719	555 611	803 536	1 198 012
Refrigerantes (Hlt)	3 562 087	3 380 464	4 200 886	4 493 967
Sumos (Hlt)	229 687	345 814	294 242	429 113
Vinho de Mesa	579 703	208 933	192 221	483 580
Licores / Bebidas Espirituosas	n.d.	34 561	157 300	n.d.
Têxteis	n.d.	n.d.	1 656	n.d.
Calças (Unid)	212	176	375	260
Camisolas (Unid)	204	n.d.	n.d.	56
Saias (Unid)	252	15	n.d.	35
Fraldas descartáveis	n.d.	n.d.	n.d.	375
Batas (Unid)	2 215	553	1 714	932
Fardas Trabalho (Unid)	497	301	2 929	1 500
Papel. e Livros Escolares (Milh.)	8 359	28 464	35 074	41 084
Acetileno (Mm³)	117	99	86	727
Oxigénio (Mm³)	417	366	335	490
Pesticidas - Hidrosil (Milh. Lts)	4	20	1	n.d.
Tintas e similares (Klt)	1 081	1 376	1 767	545
- Sabão (Ton)	20 035	28 195	23 259	22 372
Detergente Líquido (Klt)	1 227	1 258	4 679	21 429
Detergente Sólido (Klt)	553	491	836	6 528
Explosivos (Ton)	7 031	4 299	5 838	7 108
Injectados (Ton)	1 015	1 108	875	477
Vidros de Embalagem (Milh)	97 634	239 478	223 817	191 412
Metais	10 942	6 745	3 679	26 465

Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.5 Comércio

A rede comercial da Província de Luanda conta com 40.574 estabelecimentos, tendo sido licenciados localmente 25.603 e pela Direcção Nacional do Comércio e Serviços Mercantis (DNCSM) do Ministério do Comércio 14.971 estabelecimentos.

Também em Luanda o comércio informal, que se dedica especialmente à venda de produtos alimentares e vestuário, é uma realidade presente. O surgimento de programas de empreendedorismo e de educação financeira conduzirão a que essa realidade seja progressivamente absorvida pelo sistema formal.

Vendedores de Mercado Licenciados na Província de Luanda, por Municipio (2013)

Gráfico 13



A expansão da rede de mercados populares em curso, classificada em quatro categorias (municipais, do bairro, do peixe e quiosques) visa proporcionar uma actividade comercial de forma organizada e terá um impacto social relevante.

Mercados Municipais (2013)

Gráfico 14



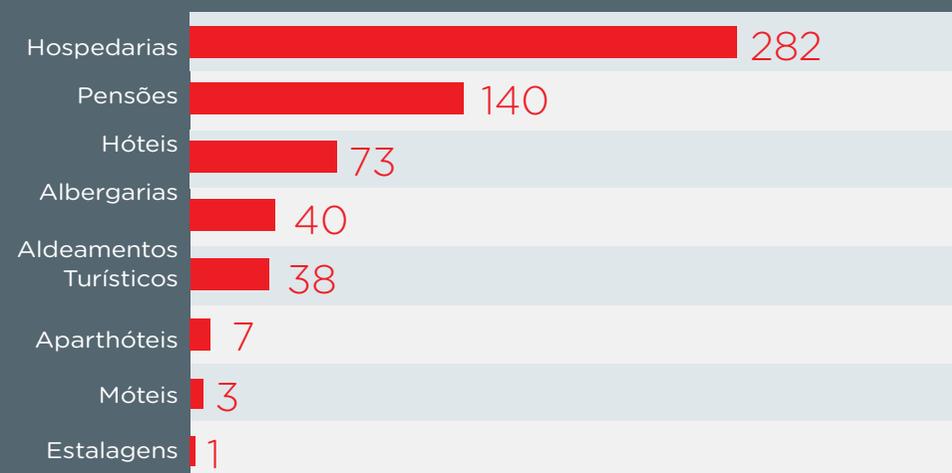
Luanda, sendo a Província em termos nacionais com mais ampla oferta na área comercial, apresenta ainda um elevado potencial de expansão empresarial, potenciado pelo esperado crescimento populacional e pelo aumento do rendimento disponível das populações.

TABELA 16
INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR
DO COMÉRCIO NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Licenciamento Estabelecimentos Comerciais				
Luanda	1 130	999	1 180	1 286
Cacuaco	56	84	103	82
Belas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Viana	383	289	316	351
Cazenga	206	99	207	156
Icolo e Bengo	56	65	73	82
Quiçama	n.d.	n.d.	n.d.	68

Fonte: Governo Provincial de Luanda

Vendedores de Mercado Licenciados na Província
de Luanda, por Município (2013)
Gráfico 15



2.1.4.6 Hotelaria e Turismo

Além do peso significativo que o turismo de negócios tem em Luanda, refira-se que todos os setes municípios têm locais de interesse turístico.

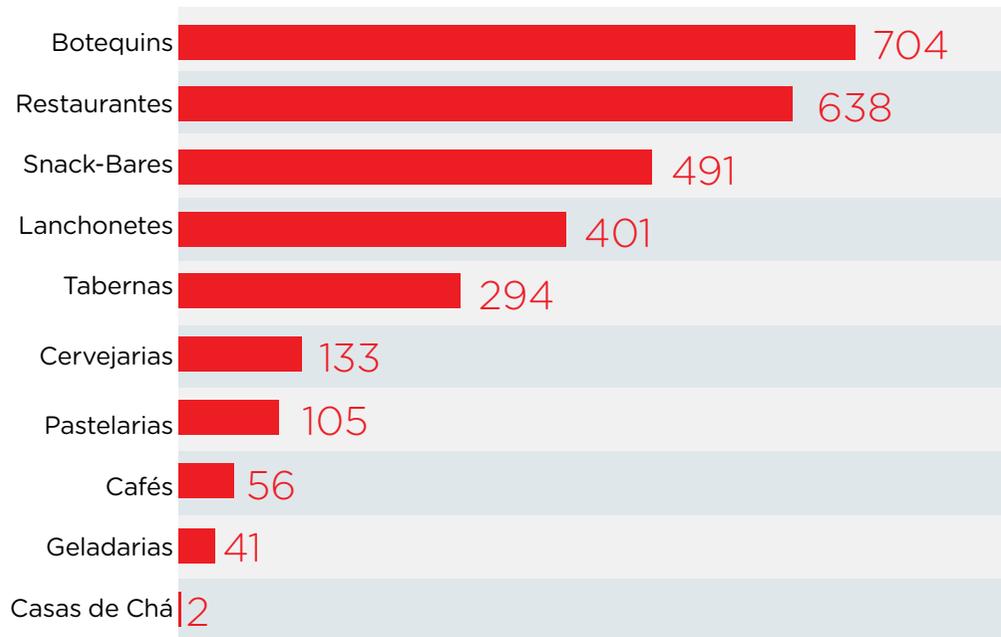
O parque hoteleiro de Luanda tem-se vindo a desenvolver, com a criação recente de novas infra-estruturas bem apetrechadas e de elevado nível de qualidade, que ajudam a dinamizar tanto o turismo de negócios, como o de lazer.

A Avenida 4 de Fevereiro, popularmente conhecida como Marginal, é um dos mais belos cartões-de-visita de Angola, exibindo o contraste entre a beleza natural da Baía de Luanda e os modernos edifícios em seu redor.

Também a oferta em termos de restauração é ampla, contribuindo para a melhoria das condições do sector, tornando a Província um local agradável para quem a visita. Merece destaque a estrutura de entretenimento, com muitos bares e restaurantes, existentes na Ilha do Cabo junto à Baía de Luanda.

Sector da Restauração na Província de Luanda 2012

Gráfico 16



Locais de Diversão Noturna na Província de Luanda, 2012

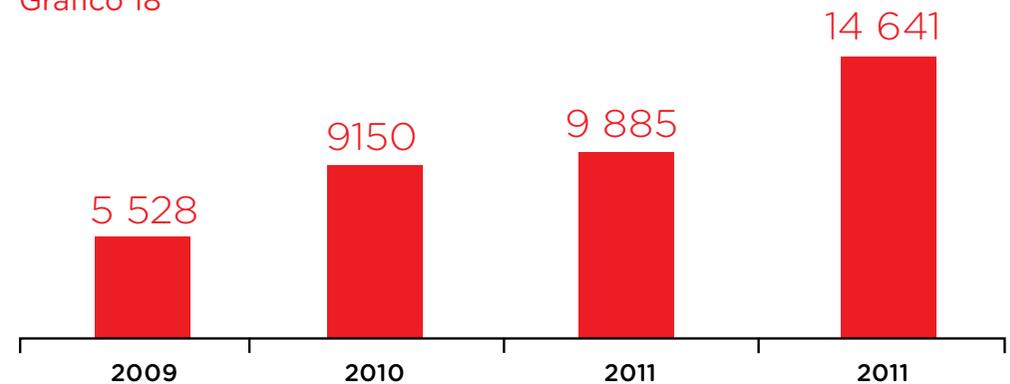
Gráfico 17



Alguns dos pontos de interesse turístico na Província que merecem particular destaque são a Barra do Cuanza, Cabo Ledo, o Miradouro da Lua, a Península do Mussulo, Santuário da Muxima e o Parque Nacional da Quiçama.

Número Total de Quartos na Província de Luanda

Gráfico 18



Distribuição de Quartos por Município na Província de Luanda (%)
Gráfico 19

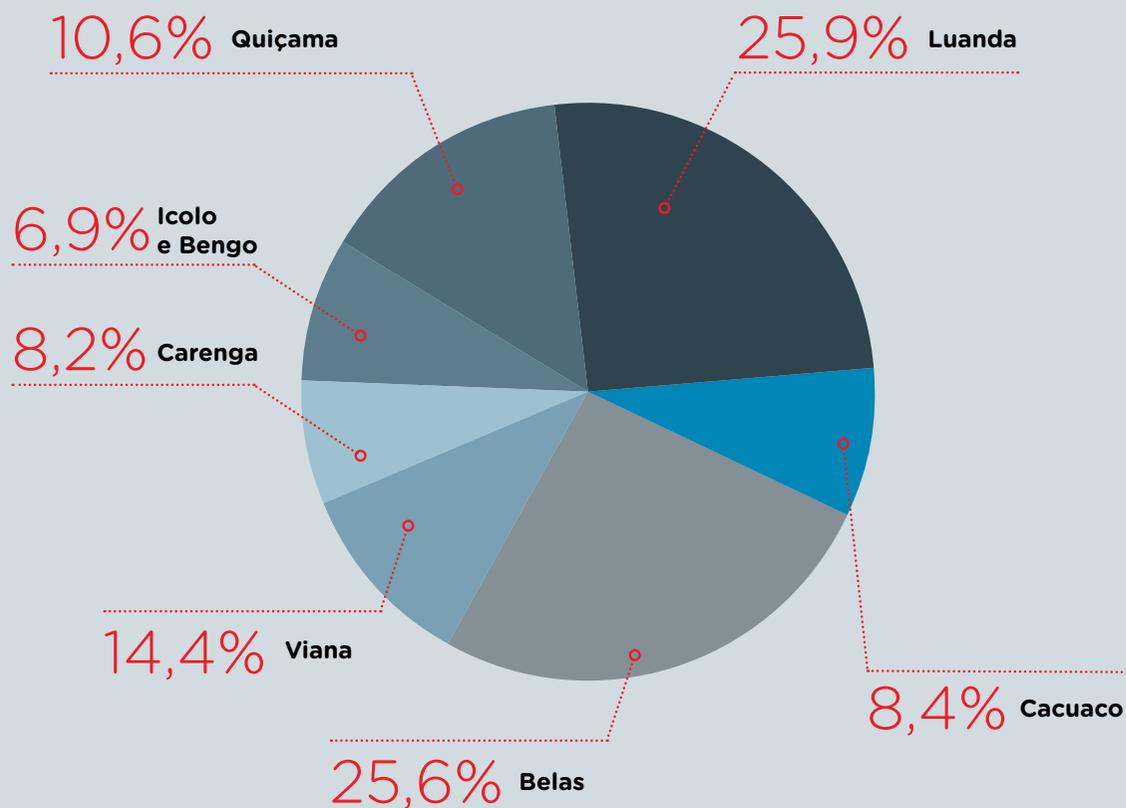


TABELA 17
INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR DA HOTELARIA E TURISMO NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Real				
Hotéis	35	54	67	73
- Aparthotéis	2	3	6	7
- Motéis	2	2	2	2
- Aldeamentos Turísticos	28	28	34	38
- Albergarias	20	30	35	40
- Estalagens	0	0	0	1
- Pensões	90	107	128	140
- Hospedarias	96	201	265	282
- Nº total de Quartos	5 518	9 150	9 885	14 641
- Nº total de Camas	5 877	10 660	11 392	18 356
- Restaurantes	133	322	558	638
- Snack-Bares	128	284	465	491
- Cervejarias	41	85	131	133
- Botequins	204	446	690	704
- Lanchonetes	104	232	399	401
- Pastelarias	23	61	108	113
- Geladarias	9	25	41	41
- Cafés	11	30	51	56
- Casas de Chá	0	1	2	2
- Take-Away	0	0	2	2
- Auto-Caravanas	2	20	35	39
- Tabernas	85	183	286	294
- Boites	5	12	19	19
- Bares	3	9	16	16
- Dancings	3	8	13	13
- Discotecas	8	19	30	31
Night-Clubs	2	5	9	9
- Centros Recreativos	4	8	13	13
Emprego				
Força de Trabalho	11 470	18 267	21 356	29 129

Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.7 Ambiente

A Província de Luanda necessita de uma atenção especial às questões ambientais, fruto da pressão exercida, por um lado pela elevada densidade populacional em boa parte da Província e, por outro, pelo crescente parque industrial aí existente.

As questões relacionadas com a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) têm particular relevância em Luanda dada a sua dimensão. A par do crescimento da população, também o crescimento económico contribui para a crescente produção de resíduos.

As acções de gestão do sistema levadas a cabo têm visado essencialmente aumentar a eficiência na execução dos serviços de limpeza pública, através do aumento das quantidades médias de RSU recebidos através da recolha dirigida, por contentor e por basculantes. Importa aumentar a cobertura territorial, de forma a incluir novas áreas da Província que actualmente não estão cobertas e reorganizar as áreas, adaptando-as ao novo mapa municipal da Província e às características do território.

Em 2011 foram estabelecidas mudanças substanciais no âmbito de actuação das Administrações Municipais, que tiveram como principal consequência o aumento da sua responsabilidade relativamente à limpeza pública no seu território.

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

Actividades de limpeza pública em território do Município

- Limpeza da rua e espaços públicos (varredura e lavagem)
- Recolha de RSU (incluindo os do pequeno comércio)
- Gestão dos pontos de Transferência de resíduos
- Planeamento dos serviços
- Fiscalização dos serviços

ELISAL

Actividades de âmbito provincial (comuns a todas as Administrações Municipais)

- Gestão dos Aterros Sanitários
- Gestão das Estações de Transferência
- Gestão do transporte até ao Aterro Sanitário
- Gestão do serviço de recolha de resíduos de saúde
- Gestão da recuperação de resíduos recicláveis
- Estudos e projectos para melhoria do serviço

Actualmente o sistema de limpeza é composto pelos seguintes operadores:

- Sub-concessionárias: 16 empresas;
- Serviços de pré-recolha (recolha em locais de difícil acesso): 16 micro-empresas;
- Destino final dos resíduos: 2 empresas.

Sobre o desempenho do sistema, constata-se que há incapacidade por parte das operadoras em executarem com satisfação os serviços necessários no actual contexto. Por outro lado, a actual rede de infra-estruturas é claramente insuficiente para suportar o nível de resposta pretendido.

Assim, o grau de cobertura efectiva dos serviços a nível da Província de Luanda situa-se na ordem dos 47%, devido a uma série de constrangimentos, entre os quais o facto das operadoras de limpeza privilegiarem as zonas de grande geração de resíduos e fácil acesso.

TABELA 18
SECTOR DO AMBIENTE NA PROVÍNCIA DE LUANDA, ANÁLISE
DA ACTIVIDADE POR TIPO DE RESÍDUO

Resíduo	Recolha e Triagem	Tratamento, Valorização e Deposição Final	Contratualização, facturação e cobrança
Resíduos Sólidos Urbanos	A recolha é feita de forma totalmente indiferenciada. Não existe triagem de resíduos.	Não existe reciclagem, nem qualquer outra valorização dos resíduos. Os resíduos são depositados no aterro sanitário de Mulenvos, com todas as condições para a deposição de RSU. O aterro incorpora elevado volume de inertes, albergando ainda resíduos industriais e especiais.	Verifica-se alguma ineficácia nas funções de contratualização, facturação e cobrança a clientes não-domésticos. Existe contratualização com clientes não-domésticos, embora esteja longe de englobar a totalidade. Não é cobrada qualquer taxa a clientes domésticos.
Resíduos Industriais	Os resíduos são recolhidos e transportados para o aterro juntamente com os RSU. Não existe triagem.	Os resíduos industriais ainda não são direccionados para o destino final apropriado (aterro industrial já planeado), sendo depositados no aterro sanitário de Mulenvos.	Verifica-se alguma ineficácia nas funções de contratualização, facturação e cobrança a clientes industriais. Existe contratualização com clientes industriais, embora esteja longe de englobar a totalidade
Resíduos Hospitalares	A recolha de resíduos hospitalares é contratada pela ELISAL a empresa externa.	A empresa contratada realiza também a incineração dos resíduos hospitalares perigosos, com recurso a incineradora própria. A ELISAL já criou uma incineradora própria que tratará no futuro dos resíduos contaminados.	Verifica-se alguma ineficácia e duplicação nas funções de contratualização, facturação e cobrança a clientes hospitalares. Está definido o contrato entre a ELISAL e algumas entidades hospitalares
Resíduos Especiais	A maioria dos resíduos especiais é recolhida de forma indiferenciada. Não existe triagem de resíduos.	Não existe reciclagem e o tratamento e valorização dos resíduos especiais é ainda escassa, sendo depositados no aterro sanitário de Mulenvos.	Existem alguns contratos entre a ELISAL e clientes produtores dos resíduos especiais. Existe igualmente um contrato estabelecido entre a ELISAL e as operadoras que são especializadas na recolha.

Fonte: Governo Provincial de Luanda

A manutenção da rede pública de esgotos também tem estado presente nas preocupações da Província, com várias actividades recentes levadas a cabo nesse domínio. O programa “Luanda Limpa” tem como objectivo a constituição de brigadas, enquadrando micro empreendedores, que têm como tarefa, entre outras, a manutenção do saneamento básico. Também as praias da Província têm merecido especial atenção, tendo-se assistido a um incremento do nível de limpeza das mesmas.

TABELA 19
INDICADORES DE EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR
DO AMBIENTE NA PROVÍNCIA DE LUANDA (2009-2012)

Indicadores	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real				
Recolha e Transporte Resíduos Sólidos (Ton)	1 443 977	1 747 651	2 049 497	2 067 094
Varredura Manual (Kms)	53 164	94 985	59 071	87 054
Varredura Mecanizada (Kms)	1 813	11 357	2 014	14 622
Limpeza de Praias (Kms)	476	952	610	3 610
Lavagem de Ruas Mecanizada (Kms)	n.d.	337	318	1 173
Capina (Kms)	n.d.	127	182	801
Investimento				
Público (Milhares Kwanzas)	950 692	58 329	308 255	420 229

Fonte: Governo Provincial de Luanda

2.1.4.7 Transportes

Encontra-se em execução o plano integrado de transportes que visa articular a circulação rodoviária, ferroviária e marítima, oferecendo a breve prazo várias opções de mobilidade às populações de Luanda. Esta será uma solução indispensável para resolver os actuais problemas de trânsito, num cenário agravado pelo forte crescimento populacional.

Naturalmente, a rede de infra-estruturas disponível condiciona sempre a rede de transportes existente. Uma rede viária deficiente dificilmente poderá garantir uma boa rede de transportes rodoviários. Neste sentido, é notório o esforço que tem sido colocado na Província nos últimos anos, com a reabilitação de estradas inter-provinciais, de vias secundárias e municipais, que tem permitido combater paulatinamente o trânsito caótico na cidade e nos bairros periféricos.

No interior da Província merece destaque a via expressa periférica no eixo Cacuaco e Viana, que veio favorecer a interligação entre os municípios do Cacuaco, Viana e Belas.

Esta reabilitação tem permitido potenciar o aparecimento de novas rotas inter-provinciais por via terrestre, nomeadamente nos eixos Luanda-Benguela, Luanda-Uíge, Luanda-Malange e Luanda-Huambo, com o incremento da segurança e do conforto e com a redução do tempo de viagem. Esta reabilitação traz naturalmente melhorias consideráveis também ao nível do desgaste de material a que estavam sujeitas as viaturas, fruto do mau estado de conservação em que se encontravam muitos eixos rodoviários.

Ao nível dos transportes rodoviários urbanos de passageiros, as operadoras de transportes públicos regulares transportaram, no 1º semestre de 2013, mais de 83 milhões de passageiros.

Existem actualmente a funcionar na Província seis empresas de transporte de aluguer em veículos personalizados de serviço de táxi, dando resposta a uma procura crescente deste tipo de serviço.

O Caminho de Ferro de Luanda (CFL) apresenta uma extensão de 424 quilómetros, sendo uma linha que se estende actualmente até à Província de Malange. Além da recuperação desta importante infra-estrutura, fez-se ainda o apetrechamento com novas locomotivas diesel e vagões, de modo a estabelecer um serviço ferroviário de qualidade. Foi recentemente inaugurada a estação de caminho de ferro que permite o transporte de

mercadorias de comboio directamente do porto de Luanda.

Relativamente às infra-estruturas portuárias, para além da ampliação e modernização do Porto de Luanda, Angola irá contar também com uma nova infra-estrutura localizada a 50 kms de Luanda, no Dande. As novas instalações projectadas terão um total de cais com comprimento suficiente para atracar 32 navios médios e um terminal de contentores com uma área superior a 30 hectares. Esta moderna infra-estrutura, de âmbito nacional, irá beneficiar também a Província de Luanda, já que irá contribuir para o descongestionamento do Porto de Luanda, que tem visto aumentar substancialmente a movimentação de cargas e se encontra perto do seu limite de capacidade operacional.

Os terminais de passageiros de Kaposoca, na Samba, e do Porto de Luanda, recentemente inaugurados, constituem uma alternativa no domínio dos transportes públicos, tendo marcado o início formal do transporte marítimo comercial de passageiros na Província, abrindo portas à expansão do projecto para todo o litoral do País. O serviço de transporte marítimo de passageiros pode contribuir de forma significativa para o descongestionamento do tráfego da cidade de Luanda.

Ao nível aeroportuário, encontra-se em construção o novo Aeroporto Internacional de Luanda, situado a 40 Kms da cidade de Luanda, que contará com duas pistas duplas:

- Pista norte com 4.200 metros de comprimento e 60 de largura
- Pista sul com 3.800 metros de comprimento e 75 de largura

Esta nova infra-estrutura, que será um dos maiores aeroportos do Continente Africano, contará com 31 mangas (20 destinadas a voos internacionais e 11 a voos domésticos) e terá uma capacidade anual de 15 milhões de passageiros e 600 mil toneladas de carga. O novo aeroporto vem dar resposta ao crescente número de passageiros que procuram Luanda.

2.2 A Província de Luanda e o Futuro

2.2.1 Objectivos de Desenvolvimento

2.2.1.1 Modelo Estratégico

Luanda encontra-se num ponto decisivo em termos do seu desenvolvimento económico e social. Com uma população que se aproxima dos 6 milhões de pessoas e uma área de mais de treze mil quilómetros quadrados, a Província enfrenta múltiplos desafios: a necessidade de regeneração de vastas áreas de assentamentos informais, vulgo “musseques”; a prioridade na recuperação e expansão das redes técnicas de água, energia, saneamento, valas de drenagem e dos equipamentos sociais; a urgência em conectar as diferentes áreas urbanas existentes e em expansão, através de sistemas de transportes na modalidade intermodal; a emergência da definição de uma estrutura verde urbana que se pretende de características contíguas à localização das diferentes funções urbanas, sejam elas habitacionais, comerciais, turísticas ou empresariais, etc.

Correspondendo ao potencial já existente na Província, e com vista a rentabilizar social e economicamente os investimentos significativos na modernização de infra-estruturas já realizados, as soluções estratégicas deverão ter necessariamente em atenção o seguinte:

- A reabilitação da cidade antiga;
- Fundação de novas centralidades;
- A criação de novos bairros bem estruturados;
- Readequação dos centros logísticos e industriais, face ao novo aeroporto internacional e ao novo porto do Dande;
- Inserção dos parques e reservas naturais na dinâmica da grande metrópole.

Parece óbvia também a necessidade de se definir um novo paradigma estratégico de intervenção, pois que apesar das elevadas potencialidades da Província, incluindo a sua força histórica e cultural, os planos definidos no passado tiveram dificuldades de implementação, o que não tem conduzido a que Luanda se reafirme como o motor central do crescimento económico no País.

No centro das preocupações da estratégia de desenvolvimento da Província de Luanda estão princípios de actuação conducentes à formulação de políticas integradas de desenvolvimento territorial que têm em consideração quer paradigmas teóricos quer referências de outras experiências.

A estratégia de desenvolvimento da Província de Luanda, expressa no Plano Provincial de Desenvolvimento assenta no conceito de “Roda de Desenvolvimento”.

O Plano Provincial caracteriza cada uma destas dimensões do processo de desenvolvimento de acordo com a especificidade de Luanda.



A **Produtividade** Urbana se refere-se à eficiência com que uma cidade transforma inputs em outputs e fornece um contributo significativo ao crescimento económico, gerando um nível de rendimento e emprego de qualidade aos Luandenses, que lhes permite elevados padrões de vida. Neste contexto é cada vez mais reconhecido que os tipos de capital não tangível, capital humano, intelectual e social, são os seus determinantes-chave.

As **Infra-estruturas** urbanas são os alicerces da prosperidade, quer estejamos a falar de sectores como os transportes, a água, a electricidade, o saneamento, ou mesmo o de recreação das populações desta grande metrópole. A prioridade da Província de Luanda, como adiante detalharemos, é redimensionar as redes básicas de infra-estruturas e os equipamentos colectivos, capazes de responder às novas solicitações sociais e funcionais colocadas pelo crescimento urbano.

A dimensão **Qualidade de Vida** enquadra a melhoria do uso dos espaços públicos em prol da coesão da comunidade e da sua identidade cívica, assim como a garantia de segurança e protecção individual e material. Em Luanda o espaço público necessita de ser ampliado na cidade antiga, apesar do forte contributo positivo já dado pela renovação da Marginal, e de ser criado de raiz em zonas de crescimento desordenado, onde nunca existiu essa preocupação. Por sua vez a segurança necessita de um grande esforço de melhoria.

A dimensão **Equidade e Inclusão Social** debruça-se sobre a equitativa redistribuição dos benefícios do crescimento económico, a redução da pobreza e da incidência de musseques, a protecção dos direitos dos grupos minoritários e vulneráveis, o aumento da igualdade de género e a participação cívica nas esferas sociais, políticas e culturais.

Factores históricos combinados com a taxa rápida de crescimento populacional em Luanda, criaram condições para que um grande número da população vivesse em domicílios instalados em assentamentos sem os serviços urbanos básicos, em loteamentos clandestinos ou outras formas de assentamento marcados por qualquer forma de irregularidade administrativa ou patrimonial. A presença destes assentamentos, inseridos de forma ambígua na Cidade Capital é um dos mais poderosos mecanismos de exclusão social, bloqueando o acesso de quem lá vive às oportunidades de desenvolvimento humano que uma grande metrópole oferece.

A dimensão **Sustentabilidade Ambiental**, valoriza a protecção do ambiente urbano e dos recursos naturais, numa lógica de eficiência energética e de redução da pressão sobre a terra e outros recursos naturais circundantes, reduzindo as perdas ambientais através de soluções criativas para melhorar o ambiente. A Estratégia da Província de Luanda, ao basear-se na “Roda do Desenvolvimento”, vai gerar políticas urbanas integradas muito assertivas e imbuídas das Dimensões do Desenvolvimento, podendo assim:

- Contribuir para o crescimento económico através da Produtividade, proporcionando padrões de vida adequados a todos os Luandenses, com base num rendimento adequado das famílias;
- Implantar Infra-estruturas físicas e equipamentos em áreas sensíveis à vida quotidiana (água, saneamento, energia eléctrica, rede de estradas, telecomunicações, etc.), quer estejamos a falar na população em geral, quer na economia;
- Fornecer serviços sociais importantes para a Qualidade de Vida (educação, saúde, lazer, segurança, etc.) que permitem o desenvolvimento do potencial individual dos Luandenses e os levará a aumentar os seus níveis de realização pessoal;
- Reduzir ao mínimo a miséria e as desigualdades sociais, gerando equidade e inclusão social, pois Luanda só se poderá dizer desenvolvida se todos, ou pelo menos a imensa maioria dos seus habitantes, viverem sem grandes privações e bem acima do nível de pobreza;
- Preservar a Sustentabilidade Ambiental de Luanda no processo de criação e distribuição dos benefícios do crescimento.

2.2.1.2 Modelo de Financiamento

Em geral as grandes metrópoles geram uma elevada despesa, mas também receitas capazes de a cobrirem. A maior receita provém da posse/ utilização do seu espaço, seja para habitação, comércio, indústria ou qualquer outra actividade.

Porém existem outras, provenientes essencialmente de taxas que são aplicadas na vida económica, originando uma compensação para os cofres públicos pela utilização de infraestruturas e equipamentos, assim como pelos serviços que lhe estão associados.

Há ainda as multas que também consistem numa receita, embora a sua função deva ser mais para acautelar maus comportamentos que pelo seu valor, pois numa situação óptima não seriam passadas por todos terem um comportamento consoante a lei e os regulamentos.

A Província de Luanda tem beneficiado, tal como as outras, do poder de arrecadação local, para além das Receitas dos Serviços Comunitários, de Receitas provenientes quer de Impostos Directos como sejam o Imposto Industrial do Grupo C, o Imposto Predial Urbano, o Imposto sobre as Sucessões, bem como Impostos Indirectos como o Imposto de Consumo e o Imposto de Selo.

Porém, no que concerne à principal fonte de receitas para os Órgãos da Administração Local do Estado – a tributação dos terrenos e propriedades, pouco tem sido feito desde há décadas em Luanda para proceder aos registos definitivos, assim como à declaração de propriedade horizontal, mesmo nos novos empreendimentos. O problema é maior nas zonas de construção anárquica, nomeadamente nos musseques, pois necessitam de um cadastramento topográfico prévio e da verificação in loco de quem são os utilizadores do espaço.

Para abreviar o processo, em alternativa ao título de posse definitiva, existem experiências internacionais de tributação realizada sobre um título de ocupação, de cariz provisório, fornecido a quem prove ocupar determinada casa ou terreno, ainda que com documentação a confirmar mais tarde, em termos de registos na conservatória competente. Este processo pode iniciar-se fazendo recurso a técnicas não muito dispendiosas de cadastramento do solo e dos imóveis (por fotografia aérea) que ofereçam à Autoridade Provincial a possibilidade de construção de um sistema de informação e gestão do uso e da ocupação do solo urbano.

Com base na tributação pela ocupação do espaço, de que a posse é um subconjunto, obter-se-iam verbas muito significativas que, revertendo a favor do GPL, serviriam para financiar políticas urbanísticas de continuidade.

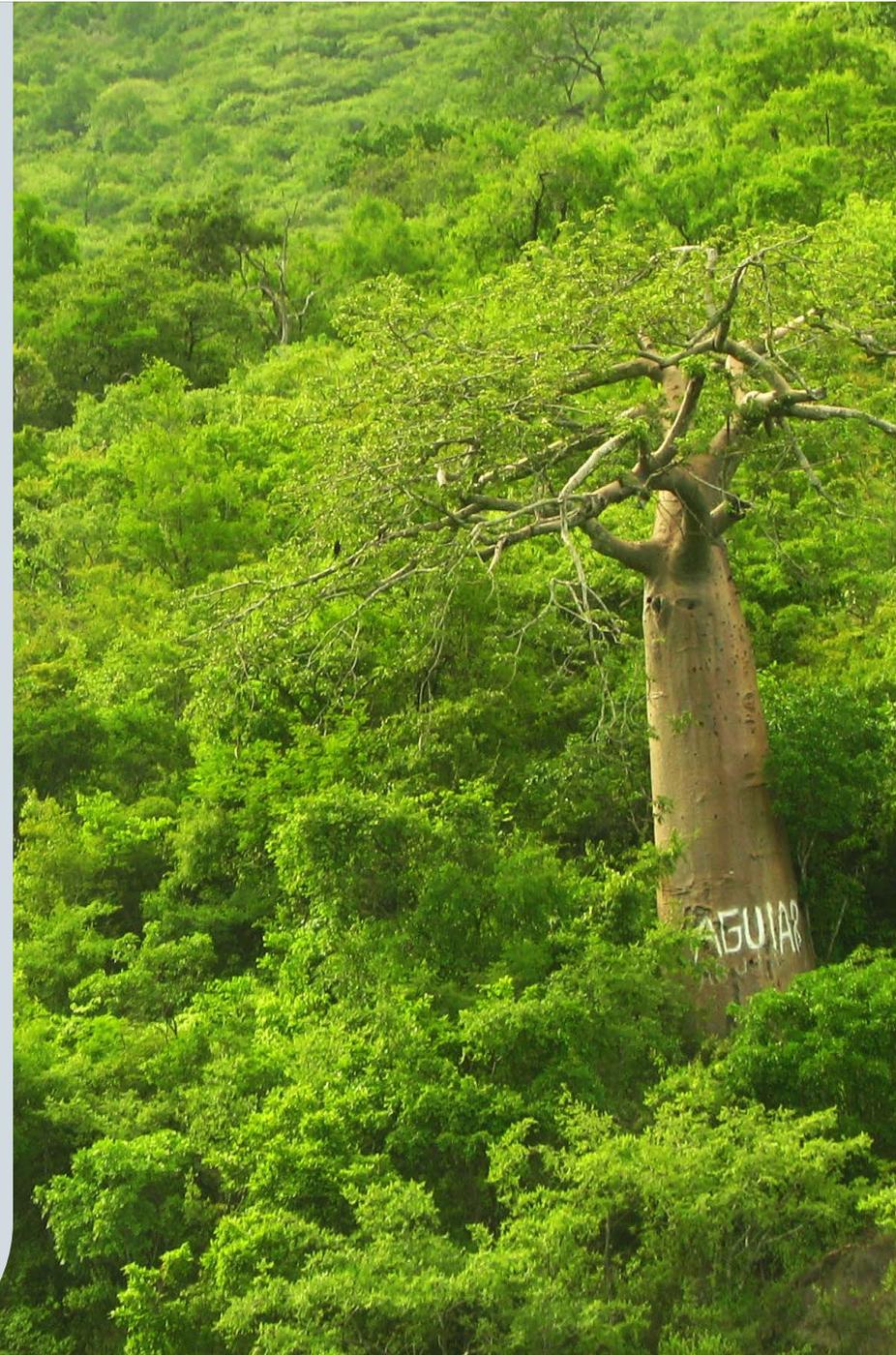
No caso dos musseques a tributação da ocupação seria por um lado uma forma de identificar os seus ocupantes, situação que permitiria começar a equacionar alguma gestão desses espaços e, por outro lado um modo de alargar em muitas centenas de milhar os contribuintes fiscais da Província, ainda que os valores a cobrar fossem muito diminutos, pelo menos até profunda requalificação dessa malha urbana.

No entanto, o facto de haver uma tributação obrigatória teria o condão de fazer compreender os Luandenses que os serviços públicos de que usufruem, tais como, entre outros, segurança policial, limpeza, serviços de educação e saúde, têm um custo, que como cidadãos têm de participar, o que será positivo para a cidadania.

Em termos de dinâmica urbana seria também positivo poder tributar os terrenos que estão devolutos, aguardando melhores épocas especulativas, mas que ao pagarem imposto Predial Urbano, ou a taxa de ocupação atrás referida, poderiam ver alterado o raciocínio dos seus proprietários.

O mesmo se diga de milhares de apartamentos e vivendas que estão devolutos a aguardar até serem alugados ou transaccionados por valores exorbitantes, relativamente aos quais um forte Imposto Predial Urbano, ou uma taxa de ocupação intercalar até que fossem devidamente registados na Conservatória, poderiam constituir um factor de desbloqueamento, dinamizando assim a actividade imobiliária de Luanda, com repercussões positivas no desenvolvimento.

Acresce que existe uma margem alargada para serem cobradas mais taxas e multas, havendo nesse capítulo que rever procedimentos de taxação e apreciar individualmente a acção de um número significativo de fiscais, cujos resultados a favor das contas públicas estão muito abaixo do que seria de esperar, face ao seu visível esforço diário de fiscalização e às situações ilegais que facilmente se vislumbram no quotidiano luandense.



2.2.2 Medidas de Política

O Plano Provincial de Desenvolvimento identifica dez políticas integradas de desenvolvimento, cada uma delas agrupando medidas estruturadas em torno de três dimensões: (i) Planeamento Urbano; (ii) Gestão Urbana Proactiva; (iii) Legislação e Instituições.

Estas medidas de política irão, certamente, gerar programas e projectos, embora o Plano Provincial não os identifique claramente.

Pelas oportunidades que estas medidas de política encerram, consideramos importante uma identificação sintética das mesmas.

Planeamento e Gestão Urbanos

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Continuar elaboração Plano Director Geral Metropolitano	Reestruturação organizativa do GPL Criar capacidades para organizar e gerir cadastros Modernização administrativa do GPL Organizar sistemas de informação geográfica	Formulação de proposta alteração de modelo organizacional
Aprofundamento dos termos de referência do Plano baseados na matriz conceptual	Criar a base de dados das Redes Técnicas	Reforço do combate à corrupção de funcionários
Criar comissão de acompanhamento	Criar um programa de gestão integrada das obras e projectos da Província	Reformulação / operacionalização de recebimentos para Conta Única do Estado
Promover participação da Sociedade Civil	Gestão da informação sobre ocupação Criação de registos estatísticos de actividade Melhoria relacionamento com cidadãos Canais de reclamações e sugestões Reestruturação actividade fiscalizadora	

Descentralização e Instituições Apropriadas

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Contribuir para a definição prévia do modelo	Capacitar as diferentes administrações Criar auditoria financeira interna	Colaborar na operacionalização de legislação de finanças locais
Adequar estratégia do Plano Director Geral Metropolitano à divisão autárquica	Criar gabinete de coordenação solicitações Realizar Estudos e Projectos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação	Reformulação de estatutos de Empresas e Institutos Provinciais
Fortalecer a integração de entidades executoras da política ambiental através da intervenção local	Melhoria do Serviço de Comunicação Diagnóstico e melhoria das infra-estruturas existentes	Reforma da Administração e do Sistema Tributário

Promoção do Capital Humano e Igualdade de Oportunidades

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
	Promover as Universidades como parceiras no desenvolvimento	
	Apoio directo aos estudantes	
	Promover acções desportivas e culturais integradoras	
	Desenvolvimento rural e combate à pobreza	
	Promoção do Desenvolvimento Comunitário	
Promover malha urbana equilibrada	Assistir famílias e grupos em situação de vulnerabilidade	Criação de Contratação Pública favorável a PME's locais
Parque escolar integrador	Garantir as necessidades básicas dos utentes de instituições acolhimento	Facilitação do acesso ao micro-crédito
Criação de espaços públicos de qualidade	Assegurar a higiene e o saneamento básico das instituições	Criação de Instituto Público para parcerias com Universidades
	Desenvolvimento do sistema de ensino especial	
	Formação de pessoal médico, de enfermagem e técnico	
	Formação de gestores hospitalares	
	Garantir investigação científica no domínio cultural	
	Inserir pessoas socialmente marginalizadas	



Participação da Sociedade Civil

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Promoção de discussão pública	Estudo sobre operacionalidade associativa	Revisão das formas de auscultação Compatibilizar auscultação com descentralização
Intervenção de arquitectos angolanos	Apoio a iniciativas	
	Registo e resposta a sugestões	
	Promover a discussão de grandes temas	
	Promover o associativismo	
	Promover estudos sobre a problemática do fenómeno religioso	
	Promover a educação ambiental das comunidades	

Ambiente Favorável aos Negócios e ao Empreendedorismo

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Assegurar operacionalidade aos pequenos negócios	Promoção de um melhor acompanhamento da actividade económica	Promover a melhoria da articulação da Província com as empresas Incentivar as associações empresariais
Criação de equipamentos de formação de empreendedores e incubação empresas	Cooperação internacional Promoção do empreendedorismo	
	Reforçar o envolvimento da Banca	

Infra-estruturas

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Dar continuidade à criação de infra-estruturas	Assegurar manutenção regular	Auditoria à posse de terrenos
Reforçar infra-estruturas de proximidade	Realizar pequenas obras requalificação	Regulamentar a orçamentação da manutenção
	Arborizar as zonas urbanas	

(CONTINUAÇÃO)

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Criar incubadoras de empresas	Construção de Novas Fontes de Produção e Transporte de Energia	Auditoria à posse de terrenos
Considerar o novo porto e o novo aeroporto	Reabilitação e expansão das redes de Iluminação Pública	Regulamentar a orçamentação da manutenção
Criar equipamentos sociais para idades desprotegidas	Promover o reforço da cobertura de sinal das operadoras móveis	Regulamentar obras com utilização do espaço público
	Promover o reforço do sinal de televisão e rádio	
	Reabilitação e construção de infra-estruturas marítimo-portuárias	
	Construir bibliotecas públicas	

Acesso Generalizado a Serviços Básicos

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Aumentar a cobertura de serviços básicos pesados Reforçar e dar qualidade a serviços de proximidade	Sensibilização para melhorar utilização	Estudar a desconcentração a favor das autarquias Implementar imputação dos custos com saneamento
	Cobrar pela prestação de bons serviços	
	Investir na limpeza	
	Realizar campanhas de contingência e emergência contra a raiva	
	Implementar o Projecto de contenção da gripe aviária e outras enfermidades	
	Pontos de água e saneamento comunitário	
	Construção de Equipamentos Sociais no Zango	
	Prevenção de luta contra doenças prioritárias	
	Atenção de saúde específica para grupos etários	
	Promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis	
Melhoria da saúde materno-infantil		
Combate às grandes endemias		
Gerir o funcionamento de bibliotecas públicas		
Combate ao VIH/Sida		
Realização de campanhas de desinfectação		

Reestruturação de Musseques

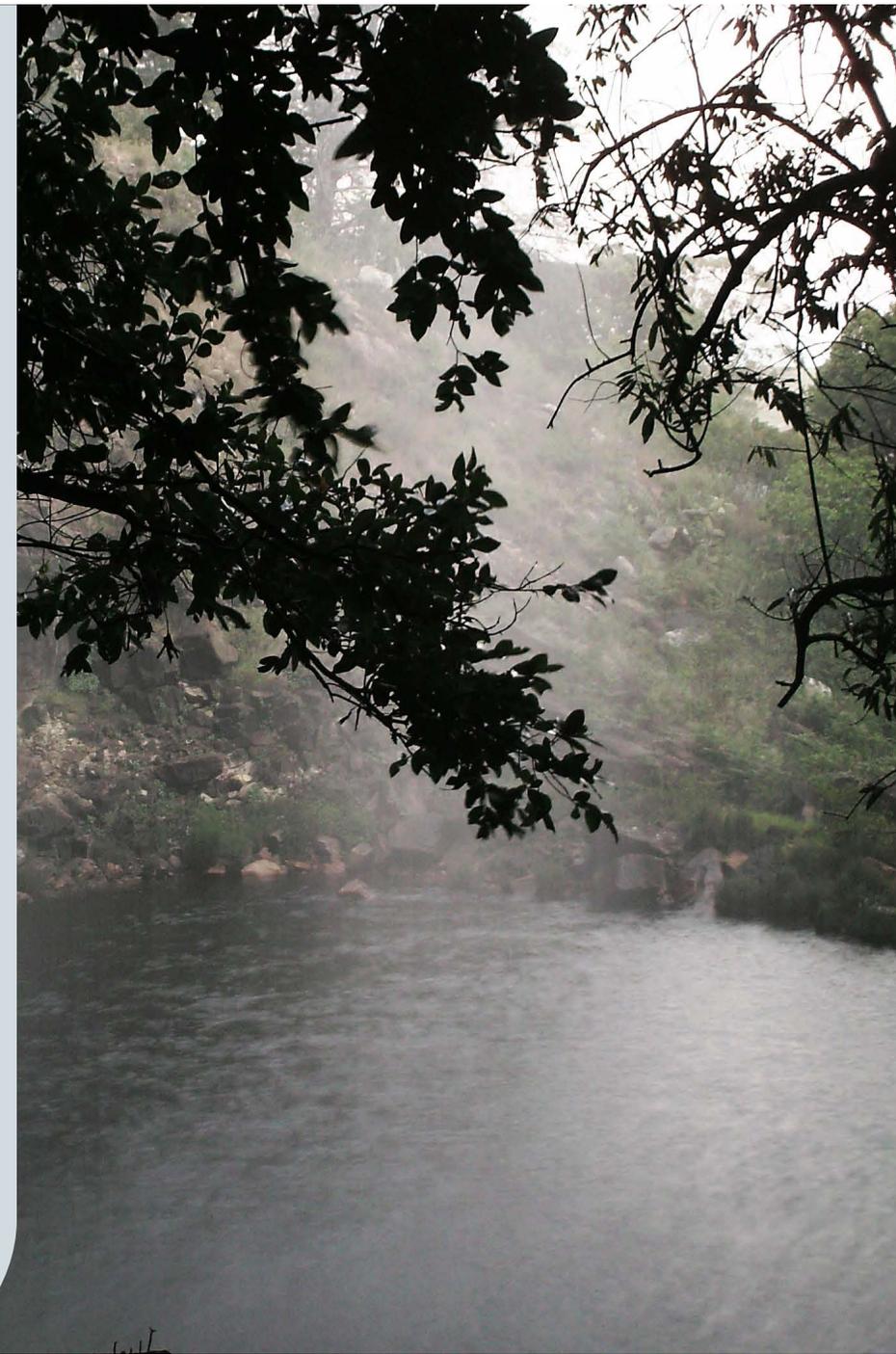
Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Promover a discussão de alternativas Privilegiar soluções basilares Iniciar cadastramento de propriedades	Sensibilizar habitantes para mudança Reforço imediato de infra-estruturas	Auditoria à posse de terrenos Regulamentar a orçamentação da manutenção Regulamentar obras com utilização do espaço público

Transporte Público e Mobilidade

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Tomar decisão imediata sobre transporte pesado de passageiros Desnívelamento imediato de cruzamentos e rotundas Considerar o novo porto e o novo aeroporto	Sensibilizar os agentes de autoridade Implementar medidas básicas Impor ordem no trânsito Táxis colectivos como parceiros Criar novos espaços de estacionamento Reabilitação e construção de infra-estruturas de transporte rodoviário Recolha de sucatas deixadas na via pública	Reforçar ligação à Polícia Nacional Regulamento mais exigente para novos empreendimentos Revisão de regulamentos táxis colectivos e afins Estabelecer tabela de multas justa e aplicá-la Rever legislação de concessão de espaço público

Segurança de Pessoas e Bens

Plano Urbanístico	Gestão Urbana Proactiva	Legislação e Instituições
Redução de situações de risco Reinserção através da formação profissional	Promover a bancarização Criação de “linha assalto” Implementar videovigilância Reinserir jovens problemáticos Qualificar técnica e profissionalmente nos recursos humanos das Forças de Segurança Iluminação de zonas pedonais	Reforçar ligação GPL-Polícia Nacional Regulamentar em prol bancarização Legislar videovigilância



2.2.3 Programa de Investimentos Públicos

O Plano Provincial de Desenvolvimento contempla um ambicioso programa de investimentos que sintetizamos nas tabelas que se seguem.

TABELA 20

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO PROVINCIAL POR MUNICÍPIO, LUANDA

Municípios	Montante Financeiro				
	2014	2015	2016	2017	Total
Luanda	27 237 457 113,00	12 136 444 597,32	14 790 248 342,40	22 237 757 328,85	76 401 907 381,57
Belas	1 679 139 284,00	5 374 200 000,00	7 364 228 310,68	5 606 795 165,94	20 024 362 760,62
Cacuaco	210 332 331,00	2 686 100 000,00	3 595 056 812,40	3 769 195 165,94	10 260 684 309,34
Cazenga	12 604 499 122,00	29 986 987 203,59	31 197 985 028,00	18 127 105 957,96	91 916 577 311,55
Icolo e Bengo	154 412 000,00	5 159 500 000,00	2 529 456 812,40	3 899 595 165,94	11 742 963 978,34
Quiçama	162 354 000,00	6 088 119 291,70	4 608 456 812,40	5 328 095 165,94	16 187 025 270,04
Viana	509 712 000,00	2 214 450 000,00	3 744 106 812,40	3 416 995 165,94	9 885 263 978,34
Centralidades	-	-	30 000 000,00	120 000 000,00	150 000 000,00
Vários Municípios	10 747 616 231,00	19 235 131 273,15	22 893 576 620,49	26 017 834 209,60	78 894 158 334,24
Total	53 305 522 081,00	82 880 932 365,76	90 753 115 551,17	88 523 373 326,11	315 462 943 324,04

Fonte: Governo Provincial de Luanda

TABELA 21

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO PROVINCIAL POR SECTORES, LUANDA

	Entidades				Total
	Governo da Província de Luanda	Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga	Unidade de Gestão do Saneamento de Luanda	Comissão Administrativa da Cidade de Luanda	
2013	30 969 977 010,00	5 737 677 677,00	16 191 071 122,00	-	52 898 725 809,00
2014	32 769 117 104,00	5 740 238 558,00	14 796 166 419,00	-	53 305 522 081,00
2015	26 959 898 775,81	29 774 693 492,00	17 089 572 213,95	9 056 767 884,00	82 880 932 365,76
2016	31 138 683 086,06	29 774 693 492,00	19 738 455 907,11	10 101 283 066,00	90 753 115 551,17
2017	35 965 178 964,40	14 887 346 746,00	22 797 916 572,71	14 872 931 043,00	88 523 373 326,11
Taxa Anual Média de Crescimento 2013-2017	3,81%	26,92%	8,93%	n/a	13,73%

Fonte: Governo Provincial de Luanda

TABELA 22

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PÚBLICO PROVINCIAL POR SECTORES, LUANDA

Sectores	Montante Financeiro					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Económicos	18 839 645 763,00	10 770 581 897,00	18 817 572 214,95	25 621 223 791,11	27 772 916 572,71	101 821 940 238,77
Agricultura, Silv. e Pecuária	587 150 000,00	0,00	195 000 000,00	240 000 000,00	120 000 000,00	1 142 150 000,00
Pescas	0,00	15 000 000,00	195 000 000,00	1 200 000 000,00	300 000 000,00	1 710 000 000,00
Petróleo, Geologia e Minas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria Transformadora	474 966 709,00	474 966 709,00	0,00	0,00	0,00	949 933 418,00
Comércio	62 312 000,00	30 578 000,00	392 000 001,00	2 978 000 000,00	2 016 000 000,00	5 478 890 001,00
Hotelaria e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ambiente	17 715 217 054,00	10 250 037 188,00	18 035 572 213,95	21 203 223 791,11	25 336 916 572,71	92 540 966 819,77
Infra-estruturas	25 868 872 239,00	21 571 164 444,00	18 163 396 470,52	23 628 804 499,78	22 852 879 256,40	112 085 116 909,70
Energia e Águas	937 939 748,00	381 609 268,00	1 782 550 000,00	1 934 750 000,00	1 441 000 000,00	6 477 849 016,00
Construção	8 373 313 596,00	3 768 655 221,00	11 195 915 459,20	15 361 217 987,78	11 920 603 388,57	50 619 705 652,55
Urbanismo	13 704 544 225,00	15 304 404 372,00	3 346 504 761,32	5 561 836 512,00	5 407 418 256,00	43 324 708 126,32
Telecom. e Tecn. Inform.	1 463 000 000,00	0,00	180 000 000,00	0,00	0,00	1 643 000 000,00
Transportes	1 390 074 670,00	2 116 495 583,00	1 658 426 250,00	771 000 000,00	4 083 857 611,83	10 019 854 114,83
Sociais	6 457 095 423,00	19 377 166 907,00	41 159 186 296,29	36 653 309 876,28	32 788 688 805,00	136 435 447 307,57
Família e Pr. Mulher, Ant. Comb. V. Pátria	105 589 143,00	1 219 215 664,00	637 500 000,00	360 000 000,00	120 000 000,00	2 442 304 807,00
Assistência e Reint. Social	305 466 232,00	826 185 000,00	3 841 244 069,70	2 877 078 378,00	2 428 539 189,00	10 278 512 868,70
Educação, Ens. Sup. e Formação Prof.	660 716 571,00	5 351 025 203,00	9 078 781 715,59	7 208 672 356,00	9 095 076 989,00	31 394 272 834,59
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	2 265 278 896,00	6 492 848 430,00	7 782 728 427,00	5 401 555 560,00	5 164 106 585,00	27 106 517 898,00
Habitação	2 015 000 000,00	4 730 871 842,00	18 023 967 188,00	18 431 967 188,00	9 440 983 594,00	52 642 789 812,00
Cultura	895 974 848,00	259 843 743,00	1 205 000 000,00	1 794 071 498,28	1 570 000 000,00	5 724 890 089,28
Juventude e Desportos	209 069 733,00	497 177 025,00	589 964 896,00	579 964 896,00	4 969 982 448,00	6 846 158 998,00
Institucionais	1 733 112 384,00	1 586 608 833,00	4 740 777 384,00	4 849 777 384,00	5 108 888 692,00	18 019 164 677,00
Administração Pública	1 041 934 174,00	425 286 778,00	1 528 000 000,00	2 220 000 000,00	1 920 000 000,00	7 135 220 952,00
Ordenamento e Gestão do Território	691 178 210,00	1 161 322 055,00	3 212 777 384,00	2 629 777 384,00	3 188 888 692,00	10 883 943 725,00
Total	52 898 725 809,00	53 305 522 081,00	82 880 932 365,76	90 753 115 551,17	88 523 373 326,11	368 361 669 133,04

Fonte: Governo Provincial de Luanda



03

BENGUELA

BENGUELA

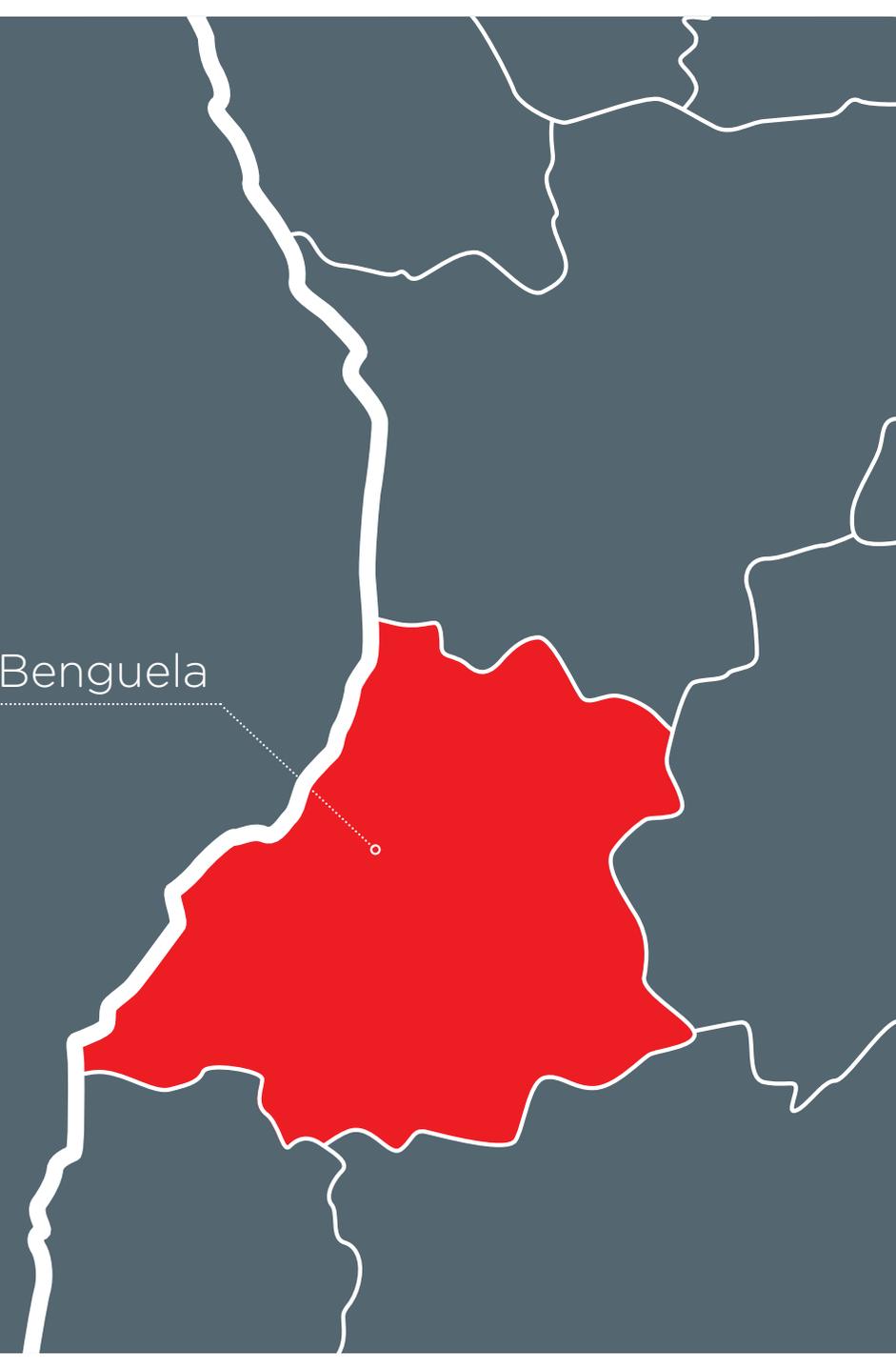
3.1 A Província de Benguela em 2015

3.1.1 Geografia

A província de Benguela situa-se na parte setentrional e ocidental do país e os seus pontos extremos são dados pelas seguintes coordenadas: sob o paralelo 12° 34'17" no hemisfério austral, e o meridiano 13° 22' 33" leste de Greenwich, encontrando-se na costa de África a Oeste, ao fundo de uma espaçosa baía, a capital Benguela. A província é circunscrita a Norte pela província do Kwanza-Sul, a Sudeste pela província do Namibe, e a Leste pela província do Huambo.

A província de Benguela tem uma área territorial de 39.826,83 Km², o que corresponde a 3,2% da superfície total de Angola. O território da província é composto por planaltos escalonados, cortados por vales e rios, sendo característicos desta região os vales de rios secos, onde apenas se acumula água durante o período das chuvas, assim como as colinas monolíticas isoladas. Esta província é drenada por vários cursos de água que se estendem por quatro bacias hidrográficas importantes, do Cubal, da Hanha, da Catumbela e do Coporolo, e que definem vales essenciais para cinco municípios litorais.

Benguela





A PROVÍNCIA É CIRCUNSCRITA A NORTE
PELA PROVÍNCIA DO KWANZA- SUL,
A SUDESTE PELA PROVÍNCIA DO NAMIBE,
E A LESTE PELA PROVÍNCIA DO HUAMBO.

3.1.2 Clima

O clima, ainda que variável, é geralmente quente e seco na faixa litoral, sendo que, apesar da aridez típica, a humidade relativa do ar mantém registos elevados ao longo do ano. Na faixa interior subplanáltica da província, o clima é do tipo mesotérmico, com um regime hídrico do tipo moderadamente chuvoso.

A temperatura média é de 24°, atingindo um máximo nos 35° e apresentando de mínima um registo de 10°. A humidade relativa é de 79%, tendo a província uma precipitação média anual de 268





3.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014, indicam que em 16 de Maio residiam na província de Benguela, 2.036.662 pessoas, sendo 961.484 do sexo masculino e 1.075.178 do sexo feminino.

TABELA 23
POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO E ÁREA
DE RESIDÊNCIA EM BENGUELA, SEGUNDO O SEXO, 2014

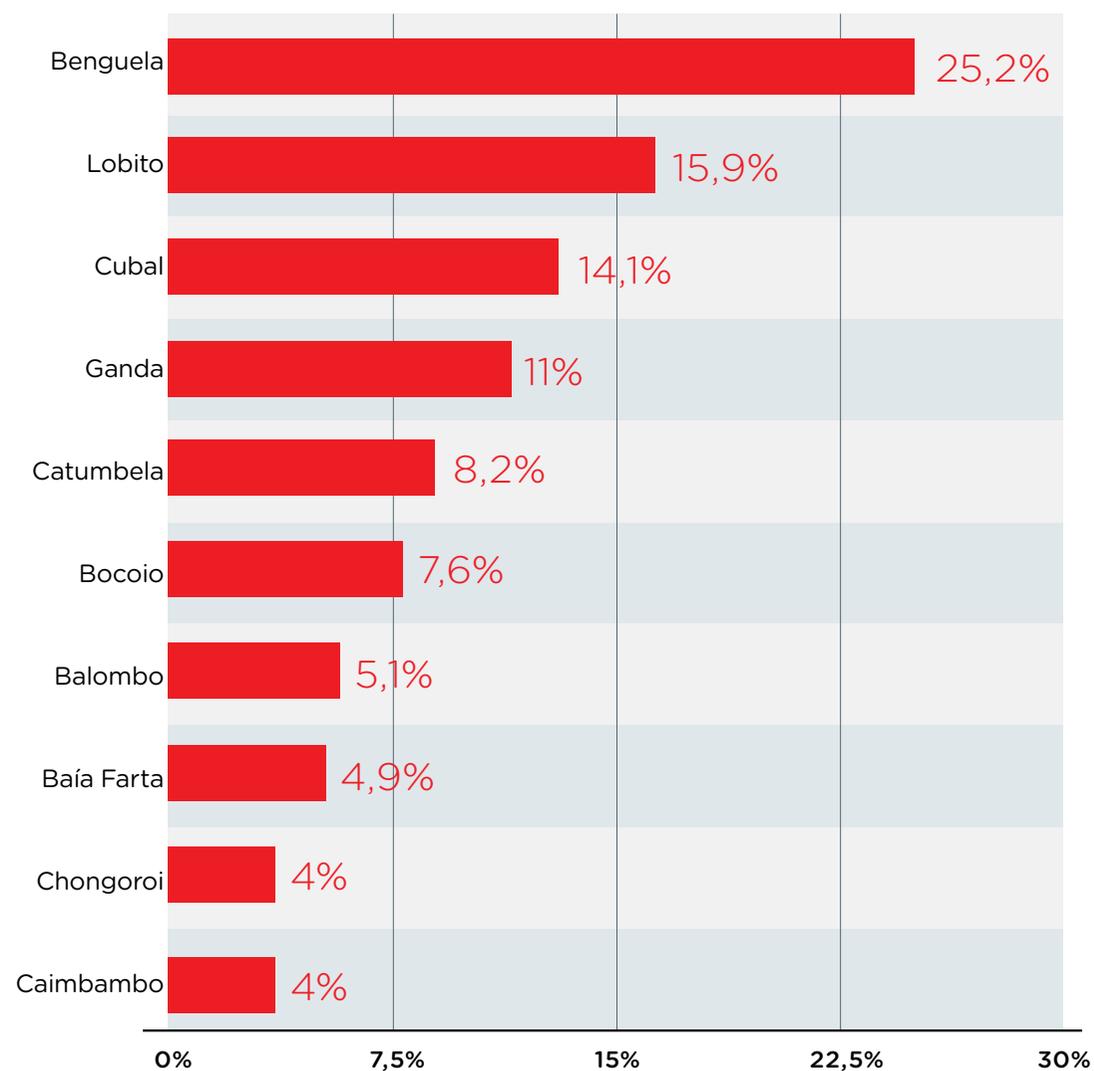
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Benguela	2 036 662	100	961 484	100	1 075 178	100
Urbana	1 278 680	62,8	605 177	62,9	673 503	62,6
Rural	757 982	37,2	356 307	37,1	401 675	37,4
Municípios						
Benguela	513 441	25,2	244 779	25,5	268 662	25,0
Baía Farta	102 989	5,1	48 751	5,1	54 238	5,0
Lobito	324 050	15,9	154 064	16,0	169 986	15,8
Cubal	287 931	14,1	134 559	14,0	153 372	14,3
Ganda	224 668	11,0	104 777	10,9	119 891	11,2
Balombo	99 321	4,9	46 626	4,8	52 695	4,9
Bocoio	154 446	7,6	72 015	7,5	82 431	7,7
Caimbambo	80 715	4,0	38 060	4,0	42 655	4,0
Chongoroi	81 476	4,0	38 272	4,0	43 204	4,0
Catumbela	167 625	8,2	79 581	8,3	88 044	8,2

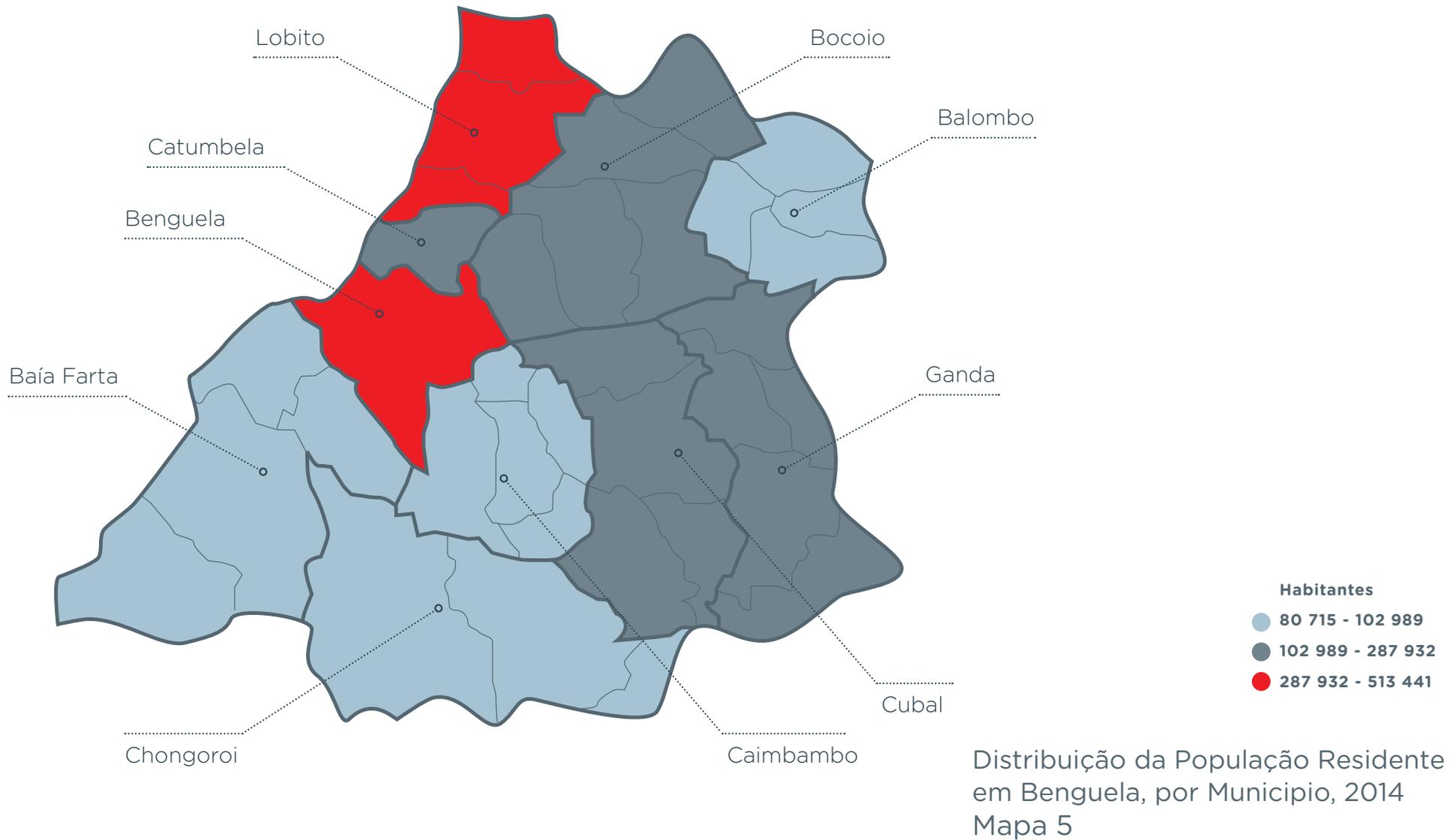
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares.

O município de Benguela é o mais populoso, concentrando 25% da população da província. Seguem-se, os municípios do Lobito 16%, Cubal 14% e Ganda 11%. Estes 4 municípios concentram 66% do total da população residente na província.

Os municípios de Chongoroi e Caimbambo são os municípios com menor número de habitantes. Seguem-se outros três municípios com população que variam de 5 a 8% de acordo com ao gráfico que se segue.

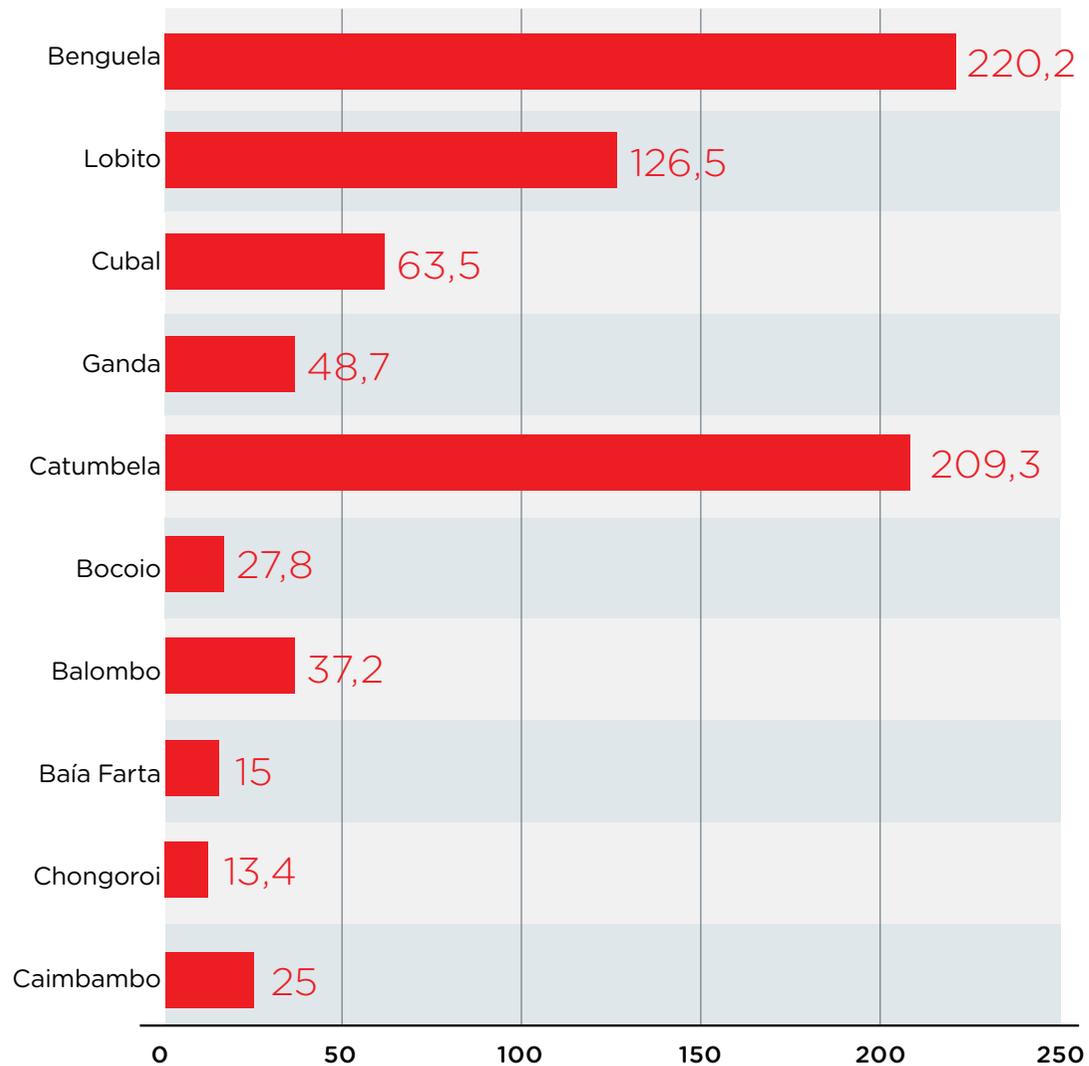
Distribuição da População Residente em Benguela
por Município 2014
Gráfico 20





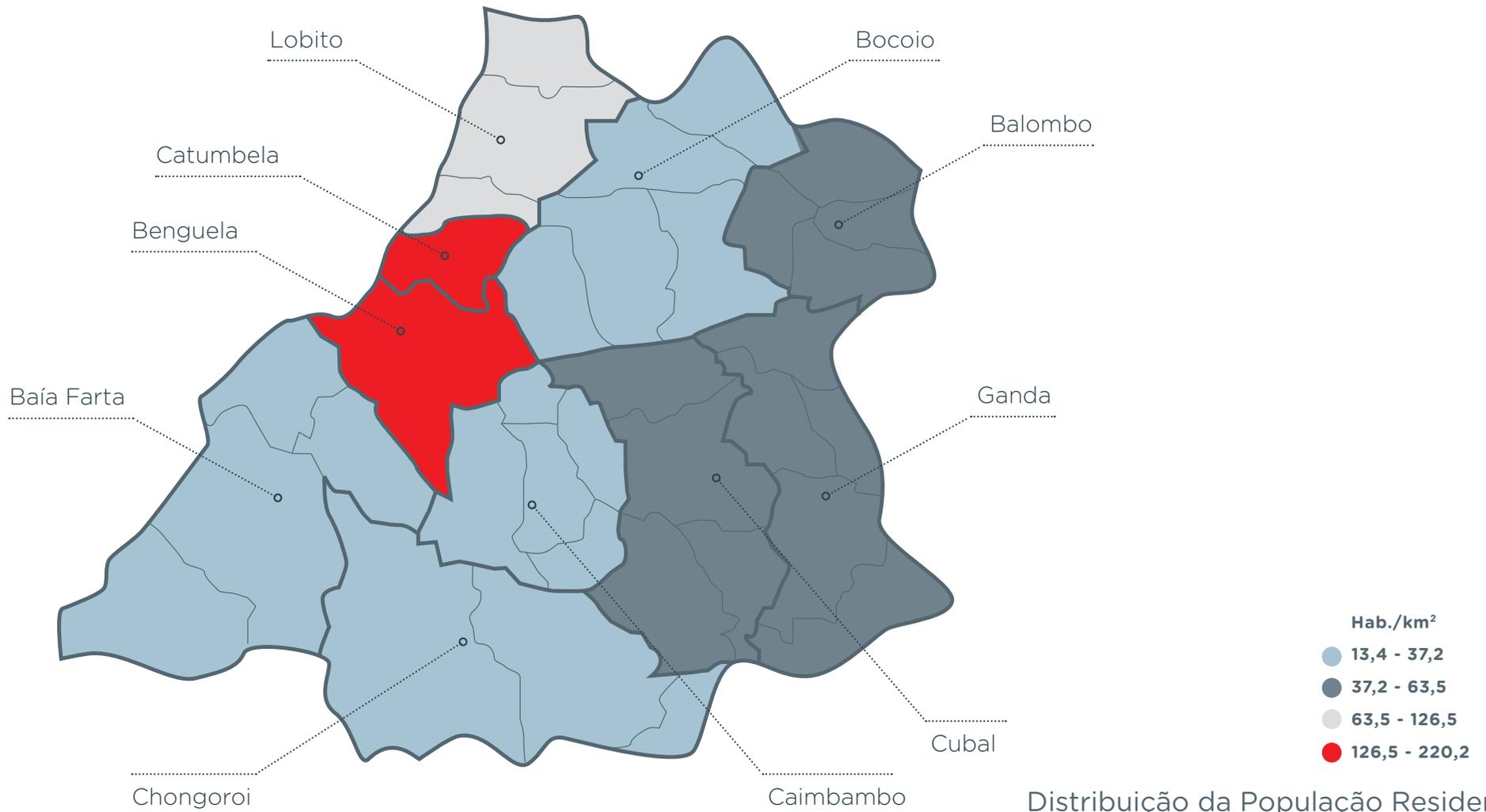
Densidade Demográfica em Benguela por Município 2014

Gráfico 21



Para cada quilómetro quadrado da província de Benguela residem 52 pessoas. O gráfico seguinte, indica que Benguela é o município com o maior número de habitantes e a maior densidade populacional (220 habitantes por quilómetro quadrado).

No extremo oposto encontra-se o município do Chongoroi com cerca de 13 habitantes por quilómetro quadrado, seguido do município do Baía Farta com 15



Distribuição da População Residente em Benguela, por Município, 2014
Mapa 5

3.1.4. Principais Sectores de Actividade Económica

O Plano Provincial de Desenvolvimento de Benguela 2013-2017 estruturou-se a partir do conceito de Cluster Distintivo. Como é comumente aceite, um cluster é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlacionadas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares.

Este agrupamento tem o potencial de aumentar a competitividade, com base numa maior produtividade, capacidade de inovação e estímulo para o aparecimento de novas empresas.

Assim, numa acepção geográfica, pode dizer-se que um cluster empresarial é uma região onde recursos adequados e a acumulação de competências atingiram um limiar crítico que lhe dá uma posição determinante num ramo de actividade, com uma vantagem comparativa sustentada sobre outras regiões, ou mesmo uma supremacia absoluta nesse ramo.

Embora quando se referem “recursos adequados” em termos genéricos se possa estar a falar dos mais díspares factores (alta tecnologia, know-how histórico, conhecimentos de software, baixo custo de mão de obra, etc), no caso de Benguela devem ser considerados especialmente os recursos decorrentes do seu posicionamento geográfico.

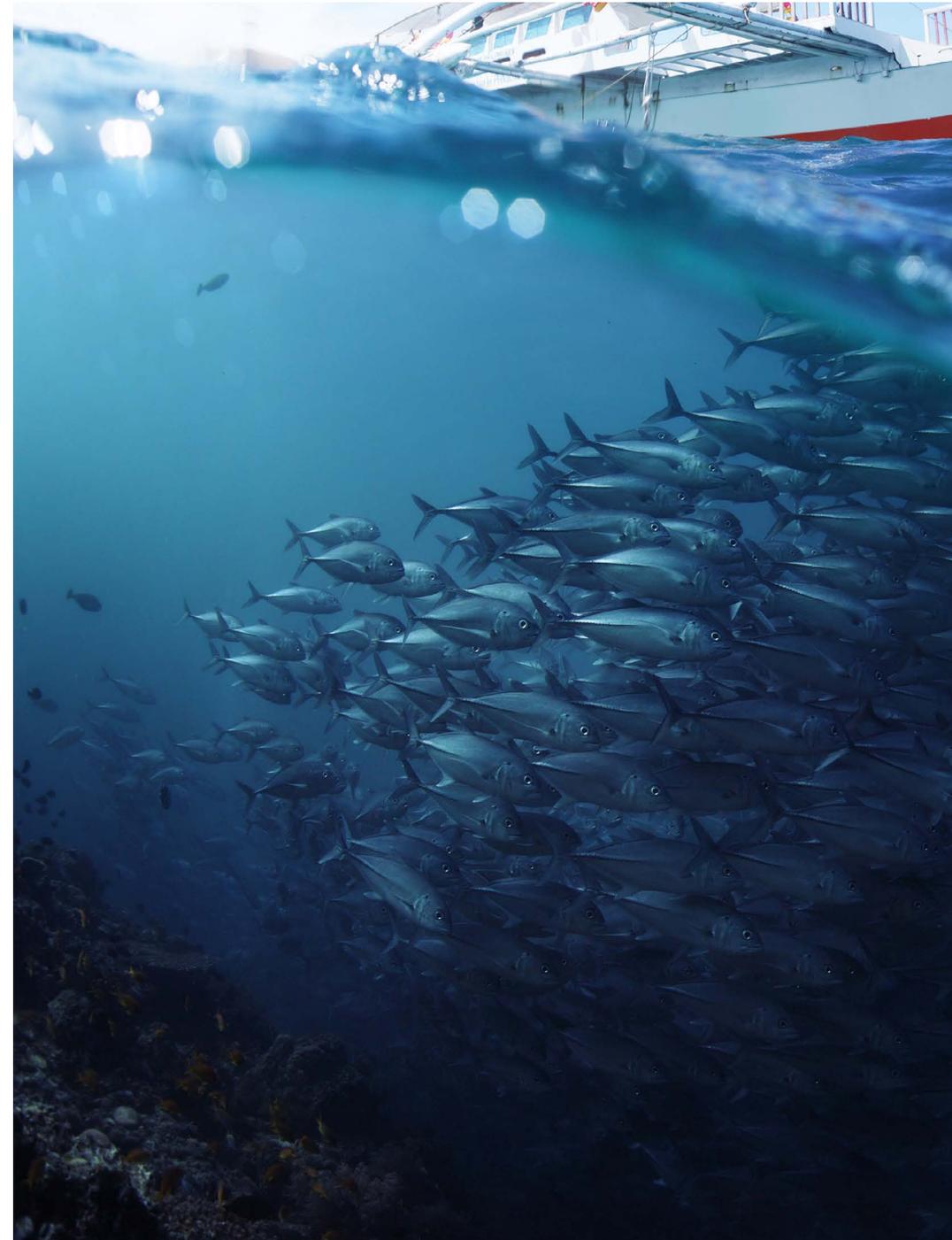
Efectivamente são vários os recursos geográficos que potenciaram o aparecimento de clusters distintivos em Benguela:

- Proximidade da Corrente Fria de Benguela que permite capturas de peixe muito superiores a outros pontos do país – Cluster das pescas;
- Existência de condições magníficas para alojar um porto de mar e bom relevo para a penetração no planalto por parte do CFB – Cluster da Logística e Transportes;

- Existência de clima e solos adequados para a criação de salinas – Cluster do Sal;
- Existência de baías acolhedoras com boas praias e óptimas condições climáticas – Cluster do turismo.

Dada a inequívoca capacidade destes clusters se afirmarem em termos nacionais e mesmo internacionais, entende-se que a maior atenção lhes deveria ser dada na concretização de projectos estruturantes de cariz prioritário.

Realce-se, a esse propósito, que as pescas e o sal se inserem no mega-cluster prioritário – Alimentação e Agro-indústria e as actividades logísticas no mega-cluster, também prioritário, da Logística e Transportes, sendo o Turismo o cluster que traz associada a globalização e a modernização.



3.1.4.1 Cluster das Pescas

Desde tempos imemoriais que a pesca constitui o grande suporte da vida económica da província e, embora outras produções tenham atraído os “investidores” ao longo dos anos, o que é certo é que a pesca acaba sempre por assumir o seu papel preponderante.

Foi isso que aconteceu no dealbar do século XVII, quando os primeiros colonos portugueses vieram para a região atraídos pela suposta existência de cobre e acabaram a comercializar o peixe seco e o sal com os habitantes do planalto que lhes forneciam em troca cereais, cera, borracha, marfim, rícino, mandioca, gado e sisal.

Rapidamente esta permuta, com base no peixe, deu origem ao segundo maior centro de comércio da então colónia de Angola.

Mais tarde, no século XX, depois de uma época em que o sisal dominou a actividade local, foi novamente a pesca que deu vida à Província, não deixando que esta se afundasse na crise motivada pela baixa de cotação do sisal.

Aliás esta fase foi fundamental para a construção da cidade tal como a conhecemos hoje, bem estruturada e com as suas esplêndidas avenidas e soberbas vivendas, pois foram os enormes lucros da pesca que estiveram por detrás da modernização da cidade, encetada com base no plano de urbanização que foi publicado em 1948.

No dizer de muitos historiadores a pesca foi uma verdadeira mina para Benguela, tendo desde então sido desenvolvida uma intensa actividade da indústria piscatória que, embora abalada pelos acontecimentos pós independência, continua a ser a mais pujante da Província.

A abundância de peixe fica a dever-se à existência da Corrente Fria de Benguela, que aqui se encontra com a corrente de Angola e ao forte afloramento (upwelling) que é um fenómeno oceanográfico que consiste na subida de águas profundas, ricas em nutrientes, para regiões menos profundas do oceano, que atrai muitos cardumes e possibilita capturas muito rentáveis.

Este fenómeno, que acontece tipicamente nas costas ocidentais dos continentes, é muito raro e, para além da Namíbia – Sul de Angola, existe na Califórnia e ao largo do Chile e do Perú, no Oceano Pacífico, o que vale por dizer que estamos perante uma ocorrência extraordinária, competindo à Província decidir como aproveitar esta autêntica vantagem competitiva.

Actualmente estima-se que a capacidade piscatória nacional será da ordem de 360 000 toneladas/ano, compreendendo 285 000 toneladas de pequenas espécies pelágicas, como o carapau e a sardinha, e 55 000 toneladas de várias espécies demersais, incluindo também 7 000 toneladas de camarão de águas profundas, entre outras.

Existem três zonas pesqueiras em Angola, sendo que a zona Sul é, de longe, a mais produtiva, com abundância de carapau, sardinhas, atum e um vasto leque de espécies demersais. Actualmente existem licenciadas na Província 268 embarcações, sendo 247 artesanais, que pescam cerca de 80 000 toneladas de peixe, o que se aproxima de um quarto das capturas totais do País. Há no entanto que ter em conta que a grande maioria das embarcações artesanais não é motorizada e por esse motivo estão limitadas à zona costeira adjacente (até 3 milhas náuticas), com evidente prejuízo para a sua produtividade.

As principais capturas incidem na sardinha com cerca de 52 000 toneladas e no carapau com cerca de 13 500 toneladas, quantidades mais que suficientes para garantir a viabilidade de um cluster que na sua maior abrangência seria constituído por:

- Pequenas empresas armadoras
- Cooperativas de pescadores
- Pescadores artesanais
- Empresas de congelação de peixe
- Indústria de conservas
- Indústria de farinha de peixe
- Indústria de salga de peixe
- Empresas e individuais para comércio de peixe fresco
- Empresas para comércio de peixe congelado
- Empresas de embalagens
- Transportadores locais de peixe
- Transportadores de médio-longo curso
- Oficinas de manutenção eléctrica de motores
- Oficinas de manutenção aparelhos electrónicos
- Oficinas de manutenção de redes e apetrechos
- Estaleiros para grandes limpezas de casco

ACTUALMENTE ESTIMA-SE QUE A CAPACIDADE
PISCATÓRIA NACIONAL SERÁ DA ORDEM
DE 360 000 TONELADAS/ANO

- Oficinas de carpintaria marítima
- Oficinas de metalomecânica marítima
- Armazéns de venda de redes e apetrechos
- Armazéns/fábricas de tintas marítimas
- Armazéns de óleos e lubrificantes
- Estações de serviço para gasóleo marítimo
- Escolas de formação
- Institutos reguladores
- Fiscalização própria

Embora algumas destas empresas se encontrem de momento inoperantes, facilmente poderão ser reabertas, caso exista um Projecto Estruturante que alavanque o sector, podendo o Angola-Investe ter esta prioridade a nível da Província.

3.1.4.2 Cluster da Logística e Transportes

A importância da logística e transportes na Província é algo que se vem a registar pelo menos desde o estabelecimento dos primeiros colonos, nos inícios do século XVII, que organizavam caravanas de intercâmbio comercial.

Nesses primórdios transportavam-se para o interior artigos provenientes da Europa, essencialmente tecidos, vinhos e miudezas, complementados por importantes produtos locais, o peixe seco e o sal, sendo a permuta realizada com produtos originários no planalto como cereais, cera, borracha, marfim, rícino, mandioca, gado e sisal.

Logo a seguir a Luanda, Benguela começou a ser considerada como o porto comercial mais importante da então colónia de Angola.

Porém, desde muito cedo que os portugueses se aperceberam que a sua primeira escolha não se reunia as melhores condições portuárias e de salubridade, muito em especial quando comparada com uma zona próxima - o Lobito, que era limitada por morros e possuía uma restinga que servia de quebra-mar natural.

Este processo de reconhecimento das óptimas condições do Lobito iniciou-se em meados do século XVII, mas só cerca de 200 anos depois teve consequências práticas, com a construção do Porto na Baía do Lobito (1847) e um Posto Fiscal (1889).

Logo após inicia-se a construção de ferrovias, nos primórdios com um carácter local, a que se seguiu a concessão, em 1902, do empreendimento

ferroviário ao inglês Robert Williams que através da sua companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela ficou detentor da mesma por 99 anos, tendo a construção decorrido entre 1903 e 1929, com vários atrasos decorrentes da 1ª Guerra Mundial.

É assim criado um corredor, essencialmente de exportação das riquezas mineiras do interior do continente, que vai trazer muito desenvolvimento e prosperidade à Província.

Em torno do Porto do Lobito e do Caminho de Ferro de Benguela surgiram imensas oportunidades de fixação de empresas dos mais variados tipos que constituíram um verdadeiro cluster.

Este cluster empresarial cresce em torno do Corredor do Lobito e reforça a importância geoestratégica de Angola na região. O Corredor tem a sua extremidade no Porto do Lobito, atravessa o território angolano em direcção ao leste e às regiões mineiras da República Democrática do Congo, na província de Katanga, indo até ao Copperbelt, na Zâmbia, sendo o eixo de exportação mais económico para os minérios destes países para a Europa e a América.

Em território nacional possibilita o fácil acesso ao exterior dos produtos provenientes províncias do Huambo, Bié e Moxico e, claro, das zonas mais interiores da própria província de Benguela, ao mesmo tempo que cria um mercado para o intercâmbio de produtos e a circulação de pessoas entre essas províncias.

**EM TORNO DO PORTO DO LOBITO E DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA
SURTIAM IMENSAS OPORTUNIDADES DE FIXAÇÃO DE EMPRESAS DOS MAIS
VARIADOS TIPOS QUE CONSTITUÍRAM UM VERDADEIRO CLUSTER.**

As principais infraestruturas de transporte que dão suporte ao Corredor do Lobito são:

- Porto do Lobito
- Caminho-de-Ferro de Benguela,
- Aeroporto Internacional da Catumbela
- Aeroportos provinciais (Benguela, Huambo, Cuito e Luena)

A par destas infraestruturas existe um programa que tem em atenção a rede fundamental de estradas transfronteiriças com a Zâmbia e a República Democrática do Congo.

Para além da reconstrução, já levada a cabo, do Caminho de Ferro de Benguela, o investimento a nível portuário incide sobre quatro vectores do tráfego nacional e internacional, nomeadamente a carga contentorizada, granéis sólidos, combustíveis e minérios.

O desenvolvimento deste Corredor, com a articulação dos subsectores aéreos, marítimo, ferroviário e rodoviário, vai permitir constituir um grande contributo para a integração de Angola no mercado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e traz muitas vantagens para a actividade económica, como seja:

- Economia de tempo;
- Redução de custos;
- Elevados padrões de segurança;
- Confiabilidade e previsibilidade.

Para que estas vantagens ocorram é necessário que, para além do investimento físico, ocorra uma verdadeira Parceria Público-Privada que conjugue de forma institucional os esforços de diversas entidades como: Ministério das Finanças/ Departamento de Alfândegas, Ministério dos Transportes/ Autoridades Portuárias e Gestoras das Ferrovias, Ministério do Comércio, INEA, Ministério do Interior/Polícia e SME, Associações de Transitários /Carregadores, Associações de Utentes, Associações de Transportadores, Autoridades Regionais/ Governos Provinciais, etc.

Em torno desta actividade bem estruturada forma-se um Cluster, que já é muito importante para a Província e que reúne condições para se expandir e constituir-se como um dos mais afirmativos no tecido económico angolano.

A Província encontra-se empenhada em contribuir de forma positiva para que tal aconteça e aguarda esperanças a continuidade dos esforços financeiros que irão colocar o Corredor do Lobito na frente dos corredores de transportes da África Subsariana.

3.1.4.3 Cluster do Sal

A produção de sal marinho e o pequeno cluster empresarial que está constituído à sua volta, representam uma riqueza quase esquecida da Província.

O sal é um elemento que tende a passar despercebido, ou reduzido à sua função culinária, mas que é de uma elevadíssima importância para a vida humana desde tempos imemoriais.

No entanto o sal não é um produto do passado, pois para além de continuar a ser um insubstituível complemento alimentar, as suas propriedades físicas e químicas tornam-lhe possíveis 14 000 utilizações.

A sua maior quota de utilização é no entanto invisível para o cidadão comum, pois cerca de 40% do sal produzido mundialmente é utilizado como matéria-prima, que a indústria química transforma em hidróxido de sódio, cloro, hidrogénio e indirectamente ácido clorídrico por electrólise de sua solução aquosa (processo cloro-álcali). O sal também é utilizado para a produção de gás cloro e de sódio metálico, através da electrólise ígnea, e em muitos outros derivados.

Assim podemos dizer que o sal intervém na potabilização da água para consumo humano, no sabão e nos detergentes, em muitos medicamentos, nos cosméticos, nos tubos de PVC em que são feitas as canalizações das nossas casas, nos telefones móveis que usamos a toda a hora, nas câmaras de televisão e nas televisões à frente das quais passamos várias horas diariamente, nos têxteis com que nos vestimos, no vidro, etc, etc

Tradicionalmente na Província o sal era usado na salga manual de peixe, actividade que pela sua dureza está em declínio. Outra das grandes aplicações do sal, que nem sempre está presente na ideia de todos, é na prevenção de acidentes rodoviários na Europa e na América do Norte, através da colocação de uma camada do mesmo nas estradas, com a finalidade de prevenir a formação de gelo na estrada, que é o maior inimigo dos condutores.

É por tudo isto que o sal é um produto de sempre, mas com muito futuro e, embora não tendo o valor que em tempos tinha no deserto, onde as caravanas trocavam o sal por ouro na mesma proporção, o sal continua em grande medida a merecer a designação de “ouro branco” que em tempos lhe foi conferida.

Benguela possui nas suas zonas costeiras condições climáticas e morfológicas óptimas para a produção de sal marinho, que potenciam a actividade das salinas e de actividades complementares e de suporte.

Actualmente o processo produtivo é o tradicional, sendo a água capturada, directamente ou em lençóis freáticos junto à praia, ao que se segue a sua deposição no viveiro, que não é mais que um reservatório escavado no solo argiloso. Posteriormente a água vai aí estagiando e ganhando um maior índice de salinidade através da evaporação e, por gravidade, é encaminhada sucessivamente para outros reservatórios até que atinge finalmente os mais pequenos, também de argila e de forma rectangular, onde o sal se precipitará ao fim de alguns dias, sendo posteriormente recolhido com um instrumento de madeira (rodo), num processo cuidado em que a experiência é importante para não se misturar o sal com a argila que constitui o leito do reservatório.

Este processo tradicional é mão-de-obra intensivo, situação que na actual conjuntura é muito importante para a economia da Província, empregando muitos milhares de trabalhadores, com especial relevo para as mulheres.

Nesta fase o sal pode ser encaminhado para ser iodizado, preparado e embalado para consumo humano, ou então ensacado e expedido como produto final. Actualmente existem 5 salinas em actividade, sendo a produção de cerca de 30 000 toneladas/ano, bastante abaixo do seu potencial teórico que ronda as 70 000 toneladas.

Mesmo assim é manifestamente uma das principais, e mais rentáveis, actividades da Província, com um potencial de crescimento enorme, que permitiria com relativa facilidade triplicar a actual produção até 2017.

Em termos de escoamento do sal a Província reúne também óptimas condições, porquanto as salinas se encontram a uma distância razoável da linha do CFB e do porto do Lobito por onde pode facilmente chegar o a qualquer ponto do País ou do exterior.

É de notar que Angola é altamente carente de sal, importando 90 000 toneladas das 130 000 que consome, pelo que é da maior utilidade promover o crescimento do sector para que, numa primeira fase ocorra a substituição de importações e mesmo a exportação mais tarde.

Em termos internacionais a produção de sal é um negócio em que estão inseridos grandes potências, sendo que as produções dos EUA e a China juntas representam cerca de 40% da produção mundial.

A produção de sal marinho é a que tem menos custos por tonelada produzida, donde decorre que a produtividade da indústria de sal angolana consegue facilmente colocar o seu produto no mercado internacional, a começar pelos países vizinhos onde o mesmo escasseia.

Refira-se a este propósito que o Oceano Atlântico tem um grau de salinidade muito superior ao do Oceano Indico, o que leva a que os países da contracosta sejam também um mercado natural para o sal angolano.

É neste contexto que urge alavancar o cluster com Projectos Estruturantes, para que mais rapidamente este se possa afirmar na cena internacional e, através do aumento da produtividade e da inovação, constituir-se como um factor fundamental do desenvolvimento da Província.

A PRODUÇÃO DE SAL MARINHO E O PEQUENO
CLUSTER EMPRESARIAL QUE ESTÁ CONSTITUÍDO
À SUA VOLTA, REPRESENTAM UMA RIQUEZA
QUASE ESQUECIDA DA PROVÍNCIA.

3.1.4.4 Cluster do Turismo

No turismo está em formação um cluster especializado em “sol e praia” que tudo indica nessa categoria virá a ser um dos maiores do País. As razões para o aparecimento deste cluster prendem-se essencialmente com a localização geográfica e o clima, mas também estão associadas à abertura ao mundo que os benguelenses têm de há muito.

Em recentes estudo no âmbito do Plano Director de Turismo 2011-2020 a praia da Caota, a sul da cidade de Benguela, foi considerada como um dos principais recursos turísticos de Angola (Património Natural), mas as potencialidades são muito maiores e diversificadas, consubstanciando-se noutras valências de que se destaca o bom clima, a existência de inúmeras praias de areia fina, mar calmo, etc.

Para além disso a Província foi recentemente palco de um grande evento – CAN 2010, que para além de ter conferido à Província notoriedade como destino turístico, originou o aparecimento de mais unidades turísticas e o reapetrechamento de outras, facto que fez subir qualitativamente o parque hoteleiro, os estabelecimentos de restauração e muitas outras infraestruturas que são importantes para a consolidação de um cluster.

De entre as referidas infraestruturas actualmente existentes sublinhem-se os dois aeroportos que servem o litoral da Província, o de Benguela e o Aeroporto Internacional da Catumbela, que têm capacidade para em conjunto constituir a porta de entrada de milhões de turistas, internos e externos que queiram fazer as suas férias em Benguela.

Também as ligações rodoviárias têm vindo a melhorar, quer com as Províncias do interior, quer ao nível costeiro, estando em curso uma ligação directa ao Namibe.





Ainda no que concerne a transportes, o Porto do Lobito oferece boas condições para a atracagem de cruzeiros, sendo já uma rotina ver o seu trânsito, geralmente com grupos de cerca de 120 turistas.

Mas não só de praia vive o turismo de “sol e praia” e a Província de Benguela é bem provida de outros atractivos como sejam:

- Boa gastronomia confeccionada em bons restaurantes, nomeadamente especialidades do mar;
- Património industrial e de transportes antigo (Açucareira, máquinas e carruagens dos CFB);
- Artesanato;
- Música e danças locais;
- Pesca desportiva de nível mundial;
- Desportos náuticos;
- Colónia de flamingos do Lobito

Para além disso existem já serviços complementares à hotelaria e restauração, como sejam as agências de viagens ou os rent-a-car, estando em curso projectos de aldeamentos turísticos que vêm engrossar o cluster.

Quando nos debruçamos sobre o turismo não podemos esquecer que estamos a lidar com uma das “indústrias” que mais absorve mão-de-obra, pois no caso da hotelaria trata-se de cuidar 24/24 horas do cliente e, em geral, há muito trabalho de suporte que tem de ser feito “nos bastidores” para que o cliente se sinta bem e que passa por limpezas, tratamento de roupas, confecção de refeições, etc.

O cluster do turismo tem assim tudo para se inserir nas determinações superiores constantes do PND 2013-2017, porquanto provoca:

- Crescimento potenciado por novas unidades,
- Diversificação,
- Criação de Emprego,
- Promoção da actividade privada e
- Visibilidade externa e notoriedade do país.

3.2 A Província de Benguela e o Futuro

3.2.1 Opções Estratégicas

De acordo com Plano Provincial de Desenvolvimento 2013-2017, no centro das preocupações da estratégia de desenvolvimento da Província estão naturalmente as questões do crescimento económico diversificado para combater o desemprego, da criação de condições para a urbanização dos principais centros urbanos beneficiando 2 a 3 milhões de habitantes e da promoção da melhoria das condições nas zonas rurais e piscatórias capaz de criar rendimento e fomentar a necessária complementaridade económica entre a cidade e o campo.

A estratégia de desenvolvimento da província pressupõe uma resposta a estas questões através duma acção concertada nos domínios a seguir analisados.

3.2.1.1 Crescimento Económico

Nos últimos anos o crescimento económico tem sido visível em Benguela. Com o fim do conflito armado e o plano de obras públicas que o Executivo encetou, muitas centenas de milhões de dólares foram investidos na Província que viu melhorados os seus acessos rodoviários, porto de mar comercial, caminho-de-ferro, aeroportos, escolas, hospitais e muitas outras infraestruturas básicas, como a melhoria do fornecimento de água.

A ELEVADA QUALIDADE E UM GRAU ADEQUADO DE EXIGÊNCIA TEM DE PRESIDIR A ESTA FORMAÇÃO (...).

Porém, para além do aparecimento de muitas pequenas empresas de apoio a estas actividades e de serviços à população, não se pode falar num desenvolvimento tão acentuado que tenha causado uma alteração significativa da estrutura produtiva da Província, nem a afirmação de qualquer cluster com forte visibilidade.

O crescimento económico é uma vertente da intervenção estratégica com forte influência no combate ao desemprego pois, como é lógico, se existir mais produção existe uma maior actividade que implica mais emprego em novas empresas ou, como resultado da expansão das já existentes.

A diversificação produtiva também não foi muito sensível e, se é certo que apareceram muitas empresas, não se pode falar propriamente em diversificação, porquanto salvo raras excepções elas vieram fazer concorrência a outras já em laboração, ou ocupar o lugar de unidades que já tinham existido há anos.

Mais preocupante ainda é a absoluta incapacidade do crescimento económico ocorrido para absorver os trabalhadores à procura de emprego, essencialmente jovens, porquanto efectivamente foram criadas dezenas de empresas, mas de micro, pequeno ou médio porte, que na prática contribuíram com relativamente poucas vagas para o mercado de trabalho.

Por outro lado, o crescimento económico deverá também ter lugar nas empresas já existentes, sendo que aqui a opção estratégica imediata consiste em apoiar aquelas que, por se situarem em clusters com elevado potencial, poderão ter uma maior produtividade e capacidade de inovação, factores importantes para acentuar a sua vantagem competitiva em relação a outras. Neste campo a opção estratégica de apoio robusto deverá recair essencialmente sobre clusters entrosados na realidade provincial, devido às características edafoclimáticas da mesma.

Este apoio, para além da conjugação de políticas sectoriais, deve também apelar à intervenção de alguns Projectos Estruturantes, cujo efeito de alavancagem será certamente importante para potenciar o crescimento económico.

Relativamente ao emprego, a melhor forma de abordar esta questão é assumir desde logo que existem fortes carências a este nível. O problema do desemprego, embora ocorra em todas as fchas etárias é mais sentido pela população jovem que não consegue um emprego ou, sequer, um estágio não remunerado, pois não existe um número de empresas com capacidade de absorção de um número tão elevado de candidatos.

O desemprego pode ser explicado pela conjugação de vários factores:

- Falta de crescimento suficiente do número de empresas;
- Baixo contributo empregador das novas empresas;
- Baixo índice de crescimento das empresas já estabelecidas;
- Vaga de populações que procuraram há anos a segurança em torno das grandes cidades costeiras e que aí continuam, muitas já numa segunda geração, sem que tenham conseguido inserir-se no mercado de trabalho;
- Fluxo constante de potenciais trabalhadores provenientes de zonas rurais para a periferia das grandes cidades do litoral, à procura de oportunidades que não encontram no interior da Província;
- Crescimento populacional a uma taxa elevada, que só por si obrigaria a um crescimento elevado do emprego, para que não ocorresse um aumento dos níveis de desemprego.

Face a este enorme problema já muitos milhares de milhões de Kwanzas foram investidos na Província sem resultados muito palpáveis, pelo que urge realizar uma abordagem diferente.

Essa abordagem terá de passar por uma estratégia que, tendo como base a iniciativa privada e o mercado, promova o empreendedorismo e o desenvolvimento do sector privado nacional, ao invés de um postura virada para as importações de produtos acabados.

O grande contributo para essa abordagem pode ser dado pela promoção do desenvolvimento do Capital Humano, através de fortes acções de formação profissional e de empreendedorismo, que possibilitarão por um lado ter pessoas profissionalmente capazes e, por outro lado potenciar o aparecimento de jovens empresários com perfil para levar por diante iniciativas empresariais nos mais diversos sectores de actividade.

Note-se que para ter resultados este esforço de capacitação tem de assentar numa formação profissional com uma grande componente de “artes e ofícios” e ser ministrada por quem tiver conhecimentos, nacionais ou expatriados no caso de não haver suficientes angolanos para o efeito.

O mesmo se diga da formação em empreendedorismo, que deverá ser ministrada em grande parte por formadores com forte ligação ao mundo empresarial e do trabalho, para que possam transmitir mais do que um conhecimento livresco dos assuntos.

A elevada qualidade e um grau adequado de exigência tem de presidir a esta formação, sem o que se cairá num processo burocrático, consumidor de recursos mas a que não se auguram resultados palpáveis.

3.2.1.2 REORDENAMENTO URBANO

3.2.1.2.1 Reordenamento da zona metropolitana

O crescimento urbano desmesurado que ocorreu nas cidades de Benguela, Lobito e Catumbela, sem que tenha sido acompanhado pela oferta de infraestruturas urbanas e pela oferta de emprego, constitui hoje o maior desafio ao relançamento da actividade económica na Província.

Durante os anos de guerra, nestas cidades e noutras do litoral, as condições de acolhimento das sucessivas vagas de migrantes, foram-se degradando quer pela insuficiência da oferta de infraestruturas quer pela reduzida oferta de empregos, pelo que as cidades foram obrigadas a expandir-se para zonas não urbanizadas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Aí, sem quaisquer condições de urbanização (arruamentos, iluminação pública, saneamento básico, água e electricidade) multiplicaram-se alguns milhares de residências de materiais característicos de construção definitiva, nomeadamente blocos de cimento e cobertura de chapas de zinco.

Torna-se assim necessário levar a cabo um processo de urbanização destas áreas, de forma a integrá-las nos mercados das respectivas cidades, relançar a competitividade dos negócios e aumentar a produtividade dos trabalhadores. O crescimento económico sustentado requer um sistema eficiente de centros urbanos que produzam produtos industriais e garantam a prestação de serviços diversos, ao mesmo tempo que dispõem de uma rede de transportes que assegure a ligação com as economias do interior.

Por estar dotada de um sistema de estradas, caminho-de-ferro, porto e aeroporto relativamente desenvolvido, a Província de Benguela oferece uma oportunidade única para espoletar prosperidade, tanto nas áreas urbanas como rurais, desde que se assegure uma combinação de medidas de reordenamento urbano e oferta progressiva de serviços básicos.

O problema que se coloca é que os investimentos necessários para a expansão da urbanização estão sempre para além dos limites fiscais e financeiros da Província pelo que se torna necessária a adopção de mecanismos flexíveis para assegurar que a Província tenha acesso a recursos financeiros adicionais. Também será necessário melhorar a capacidade técnica e de gestão dos órgãos provinciais encarregues de gerir os terrenos urbanos e o património imobiliário, de forma que possam acompanhar a expansão da urbanização e o desenvolvimento das várias sinergias.

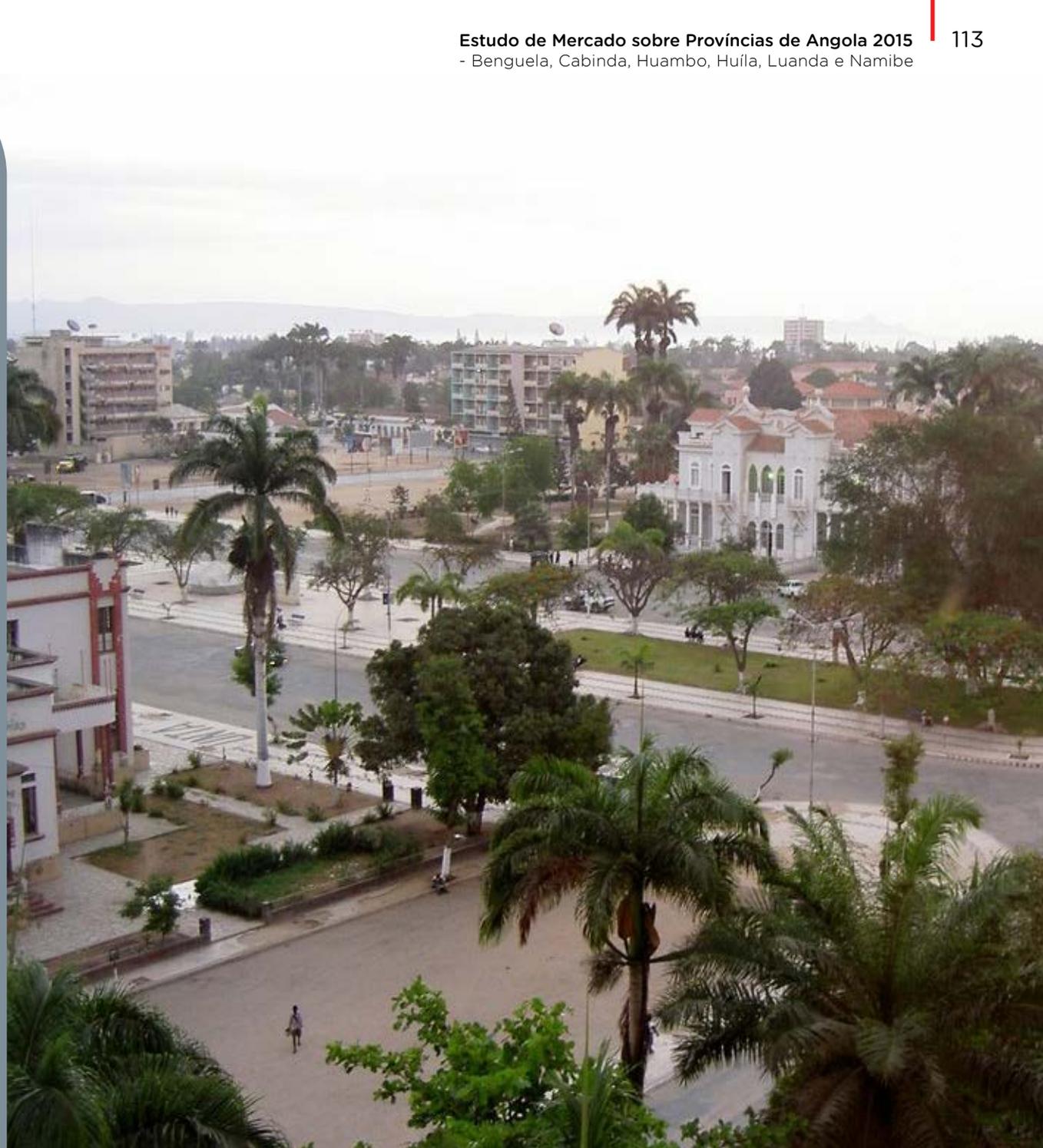
O alargamento da base de recursos financeiros da Província poderá ser feito através da introdução de duas reformas ao Imposto Predial Urbano: a primeira para o tornar num Imposto de Arrecadação local, tal como já acontece com o Imposto de Consumo e a segunda alterar a base de tributação, que passaria a ser em função da ocupação e não da posse do imóvel, o que iria permitir o registo automático de todas as propriedades dentro e fora da periferia das cidades, bem como a atribuição de um título para fins tributários.

3.2.1.2.2 Reordenamento dos espaços rurais e costeiros

Uma grande limitação à fixação das populações nos espaços rurais e costeiros onde praticam as suas actividades económicas é a falta de condições das cidades que lhes ficam próximas.

Se é certo que existe desde há mais de uma década uma política de infra-estruturas que tem dotado as principais aglomerações de condições mínimas, num grande esforço de Reconstrução, não é menos verdade que ainda existem muitas carências que urge resolver.

Essa preocupação com as cidades em espaços mais desprotegidos está patente nas Políticas Nacionais de Desenvolvimento e é um objectivo estratégico da Província enquadrar-se na Política de Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território, quando preconiza a necessidade de estruturar o povoamento e criar uma rede de cidades que suportem e dinamizem o desenvolvimento dos territórios de menor potencial.



A photograph showing a woman in a red top and white headscarf carrying a young child on her back. They are standing in a lush green field, likely a rural agricultural area. The background is slightly blurred, focusing on the woman and child.

O objectivo desta acção é promover o desenvolvimento de uma rede urbana, qualificada e sustentável ambientalmente, composta por cidades eficientes, enquadrada numa estratégia de rede de povoamentos, que constituam polos dinamizadores dos espaços rurais e piscatórios.

Na realidade, a falta de rendimentos reforçada pela inexistência de qualidade ambiental, na sua acepção mais ampla, e infraestruturas básicas – saúde, educação energia, água, Polícia e outros órgãos da administração pública, inibem a vontade de permanência das populações nas localidades donde são naturais e leva-as a procurar uma melhor qualidade de vida em zonas urbanas dotadas de melhores condições.

Para além destes elementos básicos que acima referimos é também essencial a existência de mercados onde possam ser comercializadas as produções, assim como de infra-estruturas comerciais e de hotelaria, estas últimas para assegurar a possibilidade de permanência de equipas de assistência técnica e dos quadros do Governo Provincial ou dos Ministérios, quando em serviço nas redondezas.

Não menos importante é a necessidade que as localidades que se inserirem nessa rede disponham de meios de lazer, culturais e desportivos, assim como religiosos, pois a vivência das populações não fica completa sem essas valências.

As sedes Municipais serão, na generalidade dos casos, as eleitas para o presente upgrade, porquanto congregam a maioria da população e reúnem já infra-estruturas básicas com algum significado.

3.2.1.3 Promoção Agrícola e Piscatória

3.2.1.3.1 Assistência Técnica e Modernização

O que o Plano Provincial de Desenvolvimento preconiza é a implementação de projectos de desenvolvimento rural integrados e de incentivo à produção agrícola familiar e camponesa, assim como aos pescadores artesanais, devendo dar origem a um processo de modernização e que poderá, a curto prazo, originar um crescimento percentualmente muito significativo da sua produção.

Para atingir este aumento vai ser necessário, essencialmente, muita assistência técnica e, obviamente, algum investimento físico.

Da análise efectuada conclui-se que o acompanhamento das famílias camponesas e dos pescadores artesanais tem sido muito diminuto, factor que contribuiu fortemente para o atraso que actualmente se verifica e que não permite às famílias saírem do patamar de pobreza em que caíram, por falta de acompanhamento da evolução tecnológica.

Este Programa deve ser de responsabilidade provincial, pois estando mais perto dos problemas torna-se menos difícil resolver as situações de contexto local.

De forma integrada com a assistência técnica devem existir medidas de incentivo à modernização, quer do imobilizado (charruas, grades, barcos), quer dos insumos, para que, a par das novas técnicas aprendidas, possa haver uma actualização dos meios físicos à disposição dos agricultores e pescadores.

No passado recente a oferta de insumos e de equipamentos às populações ocorreu de forma recorrente, só que a falta de um sistema de assistência técnica e demais apoios estruturados não tem permitido obter os resultados desejados.

A propósito deste acompanhamento refira-se que a assistência técnica deverá ser efectiva e actuar junto dos locais onde se encontram as micro-explorações, devendo a aprendizagem ser realizada quase exclusivamente on the job e por um período alargado de tempo.

Note-se que não se pretende um programa de efeito instantâneo, mas sim iniciar um processo que atinja toda a população das zonas rurais e piscatórias e que consiga fazer as famílias sair do seu estado de pobreza. Como se sabe a ocorrência de um acréscimo de produção não significa forçosamente obter mais rendimento, devido à evolução dos preços, motivo pelo qual este Programa deverá também incidir, de forma muito assertiva, sobre a capacitação para a comercialização, procurando garantir que os beneficiários do programa fiquem aptos a aceder ao mercado, com base na sua iniciativa singular ou através da associação voluntária com outros.

Nos casos de sucesso o Programa deve promover o apoio ao alargamento das pequenas unidades de produção, pois na posse de novas técnicas, equipamentos e melhoria dos preços de venda, é de esperar que a dinâmica seja de crescimento, devendo essa circunstância ser especialmente acarinhada e estar à partida contemplada no Programa.

3.2.1.4. Diversificação produtiva em espaços rurais e piscatórios

A instalação a nível de aldeias de actividades não agrícolas e piscatórias constitui um poderoso incentivo para fixar na região um significativo número de jovens que, terminado o ensino básico e remetidos a prática da agricultura (das actividades tradicionais das suas famílias), procuram na cidade uma melhor realização para as suas aspirações.

Só dando resposta a este normal sentimento de procura de melhores condições se poderá estancar o fluxo migratório das zonas rurais e piscatórias para as zonas urbanas e periurbanas.

Embora exista na Província um grande potencial de crescimento das actividades tradicionais e a modernização das mesmas possa gerar níveis de riqueza apreciáveis para todos que a elas se dediquem, haverá que criar condições para o aparecimento de iniciativas locais não directamente agrárias ou piscatórias, que libertem rendimento e possam satisfazer os anseios das populações.

A primeira linha de intervenção pode passar pela beneficiação primária dos produtos provenientes da actividade principal. Sem querer entrar em aspectos operacionais, a serem definidos em programas específicos, é fácil de observar que existe a possibilidade de transformação mecânica dos produtos em farinha, poupando no caso da agricultura muitos milhares de horas ao trabalho feminino, o que só por si pode ser um contributo enorme para o aumento da produção e do rendimento das famílias. Outras actividades como a produção de compotas em pequena escala, ou a simples triagem e embalagem de produtos podem também constituir processos de criação de emprego adequadamente remunerado.

Também situação idêntica pode ser atingida, por exemplo, com pequenas fábricas de farinha de peixe, que podem contribuir fortemente para a melhoria do rendimento do sector piscatório artesanal, dado tratar-se de um aproveitamento de peixe que se perderia e que assim é muito valorizado, nomeadamente pelos produtores de animais.

Numa segunda linha encontram-se os serviços de logística e comercialização que reúnem condições para originar um volume significativo de emprego, pois podem ser criados serviços de transporte dos insumos e dos produtos para os locais de transformação e comercialização, originando assim um número assinalável de empregos.

Por fim, existe um número muito elevado de acções de apoio às actividades agrícolas e piscatórias, como oficinas mecânicas, serralharias, carpintarias etc., que poderão ter um bom desempenho económico quando inseridas numa dinâmica produtiva moderna.

Note-se que toda esta evolução não tem de passar ao lado da agricultura e da pesca empresarial e, antes pelo contrário, é de incentivar todo o relacionamento técnico e comercial que possa ocorrer entre os diferentes tipos de abordagem.

A forma de dar início a esta mudança passa pelo esforço do erário público através de Programas Integrados bem definidos e que devem ter em atenção os problemas que têm surgido com este tipo de apoios estatais. Como é sabido, em muitos casos de oferta de kits produtivos o seu destino é a venda dos mesmos pelos beneficiários, para obterem no imediato alguma verba e não a sua utilização como forma de aplicarem os seus conhecimentos e de eventualmente conseguirem por aí progredir dentro da profissão em que tiveram formação.

Um Programa provincial, melhor que qualquer outro, poderá ter essa realidade em linha de conta e encontrar soluções adequadas para não permitir o desvio dos objectivos traçados.

3.2.2 Eixos de Desenvolvimento

Os eixos de desenvolvimento preconizados para a Província de Benguela pretendem colmatar os factores críticos da região, garantindo que os índices de desenvolvimento serão consolidados e sustentados por adequadas medidas estratégicas e de intervenção.

Neste contexto definiram-se 5 Eixos de Desenvolvimento que incorporam as medidas estratégicas e as acções de investimento definidas para o período de 2013 a 2017.

A distribuição dos investimento pelos eixos estratégicos evidenciam a preocupação fulcral com o aumento da atractividade da província para garantir um fluxo de recursos, de pessoas e de iniciativas empresariais que serão determinantes para a dinamização económica e social da região.

EIXO 1 | **AUMENTAR A ATRACTIVIDADE DA PROVÍNCIA**

Medidas Estratégicas

Alavancar as infraestruturas logísticas e de transporte

Eliminar os défices de abastecimento de energia e água

EIXO 2 | **AUMENTAR A ATRACTIVIDADE DA PROVÍNCIA**

Medidas Estratégicas

Ordenar e infraestruturar os espaços urbanos e rurais

EIXO 3 | **RELANÇAR A ACTIVIDADE E ECONÓMICA E COMBATER O DESEMPREGO**

Medidas Estratégicas

Potenciar os recursos turísticos

Aproveitar os recursos marítimos e agropecuários

Reforçar o sector empresarial secundário e terciário

EIXO 4 | **AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES**

Medidas Estratégicas

Melhorar as condições sanitárias e de saúde

Minimizar as desigualdades sociais

Atenuar a instabilidade social e o potencial de criminalidade

Combater a degradação ambiental e a delapidação dos recursos naturais

EIXO 5 | **FORTALECER O CAPITAL HUMANO E INSTITUCIONAL**

Medidas Estratégicas

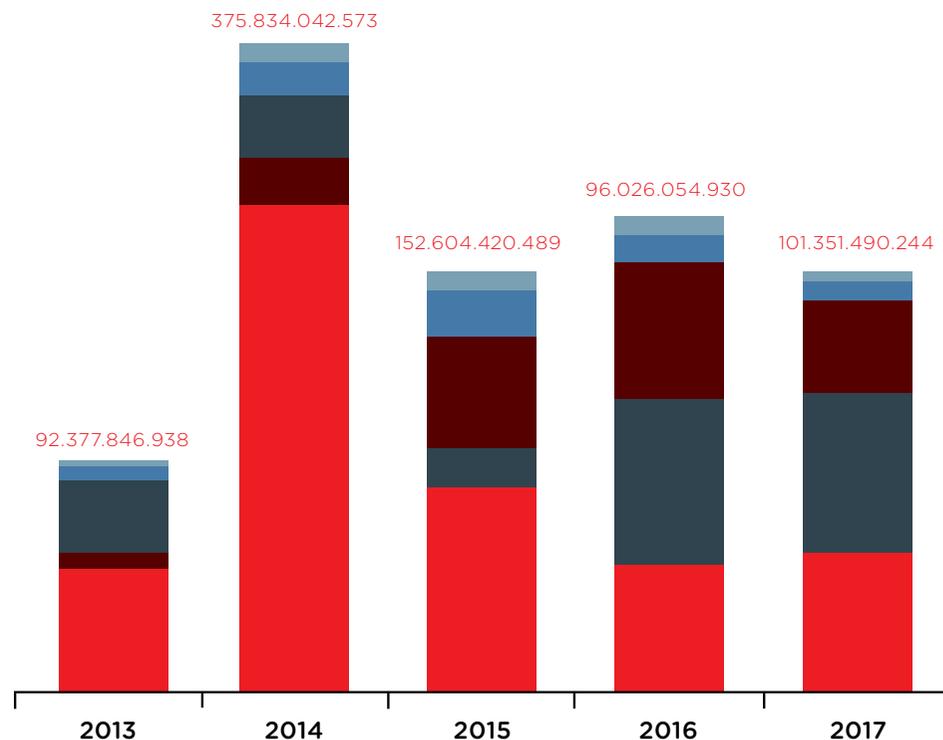
Aumentar os índices de ensino e formação profissional

Capacitar e Administração Pública

TABELA 24
INVESTIMENTOS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO

EIXOS E MEDIDAS ESTRATÉGICAS	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Eixo 1 - AUMENTAR A ATRACTIVIDADE DA PROVÍNCIA	818.193.855.174	675
C1 - Alavancar as infraestruturas logísticas e de transporte	334.716.984.004	246
M1 - Eliminar os défices de abastecimento de energia e água	483.476.871.170	429
Eixo 2 - GARANTIR O ORDENAMENTO E A COESÃO TERRITORIAL	343.694.716.730	339
S2 - Ordenar e infraestruturar os espaços urbanos e rurais	343.694.716.730	339
Eixo 3 - RELANÇAR A ACTIVIDADE ECONÓMICA E COMBATER O DESEMPREGO	373.430.792.100	718
C2 - Potenciar os recursos turísticos	12.848.782.637	87
C3 - Aproveitar os recursos marítimos e agropecuários	62.260.329.230	418
S1 - Reforçar o sector empresarial secundário e terciário	298.321.680.233	213
Eixo 4 - AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES	111.716.678.276	1.252
V3 - Atenuar a instabilidade social e o potencial de criminalidade	24.320.456.015	397
M3 - Melhorar as condições sanitárias e de saúde	52.420.651.745	532
V1 - Combater a degradação ambiental e a delapidação dos recursos naturais	24.337.540.600	65
V2 - Minimizar as desigualdades sociais	10.638.029.917	258
Eixo 5 - FORTALECER O CAPITAL HUMANO E INSTITUCIONAL	48.547.955.032	785
M2 - Aumentar os índices de ensino e formação profissional	38.074.259.967	589
S3 - Capacitar a Administração Pública	10.473.695.065	196
Total geral	1.695.583.997.314	3.769

Distribuição Temporal dos Investimentos em Benguela
Gráfico 22



- EIXO 5 - Fortalecer o capital humano e institucional
- EIXO 4 - Aumentar a qualidade de vida das populações
- EIXO 3 - Relançar a actividade económica e combater o desemprego
- EIXO 2 - Garantir o ordenamento e a coesão territorial
- EIXO 1 - Aumentar a atractividade da província

3.2.3 Programas de Investimento Público

A operacionalização dos Eixos de Desenvolvimento assentará na implementação das medidas de intervenção, que se encontram desagregadas por projectos de investimento, e que serão monitorizados pelos sectores que assumirão a responsabilidade pela respectiva execução.

Estas medidas de intervenção encontram-se detalhadas nos capítulos seguintes permitindo analisar a respectiva natureza, os investimentos previstos e o número de projectos associados garantindo-se, por esta via, os mecanismos de implementação das directrizes de desenvolvimento da província.

TABELA 25

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “ALAVANCAR AS INFRAESTRUTURAS LOGÍSTICAS E DE TRANSPORTE”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Ampliação das placas dos aeroportos	1.000.000.000	2
Assegurar a circulação interna dos combolos nas zonas de estacionamento	120.000.000	1
Assegurar a construção dos Terminais Marítimos e Terrestres no País	3.997.240.376	4
Aumentar a capacidade da mobilidade no transporte aéreo	1.688.427.327	1
Construção de Parques para camionagem em todos os municípios	2.010.500.000	7
Construção de passagens e atravessamentos de nível	145.500.000	2
Construção de passagens superiores	492.500.000	4
Construção de pontes sobre rios e cursos de água	850.000.000	4
Construção de Pontes, Pontecos e Aquedutos	1.157.425.992	5
Construção de terminais de carga aeroportuária	1.000.000.000	2
Construção de terminais de voos domésticos	2.000.000.000	2
Construção de terminais e paragens de transporte público em todas as sedes municipais	30.000.000	1
Construção de túneis para facilitar a fluidez do tráfego	30.000.000	1
Construção de Vias de Cintura Interna	30.000.000	1
Construção de Vias Estruturantes	19.767.500.000	22
Construção de Vias Transversais	9.022.000.000	18
Construção de Vias Urbanizantes	4.480.000.000	15
Construção e reabilitação de infraestruturas viárias e urbanas	790.460.198	1
Construção e reabilitação de vias de comunicação	3.909.268.698	7
Construção e reabilitação de gares e apeadeiros	360.000.000	2
Criação de meios rolantes tecnológicos para transporte das malas postais e distribuição de correspondência	5.000.000	1
Criação do Plano Director de Tráfego da Província de Benguela	20.000.000	1
Desenvolvimento do Instituto Médio dos Transportes	400.000.000	1
Empreitadas de nó desnivelado	1.200.000.000	3
Garantir a vedação das zonas aeroportuárias	506.000.000	2
Garantir as vias de cintura interna no Lobito	522.000.000	4
Garantir padrões de segurança aeroportuária	90.000.000	1
Implementação de meios de transporte rural para os municípios do interior	3.000.000	1
Implementação de serviço de Carteiro e marco de correio em todos os municípios	1.500.000	1
Implementar medidas de desvio de tráfego nas sedes municipais	1.875.000.000	1
Operacionalização do transporte regular ferroviário	1.272.756.833	2
Pavimentação de Outras Vias	7.800.000.000	4
Pavimentação de Vias Transversais	42.807.000.000	14
Promover a organização logística da manutenção	254.340.000	1
Reabilitação de gares e hangares	169.370.000	2
Reabilitar e construir estações postais em todos os municípios da província	230.000.000	20
Reforçar a rede de transporte	136.000.000	2
Reforçar as rede de cobertura	3.057.694.580	6
Reforçar as vias de caminhos de ferro em zonas de maior intensidade de tráfego	213.500.000.000	4
Re-selagem de ruas	1.380.000.000	6
Revitalização do transporte público colectivo urbano na cidade de Benguela e Lobito	55.000.000	5
Terraplanagem de Vias	2.618.000.000	35
Terraplanagem de Vias Agrícolas	1.135.000.000	13
Terraplanagem e Estabilização de Vias	2.798.500.000	14
Total geral	334.716.984.004	246

TABELA 26
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “ELIMINAR OS DÉFICES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Assegurar as ligações às Subestações	15.694.400.000	10
Assegurar o potencial hidroelectrico de Cacombo	1.443.000.000	4
Assegurar o potencial hidroelectrico de Lomahum	13.472.800.000	1
Assegurar o potencial hidroelectrico do Biópio	4.460.400.000	4
Constituir e capacitar grupos de activistas da água e saneamento, nas localidades abrangidas pelo projecto.	57.699.200	4
Construção de central térmica	1.377.014.256	1
Construção de Mini-Hidricas	17.980.000.000	36
Construção de sistemas de captação, reserva e tratamento	9.445.997.238	11
Definir um plano de monitorização da qualidade da água	67.450.000	10
Elaboração de estudos e projectos de produção/transporte/distribuição de energia	2.562.794.181	3
Estudos para projectos de distribuição eléctrica	256.000.000	4
Expansão da distribuição nas zonas urbanas e periurbanas	237.277.885.226	150
Finalizar a reabilitação e ampliação dos sistemas de água nas cidades do Litoral	28.989.462.460	5
Ligação de Ramais em locais de referência	830.603.133	5
Manutenção e Gestão dos sistemas	1.273.904.335	5
Mapeamento dos recursos hídricos	2.808.874.538	4
Melhoria da qualidade da iluminação pública	2.371.313.592	17
Melhoria da qualidade da iluminação pública fotovoltaica	1.409.880.000	6
Montagem de Central de Ciclo Combinado	3.000.000.000	1
Proseguir a construção de pequenos sistemas e pontos de abastecimento de água e saneamento comunitário, nas áreas suburbanas e rurais	29.055.101.980	69
Reabilitação de sistemas eléctricos de distribuição e iluminação pública	13.440.901.580	3
Reforçar as receitas próprias dos sistemas	769.116.535	4
Reforço da rede de geradores	104.720.410	1
Reforço das acções de abertura de Furos artesanais nas povoações	3.154.666.667	10
Reforço das baterias de condensadores	450.000.000	1
Reforço das Redes de distribuição eléctrica	42.333.775.194	32
Reforço de capacidade laboratorial móvel	32.094.286	2
Reforço e expansão das Redes de transporte	48.466.504.358	18
Tratamento da água com recurso a produtos químicos	619.741.690	4
Tratamento dos sistemas de abastecimento de água	270.770.311	4
Total geral	483.476.871.170	429

3.2.3.2 Eixo 2

Garantir o Ordenamento e a Coesão Territorial

TABELA 27
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “ORDENAR E INFRAESTRUTURAR OS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Apetrechamento dos municípios com meios de intervenção locais	2.000.000.000	4
Apetrechar as instalações dos Serviços Públicos	386.935.293	2
Aquisição de equipamento topográfico	300.000.000	2
Construção de açudes e diques de protecção	1.426.000.000	3
Construção de diques nos Rios	5.816.860.000	8
Construção de passeios e lancis	584.277.684	2
Construção de templos religiosos	341.263.236	2
Construção e drenagem de redes de água	1.569.481.500	8
Criação de espaços e zonas de circulação	30.000.000	1
Criação de infraestruturas para o laboratório de engenharia	500.000.000	1
Desenvolvimento de projectos de infraestruturas integradas	8.624.616.808	8
Drenagem e revitalização de lagoas	339.446.000	4
Elaborar instrumentos de Ordenamento do Território a nível municipal e provincial e proceder à implementação de instrumentos de gestão e monitorização do mesmo	150.000.000	5
Elaborar os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor a nível municipal e proceder à implementação de instrumentos de gestão e monitorização dos mesmos	92.000.000	10
Elaborar Planos de Ordenamento Rural e proceder à implementação de instrumentos de gestão e monitorização dos mesmos	260.000.000	10
Infraestruturização de Campus Universitário	200.000.000	1
Infraestruturização de reservas fundiárias	224.625.000.000	36
Infraestruturização dos 200 Fogos	1.400.000.000	1
Intervenção em canais dos espaços urbanos	9.628.863.900	35
Loteamento de reservas fundiárias	7.562.500.000	60
Melhoria da estética urbana	500.000.000	2
Operacionalização dos planos de infraestruturização programados	60.460.600.000	30

3.2.3.3 Eixo 3

Relançar a actividade económica e combater o desemprego

TABELA 28

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “POTENCIAR OS RECURSOS TURÍSTICOS”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Proceder à aquisição de meios e equipamentos necessários para o desenvolvimento das respectivas actividades	1.500.000	1
Proceder à implementação de instrumentos de gestão e monitorização dos Planos Directores Municipais em fase de aprovação	290.527.000	7
Promoção das zonas verdes	1.009.000.000	5
Promoção de terrenos infra-estruturados e legalizados às famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto construção dirigida	3.052.550.000	5
Promover acções de formação/capacitação de quadros técnicos	1.423.228.200	23
Promover o assentamento humano no meio rural	2.500.000.000	5
Protecção de praias e zonas costeiras	3.143.181.109	7
Reabilitação das pontes hidráulicas	4.200.000	1
Realização de estudos de desenvolvimento urbano	60.000.000	2
Realização de estudos de reconversão e requalificação	370.000.000	20
Realização de estudos, projectos e fiscalização	200.000.000	1
Realizar o Cadastro e Georeferenciação da Província de Benguela	994.586.000	9
Recelagem de vias de comunicação	400.000.000	2
Regularização de caudais de rios	1.933.000.000	3
Reperfilamento de valas de drenagem	65.100.000	1
Requalificação das zonas marginais	250.000.000	2
Requalificação de zonas urbanas	1.200.000.000	10
Total geral	343.694.716.730	339

TABELA 29

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “APROVEITAR OS RECURSOS MARÍTIMOS E AGROPECUÁRIOS”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Actualizar o números de fazendas existentes e analisar o grau de exploração e funcionamento das fazendas agro-pecuárias existentes na província.	17.397.700	1
Analisar as propriedades físicas e químicas dos produtos agro-pecuários.	390.000.000	1
Analisar as propriedades físicas e químicas dos solos da província	49.532.000	1
Apetrechamento de rampas de alagem para embarcações de pequeno porte	85.000.000	2
Apoiar a aquisição de meios e equipamentos para as salinas	1.210.000.000	2
Aquisição de Embarcações e artefactos de pesca artesanal	750.000.000	1
Aquisição de equipamento de escala mecânica	450.000.000	2
Aquisição de Geradores	1.500.000	1
Assegurar a instalação das cadeias produtivas.	2.764.188.000	24
Aumentar a capacidade de abate e o controlo de qualidade	2.663.500.000	44
Aumentar a capacidade de produção, visando a auto suficiência alimentar.	4.323.925.953	16
Aumentar o nível da produção de fruteiras.	600.000.000	4
Aumentar o volume de produção de ovos e carne.	275.000.000	4
Aumentar os índices de produção e produtividade por unidade de superfície na vertente agrícola	9.572.184.883	29
Aumentar os índices de produção e produtividade por unidade de superfície na vertente pecuária	431.852.781	9
Conhecer as potencialidades agro-pecuárias da região e os respectivos orçamentos.	208.500.000	13
Construção de Aldeias Pescatórias	50.000.000	1
Construção de Centros de Apoio à Pesca Artesanal	472.000.000	4
Construção de Centros de Desenvolvimento Agrário (CDA)	2.340.000.000	26
Construção de Lotas Pesqueiras	1.500.000.000	8
Construção de Porto Pesqueiro (Baía Farta)	1.705.000.000	2
Construção de tarimbas para a secagem do pescado	1.000.000	1
Construção de unidades intergradadas de recepção e tratamento de peixe seco	1.050.000.000	3
Construção e Apetrechamento de Túneis de Congelação e Câmaras Frigoríficas	610.000.000	6
Construção e reabilitação de mangas de vacinação e tanques banheiros	163.500.000	21
Construção, reabilitação e apetrechamento de instalações	7.840.000	1
Consultoria e formação de quadros	499.317.750	7
Criação do Polo Industrial Pesqueiro (Baía Farta)	1.520.000.000	4
Desenvolver programas de formação específica para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária da província.	594.406.360	4
Desenvolvimento da Aquicultura	200.000.000	6
Dinamização da construção e reparação naval	1.169.000.000	21
Distribuição de fármacos veterinários	65.000.000	5
Dotar a frota pesqueira com meios adequados para o desenvolvimento do Sector	4.900.000.000	11

(CONTINUAÇÃO)

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Efectivação de um sistema de alerta rápida, garantindo a prática agrícola com segurança, tendo em conta as alterações climáticas.	63.070.000	3
Garantir a actividade agrícola durante agrícola durante todo ano, nas comunidades rurais.	692.713.991	5
Garantir o abastecimento permanente de água nas Comunas	5.200.000.000	7
Garantir o desembarque de pescado e o embarque de insumos com higiene e segurança	495.000.000	3
Implantação de fábrica de gelo em escama	8.000.000	1
Implantação de Pontes de Cais Flutuante	50.000.000	2
Implantação de unidade de Processamento de Filetagem de Pescado	500.000.000	4
Implantação de unidade de processamento de Gelo em Escama	250.000.000	1
Implantação dos parques de retém e sistemas de abeberamento para o gado.	193.500.000	4
Implementação de sistemas de protecção das águas pluviais	640.000.000	5
Incentivar o aumento da produção de sal	1.096.405.567	1
Melhorar as raças autóctones.	1.195.824.872	16
Montagem de Bombas de Combustível	3.000.000	1
Operacionalização do Projecto de Maricultura	227.630.100	2
Organização dos Sistemas de Comercialização do Pescado	15.000.000	1
Prestar serviços zoonosológicos ao efectivo animal	410.000.000	5
Proceder ao levantamento da área habitacional e produtiva, das necessidades de infra-estruturação, planificação e orçamentação.	150.000.000	5
Proporcionar mais infra-estruturas de formação específica para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária da província.	927.203.180	5
Reabilitação de Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA)	40.000.000	9
Reforçar as capanhas de vacinação bovina e canina	92.273.280	4
Reforço da capacidade operativa da fiscalização pesqueira	42.648.200	2
Reforço das competências laboratoriais e de investigação do sector	58.414.613	7
Relançar a actividade agrícola no perímetro irrigável da Catumbela e Cavaco	2.230.000.000	10
Relançar a actividade agrícola no perímetro irrigável do Dombe Grande.	300.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro da Cangoia	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro da Canjala	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro da Catamba	600.000.000	3
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro da Hanha	800.000.000	3
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro da Hanja	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do Bocoio Norte	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do Cubal	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do Cubal do Lumbo	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do Cui	600.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do Maka-Mombolo	300.000.000	2
Relançar a actividade agro-pecuária no perímetro do perímetro da Chicuma	200.000.000	1
Relançar a actividade investigativa e divulgação dos resultados.	640.000.000	5
Total geral	62.260.329.230	418

TABELA 30

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “REFORÇAR O SECTOR EMPRESARIAL SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Acompanhar a montagem de uma cerâmica promovida pelo Ministério do Urbanismo e Construção.	2.044.000.000	3
Aproveitamento e tratamento dos resíduos de peixe	80.000.000	2
Capacitação de técnicos de fiscalização mineira	44.000.000	2
Capacitação de técnicos de geologia	1.500.000	1
Construção de Silos e Armazéns de Conservação no meio rural	452.000.000	13
Construção e conclusão de Lojas Nossa Quitanda	50.000.000	10
Construção e conclusão de Lojas Popalá	0	6
Criação do Polo de Desenvolvimento do Biópio	30.000.000	1
Desenvolver o Polo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela	73.900.000.000	5
Fortalecer e operacionalizar as iniciativas locais em termos de dinâmicas de produção agrícola tradicional e comércio rural	25.333.333	7
Implantação da Escola Provincial de Comércio	302.000.000	3
Implantação de Centro de Inovação e Competência Industrial	610.000.000	4
Implantação de cozinhas e padarias comunitárias	195.000.000	10
Implantação de Feiras Industriais	3.060.000.000	9
Implantação de quiosques e tendas	40.000.000	20
Implantação do INADEC	52.000.000	2
Implantação do Laboratório de Controlo de Qualidade	102.000.000	2
Impulsionar o desenvolvimento da construção e reparação naval	10.000.000.000	2
Impulsionar o desenvolvimento da indústria conserveira	750.000.000	2
Impulsionar o desenvolvimento da indústria de embalagens para o transporte e distribuição do pescado	1.770.000.000	5
Impulsionar o desenvolvimento da indústria de redes e cordoaria	650.000.000	2
Impulsionar o desenvolvimento da indústria ligeira	6.195.406.600	16
Impulsionar o desenvolvimento da indústria pesada	30.000.000	1
Impulsionar o desenvolvimento do sector dos materiais de construção	47.689.000.000	11
Impulsionar o desenvolvimento do sector energético	0	1
Impulsionar o desenvolvimento do sector industrial da agro-pecuária	19.505.440.300	26
Impulsionar o desenvolvimento do sector têxtil	48.000.000.000	1
Incentivar o empreendedorismo para o desenvolvimento do sector da indústria	749.000.000	4
Levantamento e avaliação do potencial mineiro da província	755.000.000	4
Loteamento de Zonas Industriais	81.168.000.000	32
Promover intercâmbios com agentes económicos organizados em Associações Profissionais	1.000.000	1
Reforçar o sector privado com uma Associação Empresarial dinâmica e empreendedora	1.000.000	1
Relançamento e modernização da Produção do peixe seco salgado e meia cura	70.000.000	4
Total geral	298.321.680.233	213

3.2.3.4 Eixo 4

Aumentar a qualidade de vida das populações

TABELA 31
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE SAÚDE”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Aumentar os meios de deslocação dos doentes	324.000.000	10
Aumento do acesso aos serviços de saúde à população por nível de atenção;	196.500.000	4
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Blocos Cirúrgicos	670.000.000	4
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Centros de Saúde	1.405.000.000	25
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Centros Diagnóstico	9.000.000	1
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Centros Materno Infantil	250.000.000	16
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Centros Reabilitação Física	300.000.000	2
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de hospitais	2.600.000.000	23
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Maternidades	1.000.000.000	2
Construção e/ou ampliação e apetrechamento de Postos de Saúde	840.000.000	66
Construção e/ou ampliação e apetrechamento do Centro Oftalmológico	320.000.000	2
Melhoria da distribuição e fixação dos recursos humanos em saúde;	515.000.000	8
Promoção da construção de uma rede de infra-estruturas de armazenamento de medicamentos e meios médicos	665.000.000	2
Apoiar com a aquisição de material e equipamento desportivo as associações e clube;	100.000.000	5
Assegurar a construção de Centros da Juventude na Província de Benguela	3.680.000.000	32
Dinamizar acções de formação em Liderança, Educação Patriótica, Valores Morais e Cívicos	17.762.750	8
Finalizar a reabilitação e ampliação dos sistemas de saneamento nas cidades do Litoral	20.000.000.000	3
Fomentar o intercâmbio de jovens a nível nacional e internacional	22.000.000	4
Identificação e cadastramento das infra-estruturas desportivas existentes na Província	3.300.000	1
Implementação de mais e melhores infra estruturas desportivas provinciais.	8.179.032.500	114
Incremento da oportunidade e qualidade da informação estatística	3.000.000	1

TABELA 32
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE SAÚDE”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Melhoria das estruturas dos projectos dos campos de futebol e polivalentes, com balneários e bancadas, com posterior cobertura dos campos polivalentes;	3.068.889.000	83
Montagem de 5 ETARs nas instalações hospitalares nos Municípios Benguela, Bocoio, Baía-Farta e Lobito	151.826.110	5
Montagem de ETARs nas sedes municipais do interior	3.500.000.000	4
Montagem de ETARs nas zonas industriais	1.200.000.000	4
Montagem de ETARs no Campus Catumbela	12.500.000	1
Montagem de ETARs no complexo da Cambada	12.500.000	4
Montagem de Sistema de Águas Residuais	500.000.000	1
Operacionalização das Clínicas Móveis	27.000.000	3
Promover a Assistência Técnica e na aquisição de meios para o desenvolvimento da suas actividades	88.500.000	22
Promover a construção e apetrechamento das Sedes de Conselhos Municipais da Juventude	825.000.000	6
Promover a construção e apetrechamento de um Centro de Conferências e Eventos na Província	114.400.000	4
Promover a formação e capacitação de quadros da Direcção Provincial	34.000.000	4
Promover a formação e capacitação de quadros Desportivos da Província	35.714.835	5
Promover a implementação do Instituto e do Observatório Provincial da Juventude na Província	422.500.000	7
Promover a sensibilização, educação e formação das populações nos diferentes domínios do ambiente	158.732.600	5
Promover o associativismo juvenil e reforço da sua capacidade organizativa e de intervenção política e social	17.000.000	4
Promover o Associativismo Juvenil na Província de Benguela	500.000.000	3
Reforço da motivação e associativismo do quadro de pessoal	100.000.000	1
Reforço das competências dos quadros de saúde	315.000.000	6
Reforço do controlo e monitorização do quadro de pessoal	3.000.000	1
Trabalhar em conjunto com as associações juvenis e desportivas de forma a impulsionar a generalização desportiva no seio das comunidades e do desporto extra escolar;	154.764.280	18
Trabalhar em conjunto com o Sector da Educação de forma a impulsionar a generalização desporto nas escolas;	79.729.670	8
Total geral	52.420.651.745	592

TABELA 33
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “MINIMIZAR
AS DESIGUALDADES SOCIAIS”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Apoiar as iniciativas de micro-finanças e empreendedorismo no meio rural;	66.261.200	9
Apoiar as parteiras tradicionais em matéria de capacitação e fornecimento de kits;	5.000.000	5
Apoiar e estimular o associativismo e cooperativismo feminino;	5.000.000	5
Assegurar a divulgação e sensibilização sobre as acções contra a violência doméstica;	5.000.000	5
Assegurar a verificação e desminagem de vias rodoviárias e área úteis	356.000.000	8
Assistir as famílias e grupos em situações vulneráveis	818.582.680	15
Concluir o subprograma de construção de 200 Fogos em cada Município da Província	4.391.832.227	2
Construir e apetrechar a Sede Provincial e Sedes Municipais do INAC	220.000.000	13
Construir e apetrechar as casas de abrigo de referência;	245.000.000	11
Construir e apetrechar Centros e Oficinas nas comunidades para a Pessoa Idosa	7.000.000	1
Construir e apetrechar Centros Infantis nas Comunidades	1.240.000.000	31
Construir e Apetrechar CIC-CECs nas comunidades	1.014.000.000	12
Construir e apetrechar os centros de aconselhamento familiar;	108.000.000	9
Construir e apetrechar os centros de formação feminina;	216.000.000	9
Construir, Reabilitar e Apetrechar de Lares Municipais de assistência à pessoa idosa	907.000.000	13
Envolver e sensibilizar a comunidade civil para o apoio às iniciativas de carácter social nas comunidades	98.903.803	9
Garantir a atribuição de papas e leite a crianças dos 0 aos 2 anos	42.365.331	5
Garantir a comemoração das jornadas Março mulher e do dia da mulher africana.	5.000.000	5
Garantir a construção e conservação de Imóveis do Sector	40.000.000	4
Garantir a reinserção de menores na sociedade	75.000.000	2
Garantir as refeições diárias, vestuário, e roupas de cama dos utentes	116.659.755	4
Implementar programas de apoio as mulheres do mercado informal, promovendo o empreendedorismo.	5.000.000	5
Inventariar e cadastrar o Património Imobiliário do Estado existente na província	40.000.000	3
Operacionalizar o Programa de Trabalho e Renda através de Cooperativas	44.500.000	5
Organizar campanhas de sensibilização dos 16 dias de activismo contra a violência no género.	30.525.500	9
Promover a formação de Activistas Sociais numa perspectiva de proximidade à comunidade	75.788.848	7
Promover a formação de activistas, conselheiros sociais e conselheiros familiares	25.468.000	14
Promover a formação e admissão de trabalhadores sociais a nível médio e superior	195.237.494	9
Promover a formação e capacitação de quadros do Sector	3.200.000	2
Promover a realização da jornada da mulher rural e do fórum provincial da mulher rural;	5.000.000	5
Promover a realização do conselho de coordenação multisectorial de género;	5.000.000	5
Promover a realização do Conselho Provincial da Família;	5.000.000	5
Promover acções de empreendedorismo e liderança;	5.000.000	5
Realizar Acções de Sensibilização relacionadas com os Direitos da Criança	215.705.079	7
Total geral	10.638.029.917	258

TABELA 34
INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “ATENUAR
A INSTABILIDADE SOCIAL E O POTENCIAL DE CRIMINALIDADE”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Ampliar a rede de atendimento para a emissão do registo civil de nascimento	1.510.000.000	19
Aumentar o nível de formação técnico-profissional dos quadros do Sector.	983.200.000	29
Construir e apetrechar a Escola Nacional Bombeiros	304.400.000	1
Construir e Apetrechar Delegações dos Serviços Nacionais de Segurança na Província	202.510.284	1
Construir e Apetrechar instalações de alojamento para Serviços Nacionais de Segurança na Província	42.720.000	2
Construir e apetrechar o Centro da Imprensa	87.000.000	3
Construir e apetrechar o Centro de Produção da TPA	192.000.000	6
Construir e apetrechar o IRSEM Provincial	79.560.000	5
Construir e Apetrechar os Serviços Nacionais de Segurança na Província	856.650.671	16
Construir e Reabilitar Estabelecimentos Prisionais	1.210.783.433	5
Construir infra-estruturas sociais para os Serviços de Segurança Nacional a nível local	300.000.000	2
Construir o Laboratório Criminalista em Benguela	120.000.000	1
Construir rádios comunitárias	270.000.000	4
Construir, reabilitar e apetrechar as Unidades Militares na Província	1.039.563.928	7
Construir, reabilitar e apetrechar os Quartéis de Bombeiros na Província	460.000.000	22
Constuir a Esquadra da Policia Maritima Fiscal	20.000.000	1
Constuir o Comando Provincial da Policia Fiscal	70.000.000	1
Criar condições para a fixação dos comandantes dos postos de polícia comunais	17.400.000	2
Criar condições para a fixação dos Oficiais das Forças Armadas a nível local	18.620.000	1
Criar condições para a fixação dos quadros dos Serviços de Segurança Nacional a nível local	372.500.000	8
Criar o Museu Regional de Benguela (integrando o actual Museu Etnografia)	1.010.000.000	6
Dignificar o estatuto social do antigo combatentes da Luta de Libertação Nacional	957.000.000	8
Divulgar a importância dos valores da Luta de Libertação Nacional e Patriotismo	151.600.000	6
Dotar a Direcção Provincial de meios necessários ao exercício da respectiva função	24.000.000	2
Dotar os grupos vulneráveis com competências técnicas e materiais que possibilitem o seu auto desenvolvimento	1.576.000.000	18
Formar Agentes comunitários e Criar grupos culturais	38.750.000	10
Garantir a assistência social dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	2.731.814.200	23
Implantação de gráfica regional para suporte à imprensa escrita	350.000.000	1
Instalar serviços de justiça para todos os Municipios do País	660.000.000	8

(CONTINUAÇÃO)

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Melhorar as condições de trabalho, leitores e visitantes das Bibliotecas Públicas, assegurando a aquisição de acervo bibliotecário	1.215.000.000	3
Organizar a recolha da informação sobre advérbios, advinhas, contos, fábulas da literatura oral, cancionero, danças, vestes e culinária.	117.800.000	6
Prestar um serviço público de qualidade e referência na Província	200.000.000	4
Promover a cooperação com entidades privadas e outros parceiros sociais	184.000.000	10
Promover a formação a qualificação profissional de Ex-Militares	174.792.283	5
Promover a mobilização nacional para reduzir o número de pessoas sem registo civil	647.357.216	4
Promover acções e programas de fortalecimento do combate à fome e à pobreza no seio dos Antigos Combatentes	124.250.000	8
Proporcionar espaços culturais para a prática das artes explorando o potencial artístico existente na Província	1.830.000.000	11
Reabilitar e apetrechar as Rádios Províncias	172.900.000	5
Realizar a divulgação de cinema nos Municípios da Província	12.000.000	2
Realizar festivais de música, concursos literários, exposições multidisciplinares e Feira do livro	443.500.000	25
Realizar o Cortejo do Carnaval	50.000.000	5
Realizar outros eventos e manifestações de interesse cultural	188.500.000	10
Recolher peças etnográficas da região umbundo	7.000.000	1
Reforçar as Unidades Operativas de Segurança Nacional	500.000.000	5
Reforçar o controlo do Recenseamento Militar	7.000.000	4
Reforçar os Comandos policiais municipais	1.624.584.000	12
Reforçar os postos policiais comunais	605.700.000	31
Reforçar os postos policiais municipais	560.000.000	28
Total geral	24.320.456.015	397

TABELA 35

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “COMBATER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E A DELAPIDAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Construção, reabilitação e apetrechamento de instalações	406.000.000	10
Criação e repovoamento de polígonos florestais	1.885.000.000	13
Diversificar a dieta e renda das famílias.	50.000.000	5
Fortalecer a integração de entidade executoras da política ambiental	876.008.000	10
Identificação e delimitação das áreas ambientalmente críticas	25.000.000	1
Implementar Sistemas de Gestão Ambiental Urbana	20.008.732.600	14
Promover a constituição de novas áreas de Conservação e Protecção Ambientais	50.000.000	5
Promover a sensibilização, educação e formação das populações nos diferentes domínios do ambiente	236.800.000	4
Revitalização das reservas ambientais	800.000.000	3
Total geral	24.337.540.600	65

3.2.3.5 Eixo 5

Fortalecer o Capital Humano e Institucional

TABELA 36

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE SAÚDE”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Elaborar a Estratégia de desenvolvimento do Sector integrando os Planos de Desenvolvimento Institucionais	30.000.000	1
Estabelecer Redes Nacionais e Internacionais de instituições de Ensino Superior	23.000.000	16
Promover a Melhoria no desempenho dos gestores, docentes e do pessoal técnico;	25.105.100	8
Ações específicas de apoio ao desenvolvimento do Ensino Especial	234.803.500	5
Alargar o programa de merenda escolar em toda extensão da Província particularmente para o Ensino Primário e Secundário 1º Ciclo	2.684.000.000	4
Assegurar boas condições de alojamento aos docentes colocados em zonas recônditas.	493.947.797	10
Capacitar formadores para as Unidades Formativas da Província;	51.051.000	4
Construção de Centros de Ensino Especial	80.000.000	2
Construir e Apetrechar Centros de Artes e Ofícios nos Municípios.	450.000.000	6
Construir estruturas sociais de apoio aos estudantes e funcionários do Ensino Superior	25.000.000	3
Construir infra-estruturas para cionamento dos domínios das ciências da educação, das ciências, engenharias e tecnologias, ciências sociais, humanas, artes e letras e ciências médicas, ciências de saúde e tecnologias de saúde;	3.780.758.400	11
Construir lares para estudantes e residências para os docentes das instituições de ensino superior públicas	2.298.000.000	3
Desenvolver a educação física e desporto escolar.	272.709.400	4
Dotar as escolas de meios de ensino indispensáveis para um ensino de qualidade.	311.762.585	2
Expandir infra-estruturas escolares do I Ciclo	6.857.400.000	83
Expandir infra-estruturas escolares do I e II Ciclo	521.891.807	1
Expandir infra-estruturas escolares do II Ciclo	3.480.000.000	29
Expandir infra-estruturas escolares do Instituto Médio	354.000.000	2
Expandir infra-estruturas escolares Primária e I Ciclo	75.000.000	1
Expandir infra-estruturas escolares Primárias	13.719.968.756	314
Implementar programas de formação e capacitação de gestores, inspectores, supervisores e pessoal de apoio administrativo das escolas.	200.000.000	20
Promover a Formação Profissional em toda a Província	40.000.000	2
Promover acções para formação pedagógica inicial, contínua e à distância para todos os professores.	2.048.203.972	52
Promover e estimular a investigação científica nas Instituições de ensino superior;	17.657.650	6
Total geral	38.074.259.967	589

TABELA 37

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA MEDIDA “CAPACITAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO PLURIANUAL	NÚMERO DE PROJECTOS
Construir Administrações Municipais e Comunais	2.050.000.000	11
Construir Direcções Provinciais	1.530.000.000	7
Dotar a representação Provincial do Instituto Nacional da Habitação de instalações	157.600.000	2
Garantir instalações condignas para a Função Pública	673.500.000	14
Identificar, planear e desenvolver sistemas e programas integrados e estruturados de formação	3.610.236.721	126
Implementar tecnologias de informação e comunicação na Administração Pública	29.200.000	13
Promover o desenvolvimento da Governação Electrónica	323.158.344	12
Promover o desenvolvimento das Associações Empresariais e Industriais da Província	1.250.000.000	8
Reabilitar o Palácio do Governo Provincial e Administrações Municipais e Comunais	850.000.000	3
Total geral	10.473.695.065	196





04

CABINDA

CABINDA

4.1 A Província de Cabinda em 2015

4.1.1 Geografia

Cabinda é a província mais a Norte de Angola, situando-se entre os paralelos 4° 25' e 5° 45' no hemisfério Sul e entre os meridianos 12° e 13° de longitude Este.

A primeira e mais óbvia característica de Cabinda é a separação geográfica do território da Província face ao restante território nacional. Com efeito, a descontinuidade territorial de Cabinda é um facto incontornável, sobretudo pelas consequências sociais, económicas e até culturais que impõe, não só à escala local, como também à escala nacional e regional.

Independentemente das causas histórico-políticas que assistiram à criação desta descontinuidade territorial, a província manifesta os efeitos de insularidade característicos dos territórios de pequena dimensão que, por barreiras físicas, naturais e /ou politico-administrativas, são votados à condição de territórios social e economicamente periféricos, com tendência para a formação de sistemas



Cabinda

fechados, incapazes de auto-subsistir e cujos efeitos, à escala nacional, são traduzidos no aprofundamento das disparidades regionais. Solucionar os constrangimentos de âmbito nacional que advêm dos diferentes estádios regionais de desenvolvimento não é uma questão exclusiva de Angola, nem tão pouco de África.

Contudo, a condição da insularidade imposta a Cabinda, reveste-se de um carácter especial: a província é uma “ilha” continental, afastada territorialmente do centro de decisão, delimitada por fronteiras político-administrativas, com dupla subordinação (provincial e regional), mas que, contudo, desempenha um papel relevante, quer nas relações internacionais, quer na afirmação da soberania nacional.

Na sua dimensão internacional, Cabinda revela-se como um espaço de interações extra-regionais, manifestadas pelos fluxos e trocas comerciais que este território sempre proporcionou. Efectivamente, já na época colonial foi-lhe atribuído o estatuto especial de Zona Franca, ao abrigo de um regime aduaneiro especial e da protecção fiscal, que a tornou numa plataforma de trocas comerciais, geradora de forte especialização funcional e contribuindo para a geração de mais valias fiscais para o país. É assim evidente que a descontinuidade geográfica, tradicionalmente associada a efeitos sociais e económicos negativos, assume aqui um outro significado: pode ser entendida como factor propiciador de interações internacionais de natureza económica.

Conscientes deste papel, as autoridades locais e nacionais encetaram esforços no sentido da recuperação do Estatuto de Zona Franca, como atesta a aprovação do regime aduaneiro especial de Cabinda.

Em termos nacionais, a descontinuidade territorial de Cabinda representa uma preocupação acrescida no capítulo da soberania nacional, sobretudo se se atender ao acréscimo do grau de complexidade que características físicas e morfológicas da província introduzem no controlo de movimentos fronteiriços.

Sendo esta uma questão que se coloca em todos os espaços contíguos, separados apenas pelo traçado político-administrativo, assume um peso específico em Cabinda pela descontinuidade territorial do espaço nacional e a pequena dimensão do território assim como pelos efeitos das migrações e fenómenos de êxodo rural que condenaram ao abandono espaços outrora povoados.

O desafio coloca-se, assim, a nível da valorização das relações internacionais e cooperação transfronteiriça, sem que tal signifique a diminuição da identidade nacional.

NA PROVÍNCIA, A HUMIDADE RELATIVA APRESENTA VALORES MÉDIOS ANUAIS MUITO ELEVADOS.

4.1.2 Clima

Cabinda encontra-se nos limites da zona climática equatorial, sendo considerados dois tipos de clima:

- **Clima de savana que abrange a área litoral baixa;**
- **Clima tropical húmido que abrange a área montanhosa e semimontanhosa a Nordeste da província.**

Duas estações distinguem-se ao longo do ano: uma chuvosa, com a duração de aproximadamente seis meses no litoral (Novembro a Abril) e cerca de sete meses no interior (meados de Outubro a meados de Maio), e uma estação seca durante os restantes meses do ano, podendo-se considerar Maio e Outubro como meses de transição.

No que se refere à temperatura, os valores médios anuais são sempre superiores a 24°. A amplitude da variação média anual da temperatura é inferior a 100.

O mês de Março (no litoral) ou o de Abril (no interior) registam as temperaturas médias mais elevadas, rondando os 27°. É na estação seca, durante os meses de Julho e Agosto, que se registam as temperaturas mais baixas, rondando os 21°.

Os valores da quantidade de pluviosidade vão aumentando do litoral para o interior da província, acompanhando o aumento de altitude. Deste modo, na cidade de Cabinda (litoral), onde a altitude ronda os 20 metros, a pluviosidade média anual é de 844 mm, enquanto que no interior, no município do Buco Zau, com altitudes de 350 metros, os valores são superiores a 1.350 mm e no Belize chegam a ser ultrapassados os 1.800 mm.

Durante a estação seca (cacimbo), a pluviosidade é praticamente nula, aumentando o número de dias com névoa e diminuindo a quantidade de insolação directa. Nos meses de Junho, Julho e Agosto os valores de pluviosidade são inferiores a 1mm, enquanto no mês de Maio (momento de transição de estação), durante 10 a 12 dias registam-se valores diários superiores a 10mm, aumentando para um período de 15 dias nos municípios de Buco Zau e do Belize.

Na província, a humidade relativa apresenta valores médios anuais muito elevados. Na cidade de Cabinda registam-se valores médios anuais de 86% e, em Buco Zau, 88%. Uma vez que a variação dos valores mensais é bastante reduzida, não se podem considerar meses com valores elevados e meses com valores baixos.

4.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio, residiam na província de Cabinda, 688.285 pessoas, sendo 337.068 do sexo masculino e 351.217 do sexo feminino.

TABELA 38

POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO E ÁREA DE RESIDÊNCIA EM CABINDA, SEGUNDO O SEXO, 2014

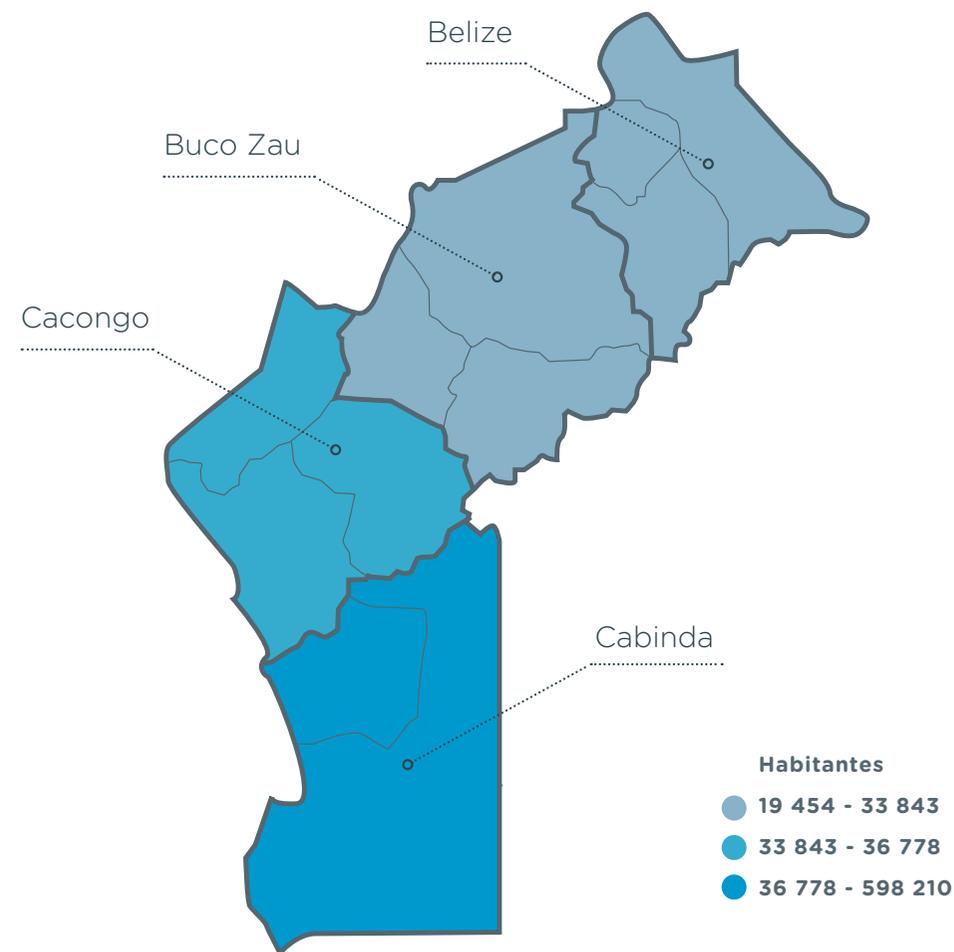
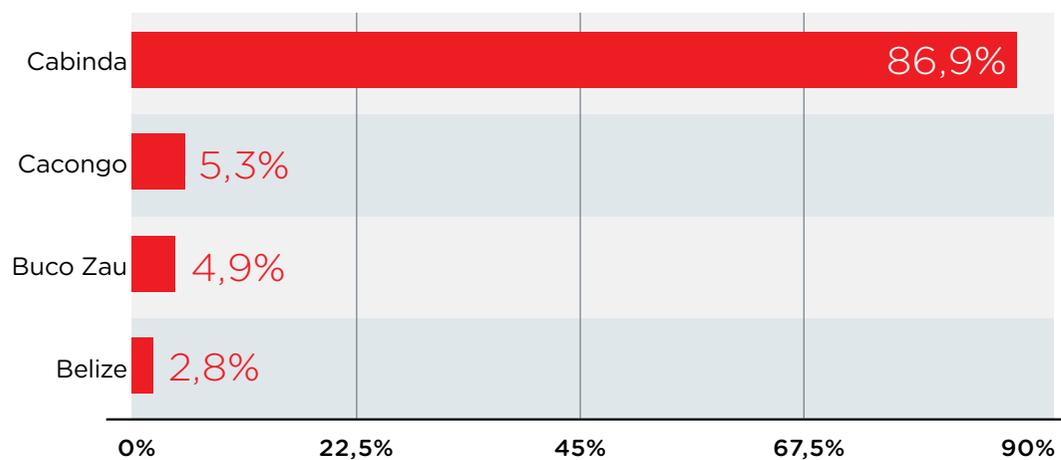
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	nº	%	nº	%	nº	%
Cabinda	688 285	100	337 068	100	351 217	100
Urbana	547 033	79,5	267 613	79,4	279 420	79,6
Rural	141 252	20,5	69 455	20,6	71 797	20,4
Municípios						
Cabinda	598 210	86,9	292 726	86,8	305 484	87,0
Cacongo	36 778	5,3	17 774	5,3	19 004	5,4
Buco Zau	33 843	4,9	16 771	5,0	17 072	4,9
Belize	19 454	2,8	9 797	2,9	9 657	2,7

Fonte: INE, RCPH 2014, Resultados Preliminares

O município de Cabinda é o mais populoso, concentrando 87% do total da população residente na província. Os restantes municípios concentram no conjunto menos de um quinto da população, perfazendo 13% do total da população residente.

O município de Belize concentra o menor número de residentes com cerca de 3% da população da província.

Distribuição da População Residente em Cabinda por Município 2014 Gráfico 23

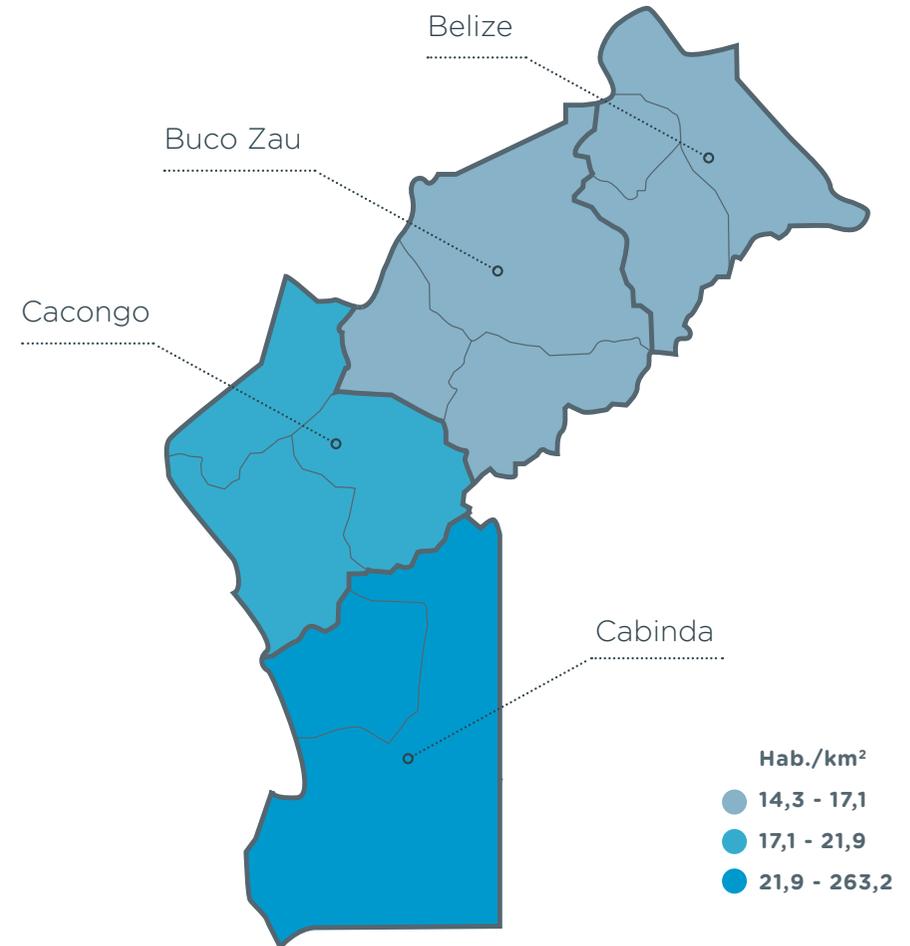
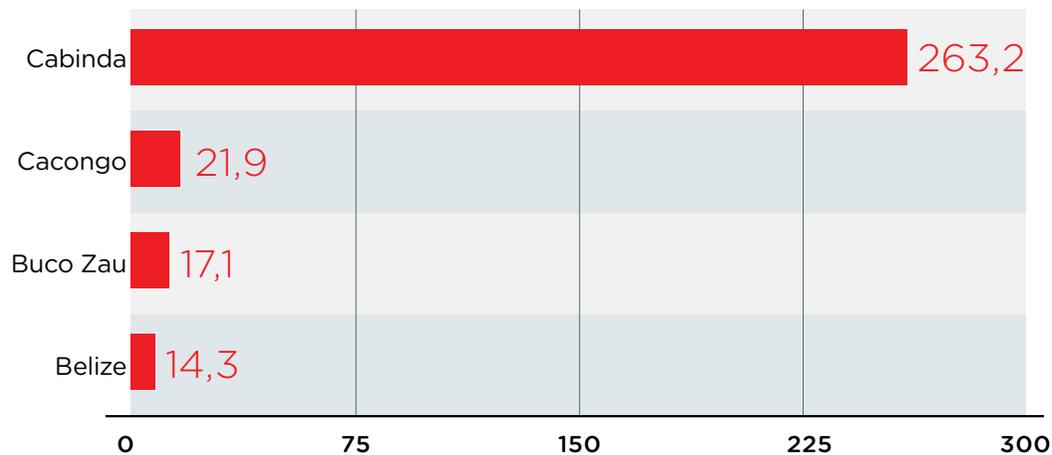


Distribuição da População Residente, por Município, em Cabinda, 2014
Mapa 4

○ Para cada quilómetro quadrado da província de Cabinda residem cerca de 94 pessoas. O gráfico seguinte, mostra que o município de Cabinda além de ter o maior número de habitantes, é igualmente o município com maior densidade populacional.

No extremo oposto encontra-se o município do Belize com 14 habitantes por quilómetro quadrado, seguido do município do Buco Zau com 17 habitantes por quilómetro quadrado e Cacongo com 21 habitantes por quilómetro quadrado.

Densidade Demográfica, por Município, em Cabinda, 2014
 Gráfico 24



Densidade Demográfica, por Município, em Cabinda, 2014
 Mapa 5

4.1.4 Principais Sectores de Actividade Económica

4.1.4.1 Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas

A Província de Cabinda dispõe de áreas com aptidão agrícola distribuídas pelos seus quatro Municípios, sendo elevado o grau de aptidão agrícola da totalidade das áreas.

No Município de Cabinda, o Vale do Yabi apresenta um potencial agrícola imenso, principalmente para o cultivo de hortaliças. No Tando Zinze, são desenvolvidas culturas de feijão, café, ginguba, mandioca, milho e banana. O Cacongo é o maior produtor de banana da Província.

No Buco-Zau, a produção agrícola está concentrada no interior da floresta, o que leva a constantes derrubadas de árvores, em busca de sol para as produções. Café, mandioca e banana são os principais produtos. No Belize, cerca de metade da população está envolvida directamente com a produção agrícola, especialmente mandioca, batata rena, banana, ginguba e feijão.

Contudo, a produção agrícola é realizada de forma rudimentar, com baixa produtividade, fruto das baixas tecnologias utilizadas, equipamento e dimensionamento das explorações agrícolas. A agravar a situação, não há ainda um sistema funcional para o escoamento da produção, conduzindo a grandes perdas pós-colheita, resultado que mais desânimo cria, com a inexistência de preços compensadores à produção (preços de garantia, seguros de colheita, etc., etc.).

Como consequência, a Província pouco beneficia da produção agrícola, apesar das condições climáticas e de solo favoráveis. A produção de café na Província, está confiada ao sector familiar que apresenta 451 empresas agrícolas das quais 280 produtores enquadrados em 15 associações. Essas empresas familiares trabalham uma área controlada de 514 hectares (em média, menos de 2 ha por família), sem que da sua actividade, resultem proveitos e rendimentos significativos.

No domínio da produção de cacau, existem 16 empresas agrícolas familiares que trabalham uma área de 11 hectares (apesar de terem passado de 5 ha em 2010 para 11 ha em 2011, ainda assim a dimensão das explorações é claramente diminuta) e 1 exploração agrícola empresarial com 13 hectares em desenvolvimento.

A situação não se altera na área do palmar, como se verifica pela leitura do quadro seguinte: em média, as explorações familiares têm menos de 0,5 ha.

TABELA 39
N.º DE EMPRESAS NA CULTURA DO CAFÉ, CACAU E PALMAR EM CABINDA,
SEGUNDO O SEXO, 2014

		CABINDA		CACONGO		BUCO ZAU		BELIZE		TOTAL	
		Empr Agric Familiar	Empr Agric Empresarial								
Café	nº	201	-	19	-	128	-	103	-	451	-
	Área	200	-	36	-	223	-	55	-	514	-
Cacau	nº	3	-	-	-	-	1	13	-	16	1
	Área	4	-	-	-	-	13	7	2-23	11	13
Palmar	nº	379	2	253	3	126	2	84	-	842	7
	Área	164 137	137	135	3.699	67	208	45	-	45	4.014

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Medidas simples e de fácil implantação poderão reverter este quadro, tornando o sector agrícola um importante sector de desenvolvimento económico, de fixação da população, de geração de emprego e de melhoria do poder de compra.

Para incentivar a produção e melhorar a renda da população é indispensável que se instalem pequenas unidades fabris de transformação e conservação da produção local. É importante, também que se façam acordos com as empresas instaladas no Malongo para apoiarem a produção local, com a garantia de compra (quantidades e preços) do que for produzido. Todos estes aspectos devem integrar uma reflexão sobre como tirar mais partido em termos de impacto social local da produção de petróleo.

No quadro seguinte, temos as áreas de cultivo das culturas mais significativas no sector tradicional, sendo patente a reduzida dimensão das mesmas; não estando em causa a dimensão em si mesma, mas sim a área efectivamente trabalhada, dimensões reduzidas são desde logo um travão e um garrote nas possibilidades das famílias mais dinâmicas, caminharem no sentido do crescimento.



TABELA 40
 ÁREAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO SECTOR TRADICIONAL
 POR MUNICÍPIO EM CABINDA

CULTURA	ÁREAS POR MUNICÍPIO				TOTAL DE HÁ
	CABINDA	CACONGO	BUCO-ZAU	BELIZE	
Mandioca	-	-	-	-	-
Amendoim	936,2	123,5	140,7	131,1	1.332,0
Banana	-	-	-	-	-
Milho	1.298,2	50,5	187,6	38,7	1.575
Macunde	112,8	37,7	52,3	20,2	223,0
Batata Doce	2.355	1.914	-	271	4.540
Batata Inhame	4.794	3.373	3.597,6	1.978,8	13.742,4
Batata Taro	2.996,4	3.612	3.518,4	1.356	11.482,8
Macoba	16,5	-	-	-	16,5
Abacaxis	56.616	2.115	-	-	58.731
Tomate	189	523	15	143	741
Repolho	57	405	195	7,2	489
Pimento	97,3	153,3	-	7,0	257,6
Beringela	78,4	255,2	-	-	333,6
Couve	46,2	-	12,3	9,9	68,6
Cebola	4,4	-	2,0	10	56
Alface	4,6	-	-	-	4,6
Feijao Vulgar	12,6	-	4,5	105,2	122,4
Gindungo	2,0	-	-	-	2,0

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Quanto à exploração florestal, sector onde Cabinda já apresentou actividades marcantes, registou-se um volume de licenciamento e produção em declínio, nos últimos anos. Esta tendência é consequência da crise financeira vivida pela maior parte das empresas florestais e pela implementação de medidas técnicas, visando a adequação dos volumes a licenciar com as reais capacidades de intervenção.

Urge que se redefina a política a seguir neste sector; pela sua especificidade de espécies, na região de Cabinda e como em qualquer outra região dotada de espécies tão nobres, é crucial que as regras de actuação joguem num único sentido, valorizando os recursos existentes e o seu aproveitamento industrial.

Sendo expectável que a Floresta do Maiombe vá ganhando uma importância crescente, fruto não só das espécies raras nela existentes, como também pela via da redução drástica das zonas pulmão do Globo, o Governo da Província de Cabinda irá potenciar tanto quanto possível esta riqueza da região.

A pesca, por seu turno, envolve cerca de 3 mil pessoas na Província, principalmente na modalidade artesanal. Menos de 100 pessoas estão envolvidas na pesca semi- industrial e industrial.

Existem pouco mais de 1.000 embarcações na Província actuando na pesca marinha, das quais mais de 80% são pirogas, embarcações artesanais de pequeno porte, com menos de 14 metros e na generalidade, não motorizadas. A frota industrial e semi-industrial encontra-se em grande parte inoperante, tendo estas modalidades sido realizadas através das embarcações fretadas. Diversas iniciativas de apoio à actividade de captura de pescado promovidas pelo Governo no passado não surtiram efeito, urgindo um debate sério sobre as causas do insucesso, evitando repetirmos erros com custos elevados de vária ordem.

Foram capturadas 4.944 toneladas de pescado diverso durante o ano de 2011. A frota artesanal desembarcou 1.922 toneladas, quantidade bem menor que em 2010, quando foram capturadas 3.376,2 toneladas. A frota semi-industrial local, através das embarcações fretadas por três empresas do sector, capturou 359 toneladas, enquanto a pesca continental capturou 40,3 toneladas. Foram ainda importadas 2.673,3 toneladas através do comércio fronteiriço.

A pesca continental é praticada de forma artesanal, por cerca de 750 famílias das aldeias situadas ao longo dos rios e junto das lagoas, principalmente no Município de Cacongo.

A exploração off-shore do petróleo tem sensível impacto negativo na produção pesqueira. Por questões de segurança, a pesca é proibida em uma área com raio de 1.000 metros de cada plataforma, o que obriga os pescadores a se afastarem dos seus pesqueiros, com índice menor de captura e um correspondente aumento de custo de produção.

Além disso, a exploração petrolífera também restringiu ou dificultou a investigação científica sobre a dinâmica oceânica e populacional das espécies, o que dificulta a determinação de zonas e quotas de capturas para cada tipo de pescado.

Finalmente, os derrames de óleo provocam danos ambientais, com destruição de organismos aquáticos e claros prejuízos à actividade pesqueira, principalmente a artesanal, além de promover restrições de cunho socioeconómico, pela limitação da actividade da pesca e comercialização de pescado, que porventura poderia estar contaminado com hidrocarbonetos.

O Laboratório de Análise de Qualidade da Água e Recursos Marinhos, antiga reivindicação dos pescadores, que poderia monitorar os derrames e pesquisar amostras, tem as suas obras concluídas há muito, permanecendo sem apetrechamento e inoperante.

A actividade pesqueira tem grande potencial para se desenvolver em todos os segmentos, seja de exploração comercial, de subsistência ou através da aquicultura. A Província tem uma situação hídrica privilegiada, recursos pesqueiros abundantes e condição ambiental satisfatória. Mas a sua estrutura carece de apoio em todos os aspectos: financeiro, de capacitação e instrumental.

É fundamental para o desenvolvimento do sector, dentre outros, a implementação de programas de capacitação de pescadores em práticas sustentáveis, além de apoio a projectos de pesquisa e investigação, a facilitação de aquisição, pelos pescadores, de artefactos apropriados de pesca e a implantação, revitalização ou incremento de instalações de apoio à actividade, como complexos de frio, centros de pesca, fábricas de gelo. É fundamental ainda, para que o desenvolvimento pretendido ocorra, a construção de terminais pesqueiros e o apoio à modernização da frota. Assim, poderia ser negociado desde o apoio à implantação de projectos comunitários de aquicultura, como compensação aos danos causados por derrames, até a possibilidade de pesca próximo às plataformas, para embarcações/pescadores cadastrados.

4.1.4.2 Indústria, Comércio e Turismo

O parque industrial da Província é muito pequeno. Das indústrias de maior porte, se destacam as unidades de produção de cerveja, engarrafadora de água, cerâmica e algumas indústrias de apoio à produção de petróleo que se instalaram fora do Malongo. Recentemente foram construídas algumas unidades fabris: sabonete, chapas e moageira, que ainda não estão a operar, bem como uma fábrica de óleo de palma, em construção. Este parque é pequeno para o potencial da Província e tem pouco impacto na economia local.

Embora com limitações por via do débil sistema estatístico praticado, atentemos nos dados relativos à produção industrial entre 2008 e 2011:

TABELA 41
ÁREAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO SECTOR TRADICIONAL
POR MUNICÍPIO EM CABINDA

Sub-Ramos	2008	2009	2010	2011
Alimentação				
Pão (Tons)	2.029.129	16.862	559	1.710
Bolos (Unidades)	23.555	19.987	9187	38.178
Água de Mesa (lt)	0	0	0	4.704.907
Refrigerantes (kl)	0	0	418.195,95	0
Cerveja (kl)	0	0	69.268	620.956
Têxtil (Confecções)	0	0	0	0
Madeireiro				
Madeira Serrada m3	529,7	0	182	0
Mobiliário de Mad.d.Peças	167	0	149	275
Portas	294	337	205	238
Janelas	0	0	169	834
Urnas Unidades	139	130	162	133
Carteiras Escolares (Uni.)	480	100	0	968
Estofos Unidades	-	131	0	234
Esquadria m2	284	0	204	372
Outros produtos madeira (uni.)	30.754	6.583	0	2.936
Metalomecânica				
Carteiras Escolar	0	100	724	0
Grades de Ferro m2	0	0	0	0
Mobiliário Metálico/Peças	0	0	4.243	0
Materiais de construção				
Chapas de Zinco Unidade	6.026	0	0	0
Blocos de Cimento	269.685	181.946	138.737	133.787
Químico				
Tintas/litros	6.215	247.800	6.350	2.500
Metais Comuns (Agradeamento)	0	0	297	550
Oxigénio	0	0	0	2.065
Acetileno				506
Nitrogénio				54

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS DE MÉDIO PORTE, PRINCIPALMENTE DE BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA E DE INSUMOS A OUTRAS ACTIVIDADES

Trata-se regra geral de uma indústria de pequeno porte, voltada para o consumo local, que opera hoje de forma artesanal, com técnicas rudimentares e ultrapassadas, sem equipamento adequado; são, principalmente, pequenas fábricas de móveis, serralharias, carpintarias e de outros insumos à construção civil.

No contexto que caracteriza a localização da Província, a dimensão e a dinâmica da sua população e as perspectivas do seu desenvolvimento, o incremento que pode ser dado à actividade industrial, tem três vectores:

- A instalação de indústrias de apoio à exploração do petróleo, principalmente decorrentes da implantação do Pólo Industrial de Fútila;
- A instalação de indústrias de médio porte, principalmente de beneficiamento da produção primária e de insumos a outras actividades;
- A modernização da produção das indústrias locais de pequeno porte, através da capacitação de pessoal e de criação de facilidades para seu desenvolvimento, incluindo a transformação industrial de produções agrícolas para as quais a região tem vantagens competitivas.

Tais focos permitirão uma significativa contribuição para o desenvolvimento económico e social da Província, permitindo a geração de numerosos postos de trabalho, devidamente capacitados, com todas as vantagens daí decorrentes.

A principal actividade económica da Província é a extracção de petróleo, concentrada no Malongo que, como já foi citado, poucos benefícios directos gera para a Província, com excepção de emprego para determinados níveis profissionais, embora de forma contida.

A criação e a instalação do Pólo Industrial de Fútila (PIF), possibilitando o surgimento de actividades industriais de média dimensão, pode ser a chave para integrar as actividades do Malongo na economia real da Província; torna-se crucial que os entraves que têm surgido na implementação da decisão da sua criação, sejam efectivamente removidos e que o PIF se transforme numa alavanca do desenvolvimento industrial da região.

As indústrias a instalar no Pólo de Fútila terão certamente um papel decisivo no aproveitamento e na potenciação da mão-de-obra existente e na melhoria da sua condição socioprofissional. Poder-se-á utilizar com facilidade o apoio da população local, seja de mão-de-obra, seja com subcontratações de tarefas específicas. Deste modo, há possibilidade de gerar emprego e renda, dando novo arranque à economia da Província.

Esta iniciativa poderá vir a ser a base do desenvolvimento industrial de Cabinda, sujeitando os interesses instalados no Malongo, aos interesses da região.

O Governo da Província e todas as restantes forças vivas da região, terão de dar as mãos e conduzir habilmente o processo de desenvolvimento do Parque Industrial de Fútila, apoiando a instalação de indústrias que tragam mais-valias comparativas para os decisores do Malongo, fechando pelas vias apropriadas, as alternativas actuais de aprovisionamento que têm funcionado em detrimento dos interesses da economia nacional. Para tal, há que fazer estudos prévios sobre o tipo de indústrias a captar e incentivar.

No domínio da actividade hoteleira e do turismo, a Província conta com 4 hotéis, 3 complexos turísticos, 1 centro turístico, 15 pensões, 8 hospedarias, 1 aldeamento turístico e 1 complexo turístico. A capacidade geral instalada é de 622 quartos, correspondentes a 908 camas, 13 restaurantes, 3 cervejarias, 5 snack bares, 2 pizzarias, 3 discotecas e 1 bar-dancing.

A indústria hoteleira, apesar da relevância relativa dos investimentos nela realizados, ainda está abaixo do desejável, especialmente no que respeita à qualidade e diversidade dos serviços que coloca no mercado;

Face às potencialidades existentes, há que prever iniciativas estratégicas, nomeadamente ligadas ao ecoturismo, sector onde Cabinda desfruta de condições excepcionais e incomparáveis, quer no contexto nacional e mesmo internacional.

No sector do comércio, o Município de Cabinda conta com 87 estabelecimentos de comércio por grosso, 117 de comércio a retalho, 192 de comércio geral, 10 de comércio precário, 131 de pequena prestação de serviços.

O Cacongo tem apenas 3 estabelecimentos de comércio geral, 3 de comércio precário e 2 de pequena prestação de serviços.

Da estatística existente na Secretaria Provincial do Comércio consta apenas 1 estabelecimento de comércio geral no Bucu-Zau e 1 de comércio precário.

Embora a população da Província esteja concentrada maioritariamente no Município sede, é facto que esta distribuição das unidades comerciais não atende às necessidades da região, com a agravante do Comércio, constituir uma alavanca em qualquer processo de desenvolvimento.

Este princípio maior realce ganha em Cabinda, mercê da sua localização privilegiada, como já aconteceu no passado, urgindo a análise das condições objectivas que façam retornar a região a um papel de liderança regional neste sector.

4.1.4.3 Transportes

A actividade portuária assume particular relevância na província. No ano 2012, escalaram o largo da costa marítima de Cabinda (Porto de Cabinda e Malongo) um total de 333 navios das categorias de cabotagem, longo curso e petroleiros, exceptuando as embarcações de passageiros, com uma taxa de ocupação média de 1 navio/2,2 dias; vejamos no quadro seguinte, este movimento por tipo de embarcações, ocorrido entre 2010 e 2012, sendo notória uma descida relativa no movimento total de navios (dados não incluem as embarcações que transportam passageiros), com 2012 a registar uma redução de 14,9% face a 2010. No domínio da carga geral e dos TEUs, refira-se um movimento oposto, com a carga geral a diminuir 21,6% em 2012 face a 2010 e nos TEUs, a ocorrer em 2012 um aumento de 32,2% face a 2010:

TABELA 42
MOVIMENTO DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

	2010	2011	2012
Cabotagem	162	116	97
Longo Curso	77	76	66
Petroleiros	152	175	170
Carga	436270	490704	341949
TEUs	17663	23005	23349
TOTAL NAVIOS	391	367	333

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

No que respeita à actividade aeroportuária, realce-se a entrada em operação, em 2012, da Fly540, com 3 voos diários e aeronaves de porte médio, constituindo um contributo significativo no tráfego aéreo de e para Cabinda, fazendo desta praça a segunda nacional depois de Luanda.

Registe-se que com o acréscimo do tráfego aéreo, a placa actual encontra-se sobrecarregada, a necessitar de ampliação. Assinale-se por outro lado que a CABGOC, efectua ligações diárias entre Cabinda e Luanda, transportando os trabalhadores da companhia Chevron e das empresas empreiteiras, o que constitui uma componente significativa no tráfego aéreo de Cabinda.

Os helicópteros, também efectuam os seus voos na transportação de trabalhadores entre o aeroporto de Cabinda e o campo do Malongo e para as plataformas marítimas.

4.2 A Província de Cabinda e o Futuro

4.2.1 Opções Estratégicas

O Plano Provincial de Desenvolvimento de Cabinda desenvolve as suas opções estratégicas a partir dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Assim o Plano Provincial de Desenvolvimento assenta em 4 grandes opções estratégicas:

- **Desenvolvimento das Instituições Públicas**, no sentido da melhoria dos índices de produtividade e de eficácia das instituições públicas que actuam na região como instrumentos do Estado na materialização das macros políticas com incidência em Cabinda, tendo consciência que sem instituições capacitadas, sem quadros formados e dedicados à causa pública, o desenvolvimento de Cabinda não acontecerá.
- **Desenvolvimento das Infraestruturas e do Urbanismo**, reunindo as iniciativas direccionadas à melhoria e disponibilização de condições de base para que as populações, as instituições, os empresários e todas as demais forças vivas empenhadas em modernizar e fazer desenvolver Cabinda, consigam fazê-lo de forma eficiente e em condições que permitam explorar racionalmente as potencialidades da Província. Na verdade, sem redes viárias estruturantes operacionais, sem uma rede de macrodrenagem eficiente, sem sistemas de abastecimento de energia e de água e sem ordenamento e ocupação inteligente do território, o desenvolvimento da região não poderá acontecer.

- **Desenvolvimento da Produção e da Economia**, promovendo e apoiando a instalação em Cabinda de actividades produtivas que gerem emprego activo, que aproveitem as potencialidades da região, que extraiam benefício das condições excepcionais de localização da região e fundamentalmente, que tirem mais-valias do principal recurso (petróleo) que até agora, continua a ser uma espécie de miragem para os cabindas.

- **Desenvolvimento Social**, que abrange as acções dirigidas à melhoria das condições de vida e da reinserção de todos os excluídos da sociedade.

4.2.2 Medidas e Metas

Em torno destas opções estratégicas, Plano Provincial de Desenvolvimento define medidas e metas a serem atingidas no horizonte de 2017:

4.2.2.1 Desenvolvimento das Instituições Públicas

MEDIDA 1 - REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tendo em conta a medida de política preconizada pelo PND de “Modernizar a Administração e governação local através do fortalecimento e da capacidade institucional, técnica e humana”. Por esta razão se prevê nos Projectos inseridos, a formação de quadros superiores e médios do GPC, a formação de pessoal para implementação de futuras autarquias, o reforço de uso de novas tecnologias, a implementação de sistemas de controlo de recursos, sejam eles financeiros ou físicos e a manutenção de edifícios públicos da Província. Esta medida corresponde à medida de política enunciada no PND, como: “Assegurar uma formação profissional de excelência na Administração Pública, através

de intervenções articuladas e programadas de natureza diversa (dirigentes e gestores, formação de vocação sectorial ou transversal)”.

Metas:

- Realizar até 2017 um total de 240.000 horas de formação determinadas pelo produto das horas médias da acção (40 h), pelo número de formandos no quinquénio (400), multiplicado pela duração média de cada curso (40 horas), visando o reforço de competências dos quadros e melhoria nos processos de trabalho das instituições;
- Recuperar 80% dos edifícios degradados afectos ao Estado;
- Aumentar a produtividade do trabalho institucional em 30%;
- Assegurar que 60% do pessoal administrativo do GPC trabalhe devidamente em rede informática, definindo-se “devidamente” como ter ligação à Internet, os antivírus actualizados, uso de versões actualizadas de programas, cessação de uso do equipamento para uso pessoal e realizando back ups regulares do trabalho para o servidor. Um maior acesso dos serviços do Governo da Província à Internet, vai contribuir para as metas de melhoria da taxa nacional de acesso à Internet, que o PND quer ver passar 0,7% da população em 2012 para 2,5% em 2017.

MEDIDA 2 – O SISTEMA DE INFORMAÇÃO, desde a estatística ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Para concretizar esta medida, prevê-se a modernização tecnológica dos serviços do GPC, desde a sede à comuna, bem como a instalação de um servidor e rede com acesso à Internet na sede do GPC, a par de outros projectos afins. O PND refere: “Implementação da Reforma Administrativa a nível local e modernização dos serviços da administração local com o uso de tecnologias de informação e comunicação”.

Metas:

- Atingir a meta de 60% do pessoal do GPC a trabalhar em rede informática, partilha de impressoras e arquivo digital com back ups regulares;
- Dispor de um sistema de informação estatística que recolhe de forma

fiável pelo menos de 80 indicadores chave de todas as áreas relevantes da Província para informar o Governo Provincial e outros agentes na sua acção, uniformizando a linguagem técnica e possibilitando que os mecanismos de controlo sejam exercidos e gerem resultados efectivos.

4.2.2.2 Desenvolvimento das Infra-estruturas e Urbanismo

MEDIDA 3 - REFORÇO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À PROVÍNCIA. Como salienta o PND: “A água é um recurso transversal que constitui um factor essencial para o desenvolvimento da economia, em aspectos tão distintos como sejam a fixação da população (em função da sua disponibilidade, em quantidade e qualidade, ao longo do território).” O Objectivo nacional do PND é abastecimento a 55% da população em 2017 e para atingir tal resultado, há que implementar os investimentos previstos no Plano Provincial de Desenvolvimento de Cabinda (PPDC) neste domínio; face à especificidade de Cabinda e aos compromissos públicos já assumidos pela nova governação, as metas de Cabinda são superiores às nacionais.

Metas:

- Ampliação do universo e do reforço da eficiência dos sistemas de abastecimento de água, tendo como finalidade alcançar uma taxa de cobertura de 90% nas zonas urbanas e 80% nas zonas periurbanas dos 4 Municípios (objectivo nacional do PND é 55% em 2017), pelo que Cabinda vai estar adiantada em relação ao país nesta importante área, que tanto satisfaz a população, elemento crucial na melhoria de indicadores básicos de saúde e factor condicionante no desenvolvimento da economia.

MEDIDA 4 - REFORÇO DA PRODUÇÃO E DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA À PROVÍNCIA,

o que aumenta o indicador de taxa de acesso a electricidade, uma das métricas usadas no PND para monitorizar a qualidade de vida, que tem o objectivo de cobertura de 55% da população a nível nacional em 2017.

Metas:

- Gerar e distribuir energia necessária para atingir uma cobertura próxima de 90% na distribuição de energia à população urbana e 80% no periurbano das Sedes dos 4 Municípios (objectivo nacional do PND neste domínio é 55% em 2017, pelo que Cabinda estará também acima);
- Gerar e distribuir energia necessária para alcançar uma cobertura em torno dos 55% para os demais conglomerados populacionais (outras localidades, como comunas, aldeias e outros aglomerados no interior dos 4 municípios).

MEDIDA 5 - REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE DE CABINDA. Face ao diagnóstico apresentado, face às frequentes intempéries (quedas pluviométricas intensas e frequentes) que assolam Cabinda e no sentido de resolver definitivamente os problemas gravosos, inclusive risco que as populações da cidade capital enfrentam com frequência, a solução é implementar um ambicioso programa de requalificação urbana, desde as vias estruturantes às valas de drenagem, bem como a requalificação de 50% das 12 zonas de risco da cidade capital, o que implicará o realojamento de vários milhares de famílias.

Metas:

- Obras para resolução de 80% dos problemas de drenagem de valas e de zonas de risco, com benefícios vários, inclusivamente no descongestionamento de tráfego da cidade;
- Resolver 50% dos problemas das zonas de risco;
- Recolher 75% de novos resíduos urbanos gerados diariamente na cidade de Cabinda;

- Modernizar e construir 6 Vias Estruturantes da Cidade de Cabinda (Av. Forças Armadas, Av. Dr. Agostinho Neto, Rua do Chiweca, Av. Duque de Chiasi, Marginal e Circular Externa).

MEDIDA 6 - REALOJAMENTO DAS POPULAÇÕES,

mormente deslocadas por obras, com construção de 9.096 fogos destinados ao realojamento da população deslocada pelas construções, bem como a instalação de equipamentos sociais relacionados com as zonas habitacionais criadas. Esta medida é o caminho acertado para erradicar os problemas estruturais de cariz habitacional e de Infraestruturas, que tantos efeitos nefastos têm a jusante nos indicadores que o PND pretende melhorar a nível nacional e também em Cabinda. Por outro lado, urge que os serviços municipais adoptem uma nova atitude no sentido de orientarem as novas construções para zonas apropriadas e actuarem no sentido de impedirem a implantação de novas construções em zonas de risco.

Metas:

- Construção de 8.206 fogos no Município de Cabinda e respectivos equipamentos colectivos;
- Construção de 890 fogos noutros Municípios que não Cabinda.

MEDIDA 7 - EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE SANITÁRIA NA PROVÍNCIA

Metas:

- Recolher 75% dos RSU's existentes, derivados da acumulação em certas zonas desde há anos e dos gerados diariamente nas sedes de Belize, Bucu- Zau e Cacongo;
- Atingir o indicador de 70% de taxa de cobertura de população com acesso a saneamento. Para melhoria da qualidade de vida, o PND consagra a meta nacional de 70% no ano de 2017 de acesso a saneamento básico. De forma a contribuir para esse número, a Província de Cabinda tem de ser dotada de um forte investimento, dada a frágil situação neste domínio;

MEDIDA 8 - REQUALIFICAÇÃO PERTINENTE DA PROVÍNCIA, mormente da Orla Marítima, Zonas Fronteiriças e Sedes Municipais. O desenvolvimento integrado, equilibrado e sustentado, com protecção ambiental que é preconizado no PND terá de traduzir-se na Província de Cabinda pela afectação das necessárias verbas a esta medida.

Metas:

- Realização de 80% do total das requalificações mais importantes nos vários Municípios;
- Até 2017 realizar 3 programas ambientais na Província;
- Realizar e reabilitar até 2017 mais 400 km de vias rodoviárias;
- Assegurar que o território da Província seja integralmente desminado durante o quinquénio 2013-2017.

4.2.2.3 Desenvolvimento da Economia e da Produção

MEDIDA 9 - DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS NA PROVÍNCIA. O PND, além de referir expressamente o pólo industrial de Fútila, estabelece alguns problemas nacionais que as medidas e projectos do Plano de Cabinda procurarão debelar. Escreve-se no PND que há que debelar a “Ausência de redes integradas de comercialização e distribuição de bens alimentares (produtos agrícolas, produtos da pesca); Reduzidas infraestruturas necessárias para a instalação de indústrias, principalmente, de água, saneamento e energia eléctrica, agravada pela ausência de uma política específica de protecção temporária à indústria nacional, sobretudo à nascente.”



Metas:

- Aumentar em 50% a produção local de bens agrícolas de primeira necessidade;
- Promover a autonomia de combustíveis em 80%, por forma a evitar as roturas de combustível por inoperacionalidade do porto, mediante um projecto de refinação adequado à dimensão da Província e em colaboração com a indústria petrolífera local;
- Incrementar a oferta hoteleira para desenvolver a oferta turística, disponibilizando +50% do que o número de camas (8.000);
- Aumentar em 20% o número de estabelecimentos comerciais, passando-o para 5.036 em 2017;
- Aumentar a receita fiscal em 50%, correspondendo a um idêntico aumento da actividade económica da Província no sector formal, travando em simultâneo a descida da receita fiscal ocorrida em 2012 face a 2011;
- Criar/ reabilitar mercados provinciais até 2017;
- Concretizar 95% das infraestruturas necessárias para o Pólo Industrial de Fútila.

MEDIDA 10 - DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS E DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA PROVÍNCIA,

em sintonia com o que refere o PND no seu item 5.4.1.:” Promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica;” e no item “6.7 Política de Promoção do Emprego e de Capacitação e Valorização dos Recursos Humanos Nacionais.”

Metas:

- Criar 20.000 postos de trabalho por conta de outrem, aumentando para 50.000 postos este indicador de emprego na Província, devendo este aumento ser conseguido quer pela via de emprego por conta de outrem, quer pela via do desenvolvimento de pequenos negócios.

MEDIDA 11 - INCREMENTAR A ENTRADA E SAÍDA DE BENS POR VIA MARÍTIMA, pela via da eficiência portuária e em sintonia com as metas preconizadas pelo PND para o sector portuário.

Meta:

- Passar do indicador de atracagem de 1 navio por cada 2,2 dias para 1 navio/ 1,5 dias, em 2017.

MEDIDA 12 - APOIO À PRODUÇÃO E INCREMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA E DA PECUÁRIA.

O PND refere explicitamente como prioridade “Reabilitar e expandir as Infraestruturas de apoio à produção agro-pecuária” e por essa via, conseguir aumentos substanciais de produção de consumo básico.

Metas:

- Diminuir em 15% a importação de carne bovina, substituindo por produção local;
- Reduzir em 25% a importação de aves para consumo e de ovos.

M13 - FOMENTO DA ACTIVIDADE FLORESTAL DE BASE LOCAL.

O PND refere inequivocamente as políticas de Relançamento da Fileira da Madeira e de Produtos não Lenhosos, que têm como medidas: “Promover a realização de Projectos de Corte, Transformação e Transportação de Madeira; Apoiar Projectos de Povoamento e Repovoamento Florestal; Atribuir Concessões Florestais, por Concurso Público”.

Metas:

- Introduzir a recolha de sementes e produzir uma média de 5 mil mudas/ano, através do programa de produção de mudas e melhoria vegetativa – fomento da actividade florestal, orçamentado no plano 2013-2017;
- Atingir 20.000 m³ de produção anual de madeira (acumulando bruta e serrada) em 2017.

MEDIDA 14 - DINAMIZAÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO NO SECTOR DAS PESCAS ARTESANAL E SEMI-INDUSTRIAL NA PROVÍNCIA,

o que corresponde à prioridade enunciada no PND “Promover a competitividade e o desenvolvimento da pesca industrial e artesanal de modo sustentável, contribuindo para a promoção de emprego, com o objectivo de combater a fome e a pobreza e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.”

Metas:

- Aumentar em 40% o aproveitamento das capturas, com investimento em frio em Cabinda;
- Aumentar em 30% o aproveitamento de capturas por transformação (secagem);

- Alcançar uma quota de 15% de pescado provincial proveniente de aquacultura;
- Fazer crescer 30% o número de embarcações e de pescadores na pesca artesanal.

MEDIDA 15 - CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AS ACTIVIDADES PRODUTIVAS DOS SECTORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO,

correspondendo à orientação do PND de “Formação e capacitação de mão-de-obra nacional”.

Meta:

- Formar profissionalmente 3.000 jovens no período compreendido entre 2013 e 2017 e incrementar o n.º de novos empreendedores, fomentando o auto-emprego com distribuição de kits;

MEDIDA 16 - MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS NA PROVÍNCIA,

medida que está em sintonia com o objectivo do PND de “Dotar o País de uma rede de transportes integrada e adequada aos objectivos de desenvolvimento nacional e regional” e a respectiva prioridade enunciada explicitamente como “Consolidar a rede de transportes públicos de passageiros”.

Metas:

- Aumentar até 2017 em 50% o número anual de passageiros transportados;
- Aumentar no quinquénio em mais 30 o número de autocarros mistos (passageiros e carga).

4.2.2.4 Desenvolvimento Social

MEDIDA 17 - REFORÇO DA REINTEGRAÇÃO, ASSISTÊNCIA E EQUIDADE SOCIAL. O PND, no domínio da Assistência e Reinserção Social, prevê “assistência aos grupos mais vulneráveis para a sua reintegração social e produtiva”.

Metas:

- Incrementar para 800 os casos atendidos nos Centros de Acolhimento;
- Assegurar a formação profissional de 300 jovens do sexo feminino;
- Integrar 800 deficientes físicos e ex-combatentes e idosos;
- Apoiar 30.000 crianças com merenda e outras iniciativas beneficiadoras;
- Prevenir o alcoolismo e toxicodependência junto de 20.000 pessoas integrando os grupos alvo.

MEDIDA 18 - MELHORAR OS ÍNDICES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA

Metas:

- Reduzir a Mortalidade Infantil: (Óbitos de Menores de 1 ano/ Nascidos Vivos) dos actuais 120 por mil para 60 por mil (que é o objectivo do PND), com recurso ao intenso programa de alargamento da rede sanitária e hospitalar construção de hospitais, centros e unidades previsto no PDPC, bem como melhorar substancialmente a gestão das unidades de saúde;
- Reduzir a Mortalidade Materna dos actuais 2,4 por mil para 2 por mil, sendo o objectivo nacional do PND de 2,5 por mil, pelo que Cabinda estará melhor que a média nacional, após o programa de construção e apetrechamento de hospitais, centros e unidades previsto no Plano e a melhoria da sua gestão.

- Passar dos actuais 40% para uma taxa de cobertura de vacinação de 90% a nível da Província em Penta 3, T.t., Pólio e sarampo.
- Reduzir os óbitos anuais que têm como causa a malária, dos actuais 154 para menos de 50.
- Reduzir o número de casos de doenças diarreicas agudas dos actuais 3.130 casos anuais actuais para 2.500, no que também contribuirá a melhoria da rede de distribuição de água.
- Reduzir os casos de doenças respiratórias agudas dos 15.000 casos anuais actuais para 10.000.
- Tratar anualmente 200 doentes de foro psiquiátrico em contexto hospitalar, mediante a construção de hospital psiquiátrico.

MEDIDA 19 - REFORÇO E DESENVOLVIMENTO DA REDE DE ENSINO GERAL E PROFISSIONAL, MÉDIO E SUPERIOR NA PROVÍNCIA,

em sintonia com o seguinte objectivo do PND: “Promover um sistema de ensino abrangente e eficaz de informação e orientação profissional e a alfabetização de jovens e adultos (...)”. Entre as medidas de política do PND, destaca-se neste domínio: “Promover o desenvolvimento e consolidação do ensino superior e do ensino médio, de acordo com as necessidades efectivas do País e de acordo com a ENFQ”.

Metas:

- Aumentar em cerca de 50% o número de alunos inscritos no ensino primário, passando dos actuais 104.590 para 156.896 alunos;
- Aumentar o número de salas de aula de 943 para do ensino primário para 1.743 salas;
- Aumentar o número de alunos do ensino secundário de 30.928 para 85.000;
- Aumentar o número de alunos do ensino profissional para 35.000;
- Aumentar o número de alunos do ensino superior dos actuais 4.981 para 9.000.

MEDIDA 20 - INCREMENTAR A ACTIVIDADE DESPORTIVA COMO FORMA DE OCUPAÇÃO VIRTUOSA E SAUDÁVEL DAS PESSOAS, ESPECIALMENTE CRIANÇAS E JUVENTUDE.

Metas:

- Passar dos actuais 6.064 praticantes em todas as actividades desportivas para 18.000 participantes;
- Passar de 2.000 crianças praticantes de futebol para 3.800 crianças.

M21 - APOIAR A PRODUÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CENTROS CULTURAIS, SUA DINAMIZAÇÃO, EMISSÃO DE CATÁLOGOS DE BANCOS DE DADOS, LANÇAMENTO DE OBRAS DISCOGRÁFICAS E LITERÁRIAS.

O PND estabelece o objectivo de “Salvaguardar e valorizar o património cultural material e imaterial, promover o desenvolvimento das línguas nacionais e da rede das instituições culturais, bem como fomentar o crescimento das Indústrias culturais.”

Metas:

- Editar e publicar até 2017, cerca de 20 livros e 25 discos de obras literárias e discográficas do maior valor cultural produzidas por autores em toda a Província;
- Atingir 100% da cobertura Provincial de Rádio e Televisão, cujos indicadores são em 2012 de 70% e 40%, respectivamente;
- Fazer o levantamento de 90% dos principais locais de luta de Libertação Nacional e outros locais históricos;
- Fazer um levantamento de 90% das tradições religiosas e danças e cantares da província.



4.2.3 Programa de Investimentos

Actuando na modelação da realidade económica e social de Cabinda, existem 4 vectores determinantes, quanto à origem das iniciativas:

- VECTOR 1: Projectos, Programas e Acções promovidos pelo Governo da Província;
- VECTOR 2: Projectos, Programas e Acções promovidos pelos Sectores (Centrais);
- VECTOR 3: Projectos, Programas e Acções promovidos pela Iniciativa Empresarial, seja ela pública ou privada;
- VECTOR 4: Projectos, Programas e Acções promovidos por outras instituições apostadas no desenvolvimento da região, como sejam Igrejas, Associações, Clubes, Agremiações Culturais, etc..

Olhando para o universo das iniciativas que integram o Plano de Desenvolvimento Provincial de Cabinda (PDPC), verificamos que a incidência efectiva do Vector 3 é relativamente fraca e quanto ao Vector 4, nenhuma acção surge listada, embora seja certo que aquelas instituições de cariz social, desportivo e cultural, desenvolverão diversas iniciativas de grande importância e impacto na evolução social e económica da Província.

No conjunto das suas 519 iniciativas, das quais 438 são promovidos pelo Governo da Província, 65 pelo Governo Central e 16 pela Iniciativa Empresarial, o PDPC implica um dispêndio global de 268.177.840.959 Kz.

Registe-se que o custo global das 519 iniciativas é de 277.012.225.724 Kz, ou seja, o diferencial de cerca de 8.834.384765 Kz, refere-se à quota-parte do valor dos projectos em curso já executados até 31.12.2012, ou seja, 3% do valor global do custo das iniciativas inseridas no PDPC, já foi realizado pelo Estado.

Analisando o PDPC por origens das iniciativas inseridas: Governo Provincial, Governo Central e Iniciativa Empresarial, o PDPC apresenta os seguintes dados anuais:

TABELA 43
VALORES GLOBAIS DO PDPC (KZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL NO QUINQUÊNIO	2013
TOTAIS - INICIATIVAS	277.012.225.724	268.177.840.951	42.594.720.868
Do Governo da Província	220.048.059.722	214.128.288.665	22.791.813.322
Do Governo Central	49.669.658.502	46.755.044.794	18.302.907.546
Da Iniciativa Empresarial	7.294.507.500	7.294.507.500	1.500.000.000

2014	2015	2016	2017
83.625.058.606	58.859.646.390	48.561.298.927	34.537.116.168
63.844.089.688	52.059.812.477	43.968.984.427	31.463.588.752
18.378.635.585	4.855.080.163	3.052.560.750	2.165.860.750
1.402.333.333	1.944.753.750	1.539.753.750	907.890.667

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Analisando a tabela anterior, nota-se, como seria de esperar, a predominância das iniciativas fomentadas pelo Governo Provincial, devendo registrar-se que esse peso cresce com o avançar do quinquênio;

este facto deve-se à ausência de informação sobre as iniciativas que os Sectores (Governo Central) certamente desenvolverão nos anos subsequentes, bem como a Iniciativa Empresarial. Pese embora os esforços feitos, não foi possível aceder a todos os Programas Quinquenais dos Sectores, o que constitui uma limitante e que acaba por se reflectir nos dados desta tabela.

A análise da evolução anual de execução do Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda pelas 4 Opções Estratégicas que o integram revela-se de enorme importância, no sentido de podermos aferir a cadência e a intensidade da respectiva implementação; como vimos pela apresentação do conteúdo de cada opção estratégica, embora todas elas concorram para o cumprimento das metas definidas, a sua textura diverge substancialmente, importando assim uma apreciação casuística.

TABELA 44
VALORES GLOBAIS DO PDPC, POR OBJECTIVOS (AKZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL NO QUINQUÊNIO	2013
TOTAIS	277.012.225.724	268.177.840.959	42.594.720.868
Objectivo 1 - Des. Cap. Institucional	15.573.838.218	15.423.838.218	3.938.946.803
Objectivo 2 - Des. Infraestruturas Básicas e Urbanismo	171.405.948.607	165.098.706.146	27.774.758.715
Objectivo 3 - Des. da Economia e da Produção	26.849.041.745	26.389.703.818	4.787.805.580
Objectivo 4 - Desenvolvim. Social	63.183.397.154	61.265.592.777	6.093.209.771

2014	2015	2016	2017
83.625.058.606	58.859.646.390	48.561.298.927	34.537.116.168
5.928.933.200	2.690.962.022	1.826.848.097	1.038.148.097
55.834.793.764	35.134.794.259	28.451.052.542	17.903.306.866
7.043.835.492	7.415.291.925	4.062.928.952	3.079.841.869
14.817.496.150	13.618.598.1849	14.220.469.336	12.515.819.336

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Importa também analisar o comportamento do Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda em função da estrutura municipal, devendo ter-se em atenção que o PDPC além dos projectos dirigidos de forma directa a determinado município, insere iniciativas que são de impacto provincial, ou seja, geram impacto em todos os municípios da Província, daí a designação de comuns.

Vejamos na tabela seguinte, a estrutura do PDPC e a respectiva incidência territorial, no contexto da Província:

TABELA 45
ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DO PDPC, POR MUNICÍPIO (AKZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL NO QUINQUÊNIO	2013
PROVÍNCIA	277.012.225.724	268.177.840.959	42.594.720.868
Comuns	80.135.667.261	77.847.816.029	14.077.578.662
Cabinda	150.450.335.006	146.883.410.565	16.678.408.635
Buco-Zau	17.183.913.927	15.677.073.278	5.094.078.089
Belize	11.100.439.983	10.453.183.201	3.984.187.921
Cacongo	18.141.869.547	17.316.357.886	2.760.467.561

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Debrucemo-nos sobre a decomposição do Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda em função dos sectores de actividade que integram cada uma das Opções Estratégicas, com excepção da Opção 1 - Desenvolvimento das Instituições Públicas, pois toda ela abarca iniciativas da Administração Pública, seja na óptica provincial ou central.

Iniciando a análise pela Opção 2 - Desenvolvimento das Infra-estruturas e Urbanismo, vejamos na tabela seguinte, a evolução por anos dos valores pelos diversos sectores que o integram, devendo notar-se que por comodidade de análise, criámos alguns “sectores” dada a sua importância (peso) na textura desta Opção.

TABELA 46

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO NA OPÇÃO ESTRATÉGICA

- DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E URBANISMO, EM CABINDA, POR SECTORES E ANOS (AKZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL NO QUINQUÊNIO	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL Objectivo 2 (Des. Inf. Estrut. Básicas e Urb.)	171.765.948.607	165.098.706.146	27.774.758.715	55.834.793.764	35.134.794.259	28.451.052.542	17.903.306.866
Energia	10.429.161.672	10.429.161.672	2.927.869.495	5.885.563.252	1.615.728.925	0	0
Águas	10.091.983.496	9.922.824.988	1.785.163.879	3.961.500.000	1.864.161.109	1.156.000.000	1.156.000.000
Requalificação da Cidade de Cabinda (Ruas Estruturantes)	44.391.630.045	44.138.062.045	1.858.983.071	11.452.380.972	12.948.945.035	12.625.620.155	5.252.132.813
Requalificação da Cidade de Cabinda (Zonas de Risco)	31.426.579.390	30.163.338.530	6.534.898.272	12.347.961.129	4.111.037.530	4.062.928.952	3.079.841.869
Outras Intervenções (Provincia)	39.750.721.707	36.095.431.825	11.118.313.270	11.379.082.280	6.119.454.767	4.569.290.754	2.909.290.754
Outras Intervenções (Cidade Cabinda)	35.009.266.791	33.683.281.580	2.984.925.222	10.774.306.131	8.441.466.893	5.918.583.333	5.564.000.000
Nova Centralidade	564.605.506	564.605.506	564.605.506	0	0	0	0

Fonte: Governo Provincial de Cabinda

Importa referir as seguintes notas para uma melhor leitura desta tabela:

- Todos os projectos relacionados com os Sectores de Energia ou Água (Cabinda e outros Municípios) estão inseridos nas linhas respectivas;
- Todas as intervenções em ruas estruturantes (Marginal, Circular Externa, Duplicação de Ruas, etc.) da cidade de Cabinda, foram agrupadas na mesma linha;
- Todas as intervenções de macrodrenagem, requalificação de zonas de risco e construção de habitações sociais, etc., foram inseridas na Requalificação da cidade de Cabinda - Zonas de Risco;
- As restantes intervenções, seja na cidade de Cabinda seja nos restantes centros urbanos da Província, foram inseridas nas linhas respectivas;
- O projecto da Nova Centralidade, de Iniciativa Central, regista os dados fornecidos que apenas abrangem o ano de 2013 - sendo certo que este projecto abrangerá outros exercícios, a correcção será feita quando efectivarmos a revisão anual do PDPC para o exercício de 2014.

No que respeita à estrutura da Opção Estratégica 3 - Desenvolvimento da Economia e da Produção, os valores por sector são os seguintes:

TABELA 47
ESTRUTURA DO INVESTIMENTO NA OPÇÃO ESTRATÉGICA
- DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E DA PRODUÇÃO, EM CABINDA, POR SECTORES E ANOS (AKZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL	CUSTO TOTAL NO QUINQUÊNIO	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL - Objectivo 3 (Des. Economia e Produção)	26.944.041.745	26.389.703.818	4.787.805.580	7.043.835.492	7.415.291.925	4.062.928.952	3.079.841.869
Capacitação Empreendedora	1.535.000.000	1.535.000.000	174.000.000	340.250.000	340.250.000	340.250.000	340.250.000
Comércio, Hotelaria e Turismo	7.309.546.250	7.309.546.250	300.000.000	1.342.852.708	2.508.606.458	1.962.087.083	1.196.000.000
Indústria, Geologia e Minas	7.957.993.456	7.433.331.669	2.300.524.657	2.920.307.012	1.937.500.000	137.500.000	137.500.000
Agricultura e Desenvolvimento Rural	7.815.261.183	7.815.261.183	1.978.280.923	1.759.893.414	1.854.403.109	1.192.341.869	1.030.341.869
Pescas	1.184.240.856	1.154.564.716	35.000.000	375.532.358	385.532.358	206.750.000	151.750.000
Transportes	582.000.000	582.000.000	0	165.000.000	249.000.000	84.000.000	84.000.000
Correios e Telecomunicações	560.000.000	560.000.000	0	140.000.000	140.000.000	140.000.000	140.000.000
TOTAL - Objectivo 4 (Desenvolvimento Social)	63.183.397.154	61.664.558.496	6.226.198.344	14.950.484.723			

Fonte: Governo Provincial de Cabinda



Relativamente à Opção Estratégica 4 (Desenvolvimento Social) e como podemos apreciar na tabela seguinte, o Sector da Educação, Ciência e Tecnologia e o Sector da Saúde predominam na estrutura deste Objectivo, absorvendo no conjunto, 85% dos recursos inseridos no PDPC para esta opção estratégica.

Assinale-se ainda que só a Educação, Ciência e Tecnologia representa mais de metade do valor global deste Objectivo.

TABELA 48
ESTRUTURA DO INVESTIMENTO NA OPÇÃO ESTRATÉGICA
- DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EM CABINDA, POR SECTORES E ANOS (AKZ)

RUBRICAS	CUSTO TOTAL NO QUINQUÉNIO	CUSTO TOTAL NO QUINQUÉNIO	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL - Objectivo 4 (Desenvolvimento Social)	63.183.397.154	61.664.558.496	6.226.198.344	14.950.484.723	13.751.586.757	14.220.469.336	12.515.819.336
Comunicação Social	822.601.020	822.601.020	0	496.767.687	325.833.333	0	0
Antigos Combatentes	654.807.484	654.807.484	25.153.742	84.288.436	276.788.436	234.288.436	34.288.436
Justiça e Direitos Humanos	230.556.724	230.556.724	0	101.778.362	101.778.362	13.500.000	13.500.000
Administração Pública, Emprego e Segurança Social	61.285.968	61.285.968	24.047.142	18.619.413	18.619.413	0	0
Família e Protecção da Mulher	461.138.287	461.138.287	31.138.287	112.500.000	112.500.000	102.500.000	102.500.000
Saúde	19.648.573.198	19.578.990.467	1.311.599.694	6.413.590.773	4.875.650.000	4.071.900.000	2.906.250.000
Juventude e Desporto	3.381.112.539	3.331.612.539	1.070.107.913	1.586.504.626	355.000.000	160.000.000	160.000.000
Cultura	910.837.165	910.837.165	326.665.351	299.141.032	138.892.982	80.568.901	65.568.901
Assistência e Reinserção Social	2.877.435.657	2.877.435.657	226.287.513	732.490.739	715.157.405	601.750.000	601.750.000
Educação, Ciência e Tecnologia	34.135.049.112	32.735.293.185	3.211.198.702	5.104.803.657	6.831.366.826	8.955.962.000	8.631.962.000

Fonte: Governo Provincial de Cabinda





05

HUÍLA

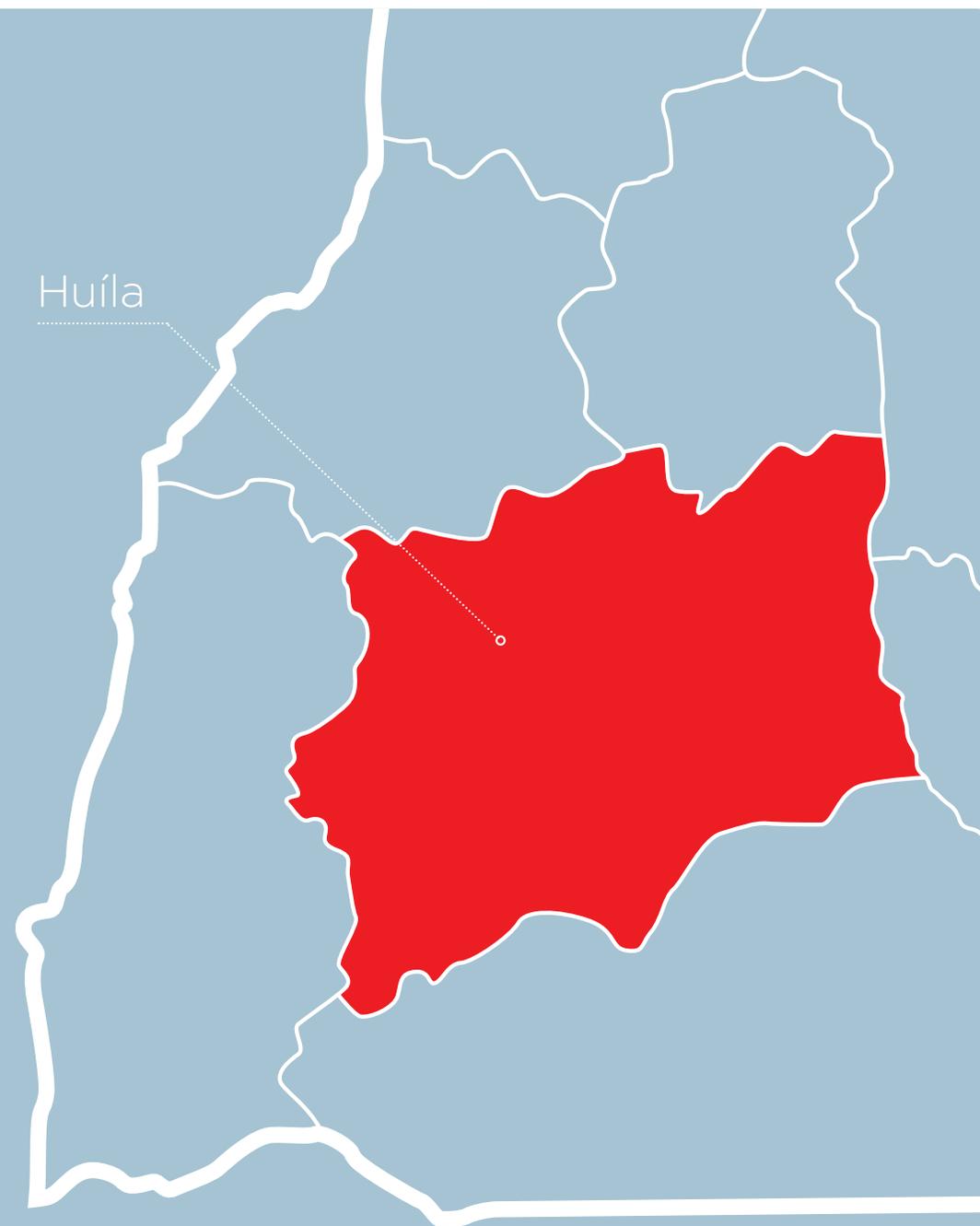
HUÍLA

5.1 A Província da Huíla em 2015

5.1.1 Geografia

A província da Huíla está situada no sudoeste do país, tendo, grosso modo, uma forma rectangular, limitada pelos paralelos 13° 15' e 16°30' Sul e pelos meridianos 13° 30' e 16° Leste. Dispõe de uma área de 78.879 km².

Confina a Oeste com a província do Namibe, a Norte com as de Benguela e do Huambo, a Leste com as do Bié e do Kuando-Kubango, e a Sul com a província do Cunene. Actualmente a sua divisão administrativa é composta por 14 municípios.



5.1.2 Clima

A quase totalidade do território da Huíla encontra-se localizada na zona de climas alternadamente húmidos e secos das regiões inter-tropicais de ventos alisados, com excepção do Sul e do Sudoeste da província, onde é nítida a influência da zona das calmarias tropicais. O clima é, em geral, quente ou tropical (temperatura média anual superior a 20°C), mas nas áreas situadas a maior altitude pode ser classificado como temperado (temperado - quente), como, por exemplo, se verifica nos postos da Humpata (17,2°C), Tchivinguiro (17,8°C), Lubango (18,6°C), Kuvango (19,5°C), Quipungo (19,6°C) e Caconda (20,0°C).

O mês mais frio é o de Julho (excepcionalmente o de Junho) e o mais quente o de Outubro ou Novembro, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C, com excepção dos postos do Lubango, Humpata e Tchivinguiro.

A amplitude da variação anual da temperatura do ar é inferior a 10°C. São raros os registos de temperaturas mínimas inferiores a 0°C, se bem que se possam verificar uma vez por outra temperaturas excepcionalmente baixas.

A quantidade de precipitação cresce de oeste para leste e de sul para norte, em virtude do relevo. As regiões de menor pluviosidade estão localizadas no extremo sudoeste da província (Curoca), onde a altura pluviométrica anual média é inferior a 500 mm, e as de maiores precipitações anuais no canto nordeste (norte das Ganguelas), com alturas superiores a 1200 mm. De modo geral, não se pode dizer que seja muito elevada a precipitação na Huíla, pois só em pouco menos de um terço da sua superfície a altura pluviométrica anual é, em média, superior a 1000mm.

A estação das chuvas é de curta duração no Sul (quatro meses - de Dezembro a Março -, sendo os meses de Abril e Novembro de transição) e um pouco mais longa no Norte (cinco meses - Novembro a Março -, com Abril e Outubro como meses de transição) e principalmente no Noroeste (a época húmida vai de Novembro a Abril, sendo Maio e Setembro de transição). Com a excepção do Noroeste da Huíla, onde se nota um pequeno cacimbo em Dezembro ou Janeiro, as chuvas apresentam apenas um máximo em Janeiro, Fevereiro ou Março.



5.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam na província da Huíla 2.354.398 pessoas, sendo 1.117.342 do sexo masculino e 1.237.056 do sexo feminino.

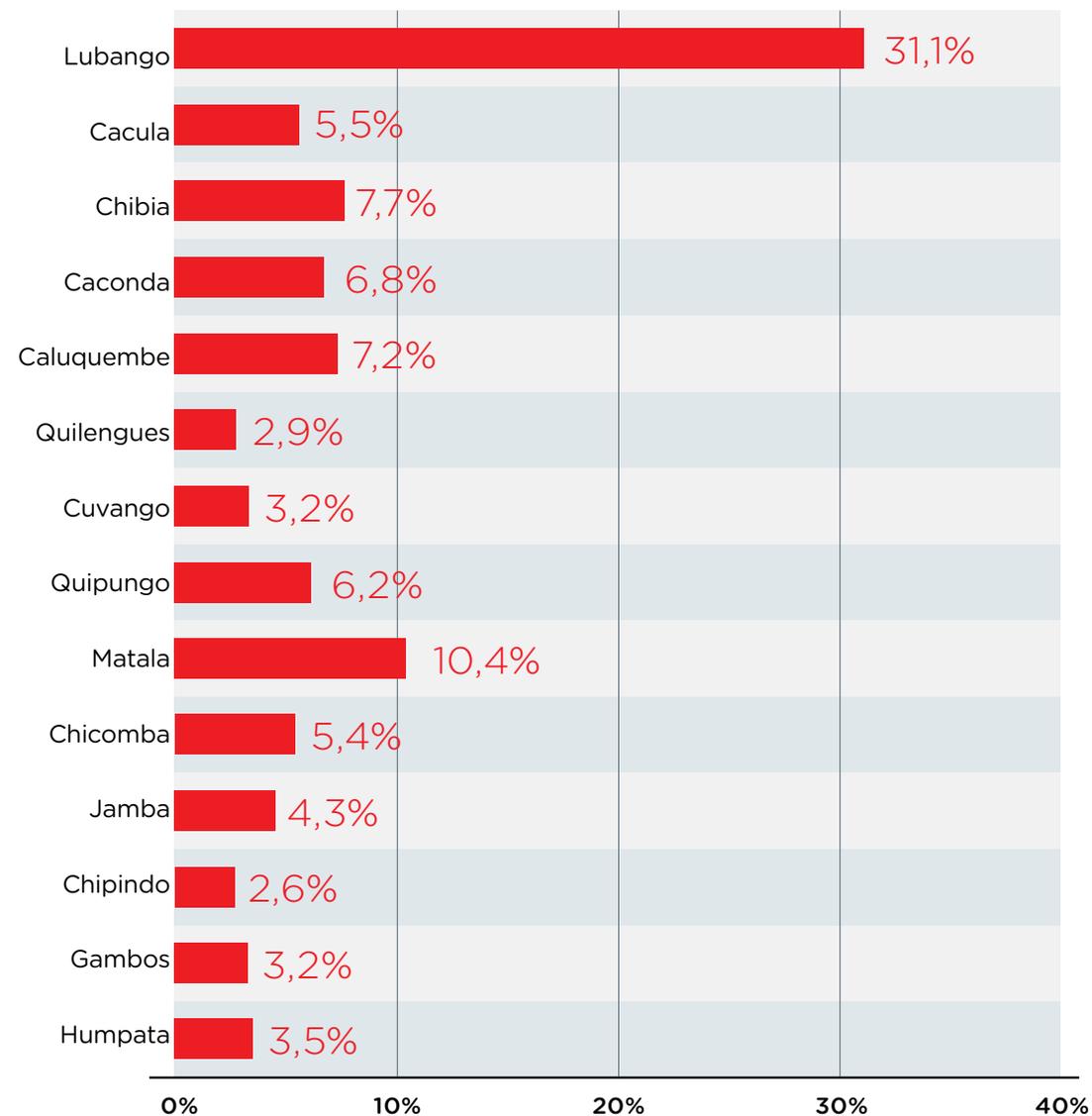
TABELA 49
POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO E ÁREA DE RESIDÊNCIA NA HUÍLA, SEGUNDO O SEXO, 2014

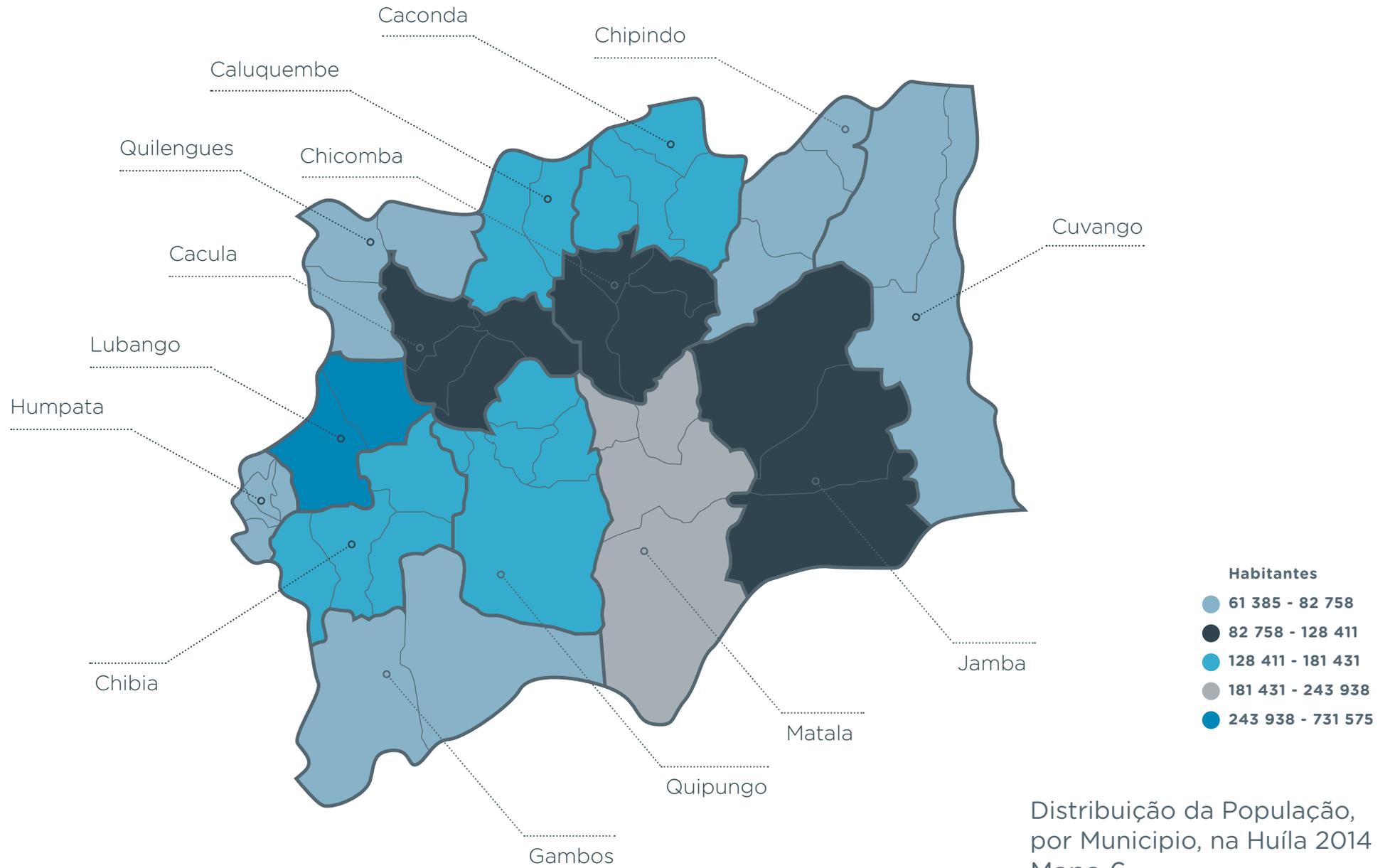
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	nº	%	nº	%	nº	%
Huíla	2 354 398	100	1 117 342	100	1 237 056	100
Urbana	781 380	33,2	371 853	33,3	409 527	33,1
Rural	1 573 018	66,8	745 489	66,7	827 529	66,9
Municípios						
Lubango	731 575	31,1	349 818	31,3	381 757	30,9
Cacula	128 411	5,5	61 074	5,5	67 337	5,4
Chibia	181 431	7,7	84 654	7,6	96 777	7,8
Caconda	159 908	6,8	76 550	6,9	83 358	6,7
Caluquembe	169 420	7,2	81 508	7,3	87 912	7,1
Quilengues	68 682	2,9	32 660	2,9	36 022	2,9
Cuvango	75 805	3,2	36 578	3,3	39 227	3,2
Quipungo	146 914	6,2	67 431	6,0	79 483	6,4
Matala	243 938	10,4	115 105	10,3	128 833	10,4
Chicomba	127 273	5,4	60 783	5,4	66 490	5,4
Jamba	100 910	4,3	47 667	4,3	53 243	4,3
Chipindo	61 385	2,6	29 267	2,6	32 118	2,6
Gambos	75 988	3,2	34 831	3,1	41 157	3,3
Humpata	82 758	3,5	39 416	3,5	43 342	3,5

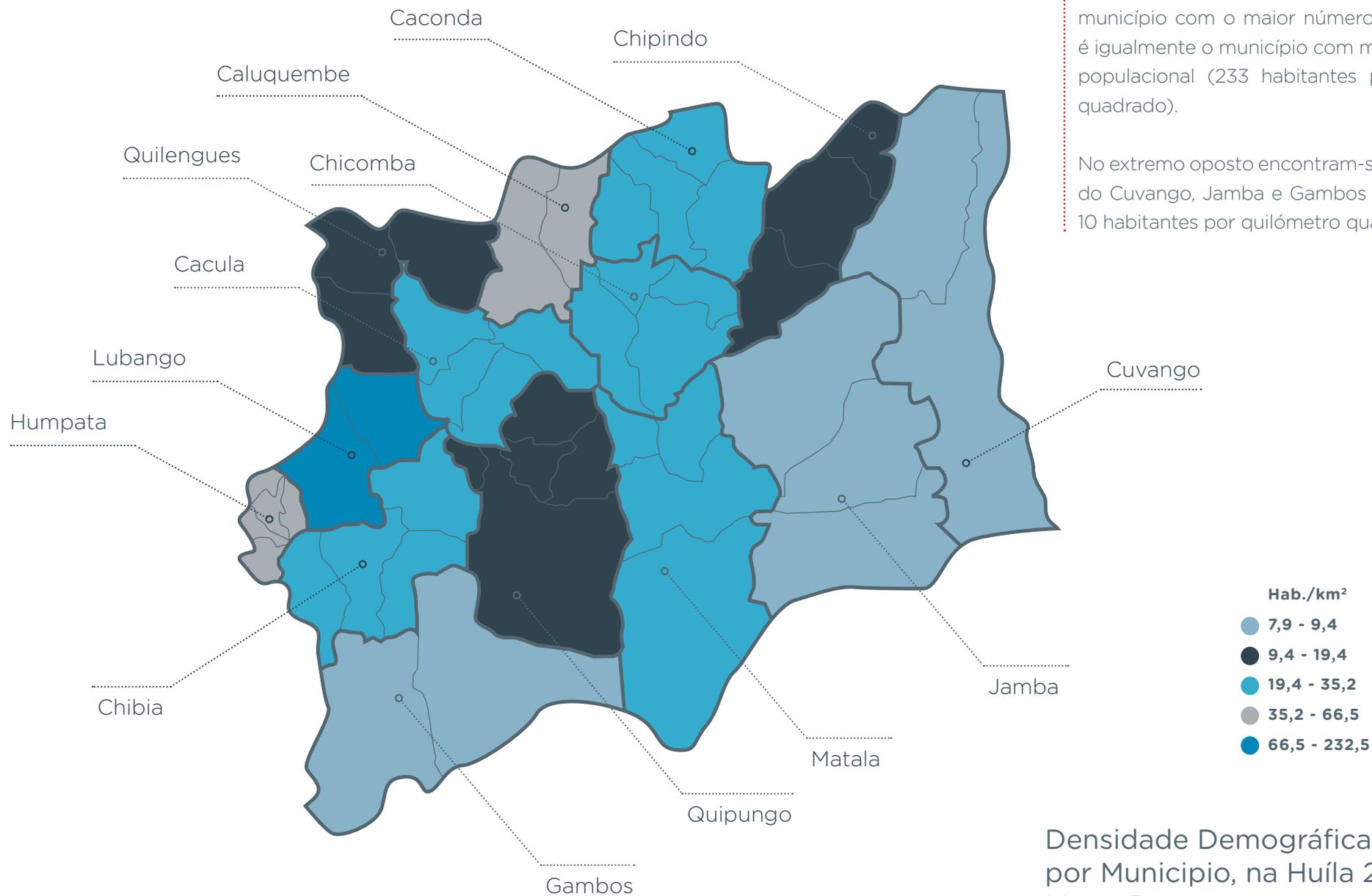
Fonte: INE, RGPB 2014, Resultados Preliminares.

Distribuição da População Residente na Huíla por Município 2014

Gráfico 25







Para cada quilómetro quadrado da província da Huíla residem cerca de 30 pessoas. O gráfico seguinte mostra que o Lubango além de ser o município com o maior número de habitantes, é igualmente o município com maior densidade populacional (233 habitantes por quilómetro quadrado).

No extremo oposto encontram-se os municípios do Cuvango, Jamba e Gambos com menos de 10 habitantes por quilómetro quadrado.

Densidade Demográfica,
por Município, na Huíla 2014
Mapa 7



5.1.4 Principais Sectores de Actividade Económica

5.1.4.1 Agricultura, Pecuária e Florestas

A **actividade agrícola** tem um papel de destaque na vida sócio-económica das populações da Província, representando, em conjunto com a exploração pecuária, a principal fonte de recursos e rendimento das comunidades.

A situação agrícola na Província da Huíla caracteriza-se essencialmente por uma agricultura rudimentar e de subsistência, sendo desenvolvida por pequenos produtores familiares tradicionais e pequenos agricultores. Esta apresenta-se com baixos rendimentos, reflexo da absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente escassas e irregulares. Esta dependência é agravada pelo facto dos solos serem extremamente permeáveis e as infraestruturas de reserva de água serem insuficientes.

As características edafoclimáticas da Província constituem-se como condicionantes ao desenvolvimento de uma agricultura polivalente e diversificada. O milho, massango e massambala são as principais culturas praticadas, as variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos.

A actividade agrícola na Província distribui-se pelas seis zonas agrícolas:

- **Zona agrícola 24**, compreende os Municípios de Caluquembe, Caconda e Chipindo que corresponde à superfície planáltica de maior altitude do território angolano. Caracteriza-se por densa ocupação agrícola, tendo como as principais culturas o milho, feijão, batata - doce e rena, abobora, hortícolas e mandioca.
- **Zona agrícola 25** - Município do Kuvango, constitui uma área de transição do planalto central, com oscilações de precipitação. A actividade agrícola constitui a principal ocupação, baseando-se essencialmente na exploração de sequeiro (milho, amendoim, feijão, abóbora, mandioca, hortícolas e a sul o massango e massambala).
- **Zona agrícola 27** - Município de Quilengues, essencialmente dedicada a vida pastoril com hábitos de semi-nómadas bem vincados.
- **Zona agrícola 30** - Compreende os municípios do Lubango, Humpata e Chibia. A ocupação agrícola é do tipo empresarial, assume bastante destaque na maior parte da zona e manifesta-se mais incisivamente ao longo dos rios e principais linhas de água, com preocupação de utilização dos solos das baixas marginais naturalmente drenadas e mais férteis. A exploração de sequeiro é sempre inviabilizada pela irregularidade das chuvas excepto na parte norte, daí o grande aproveitamento dos rios existentes com construção das barragens da Tundavala (Lubango), Neves (Humpata), Ngangelas (Chibia), Chicungo e Sendi (Quipungo). As principais culturas praticadas nesta zona são o milho, feijão, batata rena e doce, hortícolas, massango e massambala.
- **Zona agrícola 31** - Compreende os municípios de Matala, Jamba, Chicomba e N'gola (Caluquembe) e Quipungo. A actividade nesta zona é mista, de pastorícia e agricultura predominantemente de sequeiro. No município da Matala situa-se um dos mais importantes empreendimentos hidro-agricolas do sul de Angola, a barragem a que deriva o canal condutor de irrigação com uma extensão de 43 km capaz de irrigar mais de 10 000

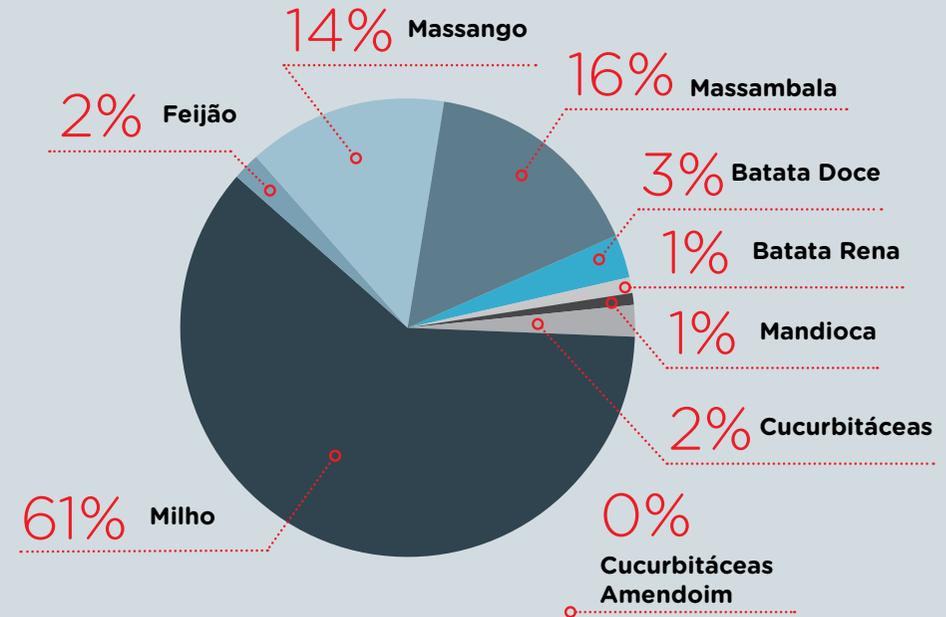
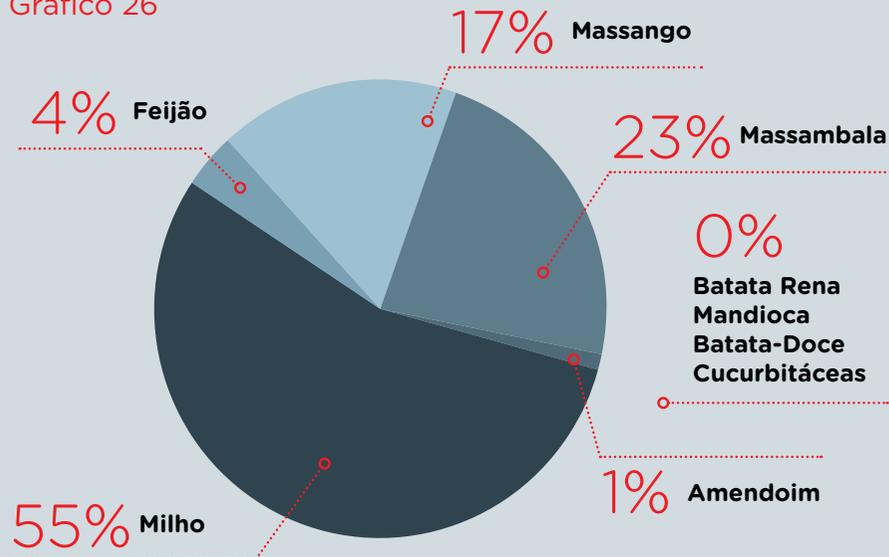
hectares. As culturas frequentes constituem o milho, massango, hortofrutícolas, feijão, batata rena e doce, mandioca e massango ao sul.

- **Zona agrícola 33** – Finalmente o Município de Gambos, é uma região tropical semi-árida. O modo de vida das suas populações é essencialmente voltado para a pastorícia. A agricultura de sequeiro é uma actividade quase marginal limitando-se as pequenas lavras nas vizinhanças das habitações com base na cultura de cereais menos exigentes em humidade como o Massango e a Massambala. O milho é reservado para as terras mais pesadas. A zona está incluída na região de pastos doces. É muito pobre em recursos hídricos superficiais a tal ponto que a estiagem quebra totalmente os caudais dos rios principais, reduzindo praticamente as águas retidas em fundos do próprio leito.

Assim, para se dispor de uma análise realista sobre o efectivo papel da agricultura é necessário identificar a total de área cultivada, bem como, a produção por município.

Áreas cultivadas (HA)

Gráfico 26



A análise do gráfico permite realçar os seguintes aspectos:

- O milho, massango e massambala são as principais culturas praticadas, representando mais de 90% da área cultivada na província da Huíla;
- Abatata-rena, batata-doce, mandioca, amendoim, hortícolas, cucurbitáceas e fruteiras são os tipos de cultura com menos expressão produtiva, visto serem culturas de regadio. Neste sentido, o desenvolvimento dos sistemas de regadio aliado a uma exploração agrícola empresarial são factores que potenciam a produção, diversificando o tipo de espécies, bem como o número de colheitas por ano;
- É de realçar que são as culturas hortícolas, Batata-Rena e mandioca que representam maior produção face à área cultivada por hectare, cerca de 13.5, 8.0 e 7.6 (ton/ha) respectivamente.
- Relativamente à quantidade produzida por município, faz-se notar que na fileira dos cereais, o município com maior peso de quantidade produzida de cereal é Chipungo (cerca de 12%), seguindo da Matala e Chicomba (ambos com 11%).

- Na Fileira de Raizes e Turbéculos, bem como na Fileira das Hortícolas é o município da Matala que apresenta maior peso na produção da província, 23% e 42% respectivamente.
- Quanto à Fileira de Leguminosas e Oleaginosas, destaca-se o município de Caluquembe com 26% face à produção de 6.606 toneladas na campanha agrícola em análise.
- Finalmente na Fileira de Frutas, ainda que seja a fileira que representa menor quantidade produzida, é no município de Chicomba que se mais produz (87 toneladas num total de 480 toneladas).

A agricultura familiar utiliza regularmente consociação de culturas numa mesma parcela, enquanto a agricultura empresarial apega-se maioritariamente à exploração de culturas independentes, o que permite um aumento exponencial da quantidade produzida. Exemplo disso é a exploração de hortícolas que representa cerca de 787 mil toneladas aquando de uma exploração agrícola empresarial.

A Província apresenta assim um grande potencial hortícola, sendo esta a que apresenta maior área de cultivo em todo País. É intenção do executivo local, promover a agricultura através da prática do sistema de micro regadios, suportados principalmente pela abundância dos recursos hídricos (rios, barragens, diques, etc.).

A **floresta** autóctone desempenha um papel de extrema importância de nível ecológico, económico e social. Constitui também o habitat para inúmeras espécies de fauna e flora que dela dependem e, neste sentido, é essencial na manutenção da vida selvagem.

A floresta tem igualmente o papel essencial na diminuição do risco de erosão, e na regulação dos níveis de retenção de água nos solos no controlo do ciclo e da qualidade da água.

Porém, a floresta é igualmente fonte de recursos (combustível, madeiras, alimentos...).

Por força da acção humana, a Província da Huila tem assistido à redução significativa das áreas florestais, desencadeada pelo abate indiscriminado de árvores, com particular visibilidade na região leste da província. A população utiliza a madeira e o carvão como combustíveis vegetais, sendo que este último é obtido através de queimadas e destina-se essencialmente a fins comerciais.

Para colmatar esta questão, a província da Huila já possui polígonos florestais nos municípios de Caconda, Humpata e Matala. Este último é composto por dois viveiros, um tanque de fornecimento de água e um espaço com seis hectares de terra para produção de plantas em viveiro.

A sua capacidade de produção é de 300 mil árvores, produzindo diversas espécies como Jacarandás, Eucaliptos, Acácias, Ligustros entre outras, destinadas ao repovoamento dos municípios do Kuvango, Jamba e Chipindo, assim como a província do Huambo.

Neste contexto enunciam-se como medidas a considerar com vista à preservação florestal, as seguintes:

- Aplicação de medidas coercivas ao abate indiscriminado da fauna e da flora;
- Promoção de medidas preventivas de sensibilização que demonstrem à população as consequências directas e nefastas que advêm do uso indiscriminado dos recursos naturais;
- Avaliação dos recursos florestais e faunísticos existentes;

- Concepção de um banco de dados sobre mapas florestais existentes na província;
- Criação de mais viveiros florestais para a produção de mudas.

A **exploração pecuária** é uma das principais fontes de rendimento na Província, sendo que as espécies mais representativas da actividade são os bovinos e os pequenos ruminantes (caprinos), acumulando mais de metade do total da produção da Província.

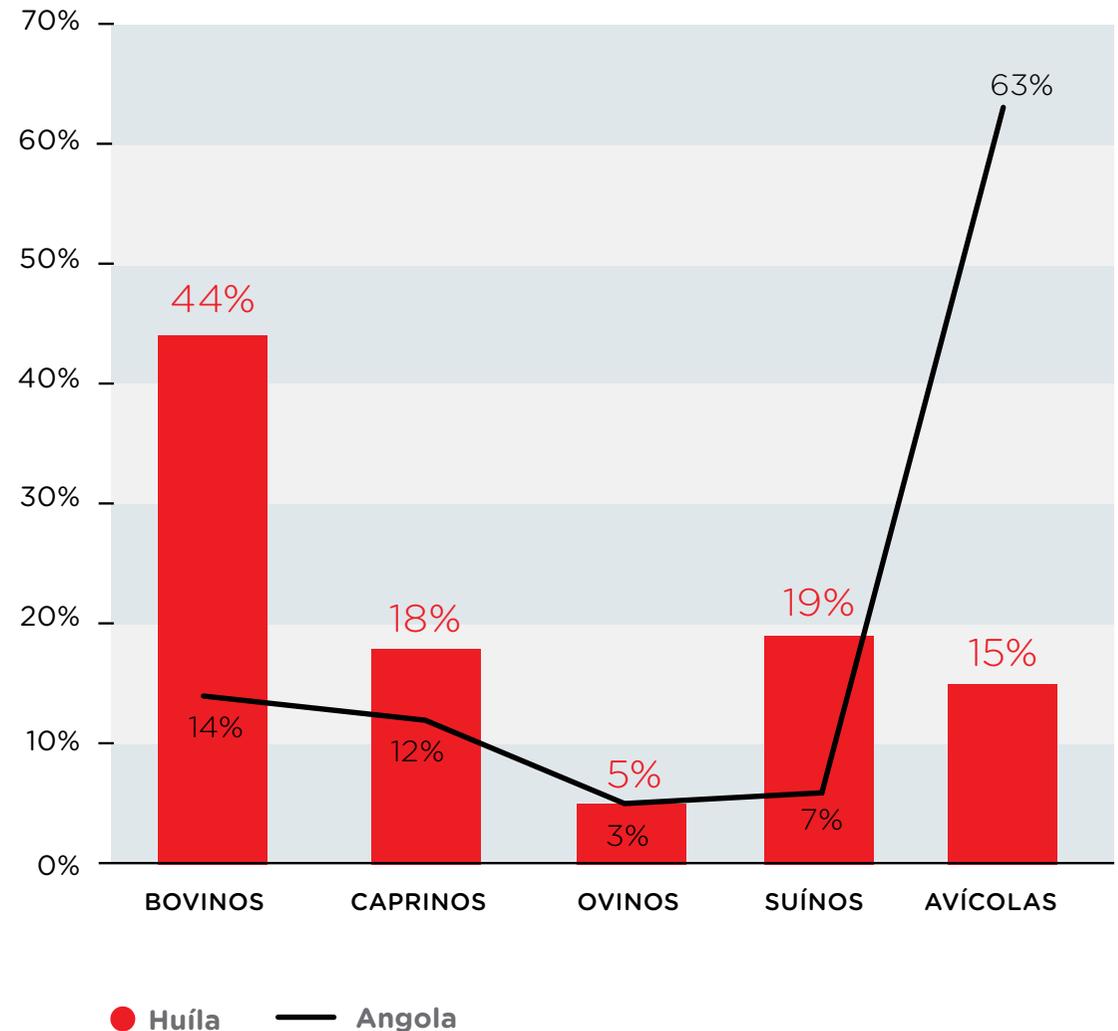
Contudo, não é desprezível o contributo da exploração de suínos e de aves (galinhas poedeiras e de carne) sobretudo ao nível familiar no que se refere a produção para autoconsumo.

Para além do fornecimento dos seus produtos directos para a alimentação humana, o gado desempenha ainda um papel relevante no desenvolvimento agrícola como fornecedor de estrume e de tracção animal, quer na tracção de carroças quer nas operações culturais, concretamente nas lavouras.

O desenvolvimento da actividade pecuária nesta região do País representa, pois, um desafio importante, tanto do ponto de vista local (melhoramento do nível de vida das populações, luta contra o êxodo rural), como nacional (abastecimento dos centros urbanos em carne e consequente redução das importações).

A estrutura produtiva da pecuária pode ser analisada em função do peso relativo que cada espécie representa, destacando-se a bonivicultura (44%) com um peso relativo bastante superior à importância que o respectivo ramo assume no plano nacional (14%), como é comprovado no gráfico que seguidamente se apresenta.

Estrutura de efectivos pecuários da província face ao país
Gráfico 27



Todos os restantes apresentam valores produtivos superiores à média nacional, exceptuando a avicultura que apresenta valores reveladores do predomínio de uma economia camponesa, assumindo a exploração empresarial pouco significado no desenvolvimento deste sector.

Neste sentido, devem ser ultrapassados os constrangimentos subjacentes ao esforço de investimento necessário, tendo em conta que a província dispõe de condições favoráveis neste sector, como por exemplo, a elevada capacidade produtiva de cereais que são a base da alimentação avícola.

Os efectivos pecuários produzidos são essencialmente utilizados para auto-consumo, como fornecedores de produtos derivados como o leite e ovos, bem como para serem comercializados ou servirem como meio de troca de outros bens. Contudo, esta troca origina inevitavelmente o envelhecimento e o aniquilamento do património genético do seu efectivo pecuário, com consequências nefastas no seu rendimento económico, na medida em que os animais transaccionados são prioritariamente os machos jovens e ocasionalmente os adultos pouco produtivos e as fêmeas de reforma, fazendo-se a selecção do gado mais velho.

O gado funciona como uma conta poupança que garante juros (nascimento de animais) e gera um fluxo de receitas (troca ou venda de animais). É pela troca/ venda de animais que as famílias obtêm os bens de que necessitam, nomeadamente cereais para complementar as suas necessidades alimentares.

Os principais constrangimentos e dificuldades que os criadores tradicionais encontram nesta província são as extremas dificuldades de abastecimento de água para o abeberamento de gado, ausência de serviços de veterinária, gestão adequada de pastagens e dificuldades de comercialização de gado.

A produção de gado na região baseia-se em pastagens naturais e apesar da capacidade da pastagem variar de região para região agrícola, dependendo do nível de pluviosidade, solo e vegetação, é evidente que a prática de otimizar a dimensão da manada, leva à degradação da pastagem.

A actividade pecuária vê-se fortemente afectada pelas secas severas que se abatem ciclicamente sobre esta região, resultando num volume avultado de perdas no sector pecuário. Apesar disto, o potencial pecuário da Província da Huíla representa um enorme recurso não explorado, que devidamente desenvolvido poderia elevar substancialmente os padrões de vida das populações e ter um benefício significativo na balança comercial. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 define como uma das acções estratégicas para a Huíla, a especialização produtiva de excedentes pecuários.

O programa do Angola Investe, iniciativa do executivo que visa o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas nacionais com linhas de créditos bonificadas pode ser um passo nesse sentido, servindo de meio de alavancagem do sector.

De forma a potenciar e valorizar a pecuária na Huíla, o executivo local tem em carteira a implantação de um matadouro na região para a concretização da estabilização, crescimento e emprego.

As campanhas governamentais de vacinação e o fornecimento de vacinas gratuitas continuarão a ser necessárias, bem como campanhas nacionais de divulgação promovendo cuidados básicos de saúde animal e uma melhor nutrição.

Em síntese, a província da Huila apresenta:

- Enorme potencial pecuário não explorado;
- Exploração pecuária na sua maioria realizada por famílias camponesas onde os efectivos produzidos são essencialmente utilizados para o auto-consumo;
- Sector da exploração pecuária do tipo empresarial pouco desenvolvido devido ao fraco apoio de linhas de crédito;
- Falta de excedentes pecuários devido à ineficiência de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento deste sector, como: dificuldade de abastecimento de água para o abeberamento do gado, ausência de serviços veterinários e gestão adequada de pastagens;
- Estado precário das acessibilidades e bloqueios à mobilidade no espaço rural, a não existência de centros de logísticos de distribuição bem como unidades de armazenamento e conservação são obstáculos ao incremento da comercialização;



5.1.4.2 Indústria, Geologia e Minas

A Província da Huíla tem vindo a sofrer alterações que criam as condições para uma nova dinâmica empresarial, nomeadamente em função da melhoria das acessibilidades, do desenvolvimento turístico e da emergência de plataformas logísticas e produção de equipamentos e utensílios agrícolas. A maior parte da superfície da Huíla está consagrada à agricultura e à pecuária, sendo estes dois dos sectores mais propícios ao desenvolvimento da indústria.

A Huíla compreende na sua região um planalto que assenta em solo extremamente fértil e clima propício à agro-pecuária. A necessidade de transformação dos produtos derivados desta exploração deu origem à criação de empresas do sector agro-alimentar, que actualmente representam parte significativa do emprego da região.

Estão propostas medidas no âmbito da reactivação da produção de hortícolas e frutícolas, transformação e conservação de derivados vegetais para consumo humano, produção de carnes por meio de pequenas criações de animais de pequeno e médio porte para abate, a produção de ovos, salsichas, leite, manteiga e queijo, por se tratar de uma das Províncias com maior potencial no sector agro-pecuário a nível nacional.

Como se pode verificar através do quadro seguinte, no **ramo alimentar** é de notar o destaque na indústria da Panificação, tendo também a indústria das salsichas e bebidas relevo no panorama empresarial. Esta

indústria agro-alimentar ainda carece de políticas que potenciem o desenvolvimento do sector e que dinamizem a exploração de produtos de reconhecimento nacional (cereais, carnes, enchidos).

TABELA 50
INDÚSTRIAS NO RAMO AGRO-ALIMENTAR EXISTENTES
NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

INDÚSTRIA	QUANTIDADE
Bebidas	7
Panificação	44
Matadouro	3
Salsicharia	9
Moageira	2
Outras	8
TOTAL	73

Fonte: Relatório de Actividade durante o exercício de 2013 -GPH-DP IndGeoMinas

Como já se referiu, sendo a província reconhecida pela produção em larga escala de cereais e estando em actividade apenas duas empresas de moagem, torna-se essencial como uma das acções a desenvolver o incentivo à criação de novas indústrias moageiras.

Outro aspecto a ter em consideração é o insuficiente número de matadouros existentes na província, que ainda vêm actuando numa prestação ocasional de serviços de abate aos agentes intervenientes no comércio de carnes.

A carne destinada à comercialização fora dos locais de abate é na sua maioria conservada em pequenas unidades frigoríficas não especializadas para o armazenamento e refrigeração dos efectivos pecuários abatidos dado que os actuais matadouros ainda carecem de unidades frigoríficas. Neste sentido torna-se fundamental a reactivação e a criação de novos matadouros como forma de potenciar a exploração pecuária.

Dado que a produção de efectivos pecuários tem uma grande expressão na Província, a reactivação do ramo de Curtumes torna-se essencial como um dos eixos estratégicos a desenvolver, indo de encontro ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Para além da exploração agro-pecuária, a Huíla é uma província com características específicas de sub-solo que possui uma vasta gama de rochas e minerais. A indústria de geologia e minas tem vindo a registar um aumento significativo do número de empresas com títulos de exploração, encontrando-se em lugar cimeiro a nível nacional. Em especial na extracção de granito negro, que é um dos recursos com maior potencial por possuir um excelente valor comercial.

Com efeito o **sector geológico e mineiro** na Província tem vindo a ganhar representatividade em quase todos os municípios motivado pela forte pressão que o mercado imobiliário, da construção civil e da edificação individual de habitações exerce sobre a exploração tanto mecanizada como artesanal.

Este facto tem dado origem a uma exploração desenfreada de extracção de inertes, não fazendo cumprir as regras estabelecidas pelo código mineiro e normas de protecção da população e do ambiente.

De acordo com a Direcção Provincial da Indústria, Geologia e Minas, existem neste ramo 41 empresas a operarem na província, sendo a exploração de Rochas Ornamentais a que apresenta maior representatividade, com 15 empresas em actividade, seguindo-se o ramo das britadeiras com 13 empresas.

Assim, os granitos decorativos, o barro, as britas e as areias são os recursos que mais se têm explorado devido ao seu elevado interesse comercial.

TABELA 51
SITUAÇÃO OPERACIONAL DAS EMPRESAS DO SECTOR MINEIRO EXISTENTES NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

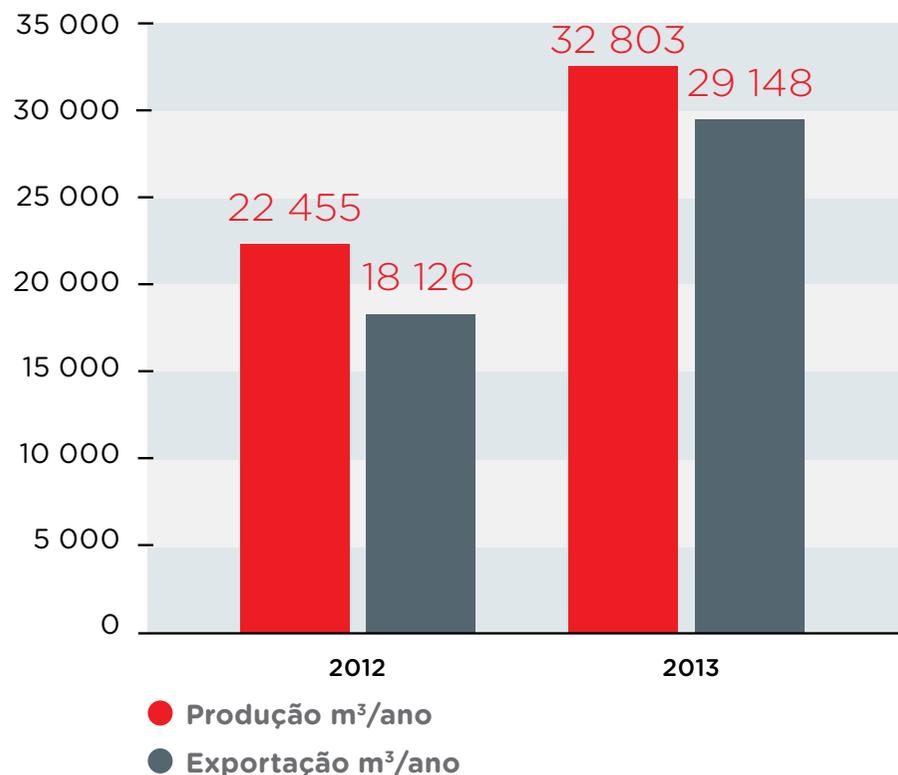
INDÚSTRIA	QUANTIDADE
Rochas Ornamentais	15
Britadeiras	13
Areeiros	3
Agro-Mineral	1
Materiais Cerâmicos	4
Prospecção, Reconhecimento e Avaliação Recursos Naturais	4
Água Mineral	1
TOTAL	41

Fonte: Relatório de Actividade durante o exercício de 2013 - Governo Provincial da Huíla, Direcção Provincial de Indústria Geologia e Minas

A existência de reservas apreciáveis de matérias-primas de elevado valor e diversidade, a imagem de prestígio associado ao uso da pedra enquanto produto natural de valor estético e ecológico e o aumento da aposta na qualidade dos produtos e serviços, têm levado a um crescimento do sector das rochas ornamentais na província da Huíla, com se pode verificar no gráfico seguinte.

Evolução da Produção e Exportação de Rochas Ornamentais (2012/2013)

Gráfico 28



Na exploração de rochas ornamentais verifica-se que a produção de 2013 aumentou 46% face a 2012, bem como a percentagem de exportação que verificou um aumento de 61%.

Relativamente à exportação, verifica-se que em ambos os anos rondam os 80% da produção da indústria de rochas ornamentais o que significa que ainda há espaço para o desenvolvimento e optimização das vantagens competitivas da região.

Assim sendo, neste sector das rochas ornamentais perspectiva-se o arranque de 4 pedreiras das quais duas no município dos Gambos, uma no município de Quiungo e outra na Chibia. No ramo das Britadeiras perspectiva-se o arranque de 3 pedreiras, duas no Lubango e uma em Caluquembe.

Estão em desenvolvimento novos projectos a título privado voltados para a transformação destas matérias-primas em produtos de valor acrescentado. Também neste sector, é evidente a necessidade de know how especializado para a exploração de novos mercados.

Outros dos eixos de desenvolvimento ao nível da indústria mineira é a reactivação do Complexo Mineiro (Cassinga), assim como a promoção da exploração de Rochas Ornamentais.

Em suma, estão previstas estratégias nacionais no sector da indústria agro-alimentar e mineira para a província da Huíla, como a criação de um pólo industrial a desenvolver no Lubango, articulado com uma rede de zonas industriais a nível municipal, bem como uma plataforma logística suportada por um terminal multi-modal, que pretende explorar as ligações ferroviárias ao porto do Namibe.

5.1.4.3 Comércio e Turismo

O **sector do comércio** na Província é de dois tipos: formal ou informal. O comércio formal está relacionado com a economia legalmente estabelecida, com empresa constituída de acordo com a lei e assumindo os encargos fiscais que a actividade acarreta. No comércio formal destacam-se os comerciantes grossistas, retalhistas e grupos mercantis de prestação de serviços.

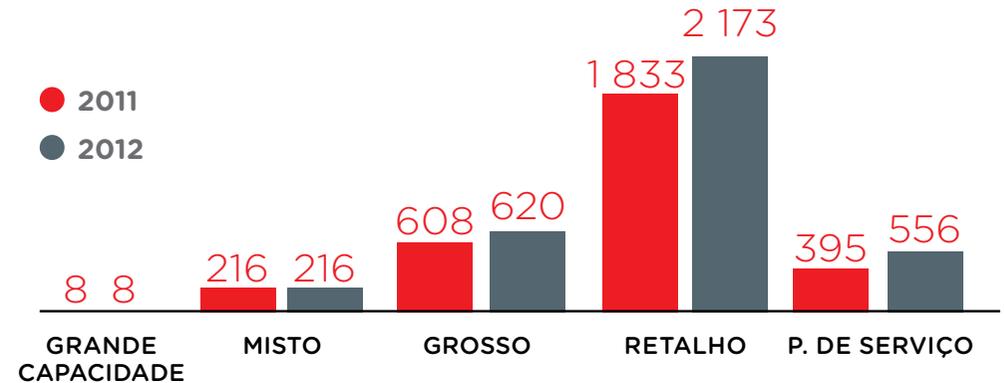
O número de pequenos e grandes empreendedores que actuam no comércio formal na Província tem crescido a um ritmo considerável. Este crescimento é, em grande medida, fruto da instalação do Balcão Único do Empreendedor (BUE) na Província, o qual se constitui como um factor determinante para o fomento da economia local.

Tal traduziu-se num número crescente de estabelecimentos comerciais registados, e, conseqüentemente, num aumento da arrecadação de receitas pela repartição fiscal da Província, bem como num aumento do número de postos de trabalho.

De acordo com os dados disponíveis, em 2012, encontravam-se registados 3.573 estabelecimentos comerciais, que comparativamente com os 3.060 registados em 2011, revela a tendência positiva da evolução da actividade deste sector. O ramo do comércio a retalho é o mais representativo, constituindo 61% do número total de estabelecimentos comerciais.

Tendencialmente a actividade comercial irá desenvolver-se e aumentar a sua presença na base económica local, tendo em consideração que, actualmente, o poder de compra da população em geral é crescente, mas também mais exigente. Por enquanto, a maioria dos produtos não alimentares e alimentares industrializados, comercializados nos diversos mercados da Província, são provenientes da Namíbia. A proximidade do posto fronteiriço de Santa Clara (Província do Cunene) constitui uma mais-valia para os mercados da região Sul.

Número de estabelecimentos comerciais na Província (2011-2012)
Gráfico 29



Porém, o desafio colocar-se-á ao nível do aumento da produção nacional, enquanto factor dissuasor das importações e promotor da redução dos preços finais praticados, dinamizando, assim, os mercados nacionais e aumentando a competitividade dos produtos nacionais nos mercados internacionais.

Um outro factor concorrente para a especialização e qualificação do sector reside na dinamização de cursos de formação profissional, especializados no sector, tendo por base a Escola de Comércio, órgão tutelado pelo Ministério do Comércio e cujo programa de acção prevê a realização cíclica de acções formativas vocacionadas para a gestão de qualidade dos estabelecimentos comerciais.

Apesar de existir um esforço na prática do comércio formal, o comércio informal ainda continua a ser praticado em larga escala. Este surge de forma espontânea, por ajuntamento de vários vendedores, encontrando-se associado ao comércio de produtos rurais, num sistema de economia paralela.

As transacções efectuadas nestes mercados estão muitas vezes à margem de um sistema de arrecadação de receitas pela repartição fiscal da Província e resumem-se fundamentalmente à venda de bens alimentares e bebidas, materiais diversos, produtos têxteis, vestuário e calçado, entre outros, que actuam em concorrência desleal com o mercado formal.

Na Huíla, existem dois tipos de mercados informais: os mercados controlados pelas administrações municipais e os mercados não controlados. Nos primeiros, o exercício da sua actividade está sujeito a um registo de ocupação e pagamento de uma taxa em função da área ocupada através da atribuição de Cartões de Vendedor de Mercado Urbano, de Feirante, de Negociante e de Comércio. Já no que toca aos mercados não controlados, não se procede ao registo nem ao controlo de ocupação.

Os grandes mercados informais controlados localizam-se no Município do Lubango – Mutundo (recentemente requalificado), João de Almeida e Calumbiro.

Os mercados informais não controlados pelas Administrações Municipais ocupam áreas de pequena dimensão em diversos bairros, ao longo das principais vias de acesso rodoviário e nas estações de comboio. Estes respondem quer à procura, quer à oferta de bens essenciais produzidos nas propriedades agrícolas (lavouras ou hortas particulares) e nas áreas rurais circundantes.

A sua localização em áreas da malha urbana de grande acessibilidade à população e junto de dois importantes eixos viários da cidade do Lubango são factores determinantes para a sua dimensão e para o volume de transacções diárias aí realizadas, sendo igualmente significativo o peso desta actividade no mercado de emprego local.

Porém, as características dos mercados informais (sem infraestruturas básicas de apoio à actividade e de aparência precária e desorganizada) produzem impactos negativos do ponto de vista urbanístico, de salubridade, bem como de circulação de tráfego urbano.

Neste sentido, e considerando a relevância que os mercados informais assumem no rendimento das populações, é essencial definir medidas que promovam a requalificação destes espaços, com vista à qualificação urbanística e integração sustentável da actividade na malha urbana, promovendo a qualidade dos serviços prestados, bem como qualidade de vida da população na Província.

Por outro lado, o desenvolvimento do comércio rural constitui um factor determinante na estratégia da Província, na medida em que representa o elo de ligação entre a cidade e o campo, funcionando como meio de sedentarização da população, evitando o fenómeno de êxodo rural para os centros urbanos.

Tem-se registado um aumento da componente mercantil da produção, como forma de obtenção de bens no mercado para satisfazer as necessidades crescentes das famílias. Contudo, os níveis de eficiência actuais do sistema de distribuição e comércio rural são um factor dissuasor do aumento da produção agro-pecuária, dado que os pequenos agricultores e criadores de gado muitas vezes não produzem excedentes pelas dificuldades que encontram no seu escoamento.

Actualmente a comercialização dos excedentes de origem camponesa é sustentada por uma rede de comércio informal, que se concentra principalmente nas áreas urbanas e ao longo da rede viária e serve de abastecimento à população local de bens de consumo.

Também se verifica uma incidência da actividade ao nível do Comércio Rural, exercido por uma classe de comerciantes isolados de forma desordenada, levando consigo mercadorias de maior procura que são vendidas ou trocadas por produtos do campo.

Porém importa referir as medidas e programas em curso com vista à dinamização e fomento da actividade do comércio rural nomeadamente por iniciativa do Ministério do Comércio, dos quais se destaca o Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO) e o Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR).

Estes programas visam contribuir para o aumento do rendimento das famílias camponesas e de outros produtores, estimular a produção interna e consequente redução das importações de produtos e, por fim, assegurar o escoamento e a comercialização regular desta produção através dos Serviços Logísticos e de Distribuição, de Cooperativas e de Associações Agrícolas.

Para efeito de implementação do PAPAGRO na Huíla, foram seleccionados Municípios com potencial agro-pecuário, com o objectivo de se construírem estruturas para armazenamento, conservação e comercialização de produtos de origem familiar camponesa (através do programa AGROMERCA). Estas estruturas são compostas por:

- Um balcão do Banco de Poupança e Crédito que possibilita o imediato pagamento aos produtores;
- Um mercado rural de comercialização; e
- Um centro logístico com câmaras frigoríficas para congelação e refrigeração.

O programa prevê abranger os Municípios da Matala, Cacula e Quipungo, por possuírem dependências do Banco de Poupança e Créditos (BPC) e alpendres para facilitar a comercialização dos produtos agro-pecuários.

Considerando a importância que o comércio rural assume no rendimento das famílias camponesas e no equilíbrio da sua dieta alimentar, bem como no fornecimento de produtos agro-pecuários aos centros urbanos, torna-se necessária a criação de espaços comerciais com enquadramento legal e a melhoria das infraestruturas da rede viária para um desenvolvimento sustentável deste comércio que ainda apresenta níveis de incipiência elevados.

Em síntese:

- O sector do comércio na Província tem vindo a aumentar a sua importância na base económica local;
- No comércio formal verificou-se um número crescente de estabelecimentos comerciais registados, e, consequentemente um aumento da arrecadação de receitas pela repartição fiscal da Província;
- Melhorar os níveis de eficiência dos serviços logísticos e de distribuição através da construção de estruturas de armazenamento, conservação, comercialização e requalificação da rede viária;
- Reconversão dos mercados informais criando infraestruturas básicas de apoio à actividade e melhorando a qualidade dos serviços prestados;
- Acompanhamento da execução de programas de apoio ao comércio rural, contribuindo para o fomento da actividade e consequente aumento do rendimento das famílias camponesas e de outros produtores.

O sector do turismo enquadra-se no domínio do desenvolvimento económico e assegura claramente a política da Província da Huíla no sentido de se restabelecer «como um centro turístico de referência do País», afirmando-se como um pólo de atracção de pessoas, bens e serviços.

É crescente a aposta no turismo através da melhoria das infraestruturas e da qualificação dos recursos humanos. Esta estratégia pretende impulsionar a economia da Província em virtude da sua capacidade em gerar riqueza e criar emprego.

A Huíla oferece aos seus turistas um leque cada vez maior de serviços e produtos turísticos, nas vertentes de natureza, lazer e cultural, sendo um dos destinos do Sul de Angola, que se diferencia pela sua localização privilegiada na zona fronteiriça com as Províncias do Namibe, Cunene, Benguela e Huambo.

Com efeito a Província dispõe de recursos naturais, culturais e socioeconómicos que, na essência, se constituem como valores de um elevado potencial turístico, que poderá ser vocacionado para o espaço rural ou para turismo de lazer cultural e urbano, destacando-se neste domínio a cidade do Lubango, que concorre a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

O Património natural existente na Huíla merece um destaque particular, por possuir uma dimensão e importância que permitem uma atracção turística muito específica. A afluência cada vez maior de turistas de todo o mundo, nomeadamente oriundos da Namíbia, África do Sul e Europa, coloca em evidencia o potencial da Província, cujo desenvolvimento deste sector merece ser orientado com vista à exploração sustentável dos recursos.

Destacam-se como zonas turísticas de interesse da Província, as fendas da Tundavala no Lubango. Do alto da montanha é possível ter uma visão total e magnífica das fendas e de parte da Província.

A Serra da Leba, que territorialmente pertence à província do Namibe, é contudo um dos pontos de excelência turística para a Huíla.

O Parque Nacional do Bicuar, com uma área de 7.900 Km², estabelecido como reserva de caça e actualmente elevado a parque nacional, apresenta uma flora bastante diversificada e detém uma das espécies existentes com maior relevância: o búfalo negro.

A Reserva Florestal do Guelengue e Dongo com uma área de 1.200Km² está limitada pelos rios Chicusse, Chissanda, Cusso, Cussava e Cunene. O monumento arquitectónico conhecido como Cristo Rei, localizado na cordilheira da Chela, no Lubango, tem 14 metros de altura, tendo uma vista privilegiada sobre a cidade do Lubango.

Existem também outras maravilhas naturais como a Cascata da Huíla, a barragem das Neves, a Cascata da Estação Zootécnica da Humpata, as Grutas e o Lago Ondimba, a Lagoa do Tchivinguiro, a Lagoa do Quipungo, o Miradouro do Bimbe e o Miradouro da Boca da Humpata.

Outra das atracções é o complexo turístico da Sr^a do Monte, que apresenta a maior área verde pública da cidade do Lubango. Este possui uma piscina com 200m de comprimento, campos desportivos, dois pavilhões desportivos, um kartódromo, uma capela e oratória da Sr^a do Monte, unidades e aldeamentos hoteleiros.

Os eventos são um dos aspectos mais visíveis na dinamização turística e no processo de projecção da Província, quer a nível regional, nacional e até mesmo internacional, tendo as agências de viagem um papel fundamental na divulgação destes eventos e na captação de turistas.

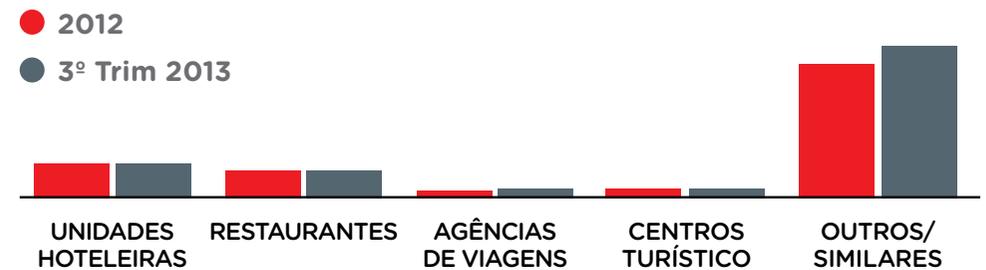
De entre os eventos que se realizam na Província, merecem destaque aqueles que fazem parte do calendário oficial de animação turística, os quais conseguem atrair um crescente número de visitantes, como as festas da cidade do Lubango, as festas de São Pedro da Chibia, São João da Humpata, Festas de Natal, Fim- do-Ano e Carnaval. É de realçar que durante as festas da cidade do Lubango ocorrem várias iniciativas, destacando-se a procissão da Nossa Senhora Monte, feira do gado com exposição dos diversos criadores da Província e de vários pontos do País, bem como a Expo-Huíla, que representa a maior carteira de negócios da região Sul do País, com uma diversidade de serviços e inovação tecnológica, quer em imóveis, telecomunicações, materiais de construção, transportes, quer em amostras de artefactos culturais. É nesta que se estabelecem contactos, transacções comerciais e parcerias entre produtores e empresários vindos das várias Províncias de Angola (Huíla, Namibe, Cunene, Huambo e Benguela) e inclusive de outros países (Namíbia, África do Sul, Ghana e Portugal entre outros).

Intercalados com a programação e produção destes eventos mais mediáticos, ocorrem na Província vários outros acontecimentos nas suas mais variadas expressões artísticas, seja para públicos mais eruditos ou mais populares, como peças de teatro, exposições de pintura e escultura, concertos de música, lançamentos de livros, entre muitas outras festas de casualidade promovida pela iniciativa pública ou privada. Objectivando uma resposta a estas iniciativas, a rede hoteleira da Província está em franca expansão no que diz respeito a infraestruturas criadas, das quais destacam-se os hotéis, hospedarias e pensões, bem como uma variedade de serviços complementares de suporte ao ramo hoteleiro e turístico, como é o caso de agências de viagens, centros turísticos, discotecas, restaurantes, cinema, teatro, museus, centros culturais, bibliotecas, entre outros.

Como se pode constatar, a evolução de 2012 até ao 3º trimestre de 2013 foi positiva em todos os serviços hoteleiros da Província, verificando um crescimento de 11,1%, que correspondeu a 80 novas unidades hoteleiras

e serviços complementares. Destas destacam-se a abertura de 63 estabelecimentos, que se enquadram na categoria de outros/similares (+12.9%), a construção de 8 novas unidades hoteleiras (+7.5%) e a abertura de 3 novas agências de viagens (+18.8%).

Taxa de Crescimento das Unidades Hoteleiras e Serviços Complementares na Província da Huíla Gráfico 30



Trata-se de uma região com uma concentração elevada de estabelecimentos hoteleiros e similares, devido às diversas opções de lazer que oferece com os recursos naturais que detém. A Província é detentora de 799 unidades hoteleiras e serviços complementares, até ao 3º trimestre de 2013, distribuídos pelos 14 Municípios.

Através da observação do quadro seguinte, que apresenta o número de estabelecimentos registados e controlados pela Direcção Provincial de Hotelaria e Turismo, constata-se a existência de 114 unidades hoteleiras, das quais se podem destacar o Hotel Serra da Chela, Chick-Chick, Lubango e outros Lodges como o Pululukwa, Casper, Kimbo do Soba, Palanca Negra com uma vertente muitas vezes associada ao descanso, lazer e contacto com a natureza. A maioria dos hotéis e aldeamentos turísticos existentes possui as condições necessárias para a prestação de serviços com qualidade.

TABELA 52

EMPRESAS DO SECTOR TURÍSTICO EXISTENTES NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

	2011	2012	3 ^º T 2013
Unidades Hoteleiras	104	106	114
Restaurantes	76	89	95
Agências de Viagens	14	16	19
Centros Turísticos	19	20	20
Outros Similares	419	488	551
TOTAL	632	719	799

Fonte: Governo Provincial da Huíla

A oferta hoteleira da Província está, na sua maioria, situada na cidade do Lubango, sendo que apenas um hotel se encontra na comuna da Palanca, Município da Humpata. Neste momento, encontram-se em reabilitação 2 hotéis e em construção mais 4, dos quais se destaca o “Hotel Mukanka” situado junto ao aeroporto internacional do Lubango por estar contemplado no programa de investimentos públicos.

Com a diversidade de serviços que a Província oferece, torna-se necessário a qualificação de técnicos especializados nesta área. A criação da Escola de Hotelaria tentou suprimir esta fragilidade, através de cursos como gestão de pequenas e medias empresas, cozinha, atendimento de mesa e bar, pastelaria e recepção. Contudo, o mau estado de conservação do edifício e a falta de orçamento para a sua reestruturação e modernização fez com que o mesmo encerrasse a sua actividade. Neste sentido, é essencial a sua reabilitação com vista à formação de novos técnicos capazes de acompanhar a evolução das novas unidades hoteleiras.

No âmbito dos serviços destacam-se ainda, pela sua crescente importância, os serviços financeiros que a Província oferece, o Banco Nacional de ANGOLA (BNA) bem como outras filiais bancárias. Apesar dos recursos paisagísticos naturais e culturais existentes na

Província da Huíla, da proximidade do Lubango a um eixo de elevado interesse turístico – litoral Sudoeste –, do potencial associado a eventos marcantes (festas religiosas, festas da cidade, espectáculos, congressos, acções de formação, encontros governamentais e políticos) e do património urbano edificado, ainda é notória a falta de práticas que promovam o seu arranjo urbanístico e fomentem o desenvolvimento de actividades de lazer e recreio e valorização do património existente. A debilidade das acessibilidades e a insuficiência da rede pública de transportes é ainda um constrangimento a ser ultrapassado a par de um desenvolvimento da oferta turista da Província.

Em síntese:

- Elevado potencial turístico dispondo de recursos naturais, culturais e socioeconómicos e uma oferta diversificada de produtos de atracção turística;
- Crescente aposta na melhoria das infraestruturas de base ao sector do turismo;
- Qualificação dos recursos humanos através da reestruturação da Escola de Hotelaria até ao momento encerrada;
- Diversificar a oferta de unidades hoteleiras e complementares em todos os municípios dado a existência de uma elevada concentração apenas no município do Lubango;
- Melhorar as acessibilidades e a rede pública de transportes;
- Promover campanhas de divulgação do património natural existente.

5.1.4.4 Transportes e Acessibilidades

A Huíla detém no contexto do Sul de Angola uma posição estratégica de relevo potenciada pelas ligações aéreas, ferroviárias e rodoviárias. A melhoria destes sistemas contribui de forma decisiva para o desenvolvimento de uma base económica local e regional.

A rede de estradas em presença na província da Huila encontra-se em mau estado de conservação.

Dos mais de 1600 km de estradas pertencentes à designada rede fundamental, até 2009, apenas 553.8 km tinham sido intervencionadas e parcialmente asfaltadas.

DADOS RODOVIÁRIOS (NOVEMBRO/2009)

Rede fundamental de estradas: **1.635,2 Km**

Estradas concluídas e parcialmente asfaltadas: **553,8 Km**

Estradas adjudicadas e em curso: **434,6 Km**

Estradas a contratar: **445,9 Km**

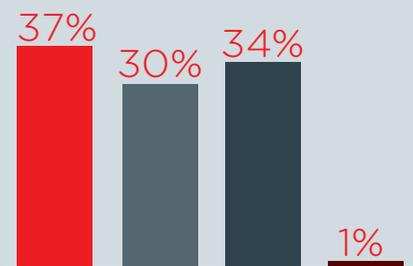
Arruamentos: **6,0 Km**

Valor do investimento de estradas em curso: **KZ 33.473.604.210,00**



- Rede Fundamental
- Estradas concluídas e parcialmente asfaltadas
- Estradas adjudicadas e em curso
- Rios principais
- Capitais de Províncias
- Sedes Municipais
- Sedes Comunais

Caracterização da Rede Rodoviária Provincial
Mapa 8



A rede viária fundamental assenta em dois eixos principais, fazem parte integrante de dois corredores de desenvolvimento nacionais (de acordo com a Estratégia Angola 2025 e com o Plano Estratégico Nacional de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes).

- EN280 - Estrada Nacional 280 - Esta via liga a cidade do Namibe à cidade de Menongue, atravessando a província da Huíla e corresponde ao corredor de desenvolvimento do Namibe. É uma importante via interprovincial, pois permite o escoamento de produtos entre as províncias do Cuando-Cubango, Huíla e Namibe. A interligação desta estrada com as novas vias propostas é indispensável neste plano de mobilidade. Encontra-se asfaltada em praticamente toda a extensão, e em bom estado de conservação, estando em curso a conclusão do troço entre os municípios do Cuvango e do Cuchi.
- EN110 - Estrada Nacional 110 - Esta via atravessa importantes municípios da província da Huíla: Caconda, Chicomba e Matala. Cruza ainda as localidades de Capelongo, Mulondo, Mucope. Entra na província no Cunene passando no Humbe e Xangongo e corresponde ao Corredor de Desenvolvimento Central. Esta estrada já se encontra a ser intervencionada.

Esta rede de eixos fundamentais está ligada a uma série de eixos de articulação que os interligam e que asseguram a conexão rodoviária entre todas as sedes municipais e algumas comunais da Província da Huila, concretamente:

- EN105 - Estrada Nacional 105 - Esta via liga a província de Benguela à província da Huíla, indo terminar na província do Cunene. No seu trajecto pela província da Huíla passa pelos municípios de Quilengues, Cacula, Lubango, Chibia e Gambos na província da Huíla, terminando no município da Cahama, na província do Cunene. Esta via permite também a ligação à província do Huambo através do desvio de Catengue. Apresenta-se asfaltada em grande parte do seu trajecto.
- EN120 - Estrada Nacional 120 - Esta via cruza os municípios de Chipindo, Cuvango e da Jamba, terminando na província do Cunene, mais

precisamente no município do Cuvelai. É uma via importante para o escoamento de minérios provenientes da região mineira da Jamba. Esta via já se encontra a ser intervencionada no troço até à Jamba

- EN354 - Estrada Nacional 354 - Esta via atravessa a localidade de Cuima na província do Huambo e os municípios de Caconda e Cacula na província da Huíla. Esta estrada, apesar de ainda não se encontrar totalmente asfaltada, é a principal ligação à província do Huambo.

TABELA 53

CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRADAS EM EXECUÇÃO NA PROVÍNCIA DA HUÍLA

EN	TROÇO	KM	TIPO ESTRADA	TIPO INTERVENÇÃO
	Matal-Mulondo	242		Fase de Mobilização
354/120	Cacula-Quilengues	54	Principal	Em Curso
354/120	Quilengues-Rio Coporolo	84	Principal	Em Curso
	Caconda-Chipindo	98	Secundária	Em Curso
EC290/ EN280-3	Desvio Huíla-Desvio da Palanca	34	Secundária	Em Curso (Forte Atraso)
	Colui-Jamba	26	Principal	Em Curso

Fonte: Governo Provincial da Huíla

Face ao estado actual das vias rodoviárias da Província considera-se fundamental desenvolver acções que promovam a abrangência territorial das acessibilidades e conseqüente mobilidade de pessoas e bens, enquanto factor de promoção do desenvolvimento económico e social da Huila.

No que se refere à rede aeroportuária, a Província da Huila conta com uma infraestrutural operacional e em perfeitas condições de aterragem e descolagem que proporciona a frequência de voos. O aeroporto internacional do Lubango, apresenta um terminal de passageiros nacional e internacional,

com área de 6500 m², com Torre de Controlo, terminal de carga com 4000 m², uma pista auxiliar com 2800 m por 30 de largura e uma pista principal com 3.300 m. Este aeroporto possui também uma Placa de estacionamento de aeronave com 375 m por 125 m, Prédio para Serviço de combate de Incêndio e estacionamento para 200 veículos e acesso viário.

Toda a parte operacional do aeroporto foi modificada (pista, equipamento de controlo de voos, etc), com intuito de elevar a categoria do aeroporto com capacidade para receber voos internacionais.

Com o aeroporto internacional, a província conta com um elevado número de voos domésticos e internacionais, com particular realce para as províncias de Benguela, Huambo, Cunene e a capital Luanda, e Whindoek (Namíbia), o mesmo é feito por operadoras privadas e pela empresa pública TAAG (companhia de bandeira nacional) e tem servido para o transporte de pessoas e bens.

Relativamente à rede Ferroviária, existe o Caminho de Ferro de Moçâmedes que liga as províncias do Namibe, Huíla e do Cuando Cubango. Com uma extensão de 907 quilómetros, na bitola 1.067 m. Tem três estações especiais nas cidades do Namibe, Lubango e Menongue.

O CFM beneficiou de obras de reabilitação e modernização cuja conclusão se registou no mês de Agosto de 2012, e a circulação dos Comboios comerciais de Passageiros e de Carga, teve início em Setembro de 2012 em todo o traçado Namibe/Lubango/Menongue.

Como se verifica na figura, a actual configuração da rede nacional ferroviária é composta por 3 linhas de caminho-de-ferro que se encontram estrategicamente posicionadas no território, servindo como principais eixos de desenvolvimento. No entanto não possuem qualquer ligação entre si, daí o Ministério dos Transportes ter proposto através do Plano Nacional de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes a criação de ligações entre elas.

Em suma, para o fomento da economia da província, torna-se imperioso a existência de vias de acesso que promovam a mobilidade de pessoas e mercadorias com maior rapidez e eficiência. É essencial para o desenho de uma nova rede viária, garantir a articulação multimodal os vários meios de transporte (transporte terrestre, transporte aéreo e transporte marítimo, com ligação à província do Namibe) bem como atender à proximidade às infraestruturas de saúde, educação, zonas industriais e novas zonas residenciais.

5.2 A Província da Huíla e o Futuro

5.2.1 Opções Estratégicas

A Província da Huila enfrenta um enorme desafio, nos próximos anos, ao assumir como apostas centrais do seu futuro modelo de desenvolvimento a sua afirmação como território que contribui activamente para o aprofundamento da coesão nacional e para o esforço de desenvolvimento e de afirmação do País no mundo.

Neste contexto o Plano Provincial de Desenvolvimento comporta as Grandes Linhas de Orientação Estratégica que traduzem a Visão para a Província da Huila:

- Promover a qualificação do território, apostando no equilíbrio e sustentabilidade ambiental, na melhoria das condições de vida das comunidades e na dotação equilibrada de equipamentos e serviços de suporte.
- Consolidar, desenvolver e diversificar a base económica da Província, valorizando a capacidade produtiva agrícola e pecuária, vocacionando para o mercado e simultaneamente impulsionando a cadeia de valor agroindustrial, contribuindo para a diminuição das importações e simultaneamente para a dinamização do mercado de trabalho e do empreendedorismo.
- Intensificar o processo de desenvolvimento extrovertido (produzindo para os mercados extra-provinciais), valorizador do forte potencial de desenvolvimento urbano das relações regionais e das potencialidades turísticas.

- Apostar na qualificação do capital humano, condição essencial para responder aos desafios de desenvolvimento, com base no fortalecimento do sistema de educação e formação profissional
- Mobilizar os actores de desenvolvimento, públicos e privados, como condição essencial ao processo integrado de desenvolvimento provincial.

A concretização das Grandes Linhas de Orientação Estratégica é reflectida na definição do Programa de Acção, que integra diversos tipos de resposta a mobilizar, seja pela sua escala temporal e territorial, seja pela sua natureza mais transversal, instrumental ou sectorial, ou seja, pela responsabilidade pela sua execução.

O Programa de Acção a propor para a Huila comporta projectos e investimentos de nível nacional ou que, sendo de nível provincial, se destinam a assegurar metas e objectivos nacionais. Mas, mesmo nestes casos, importa que o Plano de Desenvolvimento Provincial reflecta as dinâmicas próprias e as especificidades da Província, devendo:

- inscrever-se no seu modelo de desenvolvimento social, económico e territorial;
- otimizar os recursos disponíveis;
- promover os efeitos relacionais com o interior da Província, estimulando o envolvimento de empresas e instituições;
- valorizar as suas potencialidades e combater as suas vulnerabilidades.



A Visão enunciada através das Grandes Linhas de Orientação Estratégica, deve ter uma utilidade para o processo de planeamento e não ser um mero repositório de ideias, por muito específicas e fundamentadas que sejam.

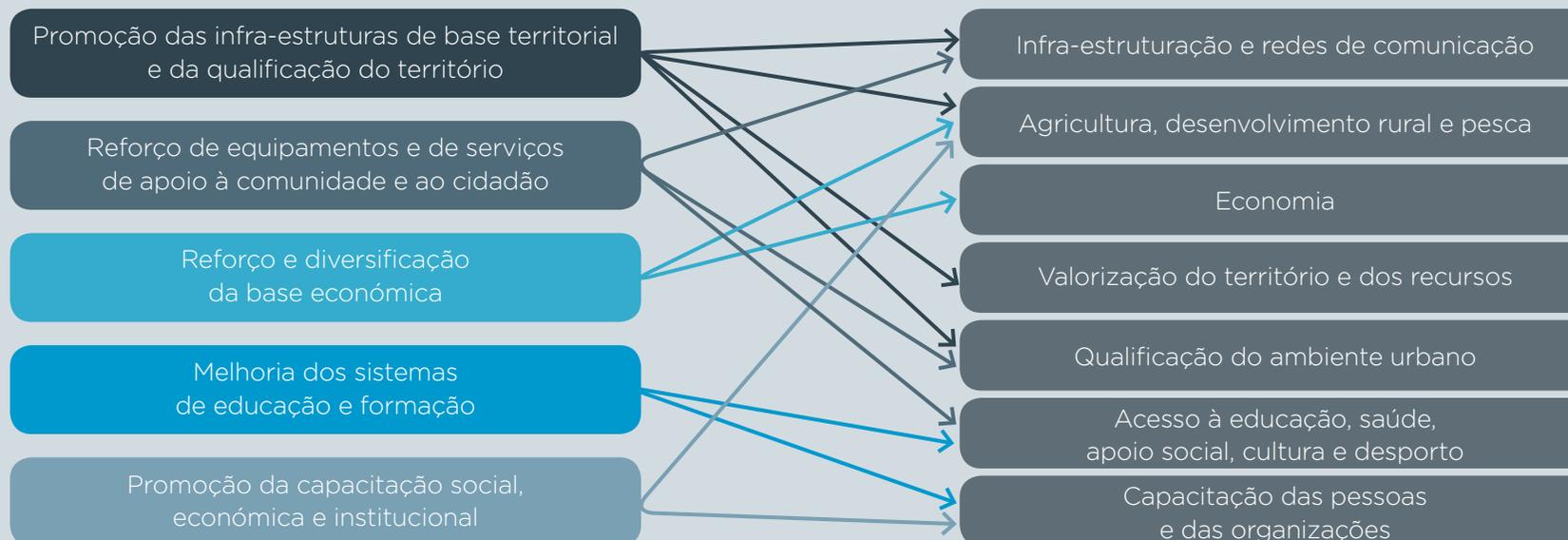
Por isso, e sem prejuízo de intervenções em domínios de natureza social e administrativa mais correntes, que devem ser assegurados, é essencial fazer uma focagem estratégica que permita concentrar esforços e recursos, de forma consistente, nas linhas de intervenção mais decisivas para concretizar o futuro pretendido.

Esta focagem permitirá manter, ao longo do processo e durante os próximos anos, uma concentração de esforços persistente naqueles que serão os verdadeiros factores de progresso e chaves para a diferenciação competitiva da Província.

5.2.2 Programas Operacionais

Por outro lado, pretendendo-se identificar os principais projectos e acções a integrar no Programa de Acção a médio prazo para a Província, sem desvirtuar a ambição da Visão definida a longo prazo, é importante adoptar neste instrumento operacional os mecanismos que garantam a sua monitorização de forma a reorientar a estratégia, nos seguintes Programas Operacionais, que se relacionam com as Grandes Linhas de Orientação Estratégica conforme se esquematiza da figura seguinte:

GRANDES LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA



Assim, o Programa de Acção é sistematizado em 9 Programas Operacionais, que se desagregam nos seguintes sub-programas:

Programa 1 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural

- P 1.1 - Promoção do cooperativismo
- P 1.2 - Fomento da Actividade Agrícola e Florestal
- P 1.3 - Reforço das Infraestruturas de apoio à actividade Agrícola e Florestal
- P 1.4 - Promoção da qualidade de vida no espaço rural
- P 1.5 - Fomento da Actividade Pecuária
- P 1.6 - Desenvolvimento das infraestruturas de apoio à actividade pecuária
- P 1.7 - Desenvolvimento de pesca continental

Programa 2 - Desenvolvimento e Diversificação da Base Económica

- P 2.1 - Indústria
- P 2.2 - Comércio
- P 2.3 - Turismo e Lazer
- P 2.4 - Empreendedorismo e inovação

Programa 3 - Saúde

- P 3.1. - Expansão das redes de equipamentos de saúde
- P 3.2. - Promoção da Saúde Pública
- P 3.3. - Incentivo à fixação de profissionais de saúde nos Municípios

Programa 4 - Cultura, Património e Comunicação Social

- P 4.1 - Promoção e valorização do património Cultural
- P 4.2. - Desenvolvimento de espaços culturais
- P 4.3. - Comunicação Social

Programa 5 - Educação

- P 5.1 - Expansão da rede de equipamentos escolares qualificados
- P 5.2. - Promover a alfabetização de jovens e adultos
- P 5.3. - Promoção do ensino técnico-profissional

P 5.4. - Incentivo à fixação de profissionais da educação nos Municípios

Programa 6 - Juventude e Acção Social

- P 6.1. - Promoção da prática de actividades desportivas e de lazer
- P6.2. - Apoio aos grupos vulneráveis

Programa 7 - Grandes redes de infraestruturas

- P 7.1 - Reforço das Acessibilidades e da Mobilidade
- P 7.2 - Reforço das Infraestruturas de abastecimento e tratamento de água
- P 7.3 - Reforço das Infraestruturas de drenagem de águas residuais e pluviais
- P 7.4 - Reforço das Infraestruturas de distribuição de energia e telecomunicações

Programa 8 - Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial

- P 8.1 - Requalificação do Espaço Urbano
- P 8.2 - Desenvolvimento do Parque Habitacional
- P8.3 - Valorização e Gestão Ambiental
- P 8.4 - Criação de instrumentos de gestão territorial

Programa 9 - Modernização administrativa

- P 9.1. - Requalificação das infraestruturas dos órgãos da administração local
- P 9.2. - Desenvolvimento do capital humano dos órgãos da administração local

Estes sub-programas, por seu turno, envolvem a realização de 97 acções estruturantes.

5.2.3 Programa de Investimentos Públicos

A concretização do PDP Huila 2013-2017, através da realização das 97 acções estruturantes que constituem o Plano, equivale a um volume de investimento de 587.339.220.077 Kz, a realizar ao longo do período de vigência. A distribuição anual do investimento global é seguinte:

TABELA 54
DISTRIBUIÇÃO ANUAL DO INVESTIMENTO GLOBAL NO PLANO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA HUÍLA 2013-2017

ANO	AKZ
2013	9 098 157 424
2014	56 496 632 323
2015	185 727 198 365
2016	168 022 339 010
2017	167 994 892 955
TOTAL	587 339 220 077

Fonte: Governo Provincial da Huila

NO ANO DE 2013, OS INVESTIMENTOS TÊM UMA EXPRESSÃO REDUZIDA, CORRESPONDENDO ESSENCIALMENTE DESPESAS JÁ ASSUMIDAS PELO EXECUTIVO.

O investimento distribui-se pelos 5 anos de forma relativamente uniforme entre 2015 e 2017, tendo no ano de 2015 maior intensidade. No ano de 2013, os investimentos têm uma expressão reduzida, correspondendo essencialmente despesas já assumidas pelo executivo. O quadro seguinte apresenta o investimento global previsto por Programa Operacional.

TABELA 55
DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO GLOBAL, POR PROGRAMA OPERACIONAL, NO PLANO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA HUÍLA 2013-2017

Programa Operacional	AKZ	%
P1 - Agricultura, Pecuária, Pescas e Desenvolvimento Rural	86 136 019 727	15%
P2 - Desenvolvimento e Diversificação Base Económica	31 022 059 929	5%
P3 - Saúde	28 974 466 455	5%
P4 - Cultura, Património e Comunicação Social	8 102 664 218	1%
P5 - Educação	19 871 422 217	3%
P6 - Juventude e Acção Social	25 230 239 358	4%
P7 - Grandes Redes de Infra-estruturas	326 817 513 988	56%
P8 - Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial	51 766 632 696	9%
P9 - Modernização Administrativa	9 418 201 491	2%
TOTAL	587 339 220 079	

Fonte: Governo Provincial da Huila

O **Programa Operacional 7 - Grandes Redes e Infraestruturas** é aquele que representa maior esforço de investimento traduzindo a necessidade de efectuar grandes investimentos a médio prazo, os quais são o suporte do desenvolvimento da Província.

O **Programa Operacional 1 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural** e o **Programa Operacional 8 - Qualificação**

Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial são os que destacam em seguida, indo assim ao encontro dos objectivos de política e dos desafios de crescimento económico e desenvolvimento sustentado da Província.

O quadro seguinte apresenta a distribuição do investimento, por Programa Operacional e ano de vigência do Plano.

TABELA 56

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO GLOBAL, POR PROGRAMA OPERACIONAL, NO PLANO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA HUÍLA 2013-2017

Programa operacional	2013		2014		2015		2016		2017		TOTAL
	Kz	%	Kz	%	Kz	%	Kz	%	Kz	%	Kz
Programa 1 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural	237 101 784 Kz	0,3%	14 547 481 880 Kz	16,9%	30 040 070 009 Kz	34,9%	26 042 315 941 Kz	30,2%	15 269 050 112 Kz	17,7%	86 136 019 727 Kz
Programa 2 - Desenvolvimento e Diversificação da Base Económica	75 000 000 Kz	0,2%	0 Kz	0,0%	12 130 553 176 Kz	39,1%	8 589 527 416 Kz	27,7%	10 226 979 336 Kz	33,0%	31 022 059 928 Kz
Programa 3 - Saúde	3 531 769 955 Kz	12,2%	3 525 421 618 Kz	12,2%	8 934 929 271 Kz	30,8%	5 721 022 805 Kz	19,7%	7 261 322 805 Kz	25,1%	28 974 466 455 Kz
Programa 4 - Cultura, Património e Comunicação Social	0 Kz	0,0%	0 Kz	0,0%	3 509 730 478 Kz	43,3%	2 312 061 870 Kz	28,5%	2 280 871 870 Kz	28,1%	8 102 664 218 Kz
Programa 5 - Educação	160 000 000 Kz	0,8%	285 945 991 Kz	1,4%	8 754 278 726 Kz	44,1%	5 000 352 000 Kz	25,2%	5 670 845 500 Kz	28,5%	19 871 422 217 Kz
Programa 6 - Juventude e Acção Social	0 Kz	0,0%	0 Kz	0,0%	12 041 442 365 Kz	47,7%	6 983 890 818 Kz	27,7%	6 204 906 175 Kz	24,6%	25 230 239 358 Kz
Programa 7 - Grandes redes de infraestruturas	2 987 310 532 Kz	0,9%	30 700 346 505 Kz	9,4%	80 950 399 100 Kz	24,8%	101 369 833 826 Kz	31,0%	110 809 624 024 Kz	33,9%	326 817 513 988 Kz
Programa 8 - Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial	1 866 975 153 Kz	3,6%	7 200 071 475 Kz	13,9%	24 308 213 402 Kz	47,0%	9 955 041 333 Kz	19,2%	8 436 331 333 Kz	16,3%	51 766 632 696 Kz
Programa 9 - Modernização administrativa	240 000 000 Kz	2,5%	237 364 854 Kz	2,5%	5 057 581 837 Kz	53,7%	2 048 293 000 Kz	21,7%	1 834 961 800 Kz	19,5%	9 418 201 491 Kz
Total Geral	9 098 157 424 Kz	1,5%	56 496 632 323 Kz	9,6%	185 727 198 365 Kz	31,6%	168 022 339 010 Kz	28,6%	167 994 892 955 Kz	28,6%	587 339 220 077 Kz

No quadro e gráfico seguintes apresenta-se a distribuição indicativa das responsabilidades pelo financiamento das acções previstas.

TABELA 57

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO GLOBAL, POR PROGRAMA OPERACIONAL, SEGUNDO A RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO, NO PLANO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA HUÍLA 2013-2017

Programas Operacionais	INVESTIMENTO TOTAL/ PROMOTOR (Kz)				TOTAL
	Investimento Público de nível Central	Investimento Público de nível Local	Investimento privado	Financiamento Externo	
Programa 1 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural	23 702 612 023 Kz	26 104 299 172 Kz	500 000 000 Kz	35 829 108 532 Kz	86 136 019 727 Kz
Programa 2 - Desenvolvimento e Diversificação da Base Económica	17 475 990 400 Kz	4 318 344 528 Kz	9 227 725 000 Kz	0 Kz	31 022 059 928 Kz
Programa 3 - Saúde	3 588 800 000 Kz	13 185 666 455 Kz	0 Kz	12 200 000 000 Kz	28 974 466 455 Kz
Programa 4 - Cultura, Património e Comunicação Social	1 230 983 520 Kz	5 732 988 269 Kz	1 138 692 429 Kz	0 Kz	8 102 664 218 Kz
Programa 5 - Educação	0 Kz	19 871 422 217 Kz	0 Kz	0 Kz	19 871 422 217 Kz
Programa 6 - Juventude e Acção Social	3 828 300 000 Kz	21 401 939 358 Kz	0 Kz	0 Kz	25 230 239 358 Kz
Programa 7 - Grandes redes de infraestruturas	181 930 313 830 Kz	43 243 140 848 Kz	0 Kz	101 644 059 310 Kz	326 817 513 988 Kz
Programa 8 - Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial	11 692 614 000 Kz	35 315 018 696 Kz	0 Kz	4 759 000 000 Kz	51 766 632 696 Kz
Programa 9 - Modernização administrativa	0 Kz	9 418 201 491 Kz	0 Kz	0 Kz	9 418 201 491 Kz
Total Geral	243 449 613 773 Kz	178 591 021 033 Kz	10 866 417 429 Kz	154 432 167 842 Kz	587 339 220 077 Kz

Como se pode observar, 42% do investimento é da responsabilidade do Governo Central, sendo de destacar o peso que assume na execução do Programa 7 - Grandes Redes de Infraestruturas.

O investimento público de base local, corresponde a 30% do total do investimento do Plano, do qual 24% será aplicado no desenvolvimento de acções no domínio das grandes redes de infraestruturas, 20% no domínio da Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial, e 15% no domínio da Agricultura e desenvolvimento Rural.

Importa ainda referir o peso relativo das fontes de financiamento externo na realização do Plano. Com efeito do total de investimento previsto, 26% será coberto por linha de crédito específica, fruto da capacidade negocial do Governo Provincial para a realização de acções estruturantes que se incluem na estratégia de desenvolvimento provincial, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento da Agricultura, Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Saúde, Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial e Grandes redes de infraestruturas.

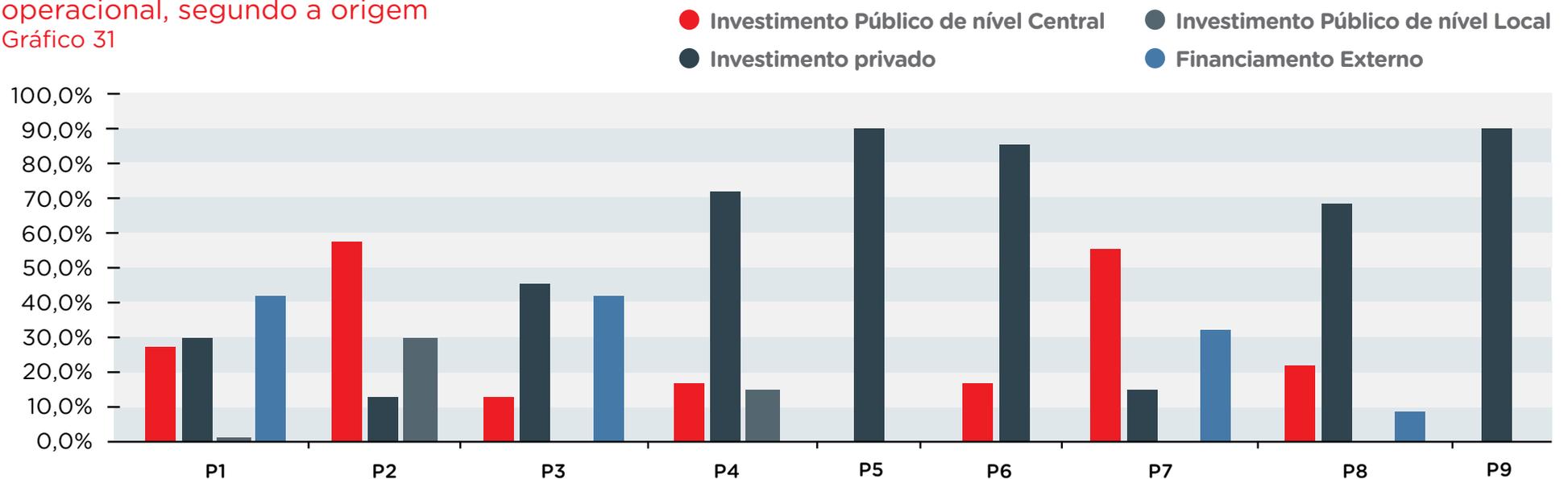
Considerando a estrutura programática, e a distribuição dos investimentos previsionais segundo a origem do financiamento verifica-se que a realização dos programas operacionais da Educação e da Modernização Administrativa (P5 e P9, respectivamente) é exclusivamente da responsabilidade Local, facto que está directamente associado à natureza das acções estruturantes e as atribuições e competências dos órgãos da Administração Local do Estado.

No que concerne à participação do sector privado na realização da estratégia de desenvolvimento, esta recai sobretudo no Programa Operacional dedicado ao Desenvolvimento e Diversificação da Base Económica, existindo também participação na realização das acções estruturantes enquadradas pelo Programa Operacional 4 dedicado à Cultura, Património e Comunicação Social.

Porém é convicção do Governo Provincial que o sector privado poderá ao longo do processo de implementação do Plano participar ainda de forma mais activa na concretização da estratégia de desenvolvimento de médio prazo da Província da Huila.

Distribuição do investimento por programa operacional, segundo a origem

Gráfico 31





06

HUAMBO

HUAMBO

6.1 A Província do Huambo em 2015

6.1.1 Geografia

A província do Huambo é confinada pelas províncias angolanas de Kwanza Sul (a norte), Bié (a nordeste), Huíla (a sul) e Benguela (a oeste). Compreende uma superfície de 35.736 Km² (cerca de 40% da área de Portugal Continental). Fica situada na região do planalto central de Angola (área planáltica acima dos 1500 metros) sendo o Morro do Moco, localizado nesta província no município de Londuimbali, o maior pico montanhoso da região e do país (com mais de dois mil metros de altitude).

Conhecida como uma das maiores bacias hidrográficas do País, desta província irradiam numerosos rios e riachos em direcção ao litoral e países vizinhos. Entre estes, os rios Queve (Huambo), Cunene (Boas Águas), Kubango (Vila Nova) e Cuando (Alto Cuito) são os de maior caudal e com maior potencial para a rega e instalação de centrais hídricas para o fornecimento de energia eléctrica.

Huambo



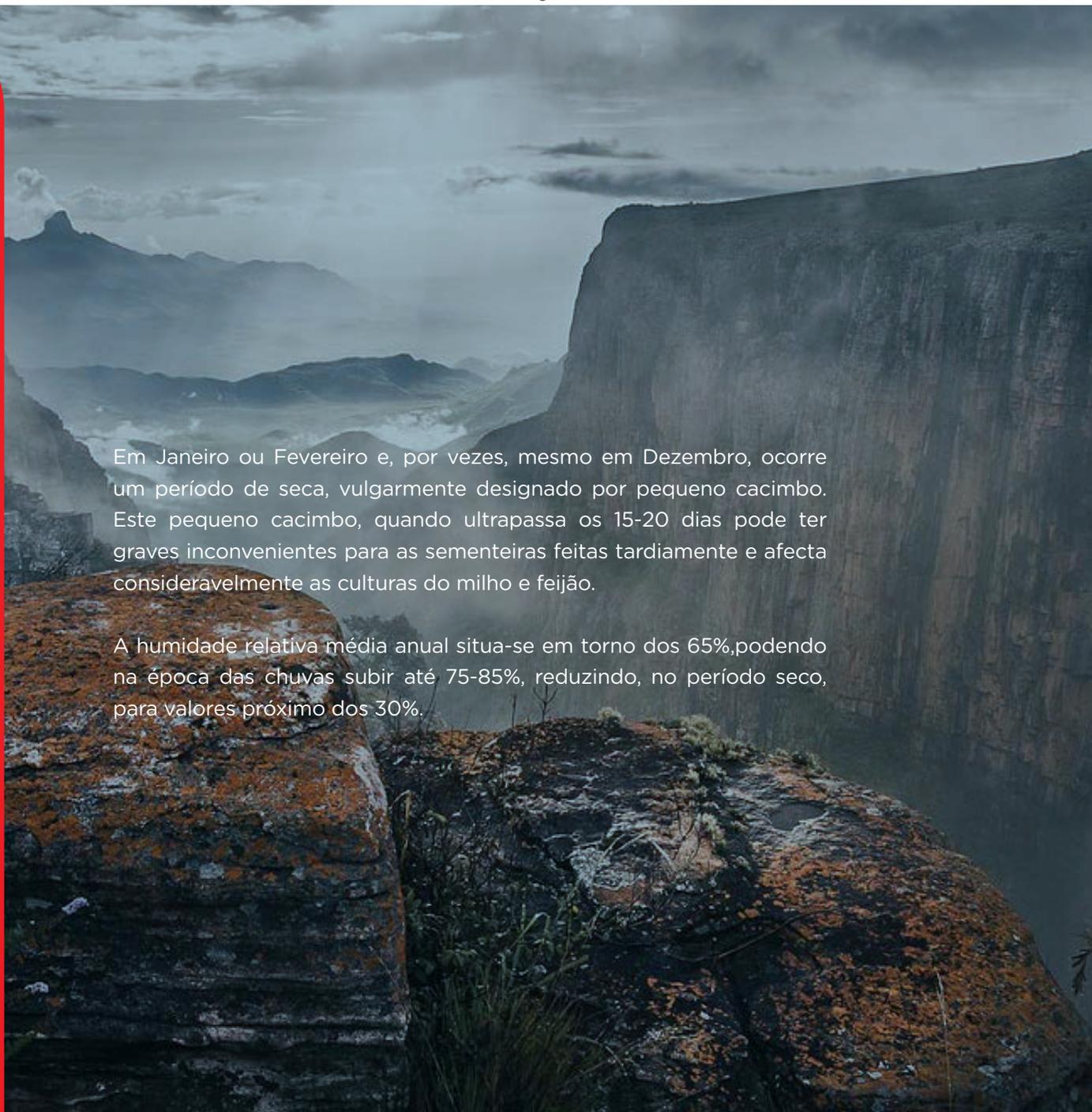
6.1.2 Clima

A província localiza-se na zona de climas alternadamente húmidos e secos das regiões intertropicais. Devido à altitude o clima é temperado, apresentando uma temperatura média anual inferior a 20°C. O mês mais frio, normalmente, é Junho e os mais quentes entre Setembro e Outubro.

A quantidade anual de precipitação ronda os 1400 mm, com pequenas variações dentro da província, atingindo na região sul valores próximos dos 1200mm. Durante o ano reconhecem-se duas estações: a estação das chuvas e a estação seca (ou do “cacimbo”). As chuvas iniciam-se normalmente em Outubro e terminam em Abril, sendo os meses de Maio e Setembro considerados de transição. As chuvas podem ocorrer frequentemente com granizo e no período de Junho a Agosto há incidência de geadas, principalmente nos vales e depressões, onde as temperaturas mínimas absolutas são próximas de 0°C.

Em Janeiro ou Fevereiro e, por vezes, mesmo em Dezembro, ocorre um período de seca, vulgarmente designado por pequeno cacimbo. Este pequeno cacimbo, quando ultrapassa os 15-20 dias pode ter graves inconvenientes para as sementeiras feitas tardiamente e afecta consideravelmente as culturas do milho e feijão.

A humidade relativa média anual situa-se em torno dos 65%, podendo na época das chuvas subir até 75-85%, reduzindo, no período seco, para valores próximo dos 30%.



6.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam na província do Huambo, 1.896.147 pessoas, sendo 899.690 do sexo masculino e 996.457 do sexo feminino.

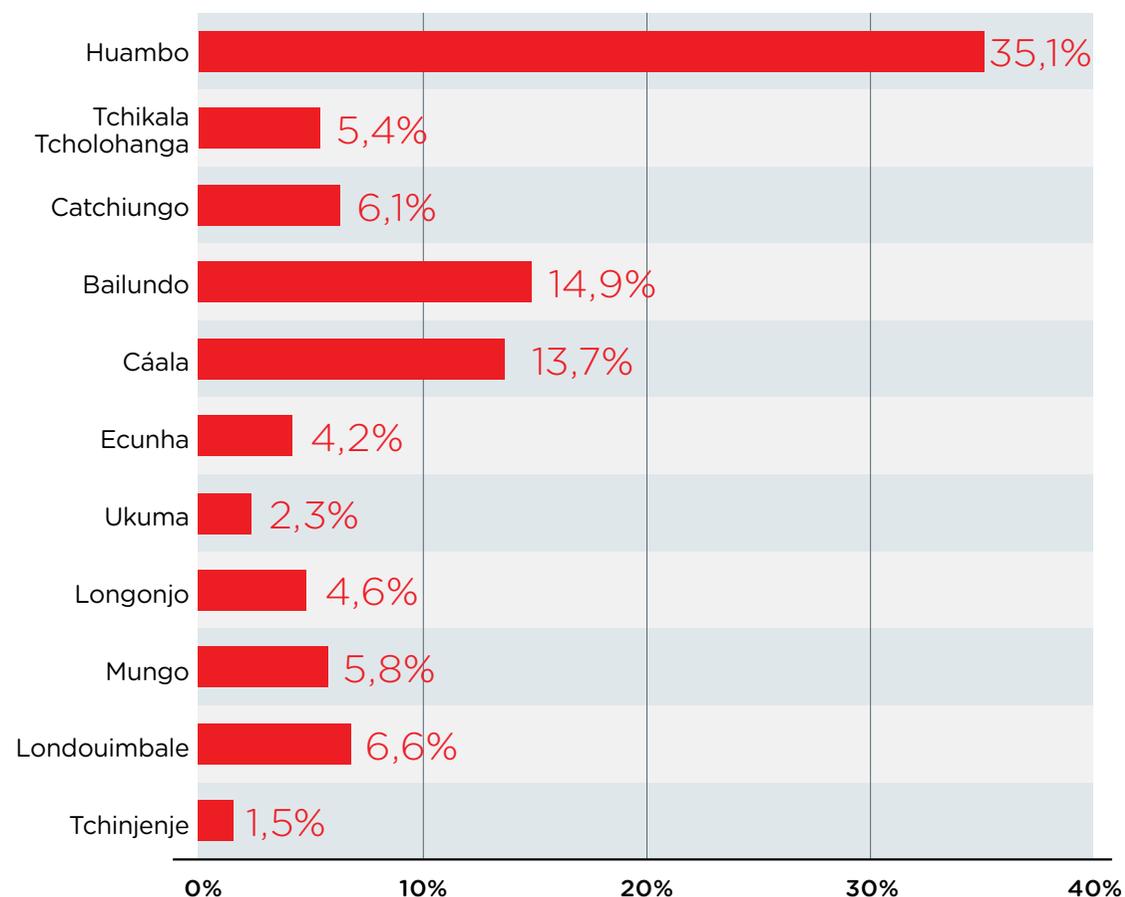
TABELA 58
POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO E ÁREA
DE RESIDÊNCIA NO HUAMBO, SEGUNDO O SEXO, 2014

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	nº	%	nº	%	nº	%
Huambo	1 896 147	100	899 690	100	996 457	100
Urbana	885 297	46,7	422 828	47,0	462 469	46,4
Rural	1 010 850	53,3	476 862	53,0	533 988	53,6
Municípios						
Huambo	665 574	35,1	318 177	35,4	347 397	34,9
Tchikala Tcholohanga	101 914	5,4	48 270	5,4	53 644	5,4
Catchiungo	115 622	6,1	55 069	6,1	60 553	6,1
Bailundo	282 150	14,9	133 100	14,8	149 050	15,0
Cáala	259 483	13,7	123 768	13,8	135 715	13,6
E Cunha	78 848	4,2	37 266	4,1	41 582	4,2
Ukuma	42 687	2,3	20 159	2,2	22 528	2,3
Longonjo	86 795	4,6	40 860	4,5	45 935	4,6
Mungo	110 429	5,8	51 564	5,7	58 865	5,9
Londouimbale	124 448	6,6	58 226	6,5	66 222	6,6
Tchinjenje	28 197	1,5	13 231	1,5	14 966	1,5

Fonte: INE, RGPB 2014, Resultados Preliminares

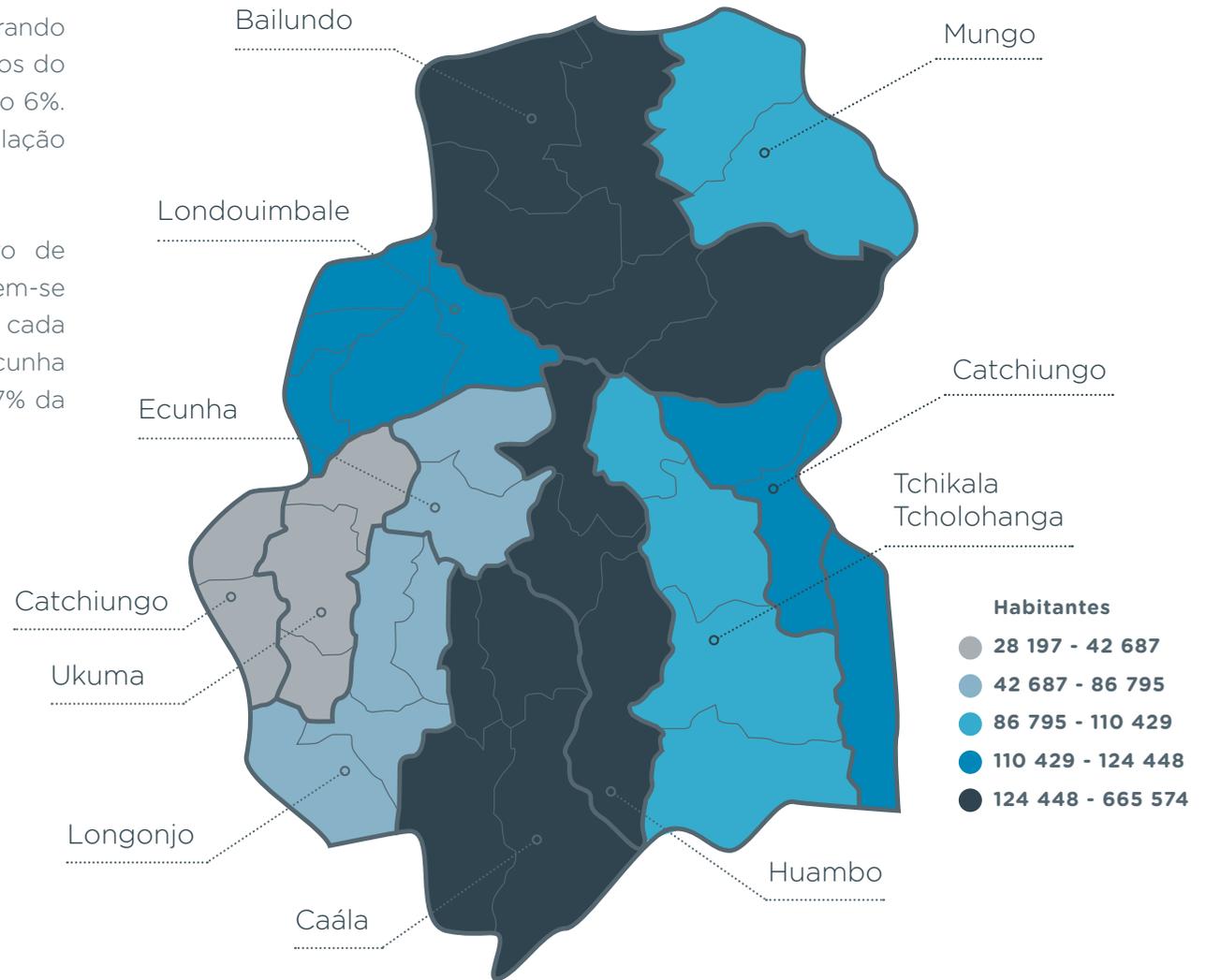
Distribuição da População Residente no Huambo por Município 2014

Gráfico 32



○ O município do Huambo é o mais populoso, concentrando 35% da população da província. Seguem-se, os municípios do Bailundo 15%, Caála 14%, Londouimbale 7% e o Catchiungo 6%. Estes 5 municípios concentram 77% do total da população residente na província.

○ O município do Tchinjenje registou o menor número de residentes com 2% da população da província. Seguem-se outros cinco municípios com uma população inferior a 6% cada um, nomeadamente Tchikala Tcholohanga, Longonjo, E Cunha e Ukuma. Estes cinco municípios concentram apenas 17% da população da província.

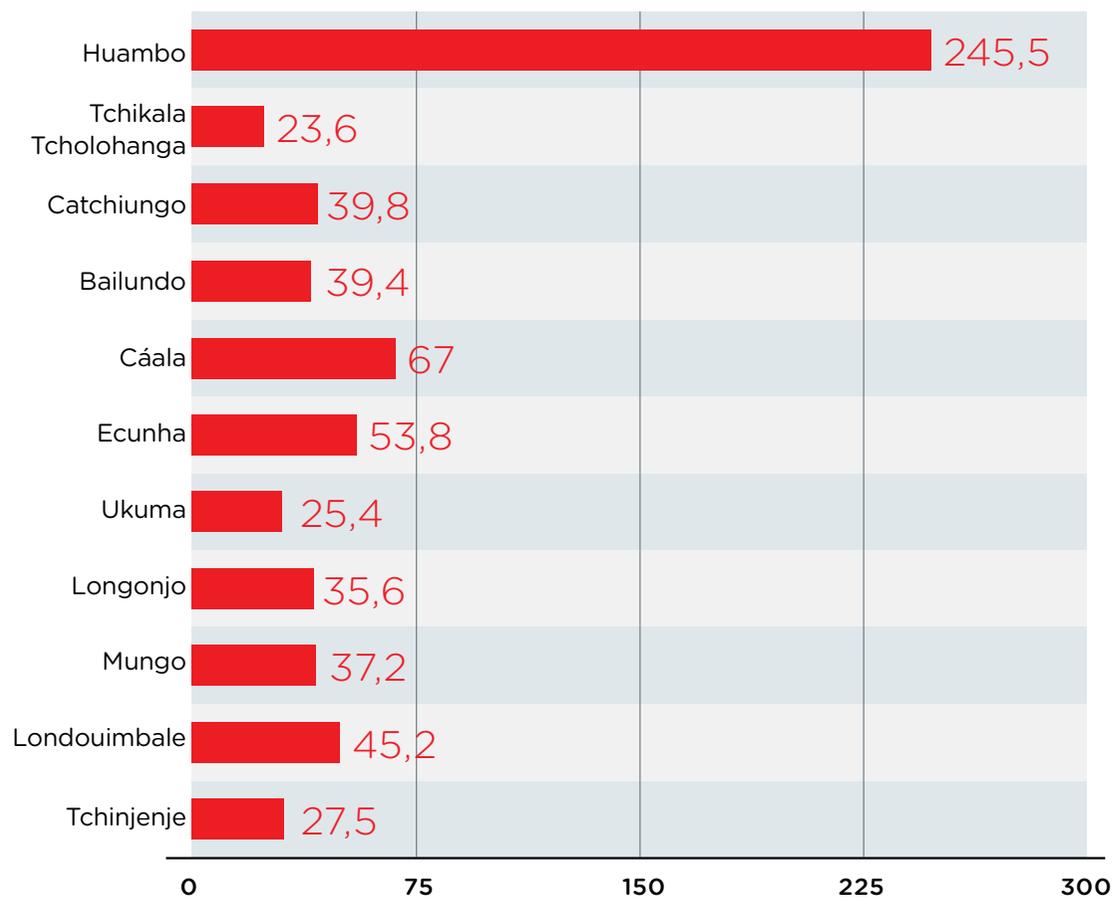


Distribuição da População Residente,
 por Município, no Huambo 2014
 Mapa 9



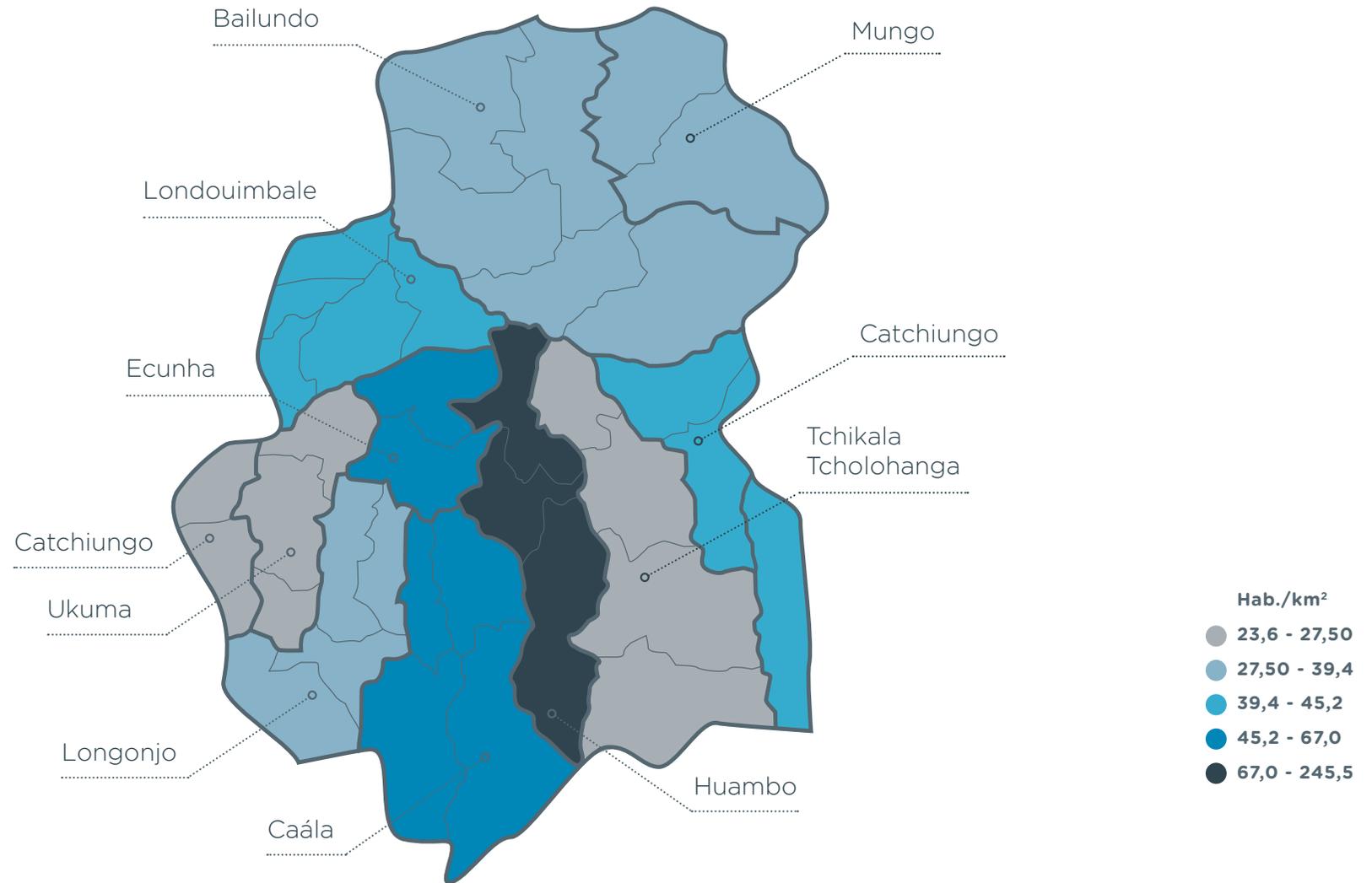
Densidade Demográfica no Huambo, por Município 2014

Gráfico 33



Para cada quilómetro quadrado da província do Huambo residem 57 pessoas. O gráfico seguinte, mostra que o Huambo além de ser o município com o maior número de habitantes, é igualmente o município com maior densidade populacional.

No extremo oposto encontram-se os municípios do Ukuma com cerca de 25 habitantes por quilómetro quadrado, seguido do Tchinjenje com 28 habitantes.



Densidade Demográfica,
por Município, no Huambo 2014
Mapa 10

6.1.4. Principais Sectores de Actividade Económica

AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA

O sector tradicional continua a assegurar a produção das principais culturas alimentares da região (milho e feijão).

O sector empresarial tem pouca expressão em áreas destinadas ao milho devido aos elevados custos de produção desta cultura e os baixos preços praticados no mercado.

De acordo com os últimos dados disponíveis, constante do Plano de Desenvolvimento Provincial 2013-2017 e reportando a 2011, a produção agrícola recuou sensivelmente.

O SECTOR TRADICIONAL CONTINUA A ASSEGURAR A PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS ALIMENTARES DA REGIÃO (MILHO E FEIJÃO).

TABELA 59
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

	2009	2010	2011
Produção de Milho (Ton)	404 958	404 976	231 489
Produção de Feijão (Ton)	116 424	97 648	27 316
Produção de Batata (Ton)	101 240	86 282	68 916
Produção de Mandioca (Ton)	91 128	138 960	121 638
Produção de Hortícolas	91 128	271 795	63 914

Fonte: Plano Provincial de Desenvolvimento 2013-2017

A tabela seguinte sintetiza, por município, quais os principais produtos cultivados.

TABELA 60
PRINCIPAIS CULTURAS PRATICADAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO, POR MUNICÍPIO

Município	Culturas Praticadas
Huambo	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas, Fruteiras, Tremoços
Caála	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas, Fruteiras
Bailundo	Milho, Feijão, Hortícolas, Fruteiras, Mandioca
Cachiungo	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas, Fruteiras, Mandioca, Soja,
Chicala	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas, Mandioca,
Londuimbali	Milho, Feijão, Hortícolas, Fruteiras, Banana
Chinjenje	Milho, Hortícolas
Ukuma	Milho, Feijão, Hortícolas, Alho
Ecunha	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas
Mungo	Milho, Feijão, Soja, Hortícolas, Fruteiras, Abacaxi
Longonjo	Milho, Batata Rena, Feijão, Hortícolas, Fruteiras

Fonte: MINAGRI - Huambo

No que diz respeito ao sector pecuário, os efectivos existentes em 2012 eram os seguintes:

TABELA 61
EFFECTIVO PECUÁRIO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Sector	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Aves
Tradicional	75 699	1 407 674	5 319	984 276	4 648 060
Empresarial	27 661	159 516			260 335
TOTAL	103 360	1 567 190	5 319	984 276	4 908 395

Fonte: MINAGRI - Huambo

De referir, que os Municípios com maior criação, são os Municípios do Huambo, Caála, Longonjo, e Ukuma. No que diz respeito ao sector silvícola, em 2012, o perímetro florestal existente era o seguinte:

TABELA 62
PERÍMETRO FLORESTAL NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Perímetro	Área (hectares)	Ocupação
Estatais		
Cuima	17 000	Eucalipto e Pinho
Sacaála	11	Eucalipto e Pinho
Chianga	13	Eucalipto e Graviha
Gongoinga	10	Eucalipto
Privados		
Sanguendela	1 750	Eucalipto, Cedro e Pinho
Sanguengue	18 000	Eucalipto e Pinho
Bonga	1 750	Eucalipto e Cedro
Mundundu	1 750	Eucalipto e Pinho
Cacoma	900	Eucalipto e Pinho
Canjiri	340	Eucalipto e Pinho
Chipeio	900	Eucalipto e Pinho
Chinguri	1 750	Eucalipto e Cedro
Camanda	300	Eucalipto e Cedro
Suya	250	Eucalipto e Cedro



O Plano Nacional de Desenvolvimento a Médio-Prazo do Sector Agrário contém uma caracterização exaustiva da situação do sector na província do Huambo:

- Cada município no Huambo tem uma estação de desenvolvimento agrário (servindo um total de 2.969 aldeias) - representando 8.4% do total de 131 estações de desenvolvimento agrários no país;
- A fileira nacional de cereais - milho abrange todos os municípios no Huambo;
- A fileira nacional de cereais - massango e massambala abrange o município do Huambo;
- A fileira nacional de raízes e tubérculos - mandioca abrange os municípios de Mungo e Bailundo no Huambo;
- A fileira nacional de raízes e tubérculos - mandioca abrange os municípios de Mungo e Bailundo no Huambo;
- A fileira nacional de raízes e tubérculos - batata-doce abrange todos os municípios no Huambo;
- A fileira nacional de raízes e tubérculos - mandioca abrange os municípios de Mungo e Bailundo no Huambo;
- A fileira nacional de raízes e tubérculos - batata rena abrange os municípios do Huambo, Caala, E Cunha, Cachiungo e Chicala Cholohanga no Huambo;
- A fileira nacional de leguminosas de grão - feijão comum abrange todos os municípios do Huambo;
- A fileira nacional de leguminosas de grão - feijão macunde abrange os municípios do Huambo, Ucuma e Caála na província do Huambo
- A fileira nacional de leguminosas de grão - soja abrange os municípios do Huambo, Caála, Bailundo, Longonjo, Cachiungo e Mungo na província do Huambo;
- A fileira nacional de oleaginosas - girassol abrange os municípios de Bailundo, Mungo, Huambo e Caála no Huambo;
- A fileira nacional de hortofrutícolas e fruteiras - hortícolas diversas abrange os municípios do Huambo, Caála e E Cunha no Huambo;
- A fileira nacional de hortofrutícolas e fruteiras - ananas abrange o município de Londuimbali no Huambo;
- A fileira nacional de hortofrutícolas e fruteiras - macas, peras, abacate e mamão abrange os municípios do Huambo, E Cunha e Cachiungo no Huambo;
- A fileira nacional de café - café arábica abrange os municípios do Huambo, Cachiungo, Bailundo e Mungo no Huambo;
- A fileira nacional de produtos de origem animal - efectivamente abrange todos os municípios do Huambo;
- A fileira nacional de florestas - serrações abrange o município do Huambo;
- A fileira nacional de florestas - apicultura abrange os municípios de Caala, Chinjenje, Cachiungo e Chicala-Cholohanga no Huambo;
- A fileira nacional de sementes - milho abrange os municípios de Caala e Bailundo no Huambo.

Os principais desafios que o sector enfrenta na província do Huambo podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Produção agrícola de subsistência praticada por camponeses com baixo nível de formação ou analfabeta;
- Estado de degradação das vias secundárias e terciárias bem como a existência de minas nalgumas localidades;
- Baixa produtividade agrícola e falta de experiência do sector empresarial;
- Quase inexistência de comércio rural e de redes de frio e armazenagem;
- Baixos níveis de produção pela ausência de meios de produção;
- A inexistência de empresas de mecanização agrícola;
- Insuficiência de técnicos.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

De acordo com os dados disponibilizados no Plano Provincial de Desenvolvimento 2013-2017, estes três sectores têm vindo a crescer nos últimos anos, apesar de um contexto particularmente difícil. A tabela seguinte sintetiza alguma da informação disponível sobre estas três actividades económicas.

TABELA 63
INDICADORES BASE NOS SECTORES DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Indicador	2009	2010	2011	2012
Numero Turistas	11056	13018	7935	15381
Novas Entidades Hoteleiras Licenciadas	22	6	32	36
Novas Entidades Industriais Licenciadas	não disp.	não disp.	não disp.	não disp.
Novas Entidades Comerciais Licenciadas	434	495	523	398
Estabelecimentos Comerciais Licenciados	não disp.	não disp.a	não disp.	3009

Fonte: Governo Provincial do Huambo

O investimento público com impacto nestes três sectores tem crescido de forma sustentada, denotando a preocupação na criação de postos de trabalho que permitam fixar população numa região de elevada tradição industrial, localizada naquele que será um dos mais importantes hubs logísticos do país.

TABELA 64
INVESTIMENTO PÚBLICO NOS SECTORES DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Indicador	2009	2010	2011	2012
PIP investido na indústria e comércio e turismo	164 000 000	12 000 000	0	106 756 211
Aumento do PIP investido no sector %	228%	-93%	-100%	100%
Número de quartos de hotel disponíveis	467	710	856	1006
Mudança anual no número de quartos disponíveis	123	243	146	150
Número de camas de hotel disponíveis	não disp.	não disp.a	1185	1292

Fonte: Governo Provincial do Huambo

Particularmente relevantes são os dados sobre o investimento privado na província, o qual conheceu uma evolução positiva nos últimos anos.

TABELA 65
INVESTIMENTO PRIVADO NOS SECTORES DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Indicador	2009	2010	2011	2012
Investimento via ANIP - Número de projectos	16	15	4	2
Investimento via ANIP - Valor USDx1000	33022	38083	3486	43600
Investimento via ANIP - Variação anual de valor	18497	5061	-34597	40114

Fonte: Governo Provincial do Huambo

TABELA 66
LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Empresa	Mineral	Município
Discovery - Group	Cobre	Longonjo
Minara Lda	Ouro	Caála
Genius Mineira	Metais Ferrosos e não Ferrosos	Mungo
Sables Minerals	Sables Minerals	Longonjo
Joaquina Chinossanda Utingo Lda	Pedras preciosas e Semi-preciosas	Mungo

Fonte: Governo Provincial do Huambo

As dificuldades encontradas para atingir as metas de crescimento e desenvolvimento neste sector da indústria, nos últimos anos, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Reduzidas infra-estruturas necessárias para a instalação de indústrias e insuficiência significativa de utilidades, principalmente água, saneamento e energia eléctrica;
- Ausência de uma política específica de protecção temporária à indústria nacional, sobretudo à nascente, incluindo o cumprimento insuficiente da legislação que determina a preferência da indústria nacional no abastecimento das instituições do estado;
- Insuficiência de escolas, centros de formação, centros de competências e de inovação, incubadoras de empresas e outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento das empresas industriais nacionais;
- Falta de um plano e de programas estratégicos para a industrialização de Angola, a médio e longo prazo, em sintonia com outros sectores pertinentes;
- Insuficiente actuação estratégica comum intersectorial no sentido da tomada de decisões numa perspectiva de criação de “clusters” que assegurem o desenvolvimento sustentado da economia não petrolífera;
- Problemas recorrentes nos desalfandegamentos de equipamentos, por falta de definição dos respectivos processos e consequente desorçamentação de meios financeiros para o efeito;
- Necessidade de concluir a Reforma Tributária e de celebrar acordos para evitar a dupla tributação com os principais países fonte de investimento directo estrangeiro;
- Persistência de alguma burocracia na criação de empresas privadas, embora, os avanços significativos alcançados.

No que diz respeito ao sector do comércio, os principais operadores activos na província destacam as seguintes dificuldades:

- Escassez de quadros com formação académica qualificada, capacidade financeira, comercial, profissional, vocação e/ou cultural comercial na maioria dos comerciantes e de agentes económicos locais;

- Falta de recursos financeiros para a execução e conclusão das obras, no âmbito do programa de reestruturação do sistema de logística e de distribuição de produtos essenciais à população - PRESILD;
- Ausência de um fundo de garantia de créditos à actividade comercial;
- Inexistência de quadro jurídico-legal de alienação de Imóveis do sector do comércio, ainda propriedade do Estado para reforço da capacidade de negociação patrimonial dos comerciantes angolanos.

O sector da geologia e minas continua, por seu turno, a confrontar-se com constrangimentos de monta:

- Insuficiente cobertura e conhecimento do parque geológico do País
- Escassez de infra-estruturas geológicas, de transporte (ramais ferroviários) e de apoio à actividade mineira;
- Insuficiência de meios técnicos, materiais e humanos para o cumprimento integral das tarefas relacionadas com a fiscalização mineira e ambiente;
- Elevadas tarifas de transportação (caminho-de-ferro) e taxas aduaneiras sobre os produtos do subsector de rochas ornamentais.

Finalmente e no que toca ao sector do turismo, as principais dificuldades sentidas pelos operadores podem ser sistematizadas da seguinte forma:

- Escassos e dispendiosos meios e infra-estruturas de transportes e comunicações;
- Inexistência de programas de turismo e lazer, quer orientados para o mercado interno quer internacional;
- Tarifas e preços de hotelaria e restauração não competitivos a nível internacional;
- Fraca disponibilidade de recursos humanos qualificados.

OBRAS PÚBLICAS

O sector das obras públicas tem sido um dos motores de dinamização da economia provincial ao longo dos últimos anos.

TABELA 67
INDICADORES BASE NO SECTOR DAS OBRAS PÚBLICAS
NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Indicador	2009	2010	2011	2012
Asfaltagem de estradas fundamentais	0	24	104	97
Asfaltagem nos arruamentos da Cidade do Huambo	28	0	0	0
Pontes em estradas fundamentais	37	216	278	166
Terraplanagem de estradas secundárias e terciárias	434	495	523	398

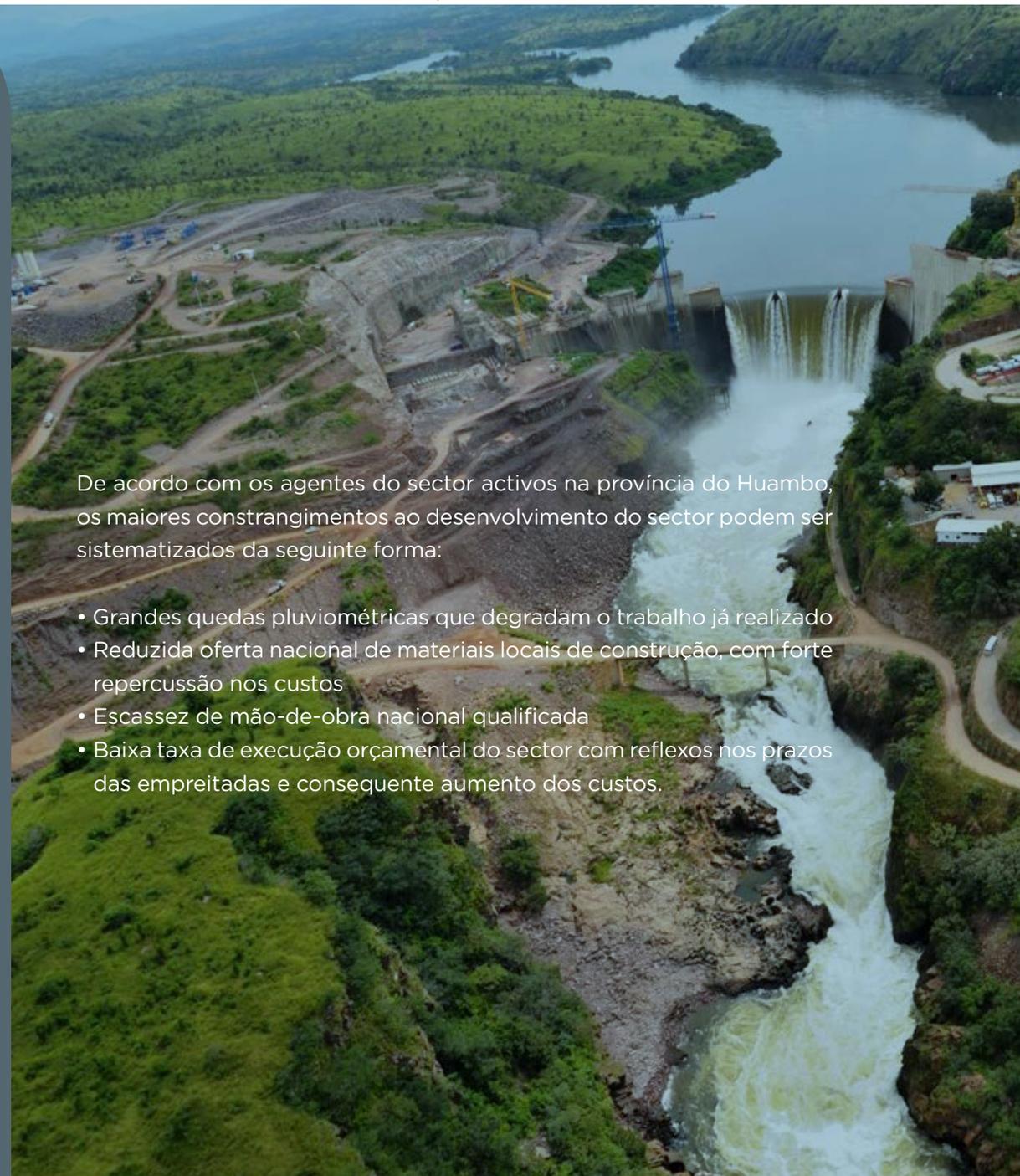
Fonte: Governo Provincial do Huambo

Esta evolução reflecte um forte investimento público na dinamização do sector, conforme evidenciado pela tabela seguinte.

TABELA 68
INVESTIMENTO PÚBLICO NO SECTOR DAS OBRAS PÚBLICAS
NA PROVÍNCIA DO HUAMBO (2009-2012)

Indicador	2009	2010	2011	2012
PIP investido nas obras públicas	1 139 000 000	987 612 892	1 315 836 377	1 482 501 529
Aumento do PIP investido no sector	369%	-13%	33%	13%

Fonte: Governo Provincial do Huambo



De acordo com os agentes do sector activos na província do Huambo, os maiores constrangimentos ao desenvolvimento do sector podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Grandes quedas pluviométricas que degradam o trabalho já realizado
- Reduzida oferta nacional de materiais locais de construção, com forte repercussão nos custos
- Escassez de mão-de-obra nacional qualificada
- Baixa taxa de execução orçamental do sector com reflexos nos prazos das empreitadas e consequente aumento dos custos.

6.1.4.4 Transportes

O Huambo dispõe de uma posição geoestratégica única. No centro de Angola, no cruzamento de redes rodo-ferroviárias, o Huambo tem potencial para ser afirmar-se como um dos motores da diversificação da economia nacional.

TABELA 69
INDICADORES BASE DO SECTOR DOS TRANSPORTES
NA PROVÍNCIA DO HUAMBO (2009-2012)

Indicador	2009	2010	2011	2012
Número de licenças licenciadas	514	334	568	183
Número de aterragens de aviões	1158	1361	368	678

Fonte: Governo Provincial do Huambo

Os postos de trabalho criados pelo sector continuam, contudo, aquém do potencial que a província possui para se afirmar como plataforma logística no coração de Angola.

TABELA 70
INDICADORES DE EMPREGO NO SECTOR DOS TRANSPORTES
NA PROVÍNCIA DO HUAMBO (2009-2012)

Indicador	2009	2010	2011	2012
Número de pessoas empregadas pelo sector	358	358	358	524
Aumento Anual de Pessoas Empregadas	116%	0%	0%	46%

Fonte: Governo Provincial do Huambo

Devido precisamente à sua localização, a província dispõe de várias pistas de aviação, a maioria das quais, encontrando-se inoperacional.

TABELA 71
PISTAS DE AVIAÇÃO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO (2009-2012)

Município	Localização	Situação	Piso	Pistas
Huambo	Sede	Operacional	Asfalto	1
Caala	Ngove	Operacional	Asfalto	1
Bailundo	Sede	Inoperacional	Terra Batida	1
Longonjo	Sede e Chilata	Inoperacional	Terra Batida	2
Chicala- Chohohanga	Sede e Sambo	Inoperacional	Terra Batida	2
Ukuma	Sede	Inoperacional	Terra Batida	1
Ekunha	Sede	Inoperacional	Terra Batida	1
Londuimbali	Sede e Galanga	Inoperacional	Terra Batida	1
Cachiungo	Chinhama	Inoperacional	Terra Batida	1
Mungo	Sede	Operacional	Terra Batida	1

Fonte: Governo Provincial do Huambo

6.2 A Província do Huambo e o Futuro

6.2.1 Opções Estratégicas 2013-2017

O Plano Provincial de Desenvolvimento traça as grandes opções estratégicas da província no horizonte 2017. Essas opções têm uma tradução territorial e sectorial.

6.2.1.1 De Âmbito Nacional

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 define um conjunto de prioridades para a província do Huambo. Desde logo no que toca à sua inserção numa **estratégia de desenvolvimento territorial**:

- A província do Huambo orientará o seu desenvolvimento no sentido de articular Huambo e Kuito (e Caála) para criar um forte eixo urbano bipolar no centro do País;
- Interligar o eixo urbano a continuidade dos programas de reconstrução e desenvolvimento municipais que ligam as duas províncias;
- Garantir a manutenção e sustentabilidade dos eixos urbanos com cursos profissionalizantes de nível médio e superior no domínio de saneamento básico e ambiente, tratamento e aproveitamento de resíduos sólidos e saúde pública.

No domínio **Agrícola e Pescas**:

- Aproveitar os recursos hídricos para criação de canais e valas de irrigação;
- Desenvolver um programa agro-silvo-pastoril e dinamizar o reflorestamento dos principais polígonos florestais;
- Fomentar as produções de cereais, feijão, soja, batata, grão-de-bico, café, milho e ginguba;
- Desenvolver um programa protótipo de forragicultura e de produção de sementes;
- Fomentar o repovoamento animal e o seu melhoramento genético;
- Fomentar a pesca continental.

No domínio **Industrial**:

- Recuperar a sua posição de grande (2º) parque industrial do país (Polo industrial de Caála, com maior pendor para as agro-indústrias);
- Aproveitar as frutas locais para investigação científica e industrialização;
- Criar um Porto Seco (terminal de contentores) como plataforma logística ao desenvolvimento do polo industrial; (em Chicala Cholohanga e o parque empresarial associado);
- Desenvolver indústrias intensivas em mão-de-obra para substituir importações, fertilizantes e adubos e produção e montagem de equipamentos agrícolas.

No domínio dos **Transportes**:

- Reorganizar a rede pública de transportes públicos urbanos municipalizados em parceria público-privada;
- Criar um ramal ferroviário Caála-Catata, estabelecer redes de comunicações telefónicas rurais em todas as comunas.

6.2.1.2 De Âmbito Provincial

O Governo Provincial do Huambo complementa as opções estratégicas de âmbito nacional com opções de âmbito provincial.

No domínio do **desenvolvimento rural**:

- Reduzir o êxodo rural;
- Infra-estruturação das comunas.

No domínio de **transportes e comunicação**:

- Construir o aeroporto internacional do Huambo;
- Trabalhar no sentido de, após a ligação dos caminhos-de-ferro do centro, sul e norte do país, Huambo ser a sede ferroviária do país.

No domínio da **Juventude e desportos**:

- Construir um Estádio para 40,000 no Huambo;
- Construir casas da juventude e centros comunitários nos municípios.

No domínio do **ensino**:

- Alargar a rede de ensino primário e secundário em todas as sedes comunais;
- Consolidação do projecto integrado da Cidade Universitária UJES.

No domínio da **saúde**:

- Alargamento da rede sanitária nas zonas rurais;
- Criação de hospitais de especialidade;
- Aumento de número de médicos na província.

No domínio do **comércio e turismo**:

- Explorar o potencial turístico da província através da consolidação do plano director do turismo;

- Potenciar o sector empresarial e aumento da organização da rede comercial; através da consolidação do plano director do comércio.

No domínio do **Ordenamento do Território e do Urbanismo**:

- Consolidação da infra-estruturação dos bairros periféricos a nível dos municípios sede;
- Infra-estruturação integrada Huambo-Caála;
- Implementação da circular do Huambo;
- Redução do crescimento desordenado dos bairros suburbanos;
- Melhoria do saneamento básico;
- Redução do deficit habitacional a partir da construção de centralidades;
- Asfaltagem ou resselagem das estradas municipais dos municípios s sedes.

Nos domínios **Industrial e agro-industrial**:

- Introduzir Parques industriais em todos os municípios;
- Introdução da bacia leiteira do Huambo.

6.2.2 Eixos de Desenvolvimento

Eixos constituem o quadro de referência do desenvolvimento a médio prazo. Os eixos de desenvolvimento estratégico integram os domínios da vida da província em torno dos quais se poderão mobilizar os esforços técnicos institucionais e financeiros com o objectivo de encetar um processo de desenvolvimento integrado que potencie as aptidões da província no quadro regional e nacional tendo como referencia a estratégia de desenvolvimento de longo prazo - Angola 2025.

Os eixos seleccionados por Huambo são apresentados a seguir:

- Capital do Conhecimento;
- Capital Ecológica;
- Polo Agrário Nacional;
- Polo Agro-industrial Nacional.

6.2.2.1 Capital do Conhecimento

O desenvolvimento da Cidade Universitária José Eduardo dos Santos constitui a iniciativa-charneira deste eixo.

6.2.2.1.1 Cidade Universitária José Eduardo dos Santos

Tem terreno concedido de 2.500 hectares - o número de alunos planificados é de 42.000

- Está localizada no Bairro do Cambiote no Huambo
- Está na fase de desenho (construção da primeira fase já se iniciou). A UJES já existe com aproximadamente 8,000 estudantes em várias faculdades espalhadas (fora da zona da nova Cidade Universitária)
- Ainda não tem data definitiva de conclusão da construção do campus
- A UJES será uma universidade regional servindo Huambo, Bié e Moxico
- Representa um elemento importante da estratégia de desenvolvimento do ensino superior, irá ter faculdades de medicina humana, ciências agrárias, medicina veterinária, economia, direito, pedagogia, engenharia e arquitectura
- Terá centros de inovação e empreendedorismo, parques tecnológicos, bibliotecas, áreas de lazer e desportos bem como acomodação para os estudantes.

6.2.2.1.2 Outras universidades já existentes no Huambo

Outras universidades ou instituições de formação superior já existentes no Huambo incluem:

- Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias Ekuikui II (ISUPE)
- Instituto superior politécnico Sol Nascente
- Universidade Lusíada
- Instituto Superior de Ciências de Educação
- Universidade Aberta
- Universidade Jose Eduardo dos Santos (irá transferir-se para a cidade universitária)
- Academia Militar de Angola
- Seminário da Igreja Católica.

6.2.2.1.3 Instituições educacionais - Nível médio

A nível médio já existem múltiplas instituições no Huambo das quais destacamos as seguintes:

- Escola de Formação de Professores
- Magistérios Primários - Bailundo, Chicala Cholohanga, Caála
- Instituto Médio Agrário (IMA)
- Instituto Médio de Administração e Gestão (IMAG)
- Instituto Médio Politécnico - Cachiungo
- Instituto Médio Industrial Pedagógico do Huambo
- Instituto Médio de Saúde
- Instituto Médio Agrário de Caála
- Instituto Médio Politécnico de Caála
- Centros de Cursos Pré Universitários - Huambo, Caála, Bailundo, etc.
- Instituto Médio de Saúde
- Centro de Formação Profissional Fadário Muteka
- Instituto Nacional de Emprego e de Formação Profissional
- Cinco instituições de formação de Musica
- Escola de Professores Primários ADPP (duas escolas)
- Construção do Instituto de Planeamento gestão Urbana; (em fase de conclusão)
- Escolas de ensino secundário com 26 salas (múltiplas).

6.2.2.2. Capital Ecológica

A designação - Capital Ecológica - também abrange os termos capital do ambiente, capital do turismo e lazer e capital de qualidade de vida.

6.2.2.2.1 Algumas infra-estruturas e activos significativos existentes - Capital Ecológica

Algumas infra-estruturas e activos significativos já existentes incluem:

- Aterro sanitário municipal (fase 1 e dois)
- Incinerador de resíduos hospitalares
- Jardim Zoológico do Huambo
- Reserva ambiental Morro do Moco
- Reserva ambiental - Ilha dos Amores
- Reserva Florestal do Kavongue
- Reserva Florestal de Chianga
- Reserva Florestal de Sá Caála
- Reserva das Aguas Quentes
- Reserva da Ilha dos Amores
- Reserva da Florestal Estufa-fria
- Reserva Florestal do Ucuma
- Reserva do Cuando
- Reserva do Cuima
- Reserva ambiental do Cuando
- Reserva ambiental do Gove
- Outras reservas florestais
- Zonas Verdes - Múltiplas dentro das cidades
- Parque infantil - Huambo
- Granja Por do Sol - complexo turístico
- Zonas verdes principais dentro da cidade do Huambo - Ribeirão da Granja - corredor verde entre a baixa e bairro académico e o memorial Norton de Matos e o Jardim da Cultura
- Estádios - Ferroviário do Huambo, Sporting, Campo das Cacilhas, Caála
- Pavilhão multiusos x4
- A estrada circular do Huambo
- Anfiteatros - Huambo 5, Cachiungo x1, e outros
- Centros culturais - Bailundo e Huambo
- Barragens, lagos e pontos de captação de água - Gove, Cuando, R21, Finol, Chianga, e no futuro no Rio Kunhongamua
- Nascente dos rios - Keve, Cunene, Cuando e Cutato
- Forte de Quissala
- Campo de tourada de Gandavila
- Clima temperado com boas chuvas e alta percentagem de dias de sol
- Múltiplos hotéis incluindo - Ekuikui, Ritz, Nino, Chemina, Nova Estrela, Conjeve, Sistec, Tropicana e Catito etc.
- Monte Moco - montanha mais alta em Angola (2.620m)
- Densidade populacional baixa - 55 pessoas por Km²
- Aterro Sanitário do Huambo - Caála (em construção)
- Cinco Reinados Tradicionais - Cada uma com sua respectiva Ombala
- Património de dança típica muito forte
- Forte de Candumbo (da época pré-colonial)
- Varias bebidas tradicionais a partir de mel
- Monumento natural - Pedras do Alemão
- Santuário da Nossa Senhora do Monte
- Carnaval anual - com cultura significativa de Carnaval na província.
- Eventos como Miss Huambo e Miss Garota
- Montanha de Halavala, Tumulo dos Reis Ekuikui II e Katiavala
- Pedras de Caninguili (ou Caninguíri)
- Águas quentes do Alto Hama
- Águas frias e quedas do Alto Hama
- Igreja do Centro do Compão
- Instituto de desenvolvimento florestal do Huambo
- Estufa-fria do Huambo

- A primeira casa ecológica foi inaugurada em 2007 e a segunda casa ecológica em 2012. Estas casas e os seus locais são destinados à difusão de acções e directrizes do Programa de Educação Ambiental da província do Huambo, com vista à participação efectiva da comunidade nas acções de protecção do ambiente
- O Plano Preliminar de Gestão Ambiental e Urbana da Cidade do Huambo, que contém um conjunto de propostas nas áreas de urbanismo e saneamento ambiental, visando reforçar Huambo como “Capital Ecológica” foi preparado e aprovado em 2013 pelo GPH.

6.2.2.3 Polo Agrário Nacional

Com potencialidades agro-pecuárias e com clima tropical o Huambo produz: milho, feijão, batata, batata rena, fruta, maracujá, trigo, arroz, citrinos, tremoços, mandioca, eucalipto, pinheiro, hortícolas de toda a sorte, gado bovino, cavalariço, caprino, suíno e ovino.

Nas extensas florestas do Huambo abundam predominantemente árvores de médio porte, que alimentam a indústria da madeira e derivados, grande plantação de árvores xerófilas, com relevo para o eucalipto, ao longo dos caminhos-de-ferro em mais de mil quilómetros de extensão, muitos perímetros florestais de cedro e pinheiro, muitas flores de rara beleza, plantas comestíveis, medicamentosas e de adorno e frutos silvestres muito apreciados pelas populações locais.

6.2.2.3.1 Activos e recursos agrícolas existentes

Huambo é a província mais rica, em termos de agricultura, do país. Desde o fim da guerra, como resultado da melhoria de segurança, as áreas cultivadas têm aumentado dramaticamente, representando a maior taxa de crescimento da área cultivada no país.

Alguns activos e recursos agrícolas já existentes incluem:

- Estufa-fria
- Floresta da F.C.A. Chianga
- Floresta de Sá Caála
- Floresta do Cuima
- Floresta do Mundundo
- Floresta do Sanguengue
- Floresta do Sandenda
- Floresta do Alto Chiumbo
- Floresta do Ussombo
- Fazendas agrícolas privadas
- Produções agrícolas principais - Milho, feijão, batata, batata rena, fruta, maracujá, trigo, arroz, citrinos, tremoços, mandioca, eucalipto, pinheiro, hortícolas de toda a sorte, gado bovino, cavalariço, caprino, suíno e ovino
- Barragens e lagos - Gove, Cuando, R21, Finol, Chianga, e no futuro Rio Kunhongamua
- Nascentes dos rios e bacias hidrográficas - Keve, Cunene, Cuando, Cuvango e Cutato.
- Clima temperado com boas chuvas durante nove meses do ano e alta percentagem de dias de sol
- Densidade populacional baixa - 55 pessoas por quilómetro quadrado
- Alto nível de produção de Mel
- Apetência natural das populações para produção agrícola.

6.2.2.3.2 CLOD

O Centro Logístico e de Distribuição (CLOD) irá ser construído no município da Caála para servir a província toda. Esta iniciativa do Ministério do Comercio (PRESILD) tem como objectivos principais:

- Recolher produções agrícolas de toda a província
- Lavar, tratar, empacotar e armazenar os produtos
- Distribuir os produtos para as zonas do país onde há procura.

Orçamentado até Kz.12 bilhões, este projecto irá ter um impacto substancial no comércio e agricultura na província e irá incentivar a produção de surplus agrícolas para comercialização pelos pequenos e médios agricultores.

Impactos secundários incluem criação de emprego, redução de pobreza, aumento das receitas fiscais, introdução de melhores práticas agrárias.

A localização do CLOD na província do Huambo confirma que a província é uma das zonas mais ricas do país em produção agrícola, e não só em cereais.

6.2.2.3.3 FRIGOs

O objectivo da construção de FRIGOs (armazéns refrigerados) é de estender o tempo de disponibilidade de produtos agrícolas para períodos em que estes produtos já não estão em época. Desta forma os FRIGOs irão aumentar o valor da produção e vão melhorar o fornecimento das cidades principais e reduzir a importação de produtos básicos agrícolas. Está previsto a construção de um FRIGO em Caála.

6.2.2.3.4 SILOs

Está prevista a construção de SILOS em Caála, Chicala Cholohanga e Huambo (zona da cuca).

Estes projectos têm como objectivo permitir a armazenagem dos cereais (principalmente milho) para assegurar o fornecimento do mercado ao longo do ano e não só na época de produção.

Desta forma estes SILOS irão promover a agricultura comercial em maior escala pelos pequenos e médios agricultores e dessa forma promover a criação de emprego, redução de pobreza, aumento das receitas fiscais, introdução de melhores práticas agrárias, aumentar a segurança alimentar do país e mais.

6.2.2.4 Polo da Agro-indústria Nacional

Nesta designação está incluída - capital de logística e distribuição em Angola. Huambo possui agro-indústria bem como indústria de metalomecânica confecções, couro, calçados, alimentar, bebidas, tabaco, madeira e mobiliário.

Mas todas as áreas não estão a funcionar em pleno. A província luta para voltar a ser o segundo maior parque industrial do país.

Huambo é rico em minerais como: ouro, estanho, volfrâmio, fluorite, prata, cobre, urânio, ferro manganês, mercúrio, agregados e diamante entre outros.

Huambo está inserida pela ANIP na zona de desenvolvimento C, a zona em que os maiores incentivos são concedidos ao investimento nacional e estrangeiro.

6.2.2.4.1 Activos e recursos agro-industriais existentes

Alguns activos e recursos agro-industriais já existentes no Huambo incluem:

- Estufa-fria
- Florestas de:
 - Sá Caála
 - F.C.A Chianga
 - Cuima
 - Mundundo
 - Sanguengue
 - Sandenda
 - Alto Chiumbo
 - Ussombo
- Barragem hidroeléctrica do Gove
- Recursos mineiros – incluindo:
 - ouro,
 - estanho,
 - volfrâmio,
 - fluorite,
 - prata,
 - cobre,
 - urânio,
 - ferro
 - manganês
 - diamante
 - mercúrio
 - diamantes
 - Coca-Cola,
 - Cuca,
 - Colchões
 - Produtos alimentares variados
- Rede de estradas a ligar Huambo com:
 - Luanda
 - Bié e Moxico
 - Kuando Kubango
 - Lubango
 - Cunene
 - Benguela e Lobito
 - Outros destinos
- Incentivos ao investimento via ANIP
- Caminho-de-ferro de Benguela
- Localização no centro do país
- Fábricas principais:
 - CLOD
 - Polo industrial da Caala.



6.2.3 Programas de Investimento Público

Os programas provinciais concretizam os eixos e as medidas prioritárias de intervenção.

6.2.3.1 Programas Provinciais de Investimento Público

- Construção e Apetrechamento da Escola Secundária de 2º Ciclo c/20 Salas de aulas no Município Mungo/Huambo
- Construção e Apetrechamento da Escola Secundária de 2º Ciclo c/26 Salas de aulas na Ecunha/Huambo
- Construção e Apetrechamento da Escola Secundária de 2º Ciclo c/26 Salas de aulas no Munic. T. Chohanga/Huambo
- Construção e Apetrechamento da Escola Secundária de 2º Ciclo c/26 Salas de aulas no Munic. Chinjenje/Huambo

- Construção e Apetrechamento da Infra-Estrutura para aprovisionamento e Equipamento do Governo Provincial do Huambo
- Construção 06 paragens interurbanas transportes públicos troço Huambo - Caála.
- Construção da Aldeia da Chiacá
- Construção da Viação e Transito do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Construção de 1 aterro sanitário definitivo na localidade da Catenguenha (fase I) - Huambo (possível concessão ou parceria público privada - PPP-)
- Construção de 10 residências de função para quadros de saúde do Huambo
- Construção de 13 paragens urbanas de transportes públicos na cidade da Caála
- Construção de 50 pontos de água nas zonas rurais
- Construção de mangas de vacinação
- Construção de residências para docentes da Universidade José Eduardo dos Santos (possível concessão ou PPP)
- Construção de um Centro de Acolhimento de Crianças Órfãos e Desamparados
- Construção de um Incinerador no Hospital Geral do Huambo
- Construção do aterro sanitário da cidade do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Construção do edifício para Delegação Municipal do SINSE da Ecunha
- Construção do edifício para Delegação Municipal do SINSE do Mungo
- Construção do edifício para o Instituto de Gestão Urbana do Huambo
- Construção e Apetrechamento do Hospital Materno Infantil do Município do Londuimbali/Huambo (possível concessão ou PPP)
- Construção e apetrechamento da Direcção Provincial do INEFOP
- Construção e Apetrechamento da escola II ciclo c/ 20 salas aulas - Londuimbali (P/ formação de Professores)
- Construção e Apetrechamento da escola II ciclo c/ 26 salas de aulas no Ucuma
- Construção e apetrechamento da escola II ciclo c/ 26 salas no bairro Cte. Vilinga-Huambo
- Construção e apetrechamento do Centro de Formação Feminino do Mungo (possível concessão ou PPP)
- Construção e apetrechamento do edifício Administrativo do GEP
- Construção e apetrechamento do edifício da Cultura do Huambo (possível concessão ou PPP)

- Construção e apetrechamento do edifício da Direcção Provincial dos Registos do Huambo
- Construção e apetrechamento escola II ciclo c/ 26 salas de aulas no Bailundo
- Contenção de uma Ravina de aproximadamente 17110m³ no Município do Ucuma
- Elaboração dos Planos Director do Município Huambo, comuna da Chipipa e Calima
- Estudos e execução do plano Ambiental Estratégico da Província do Huambo
- Estudos e Projectos
- Estudos e Projectos da cidade Universitária JES
- Estudos e projectos e fiscalização para abertura da circular da cidade do Huambo (70 Km de estrada nova a asfaltar incluindo obras de arte)
- Estudos e projectos para desassoreamento do rio Cunhongamua, desde a ponte até à foz do referido rio - Barragem do Gove
- Estudos e Projectos para Elaboração do Plano Director do Comercio-Huambo
- Fiscalização e outros encargos do programa (possível concessão ou PPP)
- Infra-estruturação das reservas fundiárias do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Modernização serviços de informática do Edifícios do Gov.Prov. Huambo e Edifício do GEP (possível concessão ou PPP)
- Montagem de um novo sistema de água no Cambiote (possível concessão ou PPP)
- Plano Director dos Transportes, e Plataforma Logística da Província do Huambo.
- Huambo - "Cimento e Tinta" (Fase II)
- Contenção das Ravinas dos bairros de Benf. Sul Colemba, benf. alta, Calilongue, Kalute, Fred. Caumba
- Apoio Auto-construção dirigida para Antigos Combatentes
- Construção e desenvolvimento de Vilas Rurais no Huambo (M)
- Extensão Rural
- Fomento a actividade turística
- Criação de animais de pequeno e médio porte
- Fomento a Pesca Continental
- Infra-estruturação de terrenos urbanizáveis e reservas fundiárias (possível concessão ou PPP)
- Investigação e Conservação do Património Cultural em todo município
- Massificação Desportiva no Huambo (possível concessão ou PPP)
- Melhoramento e instalação de água canalizada nas zonas rurais no Município do Huambo
- Modernização Tecnológico dos órgãos da Comunicação Social
- Reabilitação do Jardim zoológico do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Reabilitação e Ampliação das Infra-estruturas Escolar
- Reabilitação e ampliação de centros de saúde Huambo (M)
- Reabilitação e requalificação de esgotos na cidade do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Reequipamento e reapetrechamento de infra-estruturas da saúde Huambo (M)
- Reflorestamento na Província do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Re-infraestruturação dos bairros urbanos e periurbanos na Sede do Huambo (possível concessão ou PPP)
- Requalificação dos cemitérios da cidade do Huambo/Huambo Sede (possível concessão ou PPP)
- Requalificação Passeios, lancis e fachadas edifício Principal cidadão Huambo
- Huambo Capital ecológica
- Inventariação Conservação do Património cultural em todos Municípios fase II
- Projecto de apoio a reintegração socioeconómica dos grupos vulneráveis
- Promoção da Integração familiar, Social e autonomia da pessoa idosa

6.2.4 Projectos Estruturantes

- Promoção do Emprego e do Empreendedorismo
- Reabilitação do Edifício do Governo fase II
- Reabilitação do Estádio Municipal da Caála (possível concessão ou PPP)
- Reabilitação do Hospital Munic. Bailundo (possível concessão ou PPP)
- Reabilitação do Magistério Primário” Teófilo Duarte” Comuna Cuima, Mun. Da Caála
- Reabilitação e apetrechamento do Centro de Artes e Ofícios
- Reabilitação e apetrechamento do Colégio São José de Cluny-Huambo (possível concessão ou PPP)
- Reabilitação, ampliação e Apetrechamento do Hospital do Chilume Bailundo (possível concessão ou PPP)
- Requalificação da Avenida Amilcar Cabral
- Requalificação da Ribeira da Granja desde a Estufas/Sacahala (possível concessão ou PPP)
- Requalificação urbana das áreas ocupadas (terrenos) anarquicamente na Província do Huambo

A grande maioria dos projectos que dão corpo ao Plano Provincial de Desenvolvimento cai dentro destes grupos de programas que, por sua vez, são consistentes com a maioria dos programas definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 - 2017.

Estão identificados dez projectos estruturantes para a província do Huambo, que correspondem a 145.488 milhões de Kza, 2,4% do investimento total.

Seis destes projectos, correspondentes a cerca de 97,5% do montante considerado para a província, inserem-se em clusters prioritários, em particular:

- Dois projectos no cluster Energia e Água (relacionados com a construção de um aproveitamento hidroeléctrico (Jamba-ya-Mina)
- O reforço do sistema de abastecimento de água
- Quatro projectos no cluster Transportes e Logística (envolvendo a reabilitação de estradas, do aeroporto do Huambo e a construção do centro de logística e distribuição - CLOD - da Caála no âmbito do PRESILD).

De valor menos significativo mas também merecedores de referência são os investimentos em outras actividades, relacionadas com:

- O empreendedorismo e desenvolvimento empresarial
- O desenvolvimento científico e tecnológico
- A saúde e o bem-estar social e
- A educação e cultura, respectivamente a construção do CINFOTEC, o estudo para a construção do hospital veterinário do Huambo, a construção do hospital pediátrico da província ou a reabilitação e apetrechamento de um centro de formação.









NAMIBE

NAMIBE

7.1 A Província do Namibe em 2015

7.1.1 Geografia

A província do Namibe localiza-se no Sul de Angola, fazendo fronteira com as províncias de Benguela, Huíla, Cunene e com a Namíbia. Tem um área total de 56.389 km² e uma faixa litoral com 420 km de extensão.

Administrativamente a província comporta:

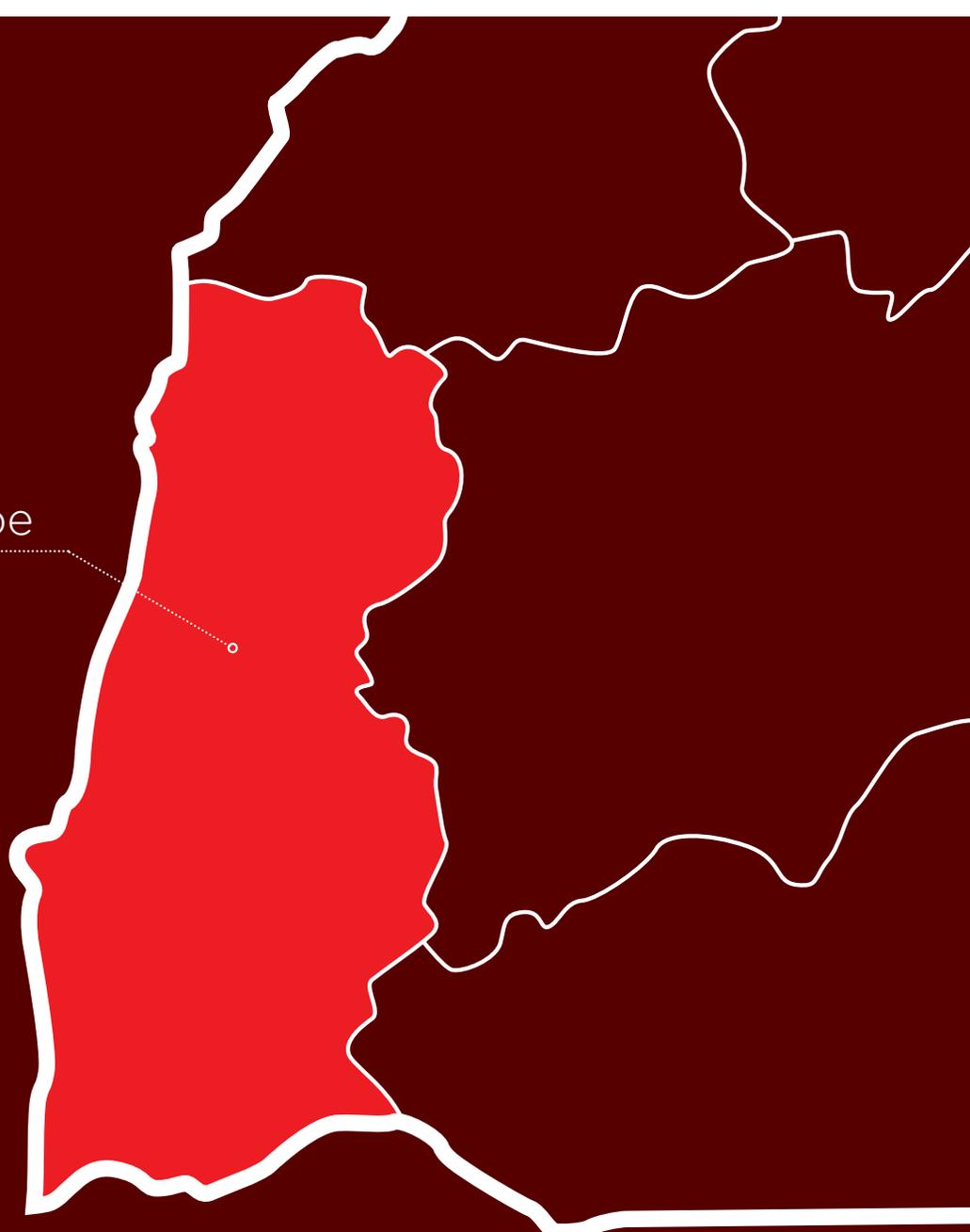
• Cinco Municípios

- Namibe;
- Camucoio;
- Bibala;
- Virei;
- Tombwa.
- Manué;
- Chingo;
- Caitou;
- Lola;

• Catorze Comunas

- Forte de Santa Rita;
- Bentiaba;
- Lucira;
- Camucoio;
- Bibala;
- Capamgombe;
- Virei;
- Caiinde;
- Tombwa;
- Baía dos Tigres.

Namibe



7.1.2 Clima

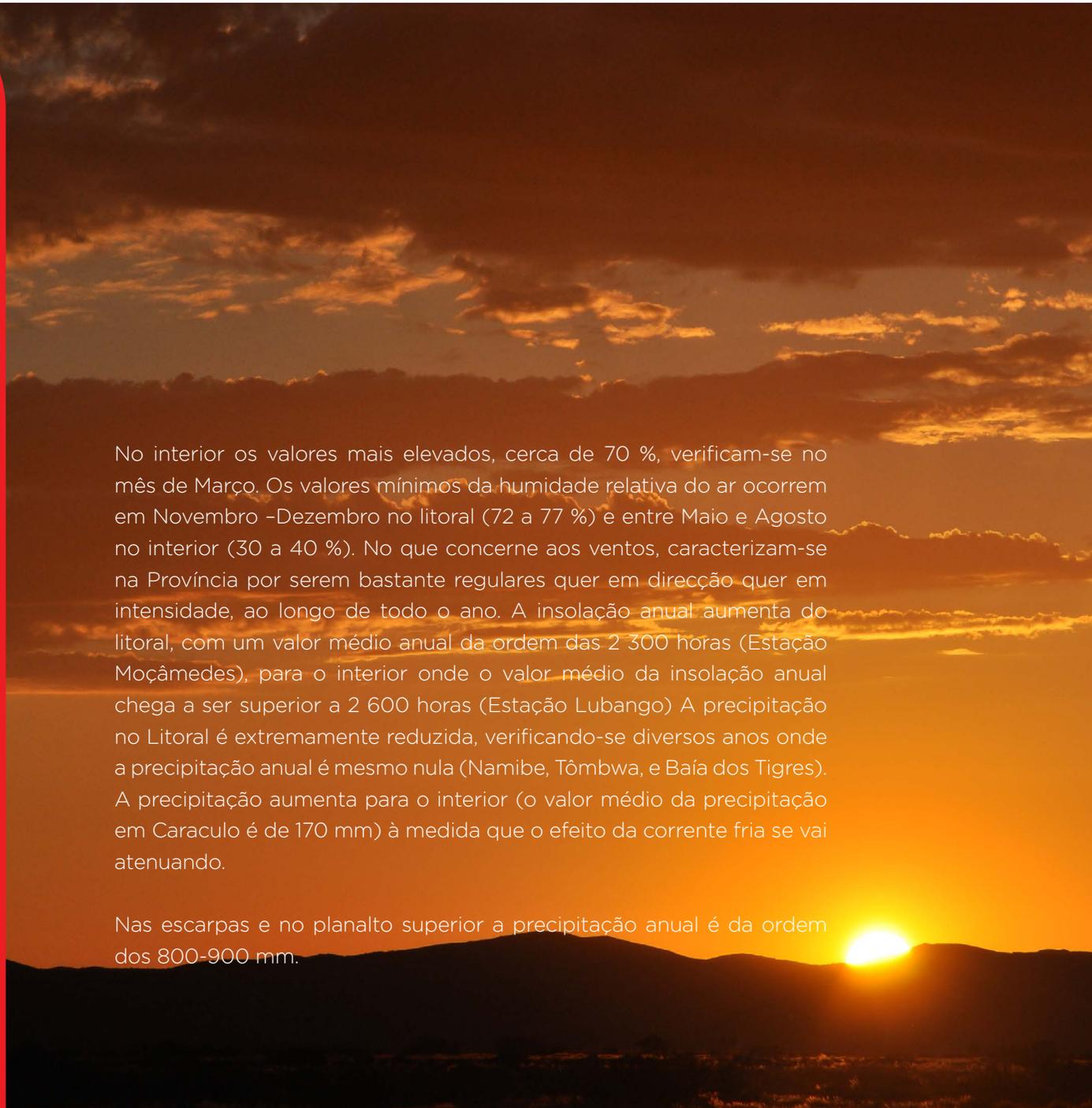
O clima da Província é caracterizado como árido ao longo de uma larga faixa ocidental e semiárido na parte restante, exceptuando uma estreita faixa no NE da província com clima subhúmido seco. A temperatura do ar é influenciada pela corrente de Benguela e pelo relevo.

Observa-se que na zona costeira a temperatura aumenta de sul para norte. Para o interior a temperatura média do ar aumenta, atingindo os 23,7 °C (Bibala). Na zona montanhosa, a influência do relevo faz-se sentir, verificando uma diminuição significativa da temperatura.

A humidade relativa diminui do litoral para o interior, sendo da ordem dos 75 a 80 % junto à costa e de 55 a 60 % no planalto. Na zona costeira os valores mais altos ocorrem de Junho a Agosto, sendo da ordem dos 85 %.

No interior os valores mais elevados, cerca de 70 %, verificam-se no mês de Março. Os valores mínimos da humidade relativa do ar ocorrem em Novembro -Dezembro no litoral (72 a 77 %) e entre Maio e Agosto no interior (30 a 40 %). No que concerne aos ventos, caracterizam-se na Província por serem bastante regulares quer em direcção quer em intensidade, ao longo de todo o ano. A insolação anual aumenta do litoral, com um valor médio anual da ordem das 2 300 horas (Estação Moçâmedes), para o interior onde o valor médio da insolação anual chega a ser superior a 2 600 horas (Estação Lubango) A precipitação no Litoral é extremamente reduzida, verificando-se diversos anos onde a precipitação anual é mesmo nula (Namibe, Tômbwa, e Baía dos Tigres). A precipitação aumenta para o interior (o valor médio da precipitação em Caraculo é de 170 mm) à medida que o efeito da corrente fria se vai atenuando.

Nas escarpas e no planalto superior a precipitação anual é da ordem dos 800-900 mm.



7.1.3 Demografia

Os resultados preliminares do Censo 2014, indicam que em 16 de Maio residiam na província do Namibe, 471.613 pessoas, sendo 227.653 do sexo masculino e 243.960 do sexo feminino.

TABELA 72
POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO E ÁREA
DE RESIDÊNCIA EM LUANDA, SEGUNDO O SEXO, 2014

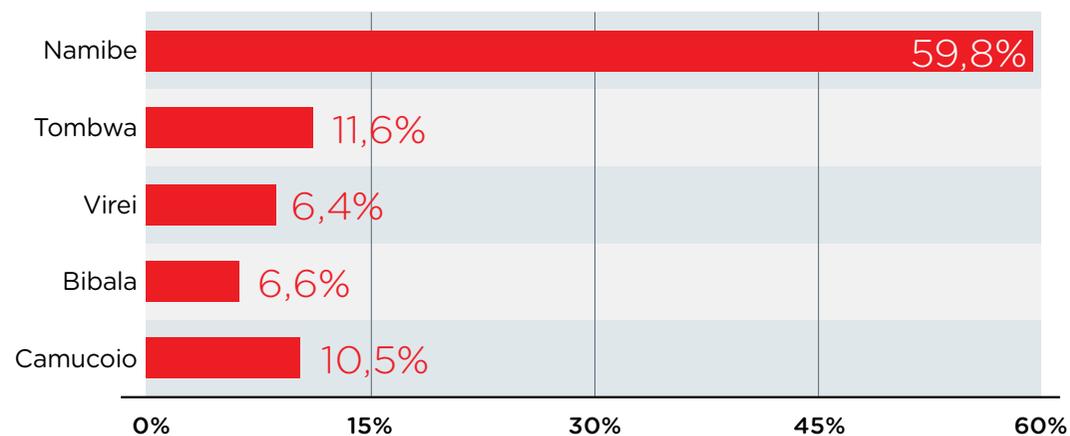
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	nº	%	nº	%	nº	%
Namibe	471 613	100	227 653	100	243 960	100
Urbana	309 168	65,6	149 527	65,7	159 641	65,4
Rural	162 445	34,4	78 126	34,3	84 319	34,6
Municípios						
Namibe	282 056	59,8	136 863	60,1	145 193	59,5
Tombwa	54 873	11,6	27 086	11,9	27 787	11,4
Virei	29 975	6,4	14 431	6,3	15 544	6,4
Bibala	55 399	11,7	25 850	11,4	29 549	12,1
Camucoio	49 310	10,5	23 423	10,3	25 887	10,6

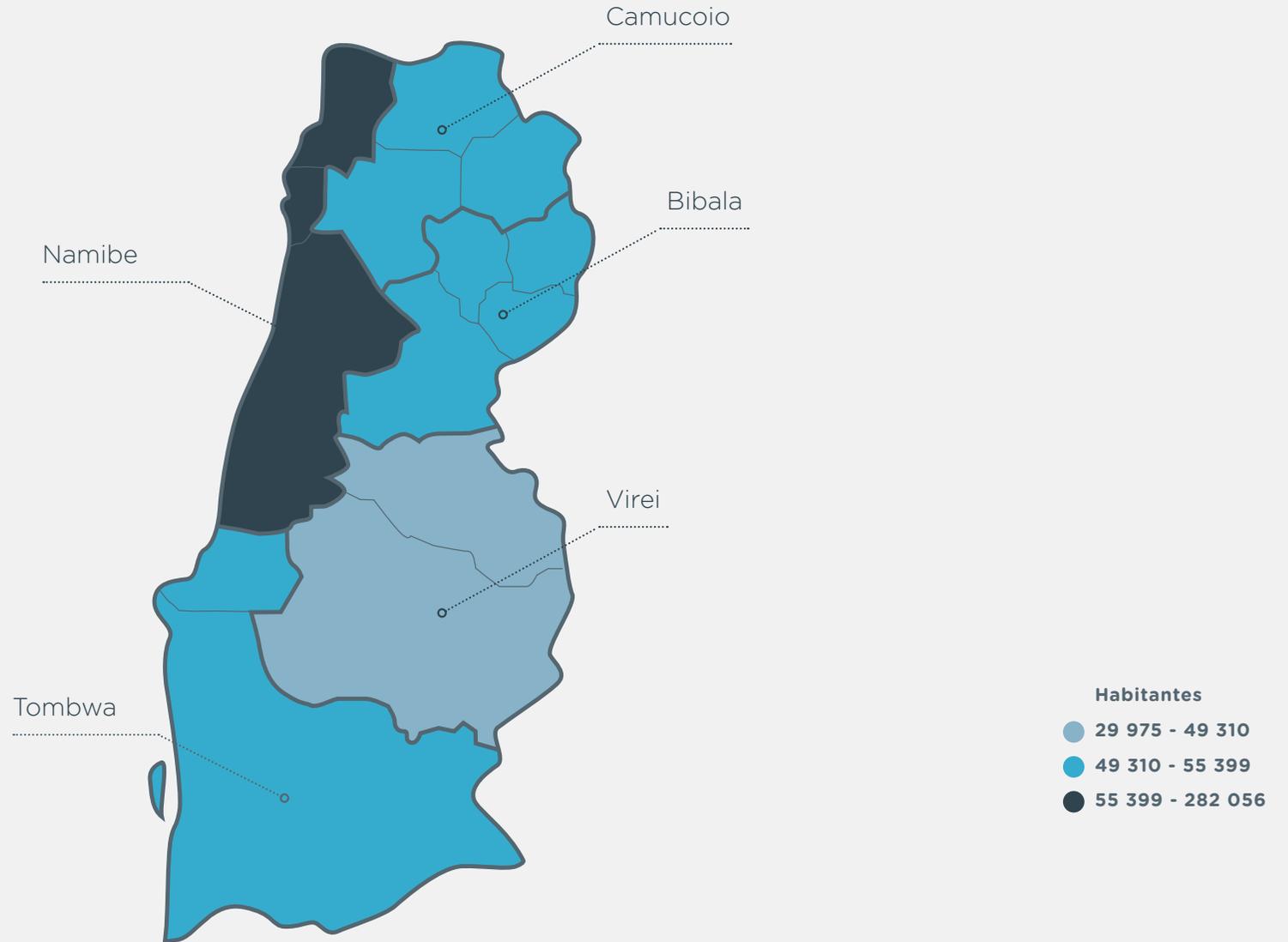
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

O município do Namibe é o mais populoso, concentrando cerca de 60% da população da província. Seguem-se, os municípios da Bibala e do Tõmbwa com 12% cada e Camucoio 11%. Os municípios do Namibe e da Bibala concentram cerca de 72% do total da população residente na província.

O município do Virei registou o menor número de residentes com 6% do total da população da província.

Distribuição da População Residente no Namibe
por Município 2014
Gráfico 34





Distribuição da População Residente,
por Município, no Namibe 2014
Mapa 11

Densidade Demográfica no Namibe por Município

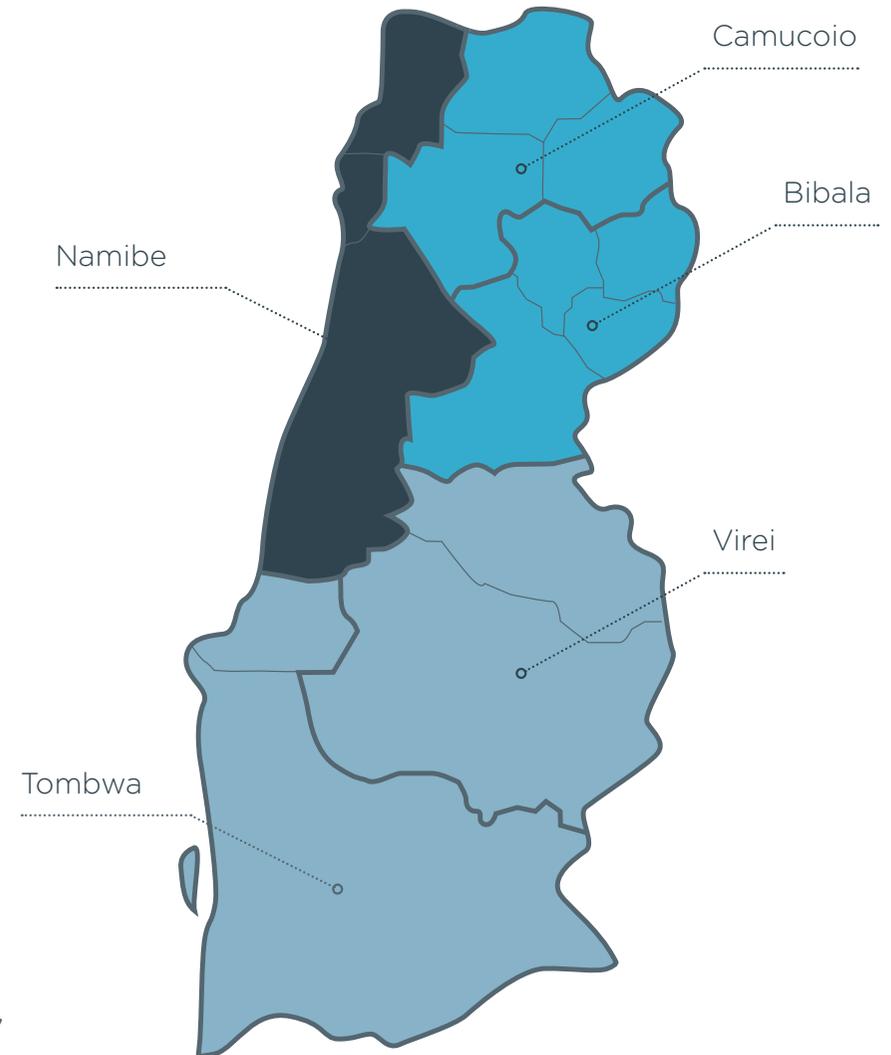
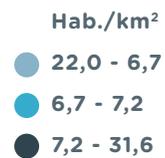
2014

Gráfico 35



Para cada quilómetro quadrado da província do Namibe residem 8 pessoas. O gráfico seguinte, confirma que o Namibe além de ser o município com o maior número de habitantes, é igualmente o município com maior densidade populacional (cerca de 32 habitantes por quilómetro quadrado).

No extremo oposto encontram-se os municípios do Virei e do Tõmbwa com menos de 4 habitantes por quilómetro quadrado.



Distribuição da População Residente, por Município, no Namibe 2014
Mapa 12

7.1.4 Principais Sectores de Actividade Económica

7.1.4.1 Agricultura, Silvicultura e Pecuária

No domínio agrícola, ocorrem na província dois sistemas agrícolas distintos:

- Regadio aluvionar (mais intensivo em trabalho e capital). Solos muito férteis e o clima altamente favorável para horticultura e fruticultura, fornecendo produções de nível elevado. Só na orla litoral essas áreas totalizam (exceptuando o Curoca) cerca de 8.376 hectares, cujo aproveitamento se considera interessante. Pode ser praticada nos vales de Inamangando, Bentiaba, Bero, Giraúl e Curoca.
- Regime extensivo (mais intensivo no uso do factor terra). A limitação relacionada com a reduzida queda pluviométrica torna-o inviável na faixa de clima árido. Mas no interior, de características semiáridas, com uma estação de chuvas razoavelmente definida, a exploração de sequeiro torna-se praticável na base de culturas resistentes à seca, destacando-se certas anuais, com a massambala (sorgo), massango e algumas perenes, como o sisal. Este tipo de agricultura é praticada nos municípios da Bibala e Camucoio.

No domínio pecuário, a região do Namibe é das zonas do país com maiores potencialidades já que possui as melhores condições naturais na região semi-árida dos 700 a 1200 metros de altitude, zona de pastos de apreciável valor nutritivo que conservam boas condições de palatibilidade durante todo o ano.

Face às características favoráveis da província que determinam a existência de um efectivo considerável de bovinos (superior a 500 mil cabeças) e caprinos (superior a 1.500.000 de cabeças) em posse do sector tradicional e que tem encontrado como principais obstáculos ao seu desenvolvimento, a escassez e dispersão de pontos de abeberamento de água, a degradação progressiva das pastagens naturais devido as sobrecargas por unidade de superfície e a ineficácia do sistema de mercado que induziu um grande desequilíbrio na composição das manadas.

Actualmente, a quase totalidade da bovinicultura na região encontra-se na posse dos povos Mucubais, pelo que o pastoreio transumante constitui uma linha dorsal da valorização que deverá ser cuidadosamente analisada.

A pecuária é assim, com a pesca, uma das grandes fontes de rendimento da região, constituindo os pilares do desenvolvimento da província e, mesmo da economia nacional, numa perspectiva de crescente diversificação.

TABELA 72
INDICADORES DE CRESCIMENTO NOS SECTORES DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Indicador	2009	2010	2011	2012
Famílias envolvidas no processo produtivo	12 017	13 833	14 122	14 244
Produção agrícola (toneladas)	16 443	22 965	21 746	33 251
Número de associações agrícolas	103	112	112	112
Número de cooperativas agrícolas	17	17	23	23
Extensão de solo cultivado (ha) - Preparação de terras	9 879	10 518,5	8 909,4	7 352,3
Área cultivada (ha)	1 508	3 310,5	5 650	3 826
Nº de concessões Agrícolas	277	282	285	285
Efectivo bovino	550 500	550 500	550 500	550 500
Efectivo suíno	183 300	36 800	36 800	36 800
Efectivo caprino	1 230 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000
Efectivo ovino	520 000	570 000	570 000	570 000
Efectivo de aves	3 000	6 400	6 400	6 400
Número de animais abatidos	7 608	6.863	3 487	5 263
Vacinação bovina (un)	130 669	23 230	162 646	40 452
Vacinação anti-rábica (un)	5.483	14.201	5 241	12 037
Produção de árvores	90 404	222 206	71 136	31 800
Plantação de árvores	7 803	62 599	65 565	44 380
Enxadas europeias (un)	15 000	15 000	18 807	13 425
Enxadas tradicionais (Un)	10 000	10 000	4 597	3 390
Machados (Un)	0	1 980	865	865
Limas (Un)	15 000	10 000	15 252	8 942
Catanas (Un)	15 000	10 000	10 093	14 416
Ancinhos (un)	0	0	980	100
Picaretas (Un)	0	0	0	16
Pás (un)	0	0	686	100
Charruas (un)	2 000	500	312	0
Chassis/Charruas	0	0	951	0
Semeadores T.animal (Un)	0	0	0	9
Semeadores Manual (Un)	0	0	0	24

Indicador	2009	2010	2011	2012
Semeador/Adubadores (un)	0	15	15	0
Adubos Simples e Compostos (Ton)	0	45	54	39,14
Sementes diversas (Ton)	420,7	190	240	189,34
Motobombas (un)	0	30	30	34
Moinhos (Un)	0	10	6	0
Tractores com Respectivas Alfaias (Un)	0	0	3	0
Atomizadores	0	0	3	0

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

TABELA 73
INDICADORES DE INVESTIMENTO NO SECTOR DA AGRICULTURA,
SILVICULTURA E PECUÁRIA NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Indicador	2009	2010	2011	2012
Investimento público no sector [AKZ]	342 400 000	336 900 000	336 900 000	178 000 000
Número de Projectos Previstos	6	6	8	8
Número de Projectos Executados	2	6	8	4

Fonte: Governo Provincial do Namibe

TABELA 74
INDICADORES DE EMPREGO NO SECTOR DA AGRICULTURA,
SILVICULTURA E PECUÁRIA NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Indicador	2009	2010	2011	2012
Número de pessoas empregadas no sector (Público)	-	-	287	287
Número de pessoas empregadas no sector (Privado)	-	-	-	1425

Fonte: Governo Provincial do Namibe

De acordo com os agentes económicos do sector que operam na província, os principais constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura e pecuária no Namibe são os seguintes:

- Agricultura camponesa de subsistência;
- Acesso aos factores de produção;
- Acesso ao uso da terra através da concessão de títulos de exploração;
- Rede rodoviária, ferroviária e eléctrica deficitária;
- Insuficiência na formação e capacitação formação dos técnicos;
- Número insuficiente de infra-estruturas de água orientadas para o aproveitamento dos recursos hídricos;
- Recursos forrageiros e hídricos escassos;
- A falta de um arrolamento efectivo da existência de animais;
- Conservação de vacinas insuficientes;
- Reduzida eficácia das campanhas de vacinação do gado;
- Excessiva concentração de técnicos na sede da província;
- Baixa produtividade e elevados custos unitários de produção;
- Épocas de produção concentradas;
- Pouca expressividade da Indústria Agroalimentar;
- Baixo poder de compra na população;
- Desorganização das cadeias comerciais;
- Condições sociais e remuneração dos técnicos de pecuária diferentes dos quadros de outros Ministérios;
- Roubo do gado;
- Descontinuidade do programa de extensão rural.

7.1.4.2 Pescas

Os recursos piscícolas são uma importante fonte de rendimento para a província que possui uma extensa fronteira marítima (420 km), extremamente rica em biodiversidade. Os principais recursos a serem aproveitados para o consumo interno e para exportação correspondem às diversas espécies de peixe, ao caranguejo, à amêijoia, ao mexilhão, à ostra, entre outros. Atualmente a maior parte do peixe capturado destina-se ao consumo directo, à salga e à seca, sendo o restante canalizado para a congelação, conserva e farinha.

O sector das pescas apresenta resultados de captura de pescado oscilatórios. No ano de 2009, as capturas de pescado foram de 15.855,6 ton e em 2010 de 29.374,5 ton, resultando no crescimento de aproximadamente 80%. No entanto, em 2011, os resultados foram de 21.654,5 ton, o que traduz um decréscimo de 24%. No ano de 2012, a quantidade capturada atingiu o mínimo do período em análise, 11.323,1 ton, reflectindo debilidades assinaláveis tais como: estado insatisfatório da frota pesqueira, elevado número de barcos em estado inoperante, ausência de mão-de-obra qualificada e, também, a influência de factores externos, como seja a problemática das focas.

TABELA 75
SITUAÇÃO GERAL DAS EMPRESAS PESQUEIRAS REGISTRADAS
AO LONGO DA COSTA DA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Nº DE ORDEM	ZONAS PESQUEIRAS	Nº DE EMPRESAS	TIPO DE EMPRESA		Nº DE EMBARCAÇÕES	ACTIVIDADE PRINCIPAL						SITUAÇÃO ACTUAL						DIMENSÃO		
			PÚBLICA	PRIVADA		CAPTURE, TRANSF. SALGA E SECA	CONGELAÇÃO	PRODUÇÃO DE CONSERVAS	FARINHAS E OLEO	SALINAS	ESTALEIROS NAVAIS	OPERACIONAL	FUNCIONAL	INOPERANTE	ABANDONADA	TRABALHADORES	CAPACIDADE INSTALADA - Tons	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
1	NORTE (LUCIRA)	9	1	8	3	7	1	-	-	1	-	1	1	2	5	59	96	5	3	1
2	CENTRO (NAMIBE)	20	1	19	42	14	6	-	-	3	2	5	8	1	6	945	387	5	9	6
3	SUL (TOMBWA)	31	2	29	26	27	4	1	2	3	1	8	9	7	8	791	1.852	5	17	9
TOTAL	15 594	60	4	56	71	48	11	1	2	7	3	14	18	10	19	1.795	2.335	15	29	16

Fonte: Governo Provincial do Namibe

TABELA 76

**INDICADORES DE CRESCIMENTO, INVESTIMENTO E EMPREGO
NO SECTOR DAS PESCAS NA PROVÍNCIA DO NAMIBE**

Indicadores de Crescimento do Sector	2009	2010	2011	2012	
Captura de pescado (tons)	15.855,6	28.378,4	21.654,5	11.323,1	
Produção de peixe congelado (tons)	2.033,7	2.999,3	3.328,7	7.934,5	
Produção de marisco (tons)	386,5	829,0	2.437,8	596,9	
Produção de farinha de peixe (tons)	1.199	4.520	387,7	450	
Rações para Animais (Ton)	85,65	322,86	27,70	32,15	
Produção de peixe seco (tons)	77	63,4	27,6	23	
Conservas de peixe (tons)	0	0	0	0	
Produção de Sal (tons)	9.333,9	8.452,9	9.337	3.800	
N.º de embarcações de Cerco licenciadas	18	16	22	23	
N.º de embarcações de Emalhar licenciadas	4	4	5	6	
N.º de embarcações de Gaiolas licenciadas	3	3	3	3	
N.º de embarcações de Palangre licenciadas	1	1	0	0	
N.º de embarcações de Pesca Artesanal	533	526	514	514	
N.º de embarcações de Pesca Artesanal do FADEPA	95			95	
N.º de emb. de P. Artesanal do FADEPA Funcionais	79			49	
N.º de emb. de P. Artesanal do FADEPA Inoperantes	22	20	32	46	
N.º de emb. P. Artes. FADEPA Naufragadas e/ou soterradas	7	12	12	12	
N.º de empresas em funcionamento ligadas ao sector	22	22	30	18	
Nº de empregados (Força de Trabalho)	3.291	3.311	3.900	4.067	
Indicadores de Investimento					
Investimento público no sector [AKZ]	--	--	230.000.000	300.000.000	
Investimento privado no sector [AKZ]	--	--	1.000.000.000	1.500.000.000	
Número de Projectos Previstos	--	--	3	3	
Número de Projectos Executados	--	--	2	1	
Indicadores de Emprego					
Número de pessoas empregadas no sector das pescas	NORTE (Lucira)	342	341	334	346
	CENTRO (Namibe)	1.716	1.714	2.278	2.360
	SUL (Tômbwa)	1.233	1.256	1.288	1.362

Fonte: Governo Provincial do Namibe

Os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector na província podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Falta de infra-estruturas em terra para apoio à pesca, tais como:
 - Pontes Cais;
 - Sistemas de recepção, transformação e processamento de pescado (Conserveiras, secagem de peixe, congelação e conservação de pescado, farinha e óleo de peixe);
 - Terminal de desembarque de pescado no Tômbwa com sistema de abastecimento de combustível, água;
 - Lota pesca na baía do Namibe;
 - Oficinas de reparação, manutenção e construção naval;
 - Sistemas de produção e distribuição de aprestos (redes, anzóis, fios, bóias, coletes, âncoras, embalagens, etc.) para a pesca;
- Falta de investimentos na formação técnica e profissional para o sector das pescas;
- Dificuldades de acesso a créditos bancários;
- O posicionamento do principal recurso pelágico (Carapau)
- Ausência de Centros Integrados de apoio à Pesca Artesanal quanto ao desembarque, tratamento, transformação, processamento e comercialização de peixe no Tômbwa sede, Pinda, na Baía do Namibe, Baba e na Praia de Salinas (Bentiaba).
- Necessidade e regulamento específico para o tipo de embarcações de cerco quanto de arrasto;
- Falta de incentivos para o fomento da aquicultura no Namibe;
- Falta de especialistas em aquicultura;
- Falta de empresas especializadas em construir infra-estruturas de apoio ao fomento da actividade;

- Falta de um Programa concreto do fomento à Aquicultura no País, que inclua:
 - Infra-estruturas para o desenvolvimento da Aquicultura de pequena escala (Comunal);
 - Pesquisa e de disseminação da tecnologia;
 - Plano Integrado para a gestão da zona costeira;
 - Centro de Alevinagem;
 - Formação de Extensionistas para a Aquicultura;
 - Plano de monitoramento dos impactos da Aquicultura;
 - Centros Integrados de Apoio à Aquicultura;
 - Formação a nível das comunidades de pescadores ao longo da costa e nas cercanias dos estuários dos rios Curoca (Rocha Nova, Cabo Negro), Bentiaba (Praia das Salinas), Inamangando, Carujamba.

7.1.4.3 Indústria, Geologia e Minas

A estrutura do sistema produtivo actual resulta fundamentalmente do desenvolvimento sectorial das actividades originalmente fomentadas, de factores de localização existentes (porto comercial), da estrutura empresarial herdada (Sector Empresarial do Estado) e da emergência de novos sectores com a progressiva abertura do país à economia de mercado.

As principais potencialidades produtivas encontram-se relacionadas com os seguintes recursos:

- Minerais;
- Agro-pecuários;
- Piscícolas;
- Industriais;
- Comerciais;
- Turísticos.

Os recursos minerais de que a Província dispõe podem ser utilizados na obtenção de divisas e no desenvolvimento de outras actividades no mercado interno, nomeadamente construção civil e na indústria transformadora. O mármore (Caraculo e Virei) e outros metais básicos, como níquel, cobalto, fluorite, platina, ouro, urânio, zarcão, cobre e zinco (Curoca) correspondem a uma prioridade na atribuição das concessões. Estes recursos poderão contribuir, a médio e longo prazo, para o desenvolvimento socioeconómico do país e em particular da Província. Os materiais de construção de origem mineira (gesso, areia, calcário e argila) podem ser explorados na Província, diminuindo a carência destes materiais para a construção civil e pavimentação de ruas.

Destacam-se ainda as águas de mesa e minero-medicinais, na região da Mahita e da Montipa (Município da Bibala) e a extracção de sal (Município do Namibe e Tômbwa).

A actividade industrial na Província cinge-se principalmente na transformação de produtos agrícolas, piscatórios, pecuários, florestais, extracção e transformação de rochas ornamentais.

As indústrias pesqueiras dedicam-se à produção de peixe congelado, seco e de meia cura, conservas, farinha e óleo de peixe, concentrando-se junto das cidades de Namibe e Tômbwa, bem como da vila piscatória da Lucira.

A cidade do Namibe engloba uma zona industrial que não apresenta presentemente capacidade de expansão. O parque industrial provincial reúne um universo de 133 empresas industriais, que empregam 905 trabalhadores. No contexto geral, o funcionamento do parque industrial, continua aquém dos níveis desejados, ficando-se a dever à fraca cultura empresarial, ao estado precário dos seus equipamentos e aos altos juros praticados pelas instituições bancárias.

TABELA 77

INDICADORES DE CRESCIMENTO NOS SECTORES DA INDÚSTRIA NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

	2009	2010	2011	2012
Indicadores de Crescimento do Sector				
Número de indústrias transformadoras existentes	111	124	127	137
Número de indústrias transformadoras em funcionamento	85	104	105	118
Número de indústrias transformadoras paralisadas	26	20	22	19
Indicadores de Investimento				
Investimento público no sector [AKZ]	0	0	0	0
Valor executado no sector [AKZ]	0	0	0	0
Indicadores de Emprego				
Pessoas ao serviço no sector	808	889	905	1022

Fonte: Governo Provincial do Namibe

Os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector industrial na província do Namibe podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Parque industrial obsoleto;
- Deficiente fornecimento e distribuição de energia eléctrica e água potável;
- Pouca agressividade dos empresários da Província;
- Dependência face às importações;
- Ausência de créditos bonificados;
- Taxas de juros elevadas.

7.1.4.4 Comércio, Hotelaria e Turismo

A actividade comercial tem registado um aumento substancial na província, caracterizando-se pela co-existência de três sistemas: formal, informal e venda ambulante, distribuídos por 1098 estabelecimentos e 2362 agentes comerciais. Aproximadamente 90% dos estabelecimentos comerciais estão sediados nas cidades do Namibe e Tombwa, correspondendo aos centros urbanos onde se tem vindo a registar o maior crescimento.

O sector do turismo tem vindo a ganhar um papel cada vez mais importante na economia provincial, sendo um elemento determinante na criação de emprego e rendimento.

A província do Namibe corresponde a um dos pontos mais privilegiados do país para o desenvolvimento do turismo, devido às sua diversidade ecológica e patrimonial.

Os recursos turísticos são constituídos por um vasto conjunto de produtos como:

- Vales de interesse paisagístico;
- Locais de interesse geomorfológico e florístico;
- Praias e enseadas;
- Lagoas;
- Montanhas;
- Quedas de água;
- Águas termais;
- Património arquitectónico e urbanístico;
- Espaço rural, tradicional e agrícola;
- Marcos históricos;
- Usos e costumes;
- Gastronomia;
- Parques e reservas.

A Rede Hoteleira está muito aquém da procura porque apenas possui (2) dois Hotéis em funcionamento com uma capacidade de 101 quartos e 101 camas.

TABELA 78
**INDICADORES DE CRESCIMENTO, INVESTIMENTO E EMPREGO
 NOS SECTORES DO COMÉRCIO, HOTELARIA E TURISMO
 NA PROVÍNCIA DO NAMIBE**

Indicadores de Crescimento do Sector	2009	2010	2011	2012
Número de estabelecimentos comerciais licenciados	98	100	141	1.098
Número de estabelecimentos comerciais existentes	98	100	141	1.098
Número de agentes de comércio licenciados	252	160	261	2.362
Número de agentes de comércio existentes	288	184	320	2.362
Número de hotéis em funcionamento	1	1	2	2
Número de pensões em funcionamento	12	13	15	12
Número de hospedarias em funcionamento	16	16	17	16
Número de restaurantes e similares em funcionamento	126	139	151	141
Número de turistas registados	9.757	16.994	1.253	5.698
Indicadores de Investimento				
Investimento público no sector [AKZ]	0	0	0	22.312.500
Número de projectos previstos	0	0	0	1
Número de projectos executados	0	0	0	1
Indicadores de Emprego				
Comércio a grosso	892	766	1.016	2.400
Comércio a retalho	187	222	333	3.000
Prestação de serviços	55	61	63	1.584
Comércio geral	-	-	-	21
Comércio precário	353	156	174	4.180
Comércio feirante	55	11	72	108
Comércio ambulante	140	281	334	1.201
Hotelaria e Turismo	1.000	1.011	1.016	2.445

Fonte: Governo Provincial do Namibe

Os principais constrangimentos ao desenvolvimento dos sectores do comércio, hotelaria e turismo podem ser sistematizados da seguinte forma:

- Elevado peso do comércio na estrutura do emprego;
- Mão-de-obra pouco qualificada;
- Taxas de juro elevadas;
- Inexistência de um centro empresarial e logístico;
- Fraco desenvolvimento económico das sedes de município e de comuna;
- Vulnerabilidade dos ecossistemas;
- Acessos a locais de elevado potencial turístico;
- Desarticulação dos operadores turísticos relativamente à utilização do Parque Nacional do Iona
- Inexistência de um plano de marketing orientado para o turismo nacional;
- Degradação do parque hoteleiro;
- Degradação do comércio tradicional e escassez de serviços pessoais;
- Fraco desenvolvimento dos serviços de apoio ao sector do turismo;
- Pouca diversidade de produtos turísticos face aos recursos existentes;
- Exiguidade dos recursos financeiros alocados aos sectores do turismo e cultura;
- Não recuperação das infra-estruturas gerais;
- Não criação de condições para a captação de investimento privado;
- Não promoção/valorização da Província;
- Elevados preços dos materiais de construção;
- Taxas e procedimentos aplicados na Alfândega e Porto do Namibe;
- Ausência de prática urbanística reguladora da expansão urbana;
- Falta de investimento na recuperação das infraestruturas de base;
- Portas de entradas nacionais (aeroporto internacional de Luanda e aeroporto do Lubango);
- Ocupação não regulamentada da Orla Litoral (plano de ordenamento).

7.1.4.5 Habitação e Obras Públicas

O sector habitacional na Província regista grandes melhorias, a julgar pelo programa em execução de construção de casas económicas em todos Municípios, por forma a permitir a mobilidade, e fixação de quadros na província, e concomitantemente melhorar as condições de habitabilidade das populações.

TABELA 79

INDICADORES DE CRESCIMENTO E INVESTIMENTO NOS SECTORES DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

	2009	2010	2011	2012
Indicadores de Crescimento do Sector				
Número de imóveis controlados	2.596	2.291	1.987	-
Número de imóveis alienados	305	304	303	-
Indicadores de Investimento				
Investimento público no sector [AKZ]	0	33.000.000	319.500.000	395.145.284
Número de projectos previstos	0	1	2	8
Número de projectos realizados	0	1	2	-

Fonte: Governo Provincial do Namibe

As principais dificuldades com o que os sectores se debatem são as seguintes:

- Poder de compra da população;
- Elevadas taxas de juro;
- Má qualidade dos projectos de construção;
- Debilidade das acessibilidades e infra-estruturas de base (água, energia e saneamento) de suporte ao fomento habitacional;
- Insuficiência de quadros formados em construção civil e arquitectura;
- Insuficiência de materiais de construção;

- Debilidade de quadros especializados em arquitectura, engenharia e construção civil;
- Aumento da construção anárquica.

7.1.4.6 Transportes

As infra-estruturas de transportes da província encontram-se estruturadas em 4 eixos estratégicos: rede ferroviária, porto do Namibe, transporte aéreo e rede rodoviária.

7.1.4.6.1 Porto do Namibe

A Sul, encontra-se o porto comercial, concluído em 1957 e que dispõe de um cais acostável de 800 metros, dos quais 480 metros para navios de longo curso. Detém significativa capacidade de carga e descarga de mercadorias e passageiros e ainda de ligação à rede ferroviária. Corresponde a uma infra-estrutura de grande importância ao nível da mobilidade de investimentos para a província e região sul do país.

A Norte, encontra-se o porto mineraleiro (na localidade de Saco Mar). A sua construção foi concluída em 1967, tendo como objectivo principal o escoamento do minério de ferro de Cassinga e de rochas ornamentais. Encontra-se inactivo desde 1978, possuindo uma capacidade de armazenamento de 1.800.000 toneladas, bem como a atracação de navios até 150.000 toneladas. Actualmente funciona no porto o terminal para descarga de combustíveis para a região sul do país.

Atendendo ao actual estado do cais, continuam a empreender-se esforços para o seu melhoramento, existindo em carteira 2 projectos: reabilitação da ponte cais do porto comercial e reabilitação da ponte cais do porto mineraleiro do Saco Mar.

7.1.4.6.2 Caminho-de-Ferro

A rede ferroviária, cujo traçado da linha férrea parte da província do Namibe, atravessa a província da Huíla e tem o seu término na província do Cuando Cubango, cobre uma distância de 747 km. Incluindo nesses traçados os ramais da Jamba e de Tchamutete, totalizam-se 907 km de extensão, dos quais 211 km correspondem à jurisdição exclusiva da província do Namibe, partindo da cidade com o mesmo nome até à localidade da Chela. A via férrea divide a a província praticamente ao meio, na direcção Este-Oeste, incluindo 13 estações no percurso Namibe-Lubango. Apresenta excelente traçado, tanto em planta como em perfil, com raios de curvatura mínimos e inclinações suaves.

TABELA 80

CAMINHO-DE-FERRO DO NAMIBE, ESTAÇÕES E DISTÂNCIAS

Classe da Estação	Quantidade Geral	Quantidade Namibe	Localização da Estação	Distância / KM
Especiais	3	1	Saco Mar	10
1ª Classe	7	2	Namibe e Bibala	00e 162
2ª Classe	12	2	Munhino e Chela	111 e 211
3ª Classe	35	8	Mira Praia, Raposeira, Caraculo, Luso, Assunção, Garganta, Humbia, Serra	35 e 59; 76 e 93; 129 e 140; 179 e 197
TOTAL	57	13		211

Fonte: Governo Provincial do Namibe

7.1.4.6.3 Aeroporto

As infra-estruturas de transporte aéreo limitam-se ao aeroporto Yuri Gagarin, situado a cerca de 7 km da cidade-sede. A sua construção teve início em 1972, tendo sido concluído logo após a independência. Possui uma pista de 2.700 metros de comprimento e 45 metros de largura, com duas orientações distintas. Possui a categoria A da Organização Internacional da Aviação Civil, tendo a capacidade de receber as mais modernas aeronaves em operação comercial.

Presentemente só recebe tráfego nacional e, ocasionalmente, aviões ligeiros provenientes da Namíbia embora possua condições para receber tráfego internacional.

A actual placa alberga ao mesmo tempo 4 aviões do tipo Boeing 737, 2 aviões do tipo Antonov e 7 aviões ligeiros. As restantes infra-estruturas aeroportuárias são pistas com capacidade para receber pequenas aeronaves que existem em várias localidades, mas que se encontram inoperantes, designadamente:

- 8 pistas de aviação em terra batida (Bibala, Camuciuo, Virei, Lucira, Caraculo e Iona);
- 3 pistas de aviação asfaltadas (Namibe, Tõmbwa e Baía dos Tigres), inoperantes.

No que se refere ao transporte de passageiros, as linhas Intermunicipais e Provinciais estão asseguradas pelas empresas ACP-Solidariedade (Bibala, Camuciuo, Lucira, Lola e Cacimbas), Betacap (Bibala, Lubango e Cunene), Transnak (Virei, Lubango e Cunene),

Paufil (Tombwa e Namibe) e os mini autocarros particulares. Com entrada em vigor dos autocarros públicos melhorou substancialmente a cobertura da rede viária e o transporte de pessoas e bens. O transporte de passageiros é também garantido por táxis de tipo Toyota Hiace que tem vindo a registar um aumento considerável na solicitação para o exercício desta actividade. As linhas Intermunicipais e Provinciais estão asseguradas pelas empresas ACP-Solidariedade e mini autocarros particulares.

TABELA 81
**INDICADORES DE CRESCIMENTO, INVESTIMENTO E EMPREGO
NO SECTOR DOS TRANSPORTES NA PROVÍNCIA DO NAMIBE**

	2009	2010	2011	2012
Indicadores de Crescimento do Sector				
Número de viaturas licenciadas	335	349	247	202
Número de navios entrados e Saídos	476	414	467	124
Cargas movimentadas no transporte marítimo (Ton)	884.712	865.948	830.253	369.331
Número de passageiros em transporte ferroviário	105.100	21.864	0	0
Cargas movimentadas no ferroviário	36.444	14.562	0	0
Número de passageiros em transporte aéreo	23.345	17.752	15.836	4.098
Indicadores de Investimento				
Investimento público no sector [AKZ]	-	-	200.000.000	2.200.000.000
Número de projectos previstos	-	1	1	4
Número de projectos realizados	-	1	1	-
Indicadores de Emprego				
Taag	31	31	31	50
Enana	29	30	29	29
Porto	763	784	737	718
Capitania	32	37	43	52
C.F.M	261	257	218	209

Fonte: Governo Provincial do Namibe

De acordo com o Governo Provincial, as principais necessidades e dificuldades que o sector enfrenta são as seguintes:

- Meios de transportes para apoio aos serviços e fiscalização da orla marítima;
- Meios de comunicação de longo alcance;
- Deficiente abastecimento de combustíveis;
- Falta de financiamento para a execução dos projectos da reabilitação e expansão do porto comercial e do porto mineraleiro, para o alongamento da linha férrea até a República da Namíbia e para a construção do novo aeroporto e para a reabilitação das pistas existentes a nível da Província;
- Burocracia institucional;
- Insuficiente fiscalização e policiamento;
- Deficiente capacidade técnico-administrativa no âmbito do planeamento e gestão estratégica;
- Dificuldades na sustentabilidade dos sistemas;
- Custos de manutenção e de reparação;
- Falta quadros e de formação e promoção de cursos de actualização aos funcionários.

7.2 A Província do Namibe e o Futuro

7.2.1 Opções Estratégicas

Ainda que desconhecidas as efectivas potencialidades de exploração de petróleo ao longo da costa – o que poderia levar à aplicação do paradigma de desenvolvimento nacional actual (economia do petróleo) – a Província do Namibe deve posicionar-se no contexto de desenvolvimento nacional e face à competitividade emergente na região Sul, tomando em linha de conta o desenvolvimento de factores estruturantes locais que promovam o crescimento sustentável do território.

A estratégia de desenvolvimento endógeno a implementar na Província do Namibe deve estrutura-se em torno de 6 opções estratégicas.

7.2.1.1 Gestão Responsável dos Recursos Naturais

A Província do Namibe dispõe de recursos naturais que podem contribuir para o desenvolvimento de três sectores económicos: agro-pecuária, pescas e turismo. Grande parte do território da Província do Namibe integra-se em áreas de grande susceptibilidade ecológica ou de protecção estabelecidas (Parque Nacional do Iona e Reserva Parcial do Namibe) e a estabelecer (Escarpa da Chela, Orla Costeira do Namibe, Serra da Neve, Morro Maluco) cuja utilização deve ser alvo de práticas sustentáveis em actividades em expansão como seja o caso do turismo.

Por outro lado, a falta de fiscalização e monitorização dos recursos

haliêuticos, bem como o desconhecimento das dinâmicas de evolução do litoral marítimo, faz com que hoje não se detenha um conhecimento aprofundado sobre as potencialidades de exploração piscícola.

Constata-se pela produção obtida que as técnicas de captação nem sempre são as mais adequadas à reposição dos stocks piscícolas. De notar também que o aumento das captações preconizado em função dos níveis históricos já alcançados pode levar também à redução de algumas espécies, podendo inviabilizar os investimentos produtivos idealizados.

No que diz respeito à agro-pecuária, o esgotamento das pastagens e dos solos, pode levar à redução da capacidade de produção, inviabilizando-se qualquer projecto de investimento concebido na fileira da agro-indústria.

7.2.1.2 Criação do Capital Humano

A aposta no capital humano é essencial para o reforço da capacidade competitiva da Província. As regiões que investiram na formação da população ganharam não só em termos de investimento externo em ramos tecnologicamente avançados e em nichos de inovação especializados, como também no fomento de acções de empreendedorismo local que possibilitaram a estruturação de uma rede de pequenas e médias empresas com impactos notáveis a médio e longo prazo. Para além da formação em sectores tradicionais (pesca e agro-pecuária) a criação deste capital deve integrar o desenvolvimento de competências em novos sectores estratégicos, como seja o caso dos transportes, logística, indústria de suporte a estes dois sectores e novas fileiras nos sectores tradicionais (como por exemplo pescado congelado e agro-indústria).

7.2.1.3. Desenvolvimento de Rede Provincial de Centros Urbanos

As cidades desempenham um papel determinante na descentralização

de serviços e funções, bem como na geração de emprego e serviços. As deseconomias de escala emergentes com o processo de urbanização intensivo (grandes cidades) devem ser colmatas com a criação de novos pólos, que possibilitem a fixação de população, o desenvolvimento do comércio e serviços de hierarquia superior num hinterland que deve evitar a macrocefalia do sistema urbano.

7.2.1.4 Criação de Condições para o Desenvolvimento de Novos Sectores Económicos

Um dos factores que pode influenciar fortemente a criação de novos sectores económicos é a criação de condições de base à atracção de capital produtivo.

Desta forma iniciativas como a criação de parques industriais e programas de investimento produtivo assumem um cariz determinante no desenvolvimento de novos sectores económicos. Para além do turismo associado às potencialidades naturais e culturais evidentes, a Província do Namibe detém excelentes condições para o fomento de actividades logísticas (enquanto principal plataforma na região Sul) e industriais de suporte e de criação de valor nas cadeias produtivas.

7.2.1.5 Criação de Condições para a Modernização de Sectores Tradicionais

Os sectores tradicionais (agro-pecuária e pescas) assistiram a uma estagnação produtiva resultante da falta de investimento e abandono a que estiveram sujeitos. A degradação do tecido produtivo gera deseconomias de escala e de valor elevadas que não facilitam a reactivação da produção e a criação de emprego. As unidades produtivas que se encontram nesta situação devem ser sujeitas a uma avaliação de forma a definir as melhores formas de intervenção para a sua modernização. A dinamização

do sector produtivo dependerá cada vez mais do papel que os privados possam assumir na gestão das unidades produtivas. O Estado enquanto entidade subsidiária do sistema produtivo apenas poderá ser eficaz para algumas situações que exijam a aplicação de uma justiça social coerente (acesso a bens universais).

7.2.1.6 Modernização Administrativa

A modernização administrativa das organizações constitui um passo para a melhoria dos serviços públicos e do acesso que a população possa ter em relação à integração na sociedade e nos mercados. A inovação tecnológica permitiu a introdução de sistemas de gestão de nova geração que promovem a integração de princípios fundamentais aos regimes de propriedade, acesso, benefícios e criação de rendimento interno para prestação de serviços públicos de melhor qualidade. A integração social é deste modo uma forma de promover uma melhor identificação e participação no território, permitindo uma crescente valorização por parte da população.

7.2.1.7 Infraestruturação do Território

Devido à falta de investimento na manutenção (o sistema de gestão público associado a institutos como o Instituto Nacional de Estradas ou Instituto de Veterinária não foi substituído por modelos de concessão de exploração de natureza público-privada), as infra-estruturas criadas para circulação (de bens e pessoas) e apoio ao desenvolvimento (investigação e fomento) encontram-se degradadas. Os investimentos realizados na reabilitação carecem de modelos de gestão que possibilitem a manutenção e operacionalidade das infra-estruturas. Só desta forma será possível rentabilizar os investimentos empreendidos na reconstrução.

7.2.2 Eixos Estratégicos

Os objectivos de desenvolvimento da província no horizonte 2013-2017 assentam em seis eixos estratégicos, concorrendo para objectivos de natureza complementar.

Objectivos estruturantes e de integração

- Integração gradual, equilibrada e harmoniosa dos Sistemas Social, Económico e Ambiental do Namibe.
- Promoção do ordenamento, da integração e da coesão da globalidade do território da Província.
- Diversificação, modernização e expansão das actividades económicas e do próprio tecido empresarial.
- Criação de emprego e qualificação dos recursos humanos e das condições de trabalho.
- Incremento sustentado da qualidade de vida dos habitantes residentes, incluindo a defesa dos recursos naturais e a valorização do património histórico-cultural.
- Melhoria da eficácia e da eficiência de funcionamento do modelo institucional, incrementando a participação da população e dos agentes económicos na sua gestão.

Objectivos de qualificação e sustentabilidade

- Desenvolvimento e manutenção actualizada de um estado de espírito generalizado de qualificação, planeamento, estruturação, organização e controle, reforçando a atractividade da Província.
- Sensibilização do sector privado para as oportunidades de investimento abertas, privilegiando o direccionamento desse esforço para actividades: inovadoras, complementares da base económica existente, não poluentes e geradoras de poupança energética.

- Reforço e desenvolvimento do potencial económico em articulação com outros espaços geoeconómicos e socioeconómicos onde o Namibe está integrado, valorizando a identidade e a autenticidade do território num contexto de mudança.

7.2.2.1 Eixo Estratégico 1 - Ambiente de Atractividade

Uma das condições básicas de desenvolvimento do Namibe passa pela alteração da imagem da Província, quer a nível socioeconómico, quer a nível ambiental, para que possa existir a um prazo tão curto quanto o desejável uma imagem de um local/região dotado de um vasto leque de oportunidades de emprego e uma qualidade de vida peculiar.

Conjugando estas metas com o facto de se pretender que o Namibe seja uma “Província Inovadora”, será estrategicamente aconselhável que se proceda à concepção, implantação e execução de um conjunto de instrumentos de actuação sobre os mercados, cujos resultados são prontamente divulgados, permitindo a criação de um ambiente social e económico atractivo para o investimento.

Na realidade, o fluxo interactivo entre os três sistemas que constituem os pilares do Desenvolvimento – Social, Económico e Ambiental – mas principalmente o fluxo existente entre o Sistema Ambiental e as actividades económicas e sociais, é muito frágil para a conservação ambiental (e, portanto, para a imagem da Província) surgindo daí a necessidade de o Planeamento Estratégico se colocar numa óptica de integração dos vértices daquele triângulo.

Trata-se, por isso, do primeiro daqueles instrumentos de actuação: existência de uma cultura e de uma acção permanente de planeamento de cariz estratégico.

7.2.2.2 Eixo Estratégico 2 – Ordenamento e Coesão Territorial

Este Eixo tem como grande objectivo operacionalizar uma requalificação de todo o território, entre outros fins, também para lhe apoiar a criação da sua nova imagem e, bem assim, contribuir para a atractividade e fixação de populações de camadas socioprofissionais e socioculturais mais elevadas, para além da atracção a exercer sobre o investimento.

Este Eixo ficará associado à actividade de concepção e implementação de políticas de ordenamento do território e de requalificação ou valorização do desenvolvimento urbano, evitando-se as pressões e os erros urbanísticos irreparáveis ou de recuperação difícil.

Nesse sentido, os Programas integrados neste Eixo Estratégico devem constituir-se num forte apoio para se provocar um decréscimo acentuado nos índices de pobreza actuais, ao mesmo tempo que deverá combater as assimetrias existentes neste domínio.

7.2.2.3. Eixo Estratégico 3: Diversificação Económica

Qualquer economia, quanto mais desconcentrada e independente for, mais condições de competitividade reúne. Angola, em geral e o Namibe, em particular, necessitam com alguma urgência de diversificar as suas Economias, bastando para isso operacionalizar instrumentos de gestão que racionalizem o aproveitamento dos recursos existentes.

É esse o grande objectivo da criação deste Eixo Estratégico: racionalizar a exploração dos principais recursos existentes, designadamente ao nível do Turismo, das pescas e da Agro-Pecuária, incluindo todas as actividades complementares de tais desenvolvimentos, para além de um melhor aproveitamento dos Recursos Humanos.

A criação de Plataformas Empresariais, para além de estar associada



à implementação de Redes de PME's, constituirá um dos instrumentos essenciais para a diversificação e o aumento da competitividade da Economia do Namibe, através da implantação na Província de Empresas e Instituições Científicas e de Investigação, voltadas em ambos os casos para a inovação, a logística e os serviços de apoio às actividades principais entretanto já consolidadas.

Para que estas Empresas e Instituições possam ser atraídas para a Província, é necessário criar-lhes as melhores condições de instalação e de mercado. Daí a construção de raiz daquelas Plataformas Empresariais, devidamente equipadas e onde as economias de escala para qualquer empresa sejam suficientemente perceptíveis, para além das facilidades de acesso ao crédito, em geral e ao microcrédito, em especial.

O Turismo é uma das formas essenciais que uma Sociedade (e com ela, uma economia) detém para diversificar o tecido económico. Para além disso, dada a amplitude dos seus efeitos multiplicadores e o seu carácter transversal em relação aos sectores produtivo, social, cultural e ambiental, o Turismo pode e deve ser eleito como actividade privilegiada para combater o grau de dependência actual da Economia do Namibe, para além de poder fornecer contributos essenciais à internacionalização da Província.

Não se trata de fomentar a actividade turística a qualquer preço e muito menos permitir que ela cresça à mercê das oportunidades precárias que a cada momento o mercado vai oferecendo.

Trata-se, isso, sim de estruturar a sua oferta e planear toda a actividade, num esforço colectivo que desenvolva a cooperação público-privada, começando-se pelo lançamento de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo.

Dados os objectivos deste Eixo, a oferta turística a estruturar tem de estar directamente relacionada com diversas outros Eixos Estratégicos e seus Programas de Acção, designadamente, com o Desenvolvimento das Pescas, com a Internacionalização, com a própria Agro-Indústria, porque só assim se conseguirá maximizar o grau de integração da Economia.

Em termos da procura, esta oferta turística terá, por isso, de estar dirigida a segmentos muito específicos, para que o Namibe seja dentro de muito poucos anos um destino internacional nos segmentos para que se venha a estruturar, arrastando consigo turistas amantes da Pesca Desportiva, da Natureza, da Cultura.

7.2.2.4. Eixo Estratégico 4 – Valorização dos Recursos Humanos

Para além dos aspectos focados sobre a Diversificação da economia no Eixo anterior, a criação de Redes de Micro e Pequenas Empresas, principalmente quando promovidas por jovens, tem como grande objectivo apoiar aquela diversificação, através de um melhor aproveitamento, integração e valorização da actividade de diversas micro e pequenas Empresas já existentes (ou a criar) sedeadas em sectores económicos complementares das vocações principais já implantadas na Província, incluindo o aproveitamento das economias de escala resultantes da integração atrás referida.

Trata-se, por outro lado, de uma forma relativamente simples de criar emprego não muito exigente a nível das qualificações profissionais, ao mesmo tempo que irá combater o subemprego ou o emprego chamado “social”, situações que sempre deturpam as realidades económicas.

De qualquer forma, a diversificação da economia só se consegue com inovação, qualificação de recursos, designadamente dos Recursos Humanos, domínios onde o Namibe é bastante carente.

Sem se pretender, por isso, lançar grandes reformas institucionais ao nível do Ensino e da Educação, até porque o tempo disponível assim não o permite, torna-se urgente criar Programas mais ou menos expeditos, mais ou menos evolutivos, mais ou menos aprofundados, de formação profissional – neste caso, começando por privilegiar a formação direccionada para os sectores económicos mais consolidados – e de combate “feroz” ao analfabetismo.

7.2.2.5. Eixo Estratégico 5 – Qualidade de Vida

O Desenvolvimento tem a População como a sua razão de ser primeira. Por isso, a qualidade de vida de quem reside num território deve ser o objectivo principal de qualquer planeamento idêntico ao agora apresentado. Para isso contribuem todos os Eixos Estratégicos, sem excepção; mas um deles, pelo menos, deve cuidar dos aspectos mais específicos de índole sociocultural dessa qualidade.

O primeiro desses aspectos respeita ao direito de cada cidadão, a uma habitação condigna, competindo à Sociedade como um todo desenvolver os Programas de Coesão necessários a perseguir tal desiderato. Neste âmbito, porém, porque começa a ser uma situação preocupante vivida no Namibe, está a habitação subnormal. Torna-se necessário conceber Projectos integrados num Programa próprio, os quais não devem estar, no entanto, desgarrados de outros Eixos Estratégicos, como é o caso dos Programas que compõem o Eixo estratégico- Ordenamento e Coesão Territorial.

O Namibe apresenta, para além disso, um problema de gestão das suas infra-estruturas sociais. Não se trata apenas de um problema de carência dessas infra-estruturas; trata-se essencialmente aqui de uma questão de melhoria e racionalização da gestão das infra-estruturas existentes, o que passa também pelo lançamento de novos serviços e a aquisição de equipamentos adequados. Subsiste, no entanto, a problemática de as infra-estruturas, equipamentos e

serviços sociais existentes possuírem um grau de cobertura do território da Província que é muito precário. Daí a necessidade de serem lançados Projectos de extensão de todas elas, tanto a nível social e cultural, como do próprio lazer.

7.2.2.6 Eixo Estratégico 6 – Quadro Institucional

Toda a problemática relacionada com a obtenção de bons resultados com a execução do presente Plano Provincial de Desenvolvimento Integrado passa pela forma e pela abrangência de actuação como o Quadro Institucional criado para o gerir – que é o próprio Quadro Institucional de gestão de toda a Sociedade e de toda a Economia – o fizer.

Impõe-se, por isso, a existência de um conjunto de Projectos que se traduzam no Fortalecimento do Modelo Institucional existente, adaptando-o a novas realidades, tornando-o mais flexível e criando-lhe eficácia e eficiência na gestão, mas sempre em estrita obediência aos princípios Legais da Administração e Contabilidade Públicas.

7.2.3 Programa de Investimentos Públicos

O programa de investimentos públicos 2013-2017 constitui o instrumento financeiro que permitirá à província desenvolver os eixos estratégicos que descrevemos no capítulo anterior.

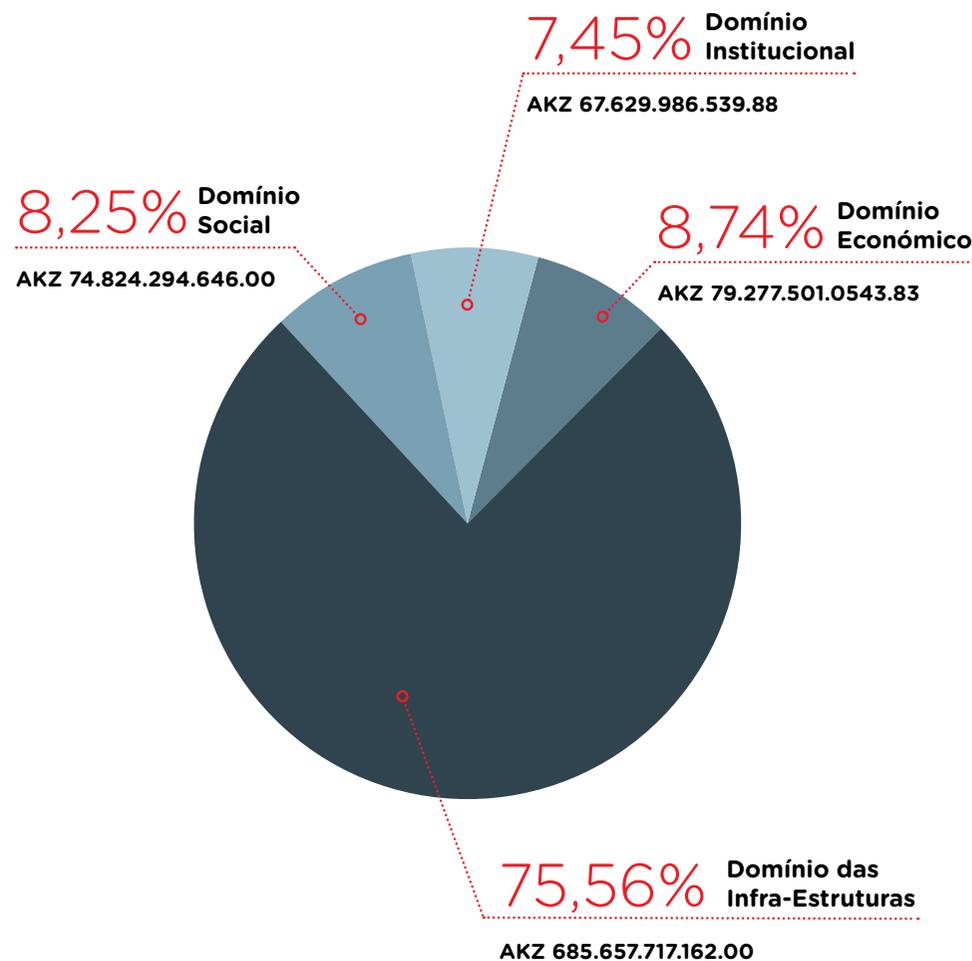
Nesta secção sintetizamos os investimentos âmbito local e central que estão previstos no horizonte de 2017, sendo que, a crise do petróleo não deixará de ter impacto no ritmo de concretização dos investimentos.

TABELA 82
RESUMO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS
2013-2017 PARA A PROVÍNCIA DO NAMIBE

Domínio/ Função	N.º de projectos		Valor (AKZ)	
	Local	Central	Local	Central
Total Geral	788		907.389.501.890,69	
Total	681	107	258.886.263.161,69	648.503.238.729,00
Domínio Económico	128	43	54.708.213.743	24.569.289.800
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	46	4	10.041.133.742,81	899.289.800,00
Pescas	30	35	19.540.000.000,00	21.550.000.000,00
Indústria, Geologia e Minas	5	1	15.130.000.000,00	800.000.000,00
Comércio, Hotelaria e Turismo	35	2	9.320.580.000,00	520.000.000,00
Ambiente	12	1	676.500.000,00	800.000.000,00
Domínio das Infra-Estruturas	182	50	107.307.887.082	578.349.830.080
Energia e Águas	39	18	37.178.065.275,00	233.300.000.000,00
Saneamento	7	0	5.380.000.000,00	
Construção da Rede Rodoviária (Estradas e Pontes)	28	8	12.687.400.000,00	156.200.000.000,00
Urbanismo	30	6	9.585.000.000,00	51.755.330.080,00
Habitação e Obras Públicas	10	6	1.815.400.000,00	79.594.500.000,00
Telecomunicações e Tecnologias de Informação	10	0	371.100.000,00	
Transportes	14	7	32.731.250.000,00	18.500.000.000,00
Apoio ao Desenvolvimento Rural	44	5	7.559.671.807,00	39.000.000.000,00
Domínio Social	248	1	74.174.294.646	650.000.000
Família e Promoção da Mulher	18	0	683.375.000,00	
Educação	28	0	23.524.607.292,00	
Ensino Superior(Estradas e Pontes)	14	0	16.102.840.000,00	
Saúde	45	0	15.266.602.254,00	
Assistência e Reinserção Social	44	0	4.356.700.000,00	
Cultura e Tecnologias de Informação	49	1	4.230.162.500,00	650.000.000,00
Juventude e Desportos	27	0	7.720.000.000,00	
Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	10	0	871.578.000,00	
Comunicação Social	13	0	1.418.429.600,00	
Domínio Social	123	13	22.695.867.691	44.934.118.849
Administração Pública, Trabalho e Segurança Social	8	0	1.388.857.443,88	
Justiça	10	4	2.224.903.080,00	228.118.849,00
Ordenamento do Território	4	5	1.035.000.000,00	44.250.000.000,00
Defesa e Segurança	101	4	18.047.107.167,00	456.000.000,00

Fonte: Governo Provincial do Namibe

Distribuição dos Investimentos por Domínios
Gráfico 36



Distribuição do Valor Global por Sectores (AKZ)
Gráfico 37

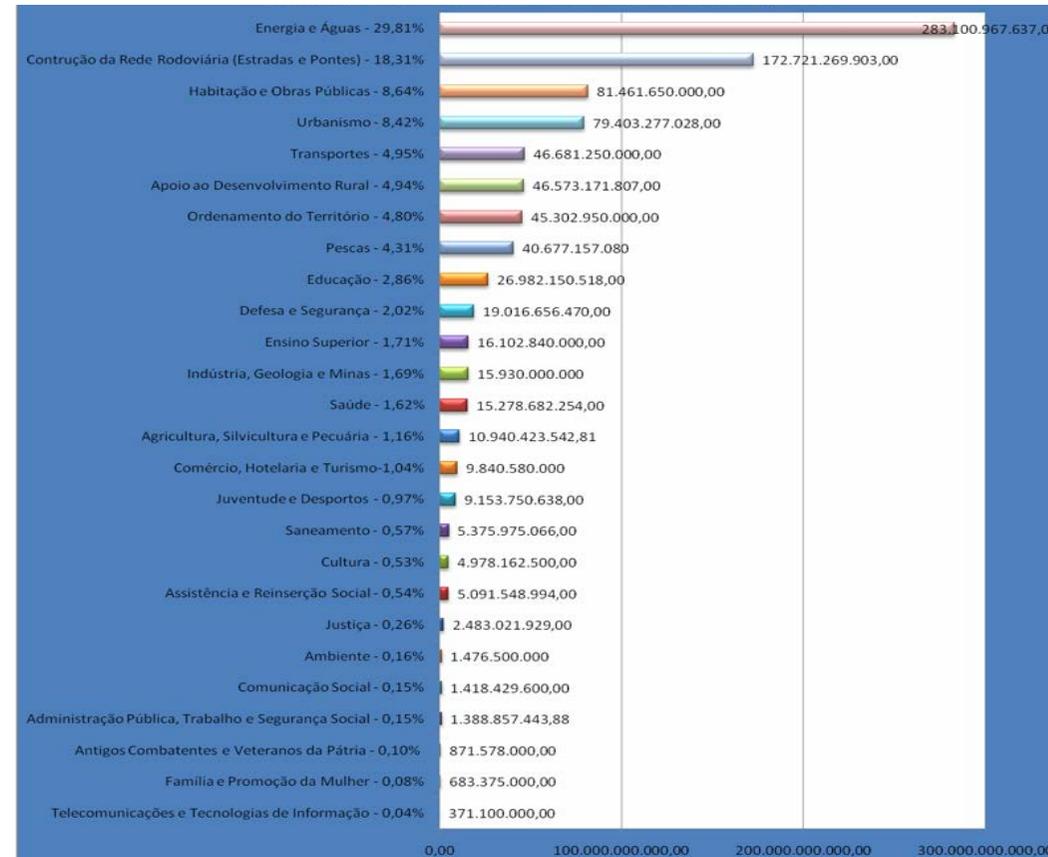
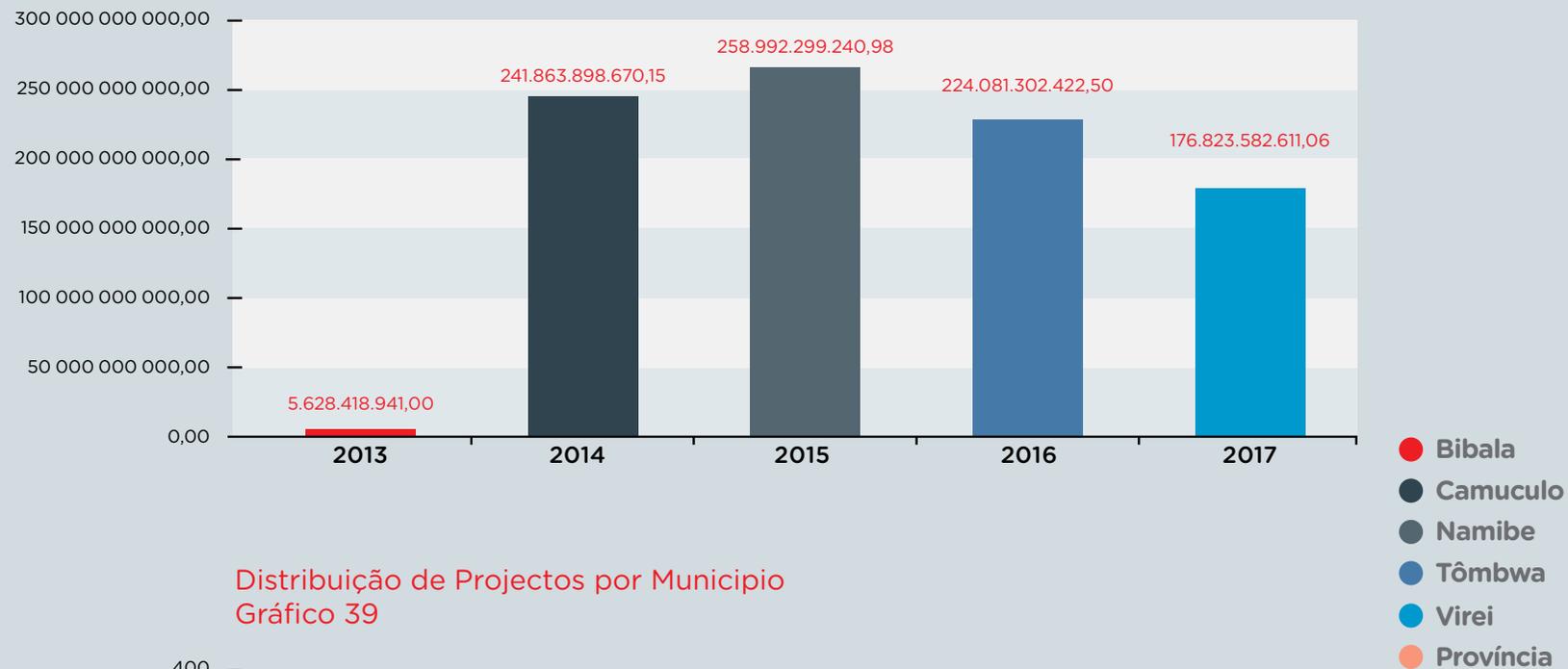


TABELA 83
DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS, POR MUNICÍPIO, ANO, NÚMERO DE PROJECTOS E MONTANTE FINANCEIRO NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

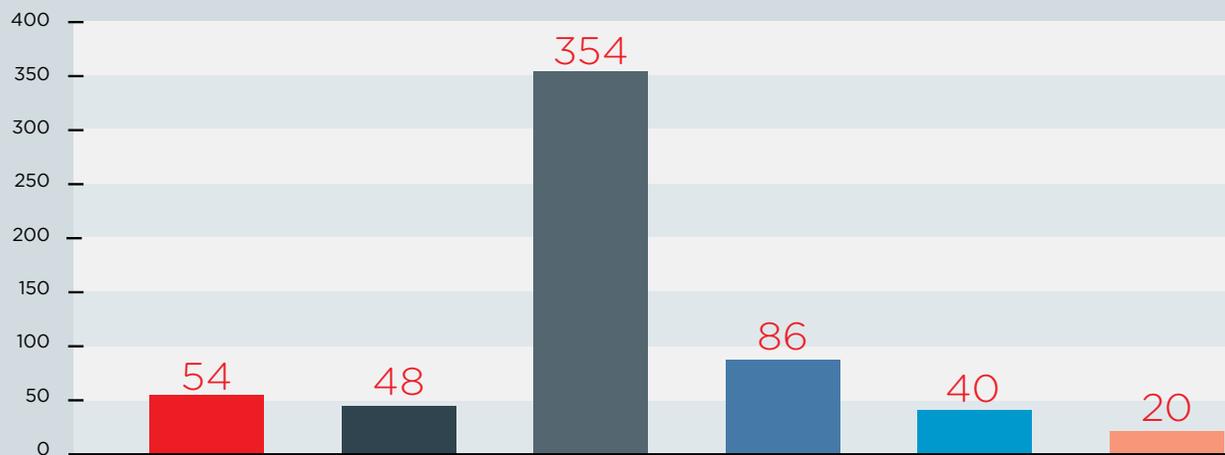
Municípios	N.º de projectos	Montante Financeiro (AKZ)					Total
		2013	2014	2015	2016	2017	
Bibala	54		12.218.889.000,00	14.117.681.000,00	12.712.075.000,00	10.931.575.000,00	49.980.220.000,00
Camucuio	48		5.374.800.000,00	4.040.050.000,00	3.519.050.000,00	3.345.300.000,00	16.279.200.000,00
Namibe*	354	3.123.992.449,00	113.113.396.297,55	140.435.423.562,75	117.095.108.949,50	82.285.252.831,08	456.053.174.089,88
Tômbwa	86	722.506.492,00	58.741.108.183,24	59.665.320.833,33	58.889.674.351,79	54.021.602.639,63	232.040.212.500,00
Virei	40	74.920.000,00	11.132.343.048,40	11.510.769.442,40	11.124.167.360,60	9.842.667.360,60	43.684.867.212,00
Província	206	1.707.000.000,00	41.283.362.140,97	29.223.054.402,49	20.741.226.766	16.397.184.780	109.351.828.088,81
Total	788	5.628.418.941,00	241.863.898.670,15	258.992.299.240,98	224.081.302.427,50	176.823.582.611,06	907.389.501.890,69

*Os projectos do Namibe incluem as comunas de Bentiaba e Lucira

Distribuição do Valor Global no Quinquénio
Gráfico 38



Distribuição de Projectos por Municipio
Gráfico 39







“Estudo desenvolvido ao abrigo do Projecto Conjunto QREN SI Qualificação e Internacionalização n.º 37.844”

